



Vet Cel Eng Cláudio Moreira Bento (x)

MEUS ARTIGOS NAS REVISTAS:

- REVISTA DO INSITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE
- REVISTA DO INSITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICA E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO
- ARTIGO NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA
- REVISTA DO INSTITUO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL
- INFORMATIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO DE SOROCABA IHGG Sorocaba

Meus artigos na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro constam em livro digital
Meus 28 artigos na Revista do IHGB a parte.

Livro Digital - 160 páginas
Editado por Camila Renê

SUMÁRIO

REVISTA	
Evocação do Duque de Caxias	3
 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO	
- A contribuição paulista ao combate na Revolta na Armada 1893-94 e a Guerra Civil 1893-95	6
 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL	
- O Clube Militar e a Proclamação da República	28
- Sete perfis de soldados farrapos	36
 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE	
- Cinquentenário da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial	56
 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICA E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ	
- Projeções Culturais da Revolução Farroupilha	60
 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO	
- A Fortaleza de Santa Cruz (1836) vista por um Almirante inglês.....	71
 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA	
- General Serra Martins, um herói da lapa pouco conhecido e reverenciado	74
- A Esquadra legal ou Esquadra de Papelão	80
 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL	
- Marcha Terrestre no Itinerário Salvador-Brasília por Destacamento da 6ª Região Militar para participar da inauguração da Nova Capital em 21 de abril 1960	92
 REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO	
- Marechal Mascarenhas de Moraes — Significação Histórica	104
- Falece aos 102 anos o historiador do Forte Coimbra	108
- Saudação a Luis-Philippe Pereira Leite no I.H.G.B. (23 de Abril de 1985)	112
- No Instituto de Geografia e História Militar	114
- O Exército e a Abolição	115
- Marechal Cândido Mariano Rondon: o Guerreiro da Paz	117
- O Patrono do Serviço de Saúde do Exército e Mato Grosso	133
- General Frederico Augusto Rondon	135
 ARTIGO NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA	
- Restauradores de Pernambuco	137
 PERIÓDICOS ELETRÔNICOS DO IHGGS E DA AHIMTB/SP	
- A participação militar de São Paulo na Guerra de Reconquista aos Espanhóis, do Rio Grande do Sul (1774 - 1778)	144

ÍNDICE

Apresentação	5
25 de janeiro de 1990 — Duílio Crispim Farina	7
Mário Savelli — Odilon Nogueira de Matos	14
O historiador Washington Iars — Célio Debes	20
O Presidente Tancredo Neves — Silvio Marone	36
Elogio do Prof. Antônio Queiroz Filho — Ruy Rebello Pinho	42
Oração de Adeus ao Prof. Queiroz Filho — Paulo Bomfim	51
Antônio Sales: cem anos de estréia em livro — Caio Porfírio Carneiro	52
Villa-Lobos, 30 anos depois — Vasco Mariz	59
Evocação do Duque de Caxias — Cel. Cláudio Moreira Bento	71
A influência de Ortega y Gasset no Brasil — Adérito Calado.....	75
César Franck — A vocação do sublime — Reflexões sobre um centenário — José da Veiga Oliveira	85
Maimonidas — Rambam — Moisés Gicovate	113
Algumas considerações sobre os titulares que formaram a nobreza brasileira — Lycurgo de Castro Santos Filho.....	128
Do ofício de historiador — Edmundo Zenha	135
Iraquaquecetuba e suas origens — Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J.....	141
Gente de São Paulo — Celso Maria de Mello Pupo.....	150
1932 à luz da propaganda — Roberto Machado Carvalho	173
Historiografia Econômica da República — A. Roberto de Paula Leite	183
A relação homem-animal na História — J. Pereira	196
Atas de 1990	209
Relatório — Exercício de 1990	232
Homenagem a sócios falecidos em 1990	235
Comunicações do Centro de Estudos Históricos — CEHIS — Reedição, cem anos depois — Odilon Nogueira de Matos.....	244
Semana Euclidiana/90 — Moisés Gicovate	245
Os primórdios do Colégio São Joaquim, de Lorena — José Geraldo Evangelista.....	247
Cronologia do Cel. Luiz Tenório de Brito — Roberto Machado Carvalho.....	250
Dom João Bosco — Renato Báez	257
Diretoria para o triênio 1990/1993 e Comissão de Redação da Revista.....	259

EVOCÇÃO DO DUQUE DE CAXIAS

Cel. CLÁUDIO MOREIRA BENTO c)

Estamos aqui reunidos, em cerimônia cívico militar, neste histórico Salão Nobre do Comando Militar do Leste, para evocarmos: Marechal de Exército e Duque de Caxias, Luiz Alves de Lima e Silva, o maior de nossos generais, que emergiu do seio da Infantaria Brasileira, como infante de escól, de vocação e tradição, e cuja honrada e invicta espada, de quatro campanhas internas que pacificou e duas externas que venceu, esmaltou, em seu tempo, com refulgências inigualáveis, que

até hoje brilham com raro fulgor, os fastos da História Militar do Brasil e da América do Sul.

Espada invicta e honrada, autêntico talismã da nacionalidade, da qual, o Espadim de Caxias, desde 1931, arma privativa dos cadetes do Exército Brasileiro, e para eles, símbolo da Honra Militar, é rópia fiel em escala.

Evocação no centésimo octagésimo quinto aniversário de seu nascimento, no outrora movimentado e estratégico Porto da Estrela, no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Patrono do Exército Brasileiro.

Patrono no sentido do termo definido por Pedro Calmon, como o chefe integral do Exército Brasileiro, o seu modelo, a sua lima, a imagem maravilhosa do espírito que nele vibra, a síntese mágica de suas virtudes e de seus brios". E acrescentaríamos, o oráculo do Exército Brasileiro e de seus chefes eventuais, para autocríticas, correção ou manutenção de rumos, na busca de decisão mais adequada em determinada conjuntura.

Ainda em vida, e nos últimos 108 anos, desde seu passamento, Caxias, já foi sintetizado dentre outros com as seguintes expressões: O Herói Tranquilo; O Filho Querido da Vitória; O Pacificador; O General Invencível; O Condestável a espora e a espada do Império; A Maior Espada do Brasil; O Duque de Ferro e da Vitória; O Escravo da Pátria; O Nume ou Espírito Tutelar do Brasil; O Pacificador de Consciências, o Patrono da Anistia e até Artífice-mór da Tmdade Nacional.

Caxias soldado e cidadão modelar, brasileiro de carácter ímpoluto, teve reconhecimento em vida pela História, sua glória. Dois anos antes de seu falecimento, em Santa Mônica, Valença, onde se encontrava retirado da vida pública, e veio a falecer, em 7 de maio de 1880, o seu biógrafo e Ministro da Igreja Católica, Monsenhor Pinto de Campos, escrevia em livro:

“A carreira militar e política do Sr. Duque de Caxias, encerra nada menos que 55 anos. É fato sem precedente. Alexandre Magno, viveu entre glórias, 16 anos. César, aos 17 anos de sua primeira guerra da Espanha foi assassinado. Carlos Magno militou 40 anos, mas conheceu a derrota militar em Rocensvalles...Para Napoleão, da Itália, a derrota militar em Waterloo foram 20 anos..

Sim, homens como o Sr. Duque de Caxias não deviam morrer. São o esteio da Pátria, farol seu, sua glória, sua esperança... Escrever acerca dele em qualquer fase de sua dilatada e, ainda mais preciosa existência, é sempre, compor uma página do Brasil independente...

... Sua espada sempre e só desembainhada em defesa das instituições e da Pátria, tem prestado ao Brasil, os mais úteis e brilhantes serviços...

Tem sido soldado por excelência, conquanto não haja quem mais, do fundo do coração, lamente os deploráveis abusos e usos da força...”

Entre os muitos aspectos da obra do Duque de Caxias, na oportunidade da abertura da Semana do Exército, no âmbito deste Comando Militar, o Guardiã, em Pantheon, dos seus veneráveis restos mortais e dos da Duquesa de Caxias, cumpre destacar, por oportuno, sua condição de pioneiro abolicionista, no ano do Centenário da Abolição e a de Inspirador da Doutrina Militar Terrestre Brasileira, no momento histórico em que todo o Exército, desenvolve grande e concentrado esforço, de profissionalização atualizada, com o projeto, em curso, da Força Terrestre 1990, ou simplesmente da FT-90.

Pioneiro abolicionista, ao assegurar a liberdade, inspirado em sólidos princípios cristãos, de justiça, fraternidade e brasilidade, embora contrariando, instruções superiores, a 120 lanceiros negros farroupilhas, ex-escravos, os quais incorporou como livres a Cavalaria Ligeira do Exército Imperial, 43 anos da Lei Áurea e em cumprimento a cláusula 4.º da Paz de Ponche Verde que convencionou e sustentou com os republicanos rio-grandenses e que rezava:

“São Livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram a Revolução Farroupilha”.

Inspirador da Doutrina Militar Brasileira, por haver, em 1855, aos 52 anos, como Ministro da Guerra, depois de veterano vencedor de cinco campanhas militares, haver expedido esta diretriz, ao Exército, e ainda atual:

“Renovemos a tática vigente e adaptemô-la as exigências da guerra, enquanto não se cogita de uma tática elementar, genuinamente brasileira, em harmonia com as circunstâncias peculiares ao nosso Exército e com a natureza de nossas guerras”.

A seguir, em 1861, ele próprio adaptou as peculiaridades de nosso Exército e a natureza de nossas guerras na América do Sul, as Ordenanças de Portugal, doutrina que sistematizou o emprego vitorioso do Exército Imperial, na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

O então Major de Engenheiros Alfredo de Taunay, glória de nossas letras castrenses, com repercussão internacional, ao falar em nome do Exército, no sepultamento do Duque de Caxias, concluiu sua antológica oração com estas palavras sintetizadoras do Patrono do Exército:

“Só a maior concisão, unida à maior singeleza é que poderá contar às gerações futuras os feitos do Duque de Caxias.

Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloquência, capazes de tornar maior esta individualidade, cujo maior atributo, foi a simplicidade na grandeza”.

Sobre a simplicidade de Caxias misturada com sua grandeza, escreveu comovido o grande historiador Capistrano de Abreu:

“Caxias dispensou as honras militares em seu sepultamento. Fez bem! Pois as armas que ele tantas vezes conduziu à vitória, teriam sentido vergonha, talvez, de não terem podido libertá-lo da morte”.

Vale hoje lembrar que em 25 de agosto de 1989, no ano do Centenário da República, será comemorado também o centenário da estátua eqüestre do Duque de Caxias que domina o seu Pantheon, a qual, este ano, mereceu do Comando Militar do Leste cuidados desvelados e condignos.

Estátua inaugurada, em transição do Império para a República, com os seguintes dizeres expressivos, em bronze, e de alta justiça histórica:

“Para perpetuar a gratidão da nação do Brasil, ao Duque de Caxias e a memória das suas virtudes militares e dos altos feitos com que engrandecia a nação, na paz e na guerra”.

Pouco lembrado nos 34 anos seguintes, o culto a Caxias ressurgiu forte em 1923, no seio da juventude militar egressa da Escola Militar do Realengo, em 1925, que o elegeu, então, o primeiro patrono de uma turma de oficiais formada em nossa Escola Militar.

Turma do Realengo, da qual fazem parte, entre outros, os seguintes chefes, com assinalados serviços prestados à causa da Memória do Exército de Caxias: Os excelentíssimos generais Aurélio de Lyra Tavares, Antônio Carlos da Silva Muricy e Francisco de Paula e Azevedo Pondé.

Para finalizar a presente evocação, o fazemos com estribilho do Hino a Caxias, do grande bispó e historiador brasileiro D. Aquino Corrêa.

*"Salve, Duque glorioso e sagrado!
O Caxias invicto e gentil!
Salve, flor de estadista e soldado
Salve, Herói Militar do Brasil!*

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

ÍNDICE

	Pág.
Apresentação.....	3
Relatório e Balancete da Diretoria - 1993	4
Entre a Tradição e a Modernidade, entre a História e o Romance - IHGSP: 100 anos - Antônio Celso Ferreira.....	14
Campos de Piratininga - Marcelo José de Carvalho.....	27
Evolução da Imprensa Paulistana - J. Pereira.....	36
Campinas e a República - Odilon Nogueira de Matos	50
A contribuição Paulista ao combate à Revolta na Armada (1893-94) e à Guerra Civil (1893-95) - Cláudio Moreira Bento	59
Surgimento e Desenvolvimento das Ferrovias Brasileiras - Célio Debes.....	84
As crianças da Guerra de Canudos - Amélia Trevisan Franzolin.....	100
Migração e Superpopulação mundial - Douglas Michalany.....	105
O Centenário de Tito Lívio Ferreira - Roberto Machado Carvalho.....	114
Padre José Amaral Mello - o "Padre Z" - Adérito Calado.....	125
Homenagem a sócios falecidos em 1993	138
Atas das sessões - julho a outubro de 1992.....	140
Diretoria - 1993-1996.....	152

A CONTRIBUIÇÃO PAULISTA AO COMBATE À REVOLTA NA ARMADA 1893-94 E A GUERRA CIVIL 1893-95

Cláudio Moreira Bento

Em 5 de fevereiro de 1893 estourou a Guerra Civil 1893-95 no Rio Grande do Sul que vem passando à Tradição como Revolução Federalista 1893- 95 e hoje chamada de Revolução de Bárbaros, Maldita, da Degola e dos Fuzilamentos pelos padrões de violência inauditos que a caracterizaram e que se estremaram no massacre do Rio Negro, de republicanos, respondido pelo massacre do Boi Preto, de federalistas (1). Sob o estímulo desta guerra estourou em 6 de setembro de 1893 no Rio a Revolta de 1/5 da Armada, nome da época de nossa Marinha de Guerra (2). Os dois movimentos armados com o objetivo comum de depor o presidente da República Mal. Floriano Peixoto envolveram, aterrorizaram e ensangüentaram as regiões Sul e Sudeste do Brasil, a exceção de Minas e Espírito Santo e dividiu profundamente a família da Região Sul entre maragatos e pica paus, razão a explicar, de certa forma, o memoricídio a que foram condenados os dois movimentos, para não reabrir feridas em cicatrização.

A historiografia aborda a Guerra Civil em foco como tendo ocorrido na Região Sul. Não aborda o envolvimento expressivo de São Paulo. Inicialmente rara tentar contê-la combinada com a Revolta da Armada no Paraná, na Lapa, em Tijucas e Paranaguá; em seguida, para efetivamente barrar o seu avanço em rararé e outros pontos da fronteira São Paulo-Paraná e, finalmente, para libertar Paraná com

expressivas forças, em especial paulistas mobilizadas, concentradas e apoiadas logisticamente pelo presidente de São Paulo dr. Bernardino de Campos, da ocupação e domínio por cerca de 100 dias por forças do Governo Provisório que a Revolta estabeleceu em Desterro (3).

A historiografia não destacou o hercúleo esforço de guerra do Estado de São Paulo, sob a liderança de seu presidente, para assegurar a inviolabilidade do porto de Santos, chave de acesso a São Paulo e objetivo inicial de conquista pelo plano inicial da Revolta na Armada (4) para estabelecer na capital paulista o Governo Provisório do Brasil e, em Santos, a base de operações da Revolta, o que facilitaria por outro lado o reconhecimento da revolta como beligerante. Esforço dispendido também para guarnecer e defender os portos do litoral norte de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião, como vias de acesso ao vale do Rio Paraíba, leito da ferrovia Rio-São Paulo, cuja proteção era vital, pois era a única entre as duas capitais em razão do domínio naval pela Revolta. Portos que poderiam servir de apoio aos navios revoltosos, do mesmo modo que os portos de Iguape e Cananéia, além de apoios a ataques naval e terrestre na direção Paranaguá-Santos.

Foi neste contexto de defesa dos portos paulistas que o cruzador República e o cruzador auxiliar Palias bombardearam, em Santos, em 20 de setembro de 1893, os fortes da Barra e Augusto, pelos quais foram repelidos com algumas baixas para seus defensores do Exército e da Polícia Militar de São Paulo. Ataque repetido na cidade de São Sebastião, em 5 de outubro de 1893, pela torpedeira Marcílio Dias e cruzadores auxiliares Palias e Íris que haviam se apossado do porto, a partir de base que estabeleceram em Ilha Bela.

De 6 de setembro, início da Revolta da Armada, até 8 de abril de 1894 passagem da Esquadra Legal por Santos, ao comando do almirante Jerônimo Gonçalves para bater remanescentes da Revolta baseados em Santa Catarina e Paraná, Santos e os demais portos paulistas viveram sete meses de angústias, incertezas, desinformação, de boatos alarmantes sob a ameaça de ataques de navios revoltosos desembarcando em suas praias federalistas. Possibilidades centuplicadas, acompanhadas do temor do confronto com tropas federalistas “habilíssimas no uso da lança e adeptas do extermínio dos adversários pela degola”, pois em São Paulo havia chegado a vitória dos lanceiros de Gumersindo Saraiva em Cerro do Ouro em 20 de agosto de 1893, onde seus lanceiros mataram em campo aberto de 300 a 400 republicanos, bem como notícia do massacre do Rio Negro, próximo a Bagé, onde foram degolados após se renderem sob a garantia de vida cerca de 300 civis que constituíam a Cavalaria republicana ali presente (5). Assim São Paulo, em seu esforço de guerra, conseguiu evitar tentativas da Revolta em combinação com a Guerra Civil, de utilizarem Santos e os demais portos paulistas, bem como de interferirem na ferrovia São Paulo- Rio com apoio em simpatizantes no Estado com a Revolta e Guerra Civil.

Acreditamos que no ano do centenário daqueles sangrentos eventos fratricidas, seja a primeira vez que é evocada a interpretada a expressiva participação paulista, para a consolidação da República sonhada na Convenção Republicana de Itú.

Para conter o avanço federalista na barreira de Itararé e negar à Revolta na

Armada a posse dos portos paulistas e, em especial o de Santos, o enorme esforço de guerra paulista se caracterizou segundo concluímos:

- aquisição de cerca de 7.000 fuzis Mannlicher, com cerca de 6.000.000 de cartuchos na Argentina, através do Ministro Plenipotenciário do Brasil, em Buenos Aires, Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil e que começaram a dar entrada em Santos em 5 de fevereiro de 1894, seis dias antes da capitulação da Lapa-PR. Armamento e munições fornecidas às forças da Polícia Militar, Exército e Guarda Nacional que formaram o Corpo Expedicionário que defendeu a fronteira São Paulo-Paraná e depois libertou o último.

- fabricação e fornecimento de fardamento, calçados e equipamentos para as tropas do Exército, Guarda Nacional e Polícia Militar em São Paulo.

- aquisição de expressiva quantidade de cavalos e muares para os comboios de abastecimento logístico e para operações, em especial na ligação Tatuí-Itararé e na Caçapava-Paraibuna-Caraguatatuba e na Santos-Cananéia.

- apoio logístico a 8.000 homens do Exército, Polícia Militar, Guarda Nacional e Guarda Cívica que atuaram na defesa do litoral, da fronteira São Paulo-Paraná e que combateram em Tijucas e na Lapa, no Paraná.

- apoio ao fabrico de granadas de artilharia na Fábrica de Santana do Ipanema para a Artilharia que defendeu Santos.

- estímulo à fabricação de pólvora por indústria específica em Perus.

- confecção de Minas elétricas que minaram o canal de acesso ao porto de Santos.

História é verdade e justiça! Estes são um dos objetivos do presente ensaio no ano dos centenários da Revolta na Armada e da Guerra Civil, oportunidade em que São Paulo impediu que a Revolta usasse o porto de Santos como base de operações e os federalistas transpusessem a barreira de Itararé, chave para a conquista de São Paulo (cidade) e, a partir desta, o Rio de Janeiro com a conseqüente deposição de Floriano Peixoto.

Este estudo visa também atender conselho do mal Ferdinand Foch (6): *‘Para alimentar o cérebro de um Exército na paz, para melhor prepará-lo para eventualidade de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar.’*

E o estudo militar desta luta interna é rico em meditações e conseqüentes ensinamentos táticos, logísticos e estratégicos aos militares das Forças Armadas do Brasil, como a anterior a Revolução de 1842 e as posteriores Revoluções de 1924, de 1930 e de 1932 que envolveram São Paulo, com incidência em pontos expressivos para a condução de operações militares ou da Geografia Militar Paulista, tais como: cidade de São Paulo; portos de Santos e São Sebastião; cidades de Campinas, Sorocaba e Itararé; Vale do Paraíba (Caçapava, Taubaté, Guaratinguetá e Lorena articulando o litoral com o Vale e a Mantiqueira); cidades da Serra do Mar (Paraibuna, São Luiz e Cunha articulando na serra, o litoral com o Vale do Paraíba). Penso que as lições colhidas na luta interna em foco foram bem aproveitadas pelos revolucionários em 1924 e em 1930 e pelos revolucionários

paulistas de 1932. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação!

São Paulo e a Guerra Civil na Região Sul 1893-95

Ao estourar a Guerra Civil no Rio Grande do Sul, São Paulo se solidarizou com o governo daquele Estado. Apoio traduzido na Lei 120, de 15 de março de 1893 votada pela Assembléia Paulista:

'Autoriza o governo de São Paulo a prestar à União os auxílios que forem necessários para manter a integridade da Pátria e as instituições republicanas.'

Lei promulgada no mesmo dia pelo presidente de São Paulo Dr. Bernardino de Campos.

Este apoio, na prática, se traduziu em linhas gerais: doação à União de 2 mil contos de réis para a compra de armas; pagamento das despesas para a defesa do porto de Santos e das decorrentes das movimentações das forças militares em São Paulo e da organização da 1ª Divisão do Corpo de Exército Expedicionário para defender Itararé e depois libertar o Paraná da Revolta e da Guerra Civil. Isto tudo implicou numa despesa estimada de 8 mil contos de réis, dos quais a União ficou devendo 6 mil contos, afora a doação de 2 mil contos. Em contrapartida a União cedeu a São Paulo por ocasião da revolta do almirante e senador Wandenkolk:

- aprestamento da fortaleza da Barra de Santos e cessão de uma Bateria do 2º Regimento de Artilharia do Rio e, também do Rio, um contingente do 22º Batalhão de Infantaria transformado em 1938 no 3º Regimento de Infantaria. Estas providências visavam melhor defender Santos que só dispunha do 3º Batalhão da Polícia Militar. A capital dispunha do 10º Regimento de Cavalaria Ligeira que em 1938 era o 6º RC de Alegrete, após aquartelar em Sorocaba de 1994-1908.

Santos e a Revolta da Armada

Ao estourar a Revolta na Armada em 6 de setembro Santos possuía os meios de defesa acima descritos. E Santos era o objetivo de conquista do Plano da Revolta como sua base de operações e a serviço de seu Governo Provisório a ser instalado na cidade de São Paulo (7), possibilidade comunicada em 8 de setembro ao presidente de São Paulo pelo presidente da República.

Dia 6 de setembro o presidente da República telegrafou ao Presidente de São Paulo comunicando-lhe o início da revolta e assinalou:

'Previno-vos, recomendando atividade e prudência. Olhai a cidade de Santos.' (8)

O presidente de São Paulo, em resposta, telegrafou nestes termos, protestando apoio e solidariedade ao presidente Floriano Peixoto, termos que foram mantidos até o final da Revolta e da Guerra Civil:

'Dou e darei todo o apoio a vossa autoridade porque sois o poder legítimo. Confiai em minha lealdade. Bernardino de Campos.' (9)

A defesa do porto de Santos

Constando do plano de Revolta e do alerta do presidente da República ser o porto de Santos objetivo principal de conquista da Revolta na Armada, para torná-lo sua base de operações contra o governo do Rio, foram tomadas providências urgentíssimas para manter Santos em condições de resistir a ataques da Revolta.

Isto talvez tivesse mais viabilidade se o almirante Saldanha da Gama não tivesse mantido neutralidade e controlando importantes efetivos com que a Revolta pudesse desembarcar em Santos e conquistá-la e a seguir São Paulo como sede do Governo Provisório.

Em 9 de setembro o presidente da República informou ao presidente de São Paulo que não poderia destinar à defesa de Santos mais tropas do Exército pois toda ela estava empenhada no combate a Revolta no Rio e a Guerra Civil no Rio Grande do Sul. Como medidas de defesa urgentes registre-se:

- transferência para Santos do comando do 4º Distrito Militar (atual 2ª RM) sediado em São Paulo ao comando do cel. José Jardim;

- recolhimento urgente de Santos para São Paulo de 10 mil ton. de carvão que poderiam servir aos revoltosos;

- recolhimento de todo o numerário das repartições federais e estaduais de Santos para São Paulo;

- estruturação da defesa de Santos, sob a liderança do presidente Bernardino de Campos, obedecendo ao seguinte esquema:

- comandante do 4º Distrito Militar - cel. José Jardim

- comandante da Polícia Militar de São Paulo - cel. PM Inocêncio Ferraz

- comandante da Praça de Santos - Dr. Theodoro de Carvalho - Chefe Polícia.

- organização da defesa de Santos em 3 linhas ao longo da praia:

- 1ª Linha: Paquetá-Ponta da Praia - comandante: ten. cel. A. Pinto Paca

- 2ª Linha: Ponta da Praia-Praia José Menino - comandante: cel. Xavier Baptista - 3ª Linha: José Menino-São Vicente - comandante: cel. J. S. Torres Homem.

- obstrução do canal de acesso ao porto, com pontões, guardadas as margens do canal pelo Corpo de Bombeiros de São Paulo, transformado em Infantaria, e ao comando do ten. cel. do Exército José Carlos da Silva Telles que vem sendo confundido com o tio Carlos Telles, herói da resistência ao cerco de Bagé que ocorreria três meses mais tarde.

- concentrar nas três linhas de defesa de Santos: em Ponta da Praia, Conceiçãozinha, Outerinho e Alto da Serra contingentes da Polícia Militar de São Paulo do 3º (Santos), 2º (Jundiaí) e contingente do 5º (São Paulo).

- reforçar a fortaleza da Barra de Santos, a cargo do Exército, com contingentes do 22 BI (Rio) e 20 BI (Goiás) do Exército.

- destinar a Bateria do 2º R. Artilharia do Rio (Regimento Floriano) para guarnecer o forte Augusto e operar 2 peças Krupp 75 e 2 La Hitte raiados retirados do navio de guerra Centauro que sua guarnição pôs a pique para não servir à defesa de Santos.

- utilizar o 10º RCL (Exército) para a defesa da ponte de Paquetá e auxiliar a Artilharia da Barra.

- guardar a Alfândega com o 3º de Polícia Militar e defender o seu quartel com as duas únicas metralhadoras disponíveis em Santos.

- proteger a ferrovia Santos-São Paulo com os seguintes efetivos assim distribuídos: Cubatão (40h), Alto da Serra (20h), Rio Grande (20h), Ribeirão Pires (20h) e São Bernardo (25h).

- em caso de ameaça de ataque a Santos esta fica em condições de receber

os seguintes reforços, todos à disposição do comandante do Distrito Militar: 1º e 5º batalhões da Polícia Militar da capital e 4º do interior, 300 guardas nacionais armados e mais duas metralhadoras da capital. Este foi o dispositivo que fez frente a ataque em 20 de setembro de 1893 de navios revoltosos e que será descrito adiante.

O efetivo de defesa de Santos durante sete meses variou de 550 a 1200 homens do Exército, Polícia Militar. Ela não dispôs de nenhum meio naval, pois o Centauro que contava foi afundado em 8 de setembro por sua guarnição.

Após o ataque sofrido por Santos em 20 de setembro sua defesa foi melhorada sensivelmente: Paquetá foi artilhada com duas peças, bem como a ilha Porchat. Foi reforçada pelos 1º e Batalhão Bernardo Ellis da Guarda Nacional e mais tarde pelo 109º e mais o Republicano de Santos da mesma Guarda Nacional. Foi ativado o sistema de Minas elétricas alimentados por um dínamo no forte Augusto e acionados das posições no Outerinhos, Conceiçãozinha e Entrada da Barra e desenvolvida por engenheiros paulistas. Estavam artilhadas Paquetá (duas peças), ilha Porchat (duas peças Krupp 75), forte Augusto (2 Krupp 75,2 La Hitte raiados e 4 Armstrong). As granadas estavam sendo fabricadas pela Fábrica de Santana de Ipanema dirigida pelo Exército e a pólvora era produzida em fábrica existente em Perus. Os corpos da Guarda Nacional de Sorocaba, Campinas e São Carlos substituíram a Polícia Militar. Merecia especial atenção a vigilância sobre a ilha Porchat, a ponta do cabo submarino em casa na praia José Menino e, a praia de São Vicente, pela possibilidade de um desembarque de tropas ali segundo boatos insistentes.

O incidente do afundamento do Centauro e o ataque de navios revoltosos a Santos em 20 de setembro de 1893

A defesa de Santos pensou contar com o navio Centauro em missão de serviço quarentenário em Santos e que protestou solidariedade ao governo. Na manhã de 8 de setembro correu a notícia de que ele havia sido posto a pique pela própria guarnição liderada pelo imediato ten. João F. dos Reis, em razão de seu comandante estar doente em terra. O ten. Reis embarcou o que foi possível nos rebocadores Mauro e República e rumou para o norte, indo desembarcar na ilha Grande com 14 tripulantes, após seu grande e ousado feito naval. Foi encarregado de resgatar do fundo o Centauro o hoje consagrado herói naval, o então CT João Soares Dutra, o que não foi conseguido em tempo de ser usado na defesa de Santos. Os rebocadores Mauro e República, usados pela guarnição do Centauro foram recuperados na Ilha Bela e de lá resgatados por expedição chefiada por Soares Dutra e composta de 30 policiais militares do 3º.

Trouxeram 6 tripulantes do Centauro que se entregaram, inclusive o ten. João Fagundes Lins. Comandava o Centauro o CF Júlio Brito. Indiscutivelmente foi um grande feito naval para a causa da revolta.

A Revolta despachou do Rio em 17 e 18 de setembro de 1893 a Divisão Naval Expedicionária ao comando do CMG Frederico Guilherme de Lorena, constituída do cruzador República, torpedeira Marcílio Dias e cruzador auxiliar Palias. Eles forçaram a barra do Rio em brilhante feito naval. Sua missão:

‘acelerar a vitória contra o governo, inutilizando instalações e aprendendo navios que encontrasse. ’ segundo o almirante Leôncio Martins. (10)

A notícia ao chegar a Santos encheu a sua população de pavor. E grande parte dela procurou sair da cidade rumo a São Paulo e a serra. Havia uma grande inferioridade da Artilharia de terra em relação a dos navios revoltosos. Eram esperados em Santos 4 navios revoltosos e, em 20 de setembro pela manhã se apresentaram na barra de Santos o República e o Pálias que por suas atitudes deram a impressão que submeteriam Santos a bloqueio naval, como era do plano inicial da Revolta. Em seguida, das 9.30 as 11:30 horas os navios revoltosos atacaram com sua Artilharia e de posições não ideais os fortes da Barra e Augusto. A resposta da Artilharia das fortalezas não atingia os navios fora do alcance delas. Um projétil calibre 32 de uma peça Armstrong do República atingiu a muralha do forte Augusto cujos estilhaços do impacto feriram o cabo Francisco Nascimento e o soldado Pedro Augusto do Nascimento do Exército, do 22º BI. Granada caída próximo do forte Augusto feriu com um estilhaço o soldado João Baltazar do 2º BPM (Jundiá). Este forte foi o QG da resistência. Ali se encontravam o presidente de São Paulo e o comandante do 4º distrito Militar. É atribuída ao doutor Bernardino de Campos esta resposta, ao pedirem que se abaixasse na muralha para proteger-se de uma granada que passou sibilante sobre sua cabeça quando ereto acompanhava a situação - O Estado de São Paulo não se abaixa.”

A defesa do forte da Barra esteve a cargo de 189 homens de Artilharia e Infantaria do Exército (Infantaria do 20 e 22 BI). A defesa do forte Augusto esteve a cargo da Bateria do 2º R. Artilharia e apoio dos soldados do 3º BPM. A fortaleza da Barra foi comandada pelo alferes Covas e o forte Augusto pelo cap. Art. João José Lima. Os revoltosos não se aventuraram no canal defendido pelo Corpo de Bombeiros e civis, inclusive Rivadavia Correia, ao comando do ten. cel. Silva Teles. O 10º RC estava na defesa de Paquetá (ponte) e a Alfândega pelo 3º BPM.

Os navios revoltosos rumaram para o Sul. Com apoio das autoridades e povo, a ilha de Santa Catarina capitulou à Revolta em 29 de setembro em condições generosas. Comandava a guarnição da ilha o cel. Inf. Julião Serra Martins. Ele fez tudo ao seu alcance para defender a ilha da Revolta. Mas só pode contar com 11 oficiais entre eles o ten. Muricy que imortalizou o episódio na obra A Revolução de 93 nos estados de SC e PR. (Rio, Bibliex, 1946).

O cel. Serra Martins foi deixado pelo Pálias no litoral em Sepetiba e depois de justificar-se em Conselho de Guerra retornou por São Paulo ao Paraná, para ter saliente papel na resistência da Lapa e após como comandante da Fronteira São Paulo-Paraná, em Itararé. É um bravo esquecido! (11)

Ao invés de na cidade de São Paulo como era plano da Revolta, o Governo Provisório do Brasil foi estabelecido em Florianópolis atual, em seguida. Dali a Guerra Civil e Revolta da Armada se irradiaram ao Paraná e passaram a ameaçar São Paulo, chave para a conquista do Rio de Janeiro e conseqüente deposição do presidente da República, marechal Floriano. São Paulo continuou a desenvolver as defesas de Santos e dos demais portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Iguape e Cananéia e da fronteira em Itararé contra o avanço de federalistas que dela se aproximavam.

O ataque da revolta a São Sebastião

Ficou operando no litoral norte de São Paulo a torpedeira Marcílio Dias e o cruzador auxiliar Íris. Eles causaram preocupações a São Paulo pelas

possibilidades de, com apoio de simpatizantes da Revolta em São Sebastião, São Luiz do Paraitinga e Taubaté executarem estas ações:

- interferência nas ligações telegráficas Rio-São Paulo, em São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba.
- atuação nas direções Ubatuba-São Luiz de Paraitinga-Lorena e na São Sebastião-Caraguatatuba-Paraibuna-Caçapava para interromper com apoio de simpatizantes da Revolta, a ferrovia Rio-São Paulo, o que isolaria o Rio de Janeiro por terra, já que o fôra por mar.
- utilizar os portos de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilha Bela, como base de apoio aos revoltosos e para ações contra Santos.

Idêntica preocupação existiu em relação aos portos de Iguape e Cananéia, estratégicos para a Revolta e, no governo, por usar o litoral Santos-Paranaguá para manter-se em contato com o Paraná e nele injetar toda a sorte de apoio, o que aconteceu até 10 de janeiro de 1894 em que o Paraná foi invadido pela Revolta e Guerra Civil, restando somente receber apoio por Itararé.

Para a revolta, para usar o litoral e os portos de Cananéia e Iguape como via de acesso para atacar Santos, por terra e mar, em combinação com um ataque terrestre por Itararé, conforme plano do cel. do Exército chefe do Estado-Maior de Gumercindo Saraiva, cel. Jaques Ouriques, o estrategista da invasão do Paraná.

Para fazer face a estas possibilidades o presidente de São Paulo tomou as seguintes providências:

- guarnecer pontos estratégicos da ferrovia Rio-São Paulo e, em especial, as pontes sobre o rio Paraíba.
- guarnecer com 30 homens de Caçapava e os restantes enviados de São Paulo a via de acesso São Sebastião-Caraguatatuba-Paraibuna, servindo a última de base de apoio do litoral e de resistência na serra.

São Sebastião onde havia muitas simpatias à revolta pediu através de sua Câmara a retirada das tropas para não atrair represálias dos revoltosos. Não foi atendida pelo presidente de São Paulo!

Decorridos 8 dias do ataque da Revolta a Santos, os revoltosos ocuparam São Sebastião de 28 de setembro a 5 de outubro de 1893, por 7 dias. O telégrafo foi interrompido. As ligações de São Paulo com o litoral norte passaram a ser feitas por Ubatuba e Caraguatatuba através do Quartel General do Exército na Praça da República. Foi guarnecida a via de acesso Ubatuba-São Luiz de Paraitinga-Lorena, com forte contingente em São Luís.

Em 5 de outubro todos os portos do litoral paulista estavam guarnecidos. O litoral norte estava defendido por elementos do 5º BPM (capital) e mais o Corpo de Bombeiros, todos ao comando do ten. cel. José Carlos Silva Teles. Corriam insistentes boatos de que a Revolta desembarcaria em São Sebastião, Boynuganga e Bertioga tropas federalistas de Gumercindo Saraiva para um novo ataque a Santos.

Em 5 de outubro Silva Teles libertou São Sebastião completamente abandonada pelas autoridades e população. Neste dia a torpedeira Marcílio Dias e o cruzador auxiliar Íris despejaram sobre São Sebastião, em dois ataques, cerca de 50 granadas que causaram estragos nos edifícios. Temendo um envolvimento, Silva Telles retraiu para Caraguatatuba deixando um pequeno efetivo em São Sebastião. No dia 12 de outubro recebeu duas peças de artilharia que em feito épico desceram a serra. Foram assestadas em Caraguatatuba num ângulo de 30

graus e cobrindo um raio de cerca de 3.000m.

Ali, o ten. cel. Teles recebeu a seguinte diretriz do dr. Bemardino: *‘Abrir com urgência caminho por terra São Sebastião-Caraguatatuba; guardar a serra em Paraibuna; vigiar e armar emboscadas em São Sebastião, assegurando seguro retraimento de lá; guardar o telégrafo e reprimir qualquer tentativa de interrompê-lo; guardar Juriquerê.’*

No dia 16 de outubro de 1893 foi fuzilado em Caraguatatuba o soldado Eurico de Oliveira do 4º BPM (interior) por após haver se insubordinado com o alferes Heitor Guinard: durante uma instrução saiu de forma e de modo covarde deu-lhe um tiro no rosto. Os oficiais da guarnição de Caraguatatuba o condenaram a morte por fuzilamento e assinaram ata a respeito. Foi fuzilado frente a toda a tropa formada. O presidente de São Paulo ao conhecer o crime do soldado Eurico e as circunstâncias em que foi praticado, enviou telegrama no dia imediato, onde dizia o seguinte: “Aprovo o que foi resolvido e executado.”

Por volta de 13 de novembro a pressão sobre o litoral norte foi aliviada. Ficaram guarnecendo Caraguatatuba 100 homens. O cel. Teles retornou com o Corpo de Bombeiros para vigiar o canal de navegação de Santos e a artilharia foi destinada para Itararé.

A defesa do litoral sul de São Paulo

A perda da ilha de Santa Catarina pelo Governo em 29 de setembro de 1893 e o estabelecimento do Governo Provisório do Brasil em Florianópolis para onde se dirigiram expressivos contingentes de federalistas do Rio Grande do Sul, aproximando se assim de São Paulo, determinou a necessidade de defesa da fronteira paulista em Itararé e a defesa dos portos de Iguape e Cananéia. Pelo litoral Santos-Paranaguá, a União e o Estado de São Paulo introduziram reforços de toda a ordem. Inicialmente visando expulsar a Revolta e a Guerra Civil de Santa Catarina. Mal sucedido este objetivo, este caminho litorâneo foi usado pela União e São Paulo para enviar reforços ao Paraná, objetivo de conquista pelo Governo Provisório em Santa Catarina. Conquistado o Paraná, o próximo passo, com apoio em plano do citado estrategista cel. Iaques Ouriques era atacar São Paulo por Santos e Itararé. São Paulo envia reforços ao Paraná e dá apoio aos enviados pela União. Em 10 de outubro passou por Santos o gen. Argolo para assumir o 5º Distrito Militar (atual 5ª RM) e comandar a expulsão da Revolta e da Guerra Civil de Santa Catarina. Pelo mesmo caminho litorâneo seguiu o cel. Serra Martins que capitulara em Santa Catarina. E isto em 26 de outubro para assumir saliente papel na defesa da Lapa e no comando da Fronteira de Itararé após servir com Argolo em sua expedição frustrada até Santa Catarina de onde retiraria para a Lapa por não ter conseguido os apoios esperados num meio de grande simpatia ou mesmo grande temor à Revolta e aos federalistas. Pelo litoral passou o Batalhão Franco Atiradores de tristíssima memória entre os povos do litoral (13). Por terra, em tempo recorde de viagem Tatuí-Itararé- Lapa chegou a 26 de novembro o cel. Gomes Carneiro e assumiu o comando das forças que Argolo conseguira reunir na Lapa. Neste dia havia chegado no Recife navios comprados nos EUA, na Inglaterra e na Prússia pelo governo para formar a Esquadra legal para combater a Revolta na Armada que estourara fazia cerca de 80 dias. No Sul, a 2ª invasão federalista havia dado início aos cercos de Bagé e do Rio Negro, sendo que no último, após 3 dias de resistência, forças do governo ao comando do mal. Isidoro Dias Lopes capitularam sob garantia de vida. Acordo que não foi respeitado e que resultou no

massacre, por degola, de cerca de 300 civis que constituíam a Cavalaria governista. Degola executada por mercenários uruguaiois e argentinos a serviço dos federalistas ali liderados pelo general honorário Joca Tavares (14). Bagé resistiu ao cerco pelo mesmo general até 8 de janeiro de 1894, sob a liderança do cel. Carlos da Silva Teles. Cerco levantado à aproximação da Divisão do Sul ao comando do cel. João César Sampaio, o que frustrou a 2ª invasão (15).

Desde 10 de outubro havia a idéia de guarnecer a fronteira de São Paulo em Itararé. Havia convicção, no governo da União, de que o 5º Distrito Militar (atual 5ª RM) possuía condições de resolver sozinho a situação, o que foi informado ao presidente de São Paulo.

Em 1º de dezembro de 1893 o alte. Custódio de Melo, com o encouraçado Aquidabã e o cruzador auxiliar Esperança forçou com sucesso a barra do Rio de Janeiro e rumou para o Sul. Este fato causou enorme alarme no litoral de São Paulo e em especial em Santos. Mas eles nunca atuaram na região!

Em 7 de dezembro de 1893, o alte. Saldanha da Gama aderiu à Revolta emitindo proclamação até hoje polêmica, por inquinada de restauradora da Monarquia, circunstância habilmente explorada pelo governo com a idéia força de luta pela consolidação da República. Este fato foi criticado por Lorena.

Com o Aquidabã, a esquadra fora do Rio foi muito reforçada com o temível e legendário encouraçado cujo poder o imaginário popular multiplicava por mil. A Revolta possuía domínio naval absoluto sobre o litoral Sul e nada o ameaçava. Possuía ampla e total liberdade de atuação.

Em 10 de janeiro de 1894, forças do Governo Provisório, seguindo plano de Jaques Ouriques, estrategista chefe do Estado-Maior de Gumercindo Saraiva, invadiram o Paraná por Paranaguá, Ujucas e Lapa, visando a conquistar Curitiba e por via de conseqüência o Paraná. Conquistaram Paranaguá em 15 de janeiro, fechando o caminho terrestre Santos-Paranaguá-Curitiba, essencial ao Paraná para receber apoios da União e de São Paulo. Ujucas capitulou em condições generosas em 17 de janeiro. A Lapa resistiria por 26 dias, até 11 de fevereiro de 1894, quando capitulou após haver tombado ferido de morte o líder e alma da resistência, o cel. Antônio Gomes Carneiro. As capitulações de Ujucas e Lapa ao gen. Gumercindo Saraiva foram em condições generosas, bem ao contrário de Rio Negro, no Sul. Ali foram libertados oficiais de São Paulo enviados para a defesa do Paraná, muitos dos quais estão imortalizados no Panteon da Lapa. Em 20 de janeiro de 1894, a Revolta e Guerra Civil assumiram o Governo do Paraná que exerceriam por mais de 100 dias até sua teslauração legal.

A resistência legendária da Lapa por 26 dias e que teria se prolongado por mais tempo não fôra a morte de seu líder, ganhou estrategicamente precioso tempo: para a organização da defesa de Itararé; para a defesa do governo no Rio beneficiado ainda durante o cerco, em 26 de janeiro, com o fim do bloqueio naval do porto do Rio de Janeiro, imposto por Esquadra dos EUA atuando às ordens do presidente Cleveland e mais tempo para organização e adestramento da Esquadra legal no Recife, pois em 22 de janeiro de 1894, no 5º dia de resistência da Lapa, o alte. Jerônimo Gonçalves assumiu o comando da Esquadra Legal no Recife e no mesmo dia zarpu para Salvador (16).

No litoral sul paulista Cananéia havia sido guarnecida e o acesso a seu porto

dificultado por um cabo de aço. Após recolher todas as embarcações do rio da Ribeira que pudessem ser úteis à Revolta, sua guarnição procurou defender-se em Iguape, por inacessível a vapores, ligada a Santos por telégrafo e mais fácil de ser apoiada pela retaguarda com reforços. Santos foi ainda mais reforçada pela Guarda Nacional e por duas peças de 70.

Sem meios navais, o governo usou largamente navios estrangeiros para enviar recursos humanos e bélicos a Santos e mesmo à Montevideu para onde enviaram o alte. Jerônimo e equipe e mais o futuro alte. Batista das Neves (17), entre outros, para guarnecer navios do Brasil em Montevideu e que viriam a integrar a Esquadra Legal, Os revolucionários os usaram também!

Embora sem condições de fazer desembarques anfíbios no litoral paulista os navios revoltosos e suas admiráveis guarnições fixaram no litoral de São Paulo importantes efetivos em detrimento da defesa de Itararé. Pois desta posição se aproximavam, com suas possibilidades centuplicadas pela lenda, segundo Isidoro Dias Lopes (18), de guerreiros habilíssimos no uso da lança e acostumados à degola de prisioneiros. Pois há muito já haviam chegado à fronteira de São Paulo as notícias das centenas de governistas mortos à lança em Cerro do Ouro (19) e por degola em Rio Negro (20). O imaginário se encarregava do resto! E esta lenda contribuiu muito no Paraná para provocar deserções, dificultar recrutamento e provocar a colaboração da população. Ao contrário, para a Guerra Civil que com a euforia da fácil vitória (21) no final, surgiram batalhões patrióticos de descendentes de estrangeiros, cujo entusiasmo arrefeceu por ocasião da retirada federalista e ofensiva governista. Não havia consciência popular das idéias em jogo!

A organização da defesa da fronteira em Itararé

A organização do Corpo de Exército em Itararé

Para a defesa de São Paulo na fronteira com o Paraná e depois libertar o Paraná e Santa Catarina da Revolta e Guerra Civil foi organizado, progressivamente, um Corpo de Exército cujo comando passou a ser exercido pelo gen. Ewerton Quadros, em Itararé, em 28 de março de 1894, quando sua 1ª Divisão já havia invadido o Paraná e se encontrava há dois dias em Jaguariaiva. Este Corpo de Exército integrado por forças do Exército, da Guarda Nacional e da Polícia Militar de São Paulo teve a seguinte organização, ao final:

- 1ª Divisão - Comandante cel. Firmino Pires Ferreira que se assinalou por atos heróicos no Paraguai;

1ª Brigada - comandante cel. Braz Abranches

20 BI (Goiás) formador do 1º BI em 1938

39 BI (formador do 15º BI em Curitiba em 1938)

Batalhão Campineiro - Guarda Nacional de Campinas SP Batalhão Frei Caneca - Guarda Nacional São Paulo.

2ª Brigada - comandante cel. João da Silva Braga (PMSP) 1º BPM (capital), 2º BPM (Jundiaí) e 3º BPM (Santos) Batalhão Silva Telles - Guarda Nacional São Paulo.

- 2ª Divisão - Comandante cel. Manoel Eufrazio Santos Dias

3ª Brigada - comandante cel. José Maria Marinho da Silva

9 BI (Bahia) formador OM Inf. Florianópolis e Joinville
 37 BI (São Paulo) formador 11 RI São João dei Rey
 1 RC (Rio) atual Dragões da Independência de Brasília
 Batalhões Francisco Glicério e Operário da Guarda Nacional de São Paulo 4ª
 Brigada - comandante cel. José Delgado Dias de Carvalho
 1 Batalhão de Artilharia de Posição (duas peças)
 15 BI da Guarda Nacional de São Paulo
 2 RC da Guarda Nacional de São Paulo

Eram do Exército o comandante do Corpo de Exército, das divisões e das 1ª e 3ª brigadas. Os da 2ª e 4ª brigadas talvez eram da Polícia.

Forneceram contingentes de guardas nacionais para a defesa da fronteira as seguintes localidades paulistas além da capital: Amparo, Campinas, Caçapava, Jundiá, Mococa, Mogi Mirim, Porto Feliz, São José dos Campos e Sorocaba. Esta vigiou a serra próxima a Iguape.

Para o apoio logístico de Itararé foi estabelecido desde Tatuí, fim da ferrovia, um comboio de mais de 1500 mulas e mais carroções. A linha telegráfica chegou a Itararé, desde Tatuí, em 5 de fevereiro de 1894, vigésimo dia da resistência da Lapa. Itararé ficou ligada ao Palácio do Governo, no Rio. Ainda a 2 de fevereiro, chegaram em Santos, destinados à defesa de Itararé e invasão do Paraná, 5 mil carabinas Mannlicher e 4 milhões de cartuchos adquiridos por São Paulo, através do ministro plenipotenciário em Buenos Aires, o dr. Francisco Assis Brasil, que lideraria a Revolução de 1923 no Rio Grande.

Em 13 de fevereiro, segundo dia da capitulação da Lapa, chegou a Itararé o ajudante-de-ordens do cel. Gomes Carneiro em busca de socorro tendo declarado (22):

‘Calcular 3.000 federalistas no Paraná, mal armados e com pouca munição, em especial de Artilharia. Que 500 homens seriam suficientes para romper o cerco da Lapa. Que o cel. Gomes Carneiro esperava resistir mais 18 dias, ou 44 no total, até receber socorro de São Paulo, de Xanxerê ou da Divisão gaúcha do Norte de Pinheiro Machado.’ (23) Esta comunicação não correspondia à realidade, a julgar por depoimento do mais tarde mal. Isidoro Dias Lopes que liderou a Revolução de 1924 em São Paulo e que como federalista acompanhava Gumercindo Saraiva.

Que os federalistas e Revolta possuíam cerca de 6.000 homens e muita Artilharia. Que eles se haviam fortalecido com armas, munições e homens capitulados em Florianópolis, Paranaguá, Tijucas, Lapa e que haviam encontrado abandonados em Curitiba, na pressa da retirada do gen. Pego Júnior.

Dia 16 de fevereiro de 1894 chegou em Itararé a notícia da capitulação da Lapa, ocorrida 5 dias antes e fornecida pelo cel. Telêmaco Borba, federalista: *‘Que todos os defensores haviam morrido, os federalistas estariam em Castro em 18 e em seguida em Jaguariaiva e Itararé.’*

A notícia, exagerada, alvoroçou toda São Paulo. Gumercindo Saraiva e seus lanceiros estavam prestes a invadir São Paulo. Pois era conhecido do governo o plano da Revolta e da Guerra Civil de, a partir do Paraná, em ataques combinados, por mar e terra, conquistarem São Paulo, capital. E esta pressão sobre Itararé

perdurou por cerca de um mês até os federalistas conhecerem a capitulação da Revolta no Rio em 12 de março de 1894 e, sobre Santos, até por ali passar com destino ao Sul, em 8 de abril de 1894 a Esquadra Legal, o que tornou possível a liberação de maiores meios para a Fronteira em Itararé em apoio à 1ª Divisão que marchava em direção a Curitiba.

O desenvolvimento da defesa de Itararé

Em 17 de janeiro de 1894, início do cerco da Lapa (24). Itararé era guarnecido com 500 homens da Guarda Nacional e recebeu 15 oficiais do Exército. Em 20 de janeiro a Revolta e a Guerra Civil assumiram o governo do Paraná. Somente a Lapa resistia dando tempo para fortalecer Itararé, em 26 de janeiro o efetivo da Lapa subiu para 860 homens carentes de armas e munições. Teve início a construção do telégrafo Tatuí-Itararé pelo cap. Ximenes Villeroy, do Exército, que espalhou a seguinte avaliação na posição: “Que Itararé seria atacada por 8.000 mil federalistas e que não resistiria 5 minutos”. Apreciação alarmista que teve seu lado positivo no sentido de maior atenção à defesa de Itararé e fronteira adjacente. O presidente de São Paulo telegrafou:

“Presidente da República. Comunico que concentrarei em Itararé um Corpo de Exército e solicito oficial competente para comandá-lo. Estão impedidos o cel. Inocêncio Ferraz por ser o comandante da Polícia Militar e o cel. José Jardim por comandar o 4º Distrito Militar em Santos cuja defesa não pode deixar. Ofereci o comando ao gen. Pego Júnior que abandonara o Paraná e ele recusou o oferecimento seguindo para o Rio e deixando as forças que o acompanharam em Itapetininga.”

Em 1º de fevereiro de 1894-14º da resistência da Lapa, Itararé conheceu a capitulação generosa de Tijucas, inclusive de tropas retiradas de Itararé. Nesse dia assumiu o comando da fronteira e cel. Braz Abranches, do Exército e herói do Paraguai, reforçando a posição com o 20 BI (Goiás), o 1º BPM, o Batalhão Operário da Guarda Nacional e um contingente de Jundiáí, da Guarda Nacional. Em 2 de fevereiro chegaram em Santos armas e munições adquiridas na Argentina para o Corpo do Exército, dia em que o gen. Pego Júnior passou em São Paulo. No Rio, respondeu a Conselho de Guerra e foi condenado à morte não sendo executado segundo o historiador Arivaldo Fontes por interferência dos alunos da Escola Militar que o admiravam (25).

Em 12 de fevereiro, dia seguinte à capitulação generosa da Lapa, toda a fronteira São Paulo-Paraná estava bem guarnecida (Itararé, Rio Verde, Ribeira e Paranapanema) e já dispunha de novo comandante, o cel. Firmino Pires Ferreira, do Exército, herói de guerra no Paraguai e natural do Piauí. Ele dispunha de 2.000 homens do Exército, Polícia Militar e Guarda Nacional. Segundo o mais tarde mal. Isidoro Dias Lopes que lutou como federalista no Paraná seus companheiros “desperdiçaram cerca de um mês em bailes e fotos em Curitiba ao invés de darem curso à marcha em direção a Itararé que não seria fácil e rápida, tal o volume do problema logístico que iriam enfrentar longe de um porto e num itinerário que não dispunha de ferrovia de Ponta Grossa a Itararé”. Trecho em que a divisão do cel. Firmino com todo o apoio logístico oficial levou mais de um mês para percorrer. A artilharia federalista seria um grande trambolho num caminho assim.

Em 24 de fevereiro de 1894, décimo terceiro dia da capitulação da Lapa, a fronteira Paraná-São Paulo, com o seu centro de gravidade em Itararé, estava

guarnecida por 3.000 homens. Neste dia foi promulgada a constituição de São Paulo. Informes chegados a Itararé diziam existir em Jaguariaiva força federalista de 200 homens “em maioria argentinos e uruguaios armados de lanças e outras armas extravagantes”. Havia um temor generalizado em Itararé que a Cavalaria federalista precedida de fama centuplicada pela lenda pudesse envolver, cercar e isolar Itararé, aproveitando diversas passagens.

Em 27 de fevereiro de 1894, o capitão federalista Luiz Pinto Pereira apresenta-se como desertor e declarou a existência de plano em curso para conquistar a cidade de São Paulo numa manobra combinada Itararé-São Paulo e Paranaguá-Santos, por terra e Paranaguá-Santos por mar e, daí, por terra São Paulo. Este plano existiu e era da lavra de Jaques Ouriques oficial do Exército federalista, autor do plano de invasão do Paraná.

Em 1º de março de 1894, a Esquadra Legal guarnecida metade por brasileiros e metade por marinheiros estrangeiros contratados nos EUA deixou Salvador rumo ao Rio (26). A guarnição brasileira era integrada por marinheiros que não aderiram à revolta e alunos das escolas militares do Ceará, Porto Alegre e Praia Vermelha. Em São Paulo, 1200 homens estavam sendo preparados para seguirem para Itararé. A fronteira estava bem guarnecida só faltava-lhe Cavalaria para ações de Cobertura e de arrebanhamento de gado nas fazendas, ao Sul, no Paraná. Postos avançados no Paraná mantinham a vigilância.

Em 11 de março de 1894 a Revolta capitulou no Rio. Saldanha da Gama e seus marinheiros foram acolhidos a bordo de navios de guerra portugueses que os transportaram para o Uruguai onde se evadiram em grande número antes de serem levados para Portugal o que provocou o rompimento das relações Brasil-Portugal. Neste dia chegou informe em Itararé de que o coronel federalista Juca Tigre, forte de 1000 homens, se aproximava e que à sua retaguarda vinha Gumerindo Saraiva. A capitulação da Revolta no Rio, conhecida no Paraná pelos federalistas, foi o ponto de inflexão da ofensiva sobre São Paulo para retirada para o Rio Grande. Coube expressivo papel na capitulação da Revolta à presença no Rio da Esquadra Legal do alte. Jerônimo Gonçalves (27) e apodada ironicamente por Gaspar Silveira Martins de “Esquadra de Papelão”, como Pinheiro Machado apodara os federalistas de “maragatos” e Júlio de Castilhos a junta que o depusera do governo de “Governicho”, todos apelidos com grande força irônica e que passaram à História. Era grande a expectativa em Santos e Itararé, de um ataque. O cel. Firmino declinou de passar à ofensiva por dispor deste informe que poderia comprometer sua retaguarda sem a devida cobertura:

“Haver chegado em Jaguariaiva 3.000 federalistas com 10 peças de artilharia e 200 cavalarianos ao comando do cel. federalista dos quadros do Exército Antônio Carlos da Silva Piragybe, de Infantaria. ” De fato, Piragibe enviou proclamação à Itararé e depois se retirou viajando para o Uruguai em 22 de março, tendo se incompatibilizado em Castro.

Por esta época, face à capitulação da Revolta no Rio, os federalista se reuniram em Ponta Grossa e ante à realidade estratégica decidiram:

“Que face à inevitável capitulação da Esquadra de Fora do alte. Custódio à Esquadra legal do alte. Jerônimo Gonçalves, os federalistas ficariam sem apoio naval para prosseguir. Decidiam então retornar ao Rio Grande do Sul divididos em 3 colunas”.

A ofensiva do governo no Paraná e em Santa Catarina

Em 21 de março, o cel. Firmino deu início à ofensiva. Com a 1ª Divisão avançou na Ribeira, Rio Verde, Paranapanema e Itararé. Nesta, deixou 2 peças guarnecidas por 50 homens, um contingente de Infantaria e os doentes. Nesse dia era nomeado comandante do Corpo do Exército em Operações no Paraná e 5º Distrito Militar (atual 5ª RM/5ª DI) o general de brigada Francisco Raimundo Ewerton Quadros. Acompanhava as tropas do cel. Firmino para reassumir o governo do Paraná, o dr. Vicente Machado que não se cansava de exaltar e agradecer o apoio recebido de São Paulo e de seu presidente dr. Bernardino de Campos.

Em 26 de março de 1894 o cel. Firmino entrou em Jaguariaiva e conheceu a franca retirada federalista. Dois dias após, o gen. Ewerton chegou a Itararé para implementar a organização da 2ª Divisão de seu Corpo de Exército.

Organização concluída em 14 de abril.

Em 8 de abril de 1894 a Esquadra Legal do alte. Jerônimo Coelho passou em Santos aliviando a tensão que aquela praça padecera durante sete meses.

Em 12 de abril depois de o alte. Custódio de Melo tentar conquistar durante seis dias o porto de Rio Grande foi repellido por forças ao comando do gen. Bacelar (comandante da atual 3ª RM). Seguiu para o Prata, desembarcando os federalistas em Castilhos e entregando os navios à Argentina. Navios que foram resgatados mais tarde pela Esquadra Legal.

Em 13 de abril de 1894, após 23 dias do início da ofensiva, a 1ª Bda/1ª Div. do cel. Braz Abranches ocupou Castro às 16 horas, após breve escaramuça em que os atacantes tiveram 1 morto e 4 feridos. Fez a vanguarda o Batalhão Capineiro que sustentou tiroteio junto à margem esquerda do rio Iapó sendo auxiliado pelo 2º BI (Goiás). O cel. Braz Abranches foi assim louvado:

‘Ao veterano do Paraguai, chefe da 1ª Brigada no momento da ação, o valoroso cel. Braz Abranches, eu consagro todos os louvores que o brilho da vitória exige cel. Firmino comandante da 1ª Divisão.’

Em 16 de abril de 1894 a Esquadra Legal do alte. Jerônimo Gonçalves, assinalado herói naval do Brasil na Guerra do Paraguai, torpedeou e neutralizou, a noite, o temível e legendário couraçado Aquidã e a seguir libertou Florianópolis do domínio da Revolta e da Guerra Civil que o exerciam fazia seis meses e meio. Assumiu o governo militar e civil o cel. Moreira César, ao qual a História vem atribuindo fuzilamentos em número exagerado e cujas responsabilidades morais vem sendo atribuídas a políticos locais, segundo concluiu o prof. Carlos Humberto Correia, da UFSC. O mesmo se aplica às execuções no Paraná atribuídas ao gen. Ewerton Quadros. São pontos que merecem aprofundamentos para que a história seja verdade e justiça e não estigmatize a memória de ausentes. Enfim, são questões em aberto!

Em 24 de abril de 1894 a Esquadra Legal reconquistou Paranaguá e Antonina. Ele desembarcou em Paranaguá o 2º BPM (de Jundiá). Esta unidade que atuara na defesa de Santos, depois de muito perigosa viagem ferroviária pela serra da Graciosa entrou em Curitiba às 19 horas, indo aquartelar no quartel do 17º BI, na rua 13 de maio. Foi a primeira tropa do governo a entrar em Curitiba. Ela integrava a 2ª Brigada da 1ª Divisão do Corpo de Exército.

Em 3 de maio de 1894, a 1ª Divisão deixou Ponta Grossa para Curitiba, após esperar a 2ª Divisão e o gen. Ewerton atingirem Castro. Sem reação e com todo o

apoio logístico e sem artilharia, a 1ª Divisão demorou cerca de 40 dias para fazer o trajeto Itararé-Ponta Grossa. Assim após a capitulação da Lapa os federalistas só poderiam atuar em força em Itararé, estimo, por volta de 1º de março, caso a Lapa não tivesse resistido e por volta de 27 de março com o retardo da resistência da Lapa. Em 1º de março de 1894, a Esquadra Legal deixou Salvador e a Fronteira de Itararé já possuía 3.000 homens e mais 1.200 se preparavam para reforçá-los. Se atacassem em força e, em 27 de março de 1894. Era o 16º dia da capitulação do Rio e o alte. Gonçalves estava para descer para o Sul ficando os federalistas sem apoio na fronteira e sem o apoio da Esquadra do alte. Custódio. Enfim, são considerações importantes para demonstrar a importância estratégica da resistência da Lapa e da Esquadra Legal para acelerar o término da Revolta e da Guerra Civil no Paraná e Santa Catarina, bem como da defesa da fronteira de Itararé.

Em 6 de maio de 1894 a vanguarda da 1ª Divisão do cel. Firmino entrou em Curitiba levando o dr. Vicente Machado que foi reempossaado no governo do Paraná. Ordem do Dia do Corpo de Exército do gen. Ewerton Quadros declarou Santa Catarina e o Paraná libertados da Guerra Civil e da Revolta da Armada. Em 9 de maio o 2 BPM da 2ª Brigada foi mandado retornar a Paranaguá e passou a guarnecer Morretes, Antonina e Restinga Seca.

A participação de São Paulo aqui descrita sob a liderança de seu presidente dr. Bernardino de Campos foi relevante para a libertação do Paraná. Este agradecimento do governador do Paraná resume o que afirmamos:

"... ao benemérito patriota (dr. Bernardino de Campos) que preside os destinos de São Paulo é a quem o Paraná e o seu governo legal devem os mais assinalados serviços dr. Vicente Machado".

Em 20 de maio de 1894, no Km 65 da ferrovia Curitiba-Paranaguá foram fuzilados sumariamente o barão de Serro Azul (28) e cinco companheiros. Epílogo lamentável à espera de um julgamento sereno pelo Tribunal da História.

A consolidação da retomada do Paraná

Ainda em 7 de abril de 1894, Gumersindo Saraiva encontrava-se em Ponta Grossa a concluir de Ordem do Dia nº 6 que emitiu. Neste dia a 1ª Divisão do cel. Firmino se aproximava de Castro que ocupou em 13. Em 12 de abril o alte. Custódio havia sido repellido da cidade de Rio Grande o alte. Jerônimo Gonçalves estava chegando com a Esquadra Legal em Santos, a caminho de Florianópolis, que foi por ela recuperada a 17, após ter sido torpedeado no dia anterior e neutralizado o couraçado Aquidabã. Por esta época, em 10 de abril, ocorreu o massacre do Boi Preto, em Palmeira das Missões, de cerca de 300 federalistas, por forças do cel. Firmino de Paula, como vingança expressa do massacre do Rio Negro ocorrido em 28 de novembro de 1893.

Na Ordem do Dia citada reproduzida por Vilalba, (E. Rev. Fed. no RGS. Rio, Laemmert, 1897 - doc. 133, p. 252) Gumercindo declarou entre outras coisas:

- Que assumira o governo do Paraná importante chefe paulista - o dr. José Antônio Ferreira Braga, que fora presidente do Pará.
- que o alte. Custódio estava forçando a barra do Rio Grande com 4.000 homens para conquistar aquele porto e a seguir Pelotas e Porto Alegre, de acordo com os chefes federalistas Joca Tavares, Salgado, Prestes Guimarães, Marccolino Pina, Rafael Cabeda, Silveira Martins e tantos outros, para depor Júlio de Castilhos

da presidência do Rio Grande do Sul.

- que iria concentrar seu Exército em Ponta Grossa que se encontrava espalhado pelo Paraná e Santa Catarina da seguinte forma:

- uma brigada na fronteira, frente a Itararé, com Telêmaco Borba e P. Pinto.
- outra no Assungui com Jocelyn Borba, Teixeira Freitas e Abranches.
- o forte do Exército em Ponta Grossa, com Torquato Severo e outros chefes.
- a guarnição de Curitiba ao comando de Cesário Saraiva (29) e do Amaral e a artilharia ao comando do cel. Colônia.
- outra brigada em Paranaguá com Paim, Leoni e Cavalcanti.
- outra em Rio Negro com Felício, Filgueiras e Fragoso.
- uma divisão em Guarapuava com Juca Tigre e outra em Chopim com seu irmão Aparício Saraiva (mais tarde com grande projeção no Uruguai).

Gumercindo, ao se referir a seus comandantes subordinados, usou largamente os adjetivos: denodado, valente, intrépido, ilustre, audaz, destemido, invencível (só para seu irmão Aparício). Aqui talvez residisse um dos segredos de sua enorme liderança. É uma lição de História!

Prosseguindo em suas considerações Gumercindo assinala:

- Que depois de “2 meses de descanso do seu invencível Exército recomeçaria as operações de guerra” que seriam dirigidas contra a coluna (cel. Firmino) que se lançaria a partir de Itararé à qual estava reservado o mesmo destino das de Paranaguá, Ambrósios (Tijucas) e Lapa. (O cel. Firmino já estava próximo de Castro com cerca de 17 dias de marcha desde Itararé).

- repelida a coluna (cel. Firmino) chegaremos à fronteira de São Paulo onde adotaremos os seguintes comportamentos alternativos:

- se São Paulo pegar em armas contra o governo federal em seu território, eu não ultrapassarei a fronteira.

- - se São Paulo pegar em armas contra o governo eu irei auxiliá-lo com todo o meu Exército e juntos libertaremos os demais estados.

- caso São Paulo não pegue em armas contra o governo, a minha consciência diz que devo proclamar a independência do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul”, e termina entre outros brados: “Viva o Paraná independente!”

O cel. Firmino (30) antes de lançar-se para o Sul com a 1ª Divisão, emitiu esta proclamação às suas tropas (Vilalba. op. cit, doc. 132, p. 251) que diz:

que nunca deixaria de ver com a maior angústia e pesar que os que se encontravam nas fileiras federalistas eram nossos irmãos por serem filhos da mesma pátria. E assim, apela às suas tropas, em maioria de São Paulo:

“E a vós paulistas, invocando o vosso glorioso passado na formação da pátria brasileira e os vossos assinalados serviços na obra de fundação da República. A vós particularmente eu peço a contribuição indispensável de vossa energia e de vossa coragem para pedir-lhes que este solo tão belo, tão rico e tão fértil, não venha a ser esterilizado pelas pegadas dos invasores”.

Cerca de seis dias antes de dar início à contra ofensiva para libertar o Paraná, o cel. Firmino havia recebido a seguinte proclamação do cel. Piragibe, intitulando-se comandante do 1º Corpo do Exército Nacional Provisório, com seu QG em Jaguariaiva, segundo Vilalba, (op. cit. doc. 130, p. 248) onde entre outras considerações enfatizava:

- Que as divisões gaúchas do Centro (Arthur Oscar) e do Norte (gen. Lima e Pinheiro Machado) haviam sido batidas em Santa Catarina e haviam “fugido” para o Rio Grande do Sul.

- que o cel. Gomes Carneiro sucumbira na Lapa e suas tropas, numerando 800 homens, haviam capitulado e entregue seis peças de artilharia.

- que o cel. Eugênio Melo capitulara em Paranaguá com cerca de 1000 homens e 10 peças de artilharia.

- que o gen. Pego Júnior e o governador do Paraná dr. Vicente Machado “se evadiram” de Curitiba deixando abandonadas quatro peças de artilharia, 800 armas diversas, muitas espadas, lanças e fardas.

- que à vista deste quadro adverso às tropas do governo em Itararé, seria inútil elas prosseguirem para o Paraná.”

Decorridos sete dias, Piragibe deixou o comando desta frente e tomou um navio estrangeiro com destino a Montevideu, em 22 de março de 1894. Em sua tropa, segundo Isidoro Dias Lopes, testemunhou, ao chegar a notícia da capitulação da Revolta na Esquadra no Rio, o imaginário popular espalhou a notícia que alarmou suas tropas, ao ponto de acreditarem que a Esquadra legal que se aproximava do Sul “possuía canhões automáticos capazes de acertar na lua”. A proclamação de Piragibe em parte verdadeira no tocante à sucedida invasão do Paraná, no tocante às divisões gaúchas do Centro e Norte situavam-se num quadro de Guerra Psicológica que fazia efeitos negativos, pois não se dispunha como hoje de um sistema de Informações em campanha, com metodologia para separar informações de informes e boatos.

Ao invés de ofensiva, os federalistas se retiraram do Paraná em 3 colunas, com junção prevista em Campos Novos o que conseguiram somente 2, sendo que a de Juca Tigre teve de internar-se na Argentina. O 1º BPM da 2ª Brigada perseguiu-os até Rio Negro. A 1ª Brigada do cel. Braz Abranches saiu ao encalço de Juca Tigre guiado por Telêmaco Borba, tendo ocorrido o combate de passo Iguaçu onde se destacou o Batalhão Frei Caneca paulista. A 3ª Brigada do cel. José Maria Marinho (natural de Pelotas) com o 1º RC (atual Dragões de Brasília) atuou na perseguição até o Rio Grande do Sul. Um destacamento desta brigada, ao comando do ten. cel. Emídio Dantas Barreto (37 BI, 2º BPM e um piquete de Cavalaria) fizeram o rescaldo nos vales do Iguaçu, Negro, Putinga e Timbó à procura de líderes federalistas, cel. Amazonas, líder incontestado em União da Vitória, e do governador federalista do Paraná, dr. Braga. Este contingente operou em Nonoaí e o 2º BPM (Jundiá) chegou até Cruz Alta, RS, cidade fundada por paranaenses, de Castro ou os “birivas” curitibanos como Atanagildo Pinto Martins que exerceram grande influência no planalto médio do RS: Cruz Alta, Passo Fundo, Soledade, Carazinho, Espumoso, Santa Bárbara conforme demonstra Roselys Vellozo Roderjan em Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (Curitiba, IGHSAParanaense, 1992). Livro que demonstra que os gaúchos federalistas, no Paraná se sentiam meio em casa trilhando caminhos das tropas. O 37 BI por muitos anos guarneceu o Paraná. O 2º BPM de São Paulo foi a última tropa paulista a retornar, o que ocorreu em 14 de janeiro de 1895, quando fazia cerca de 65 dias havia sido fundado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1º de novembro de 1894.

Grande parte do que foi preservado da memória da epopéia ora resgatada, se deve a um sargento integrante do 2º BPM mais tarde assinalado historiador e

comandante da Polícia Militar de São Paulo, o cel. Pedro Dias Campos, filho de Araçoiaba, através de obra que não tem sido explorada, por raríssima, nos estudos sobre a Revolta na Armada e Guerra Civil focalizadas. Obra que reflete o pensamento de Bernardino de Campos (CAMPOS, Pedro Dias de, ten. cel. (PMSP). A Revolta de seis de Setembro - ação de São Paulo. Paris-Lisboa, Ailaud Alves, 1913).

Obra que levamos para tirar-se cópia e como contribuição ao Congresso do Centenário da Revolução Federalista, em Curitiba-PR, de maio de 1994 (31), previsto na Constituição Estadual. A Secretaria de Cultura tirou cópia. Sobre o autor citado escreveu o gen. Paula Cidade em suas Memórias após com ele conviver na cidade de São Paulo, no combate à revolução de 1924:

“Era um homem moreno, de pequena estatura, tipo militar japonês, dado os traços mais marcantes de sua fisionomia. Mais tarde eu haveria de admirar nele um dos exemplares mais completos de soldado com que me tenho defrontado.”(Revista Defesa Nacional n° 709, set/out 1983).

Pedro Dias de Campos foi coadjuvante destacado da Missão Militar Francesa na Polícia Militar de São Paulo e um dos maiores comandantes desta força, além de historiador militar brasileiro notável, conceito que a obra citada esquecida reforça.

Com este estudo resgato importante página da PMSP à qual pouca ênfase havíamos dado, por desconhecimento, na plaqueta que produzimos no sesquicentenário desta força, ao comando do então cel. Cav. Arnaldo Bastos de Carvalho Braga: (BENTO, Cláudio Moreira, ten. cel. Polícia Militar do Estado de São Paulo (Lealdade e Constância). São Paulo, PMSP, 1982. Obra reproduzida em parte pelo DO Leitura n° 9/98 jul. 1990, p. 12 sob o título : História movimentada da PMSP).

Os federalistas de Gumercindo Saraiva ao chegarem até Jaguariaiva e após se retirarem percorrendo cerca de 2500 Km em sua grande marcha escreveram página épica na História Militar do povo brasileiro cujos sacrifícios e privações estão imortalizados na obra da testemunha: DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio. Pelotas, Liv. Americana, 1896 (reedição fac similar, em 1977 por Martins Livreiro). Não deixaram em sua marcha a mácula de massacres como o de Rio Negro.

Notas ao texto

1 - O massacre do Rio Negro ocorreu em 28 de novembro de 1893 em Hulha Negra (atualmente município de Bagé). Foi respondido, em Boi Preto, em 10 de abril de 1894, em Palmeira das Missões. O primeiro, sob a responsabilidade moral do general honorário João da Silva Tavares (Joca Tavares) e o segundo sob a responsabilidade moral do cel. Firmino de Paula e como vingança expressa do primeiro. Em ambos foram sacrificados cerca de 300 homens, cifra que precisa ser estabelecida por existir controvérsia sobre a extensão das mesmas.

2 - Vide do autor - “A intervenção estrangeira na Revolta da Armada”, (a rigor Revolta da Armada, pois só participou dela 1/5) na RIHGB, n° 379 abr/jun 1993. pp. 232-268 e Centenário da Revolta na Armada Revista A Defesa Nacional. n° 762, out/dez 1993. pp. 25-78.

3 - Vide do autor op. cit. nota anterior e o gen. Julião Augusto Serra Martins, um herói da Lapa, pouco conhecido e reconhecido, publicado nos Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista. Curitiba-PR, Assembléia Legislativa do Paraná, na RIHGC 1994.

4 - Conclusão com apoio do alte. Hélio Leôncio Martins “A Revolta da Armada” in: Anais do Congresso Nacional de História... da República do Brasil. Rio IHGB, 1989. pp. 103-126 (Menciona o Plano da Revolta de conquistar Santos e São Paulo). Em Bagé o alte. Leôncio mencionou que a Revolta atingiu só 1/5 da Armada, daí a impropriedade de chamá-la Revolta da ao invés na Armada. Pois ela foi conhecida também como Revolta de Seis de Setembro e 2ª Revolta do alte. Custódio. Este debate foi suscitado no Clube Naval em 1993 em conferência sobre o tema, do qual participamos como debatedor.

5 - Vide do autor - “O massacre federalista do Rio Negro, em Bagé, em 28 de novembro de 1893. RIHGB, nº 378 jan/mar 1993. v. 154 e o Massacre do Rio Negro in: Revolução Federalista. Palegre, Martins Livreiro, 1993. pp. 123-136 e Centenário do Massacre do Rio Negro. Zero Hora, Porto Alegre, 28/29 nov. 1993.

6- O mal. Foch era instrutor de História Militar na Escola Superior de Guerra da França de onde saiu para comandar a vitória aliada na Iª Guerra Mundial. Valorizava a História Militar como instrumento de formação do profissional militar, com apoio na experiência alheia.

7 - Idem com apoio op. cit. nota 4.

8 - Transcrito por Pedro Dias de Campos em A Revolta de Seis de Setembro - a ação de São Paulo. Paris - Lisboa, Ailaud Alves, 1913. p. 36. Obra que será referida no final deste estudo.

9 - Idem op. cit. nota anterior.

10 - Idem op. cit. nota 4.

11 - Vide ref. na nota 4. Sentiu o seu valor militar olvidado, o historiador paranaense Milton Miró Vernalha.

12 - Chamava-se Alfredo Ernesto Jaques Ouriques. Nasceu em Porto Alegre, em 21 de fevereiro de 1848. Consagrou-se como estudioso de estratégia, ao publicar na Revista do Exército, em 1882, trabalho - Plano de Defesa Estratégica da Província do RGS e que reproduzimos em nossa obra O Exército na Proclamação da República. Rio, Bibliex, 1989. Segundo concluo de seus estudos, era engenheiro com vivência nas colônias militares de São Paulo de Itapura e Avanhandava. Com a Revolução deixou o Exército. Por volta de 1906 andava no Acre e Amazonas. Possui mais trabalhos na Revista do Exército citada relacionados por Rua Santos em sua Coleção Bibliográfica Militar. Rio, BIBLIEX, 1960. p. 111. VILASBOAS fornece outras indicações em Dicionário Bibliográfico Gaúcho. Palegre, Est/Edigal, 1991. Era engenheiro militar.

13 - Op. cit. nota 8 descreve os abusos praticados por esta tropa recrutada entre populares do Rio e que combateu em Tijucas, após o que se passou com seus oficiais e praças para os federalistas, tendo assinado ata a respeito constante de Vilalba. Rev. Fed. RGS. Rio, Laemert, 1897. doc. 134, p. 255.

14 - Segundo Wenceslau Escobar em Apointamentos para a História da Revolução Rio-Grandense. Palegre, Liv. Globo, 1920. O autor foi editor de A Reforma, jornal federalista que se opunha à Federação. Em 1920 era dirigente do Partido Federalista. Teve sua obra de visão federalista respondida no mesmo ano e

editora, pelo mal. João Cézar Sampaio que comandou a Divisão do Sul que libertou Bagé sitiada. São duas obras xifópagas, sendo que a última é raríssima, lemos a existente na Biblioteca do Exército, doada pelo gen. Souza Docca, bem como a de Wenceslau anotada pelo gen. Valentim Benício.

15 - A atuação da Divisão do Sul é descrita pelo seu comandante o então cel. Sampaio na obra mencionada na nota anterior O cel. Sampaio e os Apontamentos do dr. Wenceslau Escobar (Palegre, Liv. Globo, 1920), obra rara como referimos na nota anterior e que reputo de grande valor profissional pelas lições que contém. Não pode ser lida sem a do dr. Escobar.

16 - Estudamos o alte. Jerônimo Gonçalves nas op. cit. na nota 2. O desconhecíamos, até ouvir palestra do alte. Hélio Leôncio Martins no Centro de Documentação Geral da Marinha que, com isenção, vem fazendo uma nova leitura da Revolta da Esquadra e seus principais protagonistas, numa visão corporativista salutar, a serviço da construção de uma Marinha do futuro com subsídios históricos, com base na Verdade e na Justiça, objetivos da História. O mesmo ele procedeu em relação à Revolta dos Marinheiros de 1910. Rio, Serv. de Documentação Geral da Marinha, 1988. Coleção Brasileira v. 384.

17-0 alte. Batista das Neves integrou com destaque a Esquadra Legal. Em 1910 foi assassinado barbaramente pelos marinheiros revoltados do couraçado Minas Gerais que ele comandava no episódio A Revolta dos Marinheiros citado na nota anterior. Hoje é nome da enseada do Colégio Naval.

18 - Izidoro Dias Lopes, que mais tarde lideraria em São Paulo a Revolução de 1924, acompanhou os federalistas na invasão do Paraná e combateu no combate do Cerro de Ouro. De tudo o que viu prestou valioso depoimento ao cel. J. B. Magalhães na obra Consolidação da República. Rio, BIBLIX, 1946. Depoimento federalista que não pode deixar de ser levado em conta pelos estudiosos militares da Guerra Civil 1893-95.

19 - Abordamos a hecatombe do Cerro de Ouro, onde, cerca de 300 a 400 civis bisonhos improvisados em soldados da Guarda Nacional de São Gabriel e Santa Maria sucumbiram às lanças das forças de Gumercindo Saraiva, entre as quais experimentados lanceiros brancos liderados por seu irmão Aparício Saraiva. Trabalho para os Anais do Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba-PR, em maio de 1994, para publicação pela Assembléia Legislativa.

20 - Assunto abordado na nota 5 que estava sendo condenado a um memoricídio, como se constata das fontes disponíveis contemporâneas.

21 -Homenagem ao ten. cel. João Carlos da Silva Telles, do Exército que se destacou na defesa dos portos de Santos e do litoral norte de São Paulo.

22 - Chamava-se Homem Bom e era da Guarda Nacional.

23 - Sua avaliação do aniversário e do efetivo necessário para enfrentá-lo fora bastante subestimado.

24 - Realizamos a 3ª conferência e última do Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba em maio de 1994 sob o título: "Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas da História Militar do Brasil", a publicar nos Anais do Congresso pela Assembléia Legislativa PR.

25 - Arivaldo Silveira Fontes o biografou e deu-nos seu testemunho que sua absolvição posterior se deu à interferência de seus alunos da Escola Militar da Praia Vermelha que muito o estimavam. O abordo com comandante da atual 3ª

Região Militar no Rio Grande do Sul, como o seu comandante durante a eclosão do movimento, na obra História da 3ª RM v.2, em preparo.

26 - A Esquadra Legal levou mais de 2 meses em organização e adestramento. Vide sua organização e história que resgatamos nas fontes da nota 2.

27 - A Esquadra Legal nada teve de Esquadra de Papelão. Sua ação decisiva para o término da Revolta na Baía de Guanabara e da Guerra Civil em Santa Catarina e no Paraná. Seus tripulantes escreveram uma bela e difícil página da história militar naval do Brasil que procuramos resgatar num tributo à verdade e à justiça históricas. A Esquadra revoltada também não ficou atrás. Seus tripulantes comportaram-se como heróis na defesa de suas verdades e fizeram o possível e o impossível para manter seus navios operando.

28 - Foi resgatada a memória de mártir do barão do Serro Azul no Congresso do Centenário da Revolução Federalista em Curitiba e a oradora, na sua isenção de julgamento, defendia que Gomes Carneiro por sua heroicidade deveria ter sido promovido a marechal post mortem. Jornal da Associação Comercial do Paraná, nº 1470, de 20 de maio de 1994, evocou o barão em ampla e comovente reportagem. Sua execução merece ser objeto do Tribunal da História para responsabilizar moralmente os culpados por sua execução sumária e inútil.

29 - Este personagem, Cesário Saraiva se tornou tristemente célebre por sua maldade inata: É estudado pelo prof. Milton M. Vernalha em Pica paus c maragatos já citado. Manoel da Costa Medeiros em História do Herval. Porto Alegre, 1980 registra atrocidades por ele praticadas em Herval-RS, mas propaga a inverdade de que Gumercindo Saraiva tenha mandado degolar 70 defensores que se renderam na Lapa, de igual forma que o Dr. Wenceslau Escobar divulga em seus Apontamentos que Gomes Carneiro tenha mandado atirar em mulheres e crianças que deixavam a Lapa. Enfim, a paixão da época levou a propagar-se inverdades como estas ofensivas a Gumercindo e a Gomes Carneiro. Mas nesta revolução a primeira vítima foi a verdade. Em tempo de guerra a mentira é como terra!

30 - Firmino Pires Ferreira chegou a marechal. Foi promovido a general de Brigada em 12 de julho de 1895. Era filho do Piauí que mais tarde representou no Senado. Foi herói da Guerra do Paraguai como alferes. Era de Artilharia e Engenheiro Geógrafo e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. Em 18 de abril foi elogiado pelo gen. Ewerton Quadros “pela inteligência, valor e perícia tantas vezes comprovadas no campo de batalha e que mais uma vez foram postos a prova em defesa da República”. Por Ordem do Dia nº 32 o gen. Ewerton “agradece os inolvidáveis serviços que o distinto cel. Firmino prestou à República na organização das forças que firmaram o domínio da lei no território do Paraná”. Retornou ao Rio em seguida (Dados retirados de sua fé de Ofício no Arquivo Histórico do Exército). O texto fornece mais dados.

31 - Colaboramos com o Congresso do Centenário da Revolução Federalista com a conferência. “Os cercos de Bagé e da Lapa e duas resistências épicas”. “Repercussões estratégicas da resistência da Lapa” e, “As repercussões do combate do Cerro do Ouro na invasão do Paraná”(para os Anais do Congresso).

Sumário

1ª Parte	
O Clube Militar e a Proclamação da República	11
Cláudio Moreira Bento	
A República na Região de Camaquã: Propaganda e Consolidação	21
Luis Alberto Cibils	
Cem Anos de República e 200 de Pioneirismo Pelo Mesmo Ideal	.47
Morivalde Calvet Fagundes	
O Partido Republicano Brasileiro, Sua Expressão Nacional Antes do 15 de Novembro	55
Sérgio da Costa Franco	
Bento Gonçalves Através das Proclamações	67
Francisco Riopardense de Macedo	
Da Abolição à República: A Agonia do Estado Escravista	81
Mário Maestri	
A Revolução de 1893 na Consolidação da República.....	93
Hélio Moro Marante	
Os Inícios da República Brasileira e a Igreja Católica	117
Arthur Rabuske	
2ª Parte	
Dr. Guilhermino Cesar — outorga de Título de Membro Benemérito ..	143
Laudelino Teixeira de Medeiros, Guilhermino Cesar e	
Luis Alberto Cibils	
Saudação ao Professor Jean Roche	151
Raphael Copstein	
3ª Parte	
Documentação — Arquivo Borges de Medeiros — Correspondência de Oswaldo Aranha —	
1930	157

O CLUBE MILITAR E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Cláudio Moreira Bento

E consenso histórico que na Assembléia Geral do Clube Militar de 9 de novembro de 1889, sob a Presidência do tenente-coronel Benjamin Constant, por doente seu Presidente — o Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca e na mesma noite do histórico baile da ilha Fiscal, foi decidida a Proclamação da República. Evocar os antecedentes, projeção e a histórica Assembléia ocorrida então, na primeira sede própria de entidade, no número 155 da rua do Ouvidor, lado L junto a casa de esquina para a rua Uruguaiana é o objetivo do presente trabalho, na oportunidade do Sesquicentenário da Proclamação da República em 15 de novembro de 1989.

ANTECEDENTES

Com as mortes dos prestigiosos e heróicos senadores Marechal Luiz Osório em 1879, do Duque de Caxias em 1880, a classe militar passou a sinalizar o não-atendimento pelo governo de aspirações, justas, de natureza profissional, institucional e social (previdenciária) que terminaram por deixar o Exército, por exemplo, segundo Eduardo Prado “esquecido, mal-organizado e desestimulado” (1).

O Clube Militar fundado em 27 de junho de 1887, foi o desaguadouro da Questão Militar, conjunto de questões entre militares do Exército e Marinha e o Governo que feriam os brios da classe e que vieram a contribuir decisivamente para o advento da República entre nós.

O Clube Militar foi por outro lado o desaguadouro do frustrado Diretório Militar fundado em 1881, por um pugilo de oficiais do Exército e da Armada, entre os quais o próprio Marechal Deodoro, (2) com reuniões no consistório da Igreja Santa

Cruz dos Militares, objetivando, através da conquista de cargos legislativos, lutar nos parlamentos, democraticamente, pelos interesses, da classe como militantes dos partidos Liberal e Conservador. Mas a realidade foi que nenhum membro do Diretório Militar foi eleito. Foram ignorados por ambos os partidos e mudaram as estratégias de luta, ao longo da qual tiveram lugar as questões militares. O Clube Militar registrou sua primeira grande vitória sob a presidência do Marechal Deodoro ao enviar petição à Princesa Izabel em 26 de outubro de 1887, (3) pedindo para liberar o Exército do encargo de prender escravos fugidos, o que veio precipitar o 13 de maio de 1888, sendo comum então o Exército ser chamado de Libertador e a princesa Izabel de Redentora (4).

Mas a este tempo o republicanismo lavrava no Exército e Marinha entre a oficialidade jovem de major para baixo, a qual, no Exército atendia a liderança do professor tenente-coronel Benjamin Constant da Escola Militar da Praia Vermelha e Escola Superior de Guerra. A este sentimento contrário ao Império, somava-se o de desgosto de profissionais do Exército, veteranos da Guerra do Paraguai e filhos destes, particularmente sobre a liderança do heróico Marechal Manoel Deodoro da Fonseca (5). Eles sonhavam com uma atualização doutrinária do Exército, em benefício de sua maior operacionalidade, em decréscimo deliberado desde a Guerra do Paraguai, afora outras manifestações do Governo de desprestígio, alijamento e ofensas à classe militar.

Apesar de encerradas as questões militares que envolveram Cunha Mattos e Sena Madureira, outras tiveram lugar após a fundação do Clube Militar, envolvendo oficiais da Marinha, como o Vice-Presidente do Clube Militar Almirante Custódio de Mello obrigado a repor de seu bolso, despesas feitas por seu navio, o cruzador “Barroso”, ao retribuir no Chile homenagens recebidas do governo e povo daquele país (6). Ou, envolvendo oficiais do Exército como a humilhante exoneração a “bem do serviço público, acompanhada de Conselho de Investigação”, do tenente-coronel João Nepomuceno Medeiros Mallet, da Escola Militar do Ceará, por haver reagido à nomeação de um oficial para a escola à sua revelia, atendendo a critérios políticos (7). Mallet era filho do Marechal Emílio Mallet e Barão de Itapevi, atual Patrono da Arma de Artilharia e como Ministro da Guerra em 1901 iria dar início à Reforma Militar (8).

O clima a esta altura no Exército era de franca conspiração contra o Império, particularmente na Guarnição Militar da Corte, nos quartéis das escolas Militar da Corte, na Praia Vermelha e Superior de Guerra em São Cristóvão e nos 1º e 9º regimentos de Cavalaria e 2º Regimento de Artilharia em São Cristóvão integrantes da 2ª Brigada do Exército, força que apoiaria efetivamente no primeiro momento, o Marechal Deodoro em 15 de Novembro de 1889 (9).

A conspiração republicana esteve intensa em outubro. Agitava o Exército a idéia de que o Governo, para subjugar-lo, iria aumentar as polícias da Corte e do Rio de Janeiro; arregimentar a Guarda Nacional; criar a Guarda Cívica e armá-las todas com espingarda Camblain e adestrá-las à altura, além de retirar algumas unidades do Exército da Corte, para enfraquecê-lo, ferindo assim os seus brios e dignidade (10). Deodoro, muito doente em seu leito, explode em cólera:

“Não permitirei isto. Voltará o 21º Bl. Irei ao parlamento responsabilizar o Governo por semelhantes atos! Assestarei a Artilharia, levarei os sete ministros à praça pública e me entregarei depois ao povo para julgar-me. Não! Não! (H).

Benjamin Constant em 23 de outubro, em discurso na Escola Militar da Praia Vermelha em presença do Ministro da Guerra, declarou a certa altura “que o Exército era acusado injustamente de indisciplina pelo Governo que demonstrava

querer um Exército de janízaros. Alertou o governo que não se julgasse forte, pois a parte sã do Exército saberia cumprir com altivez e desassombro o seu dever” ou, por outro lado, culpou o governo pelos incidentes da Questão Militar (12).

Em 26 de Outubro, alunos da Escola Superior de Guerra e alguns integrantes dos 1º e 9º RC, e do 2º RA, se reuniram na Escola da Praia Vermelha e homenagearam Benjamim Constant. Reafirmaram a gratidão de todo o Exército, por ele “haver defendido o brio e a dignidade da classe militar” e afirmaram-lhe que estariam sempre a seu lado, com quem e por quem sacrificariam a vida se preciso fosse.

Este incidente provocou a dispensa de direção da Escola Superior de Guerra do tenente-general Miranda Reis, por não haver censurado seus alunos (13).

Era convicção, em largos círculos do Exército, de que o Governo iria dissolvê-lo para garantir o 3º Reinado.

Esta convicção era reforçada pela efetivação das seguintes medidas pelo governo, que caracterizavam sua intenção de dissolver o Exército: arregimentação da Guarda Nacional; criação da Guarda Cívica; aumento da Polícia da Corte e Rio, todas armadas com Comblaim, armamento superior ao do Exército, equipado com o sistema Minié e transferência de algumas unidades do Exército da Corte (14).

Este clima de insatisfação e revolta foi o que predominaria na Assembléia Geral do Clube Militar de 9 de Novembro.

Ao findar outubro, o Clube Militar estava em situação de abandono, desde que nele se realizara uma reunião para receber os ministros da Marinha e da Guerra, recentemente empossados, com a ascensão do Partido Liberal, além de desgostoso com uma moção do Cel. Ernesto Augusto da Cunha Mattos, da Questão Militar “que colocaria o Clube em situação de louvaminheiros” (15), sem expressão, pois, na defesa dos altos interesses em jogo, da classe militar.

Preparação da reunião do Clube Militar

O Clube Militar no início de novembro possuía cerca de 120 sócios. No dia 3 ficou decidido entre os líderes da conspiração que o Clube teria uma Assembléia Geral no dia 9. Grandes foram os esforços dos conspiradores para que comparecesse o maior número de oficiais à mesma.

Na reunião de 5 de novembro do Clube Militar foram propostos e aceitos os seguintes 42 integrantes do Exército e Armada, muitos bastante comprometidos na conspiração republicana em marcha (16).

Coronéis: Cândido José da Costa (x)

Joaquim Jerônimo Barrão

João Evangelista Neves da Fonseca

Tenentes-coronéis: Ernesto Jaques Ourique

Majores:	João Nepomuceno de Medeiros Mallet (Filho Frederico Solon de Sampaio Ribeiro (x) (Filho de Porto Alegre)
	Antônio Virgílio de Carvalho
Capitães:	Henrique Guatemosin Ferreira Antônio Tertuliano da Silva Mello Lídio Porpurário dos Santos Costa (x) Vespasiano Augusto de Albuquerque Silva (x) Manoel Joaquim Godolphim (x) 1º RC Antônio Carlos Ferreira Leão Floriano Florambel da Conceição (x) 1º RC

Tenentes:	Jerônimo A. Ribeiro de Moraes Gentil Eloy de Figueiredo (x) 1º RC Feliciano Mendes de Moraes (x) Alcides Bruce Sebastião Bandeira (x) 1º RC Henrique de Amorim Bezerra (x) 1º RC Augusto Chimeno Villeroy (x) Lauro Nina Sodré Saturnino Nicolau Cardoso (x) 2º RA
2º Tenentes:	Eugênio Bittencourt Tristão A. Araripe Júnior (x) ESG Adolfo Augusto de Oliveira Galvão (x) 2º RA Joaquim Máximo M. de Sá (x) 2º RA
Alferes:	João Ludgero dos Santos Conny (x) 1º RC José Vieira da Silva (x) 1º RC Gasparino de C. Carneiro Leão (x) 10 RC (Viera de São Paulo onde participara de incidente que acelerou a libertação dos escravos) Alexandre Zacarias de Assunção (x) 1º RC Álvaro de Portugal Pedro DArtagnam da Silva (x) 1º RC Joaquim Ignácio Cardoso (x) 9º RC Daniel Acioly de Azevedo e Sá (x) 1º RC João Paulo de O. Carvalho
Médicos:	Dr. Luiz Carlos Duque Estrada Henrique de Araújo Lima

O número mais expressivo foi de oficiais do 1º Regimento de Cavalaria, a começar por um dos maiores conspiradores, o então major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, gaúcho de Porto Alegre que iria liderar os 1º RC e 9º RC em 15 de Novembro.

Os oficiais assinalados com (x) estariam entre os oficiais que firmaram Pactos de Sangue com o major Benjamin Constant, depois da reunião do Clube Militar de 9 de novembro, nos dias 11 e 12 de "acompanharam Benjamin Constant em todo o terreno até o da resistência armada".

Os Pactos de Sangue firmados dão uma idéia do clima da reunião de 9 de Novembro, no Clube Militar.

Eles foram firmados por cerca de 160 oficiais, sendo 35 da Escola Militar da Praia Vermelha; 33 dos 1º RC e 9º RC, afora os cadetes e inferiores do 1º RC representados; 19 do 2º Regimento de Artilharia; 57 da Escola Superior de Guerra, entre os quais os mais tarde marechal Rondon e o general Augusto Tasso Fragoso, que terão papel de destaque em 15 de Novembro, além de 13 oficiais avulsos (17).

Benjamin Constant em reunião na sua casa, às 11 horas da noite de 6, com um grupo de oficiais conspiradores, fez as seguintes recomendações:

— Apressar-se o movimento militar, agindo-se secretamente e com cuidado para não comprometer o sucesso do mesmo.

— Realizar-se a reunião do Clube Militar de 9 com a maior discreção, ocultando as reais intenções da conspiração.

— Aconselhar que o 22º BI, como demonstração de disciplina, embarcasse

para a Amazônia, atendendo ordem precipitada do governo.

— Comunicar, a todos os conspiradores, que o general Almeida Barreto havia aderido ao movimento.

— Cercar o Imperador, a ser deposto, de todas as garantias e considerações, porque é um nosso patrício e muito digno (18).

A reunião do Clube Militar de 9 de Novembro

Ela foi presidida por Benjamim Constant, por estar impossibilitado por doença, o Presidente — o Marechal Deodoro. Benjamin Constant expôs o motivo da convocação. Assumiu o compromisso solene de no máximo em 8 dias ou até 17 de Novembro (domingo), apresentar a seus companheiros uma solução honrosa para o país e para a classe militar. Caso fracassasse estaria disposto a renunciar todos os empregos que possuía no governo e reafirmou, com calor, “estar pronto a morrer pelo Exército, na defesa da Pátria e dos brios da classe”.

A Assembléia delegou-lhe poderes para resolver a situação, ou seja, a Proclamação da República.

A seguir transcreve-se a Ata da Reunião de 9 de Novembro que só pode ser entendida dentro do contexto que abordamos em Antecedentes.

“Sessão da Assembléia Geral, em 9 de novembro de 1889. — Presidência do Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin Constant.

Achando-se presentes 116 sócios, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

Sendo lida a ata da sessão antecedente é aprovada sem debate.

Passando à ordem do dia o Sr. presidente declara à Casa os motivos que levaram a Diretoria, reunida a 5 do corrente, a convocar esta reunião de Assembléia Geral.

Fazendo uma exposição dos atos do Governo Ouro Preto, o Sr. presidente disse que não precisava descer a detalhes para acentuar aos sócios deste Clube os maus intuits do Governo para com aqueles a quem é confiada a mais nobre das missões — garantir a honra, a liberdade e a integridade da Pátria; que já estava no domínio de todos o estado de coisas tão lastimável a que a política de homens sem critério, pretendia nos reduzir; que nem um só membro deste Clube o podia ignorar, *mas que nunca pensava que lhe fossem dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a sua honra e dignidade; que a isso se comprometia sob a sua palavra de honra, e que desde já poderiam ficar cientes de que, se fosse mal-sucedido, resignaria todos os empregos públicos que lhe foram confiados quebrando, até a sua espada.*

Terminava o seu discurso, quando pede a palavra o Sr. alferes aluno José Bevilaqua e diz que ao venerando mestre Dr. Benjamin Constant deveria ser dada pleníssima confiança para proceder como entendesse, a fim de que em breve nos fosse dado respirar o ar de uma Pátria livre, no que foi coberto de imensos aplausos.

Em seguida lembra que o Clube Militar, achando-se reunido pela primeira vez após o falecimento do bravo capitão Luis Maria de Melo Oliveira, não pode deixar de lançar em ata um voto de pesar pelo passamento de tão ilustre associado.

Neste sentido envia à mesa um proposta que foi unanimemente aceita.

Tendo o Sr. presidente declarado que resignaria todos os empregos públicos

que os homens da monarquia lhe haviam confiado, caso não lhe fosse dado colocar a classe militar na posição que lhe compete, pede a palavra o Sr. tenente Ximeno Villeroy, e diz que o mestre Dr. Benjamin Constant não deveria proferir aquelas palavras, nem sequer pensar em tal coisa; parecia não conhecer a política de homens como Ouro Preto, antipáticos, mal-intencionados e em cujo coração só germina o mal.

Que se a Ouro Preto fosse dado, mesmo em sonho, saber que o mestre havia pretendido firmar semelhante fato, isto somente seria suficiente para fazê-lo vítima de uma cilada.

Terminado o seu discurso, pediu ao Sr. presidente que retirasse o seu modo de pensar, declarando que em defesa da grande *causa nacional* o acompanharia *cegamente em qualquer que fosse o terreno, no que foi calorosamente aplaudido, o secundado pelo Sr. Dr. Anfrísio Filho.*

Em vista da maneira por que foram recebidas as palavras do Sr. tenente Villeroy, o Sr. presidente acede ao seu pedido.

Manifestam alguns sócios o desejo de falar sobre o assunto, quando pede a palavra o Sr. tenente-coronel Alfredo Ernesto Jacques Ourique, e diz que ninguém *melhor que o Sr. Dr. Benjamin Constant para guiar-nos no caminho da honra, resolvendo de uma vez para sempre, de um modo o mais digno para a nossa classe, todas as questões da política desorientada de que éramos vítimas, e que não admitindo que um só membro do Clube se pronuncie sobre tal assunto depois da palavra do Sr. Dr. Benjamin Constant, que fosse suspensa a sessão, o que foi unanimemente coberto de calorosos aplausos.*

O Sr. presidente, chamando a si tão alta quão patriótica responsabilidade, declara que se não lhe fosse dado convencer aos homens do governo que eles marchavam em um caminho errado, que estava cavando a ruína da nossa Pátria, e que eram os únicos responsáveis pelo abismo que nos está destinado, que se a calma que lhe é peculiar, se os meios legais e suasórios não forem suficientes para mudar a direção de uma política caduca, política de homens completamente ignorantes, e sem patriotismo algum, estaria pronto para desprezar o que havia de mais sagrado — *o amor da família — para ir morrer conosco nas praças públicas, combatendo em prol da Pátria que era vítima de verdadeiros abutres, para o que só podia lhe fossem dados alguns dias para desempenhar-se de tão árdua quanto difícil missão de que foi investido pela classe a que tem a honra de pertencer.*

Após estas palavras, o Sr. presidente foi coberto de uma salva de palmas e enormes aplausos. — Tomás Cavalcanti, 1º secretário. — Pedro Ferreira Neto, 2º secretário". (Os grifos são do autor)

A revolução republicana em marcha

De 9 a 15 de Novembro intensificaram-se as medidas preparatórias com vistas à Proclamação da República.

No dia 10, Benjamin visitou o Presidente do Clube Militar e comunicou-lhe a decisão da Assembléia Geral do Clube Militar. No dia 11, Deodoro recebeu em sua casa os líderes civis do movimento republicano Quintino Bocayuva, Arístides Lobo, Ruy Barbosa e Francisco Glycério que obtêm adesão de Deodoro à República (20).

Nos dias 11 e 12, cerca de 100 oficiais da Guarnição do Exército na Corte e um médico da Armada firmaram Pactos de Sangue, comprometendo a apoiar Benjamin Constant até o terreno da resistência armada. Nos dias 12 e 13 exemplares dos jornais *Correio do Povo* e o *Dia* penetraram nos quartéis e inflamaram os ânimos nos mesmos, “dizendo da péssima situação que o Governo deixara o Exército” (21).

Ainda em 13, o Marechal Floriano Peixoto, Ajudante-General do Exército, ao visitar o Marechal Deodoro, recebeu deste a comunicação “estar a frente da sublevação do Exército contra o Gabinete Ouro Preto”.

Segundo Ernesto Sena, em *Deodoro e a verdade histórica*, “era notável a atividade empregada pelos conspiradores, que pareciam possuir o dom da ubiqüidade, não descansando um momento, percorrendo os quartéis, confabulando com os oficiais, graduados e soldadesca, e realizando conferências secretas para delineação dos planos que teriam de pôr em execução para a completa vitória” (22).

No dia 14, à tarde, o Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, procurou informar-se do Marechal Floriano Peixoto Ajudante-General do Exército e recebeu como resposta: “Estamos sobre um vulcão”.

O major Solon Ribeiro, à tardinha, espalhou boato na rua do Ouvidor de que o Marechal Deodoro e Benjamin Constant foram presos e de que a Guarda Negra integrada por ex-escravos e organizada em 1888, por José do Patrocínio para defender a Princesa Izabel dos escravagistas, iria atacar a 2ª Brigada em São Cristóvão. O boato se espalhou e surtiu efeito. O Gabinete se recusou a desmentilo. E quando o fez, já era tarde!

Ainda a 14, à noite, Benjamin Constant conspirou no Clube Naval com o almirante Wandenkolk acerca de colaboração da Armada. Na manhã de 15 ele obteve a confirmação da adesão daquela entidade, através de trocas de mensagens das quais foram portadores, a cavalo, os alferes alunos da Escola Superior de Guerra, Tasso Fragoso e Cândido Mariano Rondon.

A Proclamação da República

Na manhã de 15 de novembro de 1889, uma sexta-feira, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente efetivo do Clube Militar, secundado por outro destacado membro de sua diretoria, o tenente-coronel Benjamin Constant, liderando tropas da Guarnição do Rio de Janeiro, (Corte) (Exército, Armada, Polícia e Bombeiros) penetraram no Quartel General do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, onde se reunia o Gabinete Liberal do Visconde de Ouro Preto. E, como feliz desfecho de uma bem-urdida, sucedida, coordenada e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto, sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim segundo Pedro Calmon, “Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro”, proclamando a República à tardinha em sua casa, através do Decreto n! 1, do Governo Provisório que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos constituintes de 1891.

Da Diretoria do Clube Militar tomaram parte os seguintes componentes do Governo Provisório.

Presidente da República — Marechal Manoel Deodoro da Fonseca

Ministro da Guerra — tenente-coronel Benjamin Constant Ministro da Marinha

— Almirante* Eduardo Wandenkolk.

Sobre a proclamação da República escreveu Euclides da Cunha.

“Foi o que se viu em 15 de Novembro de 1889: Uma parada repentina e uma sublevação; um movimento refreado de golpe e transformando-se, por um princípio universal, em força e desfecho feliz de uma revolta, porque a revolução já estava feita” (23).

Os seguintes sócios do Clube, eleitos constituintes ajudaram a escrever a primeira constituição da República, em 1891 (23).

- Antônio Borges de Athayde Júnior (ES)
- Antônio índio do Brasil (PA)
- Belarmino Augusto de Mendonça Lobo (PR)

- Caetano M. de Faria e Albuquerque (MT)
- Carlos A. Campo (SC)
- Custódio José de Mello (BA) (x)
- Eduardo Wandenkolk (DF) (x)
- Gabino Bezouro (Corte)
- Inocêncio Sercedelo Correia (Corte) (x)
- Ivo do Prado Monte Pires da Fonseca (SE)
- João Pedro Belfort Vieira (MA)
- João Severiano da Fonseca (Corte) — Atual Patrono do Serviço de Saúde
- José Augusto Vinhões (Corte)
- José Bevilaqua (CE)
- José Simeão de Oliveira (PE) (x)
- Lauro Müller (SC)
- Manoel Perciliano de O. Valadão (SE)
- Marciano A. Botelho Magalhães (PR) (x)
- Pedro Paulino da Fonseca (AL)
- Vicente Antônio do Espírito Santo
- (x) Foram da 1ª Diretoria do Clube Militar.

Na proclamação da República o Clube Militar através de seus ilustres dirigentes Deodoro, o proclamador e Benjamin Constant o fundador da República, expressavam a vontade centenária de milhares de republicanos, tanto civis como militares, fossem eles bacharéis ou povo, padres ou antiescravagistas, maçons ou industriais, plantadores de café ou simplesmente agricultores.

“Uniram-se no marechal Deodoro as vontades dispersas e informes que tinham ficado ao longo do caminho a espera do advento da República. Nele se exprimiram dois séculos de tradição republicana.

Através dele falaram os inconfidentes mineiros, os poetas da Inconfidência, os libertários pernambucanos de 1817 e 1824, os rio-grandenses farroupilhas, os civilistas de São Paulo, os militares, os abolicionistas ...

A nova bandeira unia simbolicamente as 21 estrelas da nação e, se na crise final faltou calor popular, não se poderá negar raiz popular a idéia mais generosa

que jamais brotou no Brasil” (24).

Eis em síntese a contribuição histórica do Clube Militar, ao advento da República Brasileira, hoje centenária.

Notas

(01) Citado por Américo J. Lacombe, *Revista do Centenário do Clube Militar*, nº 280, p. 12

(02) Citado por Garcez Palha em *Efemérides Navais*. Sv. Doc. Geral da Marinha, 1988.

(03) Citado por Cláudio Moreira Bento, *Revista do Clube Militar*, nº 284, pp. 8-9.

(04) Idem nota anterior. (05). Com apoio em depoimento ao autor, de Piragibe da Fonseca do IHGB, filho do general Clodoaldo da Fonseca.

(06) Citado por Cláudio Moreira Bento em *A Guarnição Militar do Rio de Janeiro (Corte) na Proclamação da República*. Rio, Poupex, 1989.

(07) Citado pelo Ten-Cel Gonçalves Meira, em Centenário da Escola Militar do Ceará, conferência no Arquivo Histórico do Exército, 24 mai 1989.

(08) Com apoio em informação ao autor do Ten-Cel P. J. de Mallet Joubim. (09) Idem nota 6. (10). Com apoio em Ernesto Senna. *Deodoro subsídios para a História*. Brasília, Ed. V Bra, 1981.

(11) Idem nota anterior. (12) SILVA, Hélio. 1889. *A República não esperou amanhecer*. Rio, Civ. Bras. 1972, p. 17. (13). Com apoio em declaração de Vicente Tapajós do IHGB, biografia de Miranda Reis. (14) Com apoio op. cit. nota 10. (15). Idem nota anterior. (16). Com apoio revista do *Cinquentenário do Clube Militar*, 1937. (17). Com apoio op. cit. nota 10, p. 491. (18). Com apoio op. cit. nota 10. (19). O original encontra-se no Museu do Clube Militar. (20). Idem op. cit. nota 6. (21). Idem op. cit. nota 10. (22). Idem nota anterior. (23). Citado op. cit. nota 6. (23). Idem op. cit. nota 3, p. 27, (24). BESOUCHET. A evolução da idéia republicana no Brasil. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 13/06/87.

(*) A diferença entre o armamento Minié e Comblain segundo o Cel. Pedro Chirmer, estudioso de Armamento “era como a de um carro de boi para um caminhão”. A Minié era de antecarga ou de carregar pela boca, calibre 14, 8mm e 14, 4mm. Conseguiu-se que um atirador desse 16 tiros em 1 hora e 45 minutos. A Comblain era retrocarga carregamento pela culatra, com cahucho metálico calibre 11mm. Possuía maior cadência de tiro e precisão. Era, pois, justa a indignação do Exército ficar com armamento obsoleto e a Polícia e a Guarda com Comblain.

REVISTA DO INSTITUO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

SUMARIO

PRIMEIRA PARTE

Arthur Ferreira Filho O Fracasso da Missão Labatut9

Cláudio Moreira Bento

Sete Perfis Farrapos	15
Henrique Oscar Wiederspahn	
Tito Lívio Zambecari (1802-1862)	43
Luis Alberto Cibils	
Dois Fundadores (Cap. Joaquim Gonçalves da Silva e Ten. Cel. Patrício Vieira Rodrigues)	59
Riograndino da Costa e Silva	
Episódios Assinalados da Revolução Farroupilha:	
O Combate de Taquari.....	83
José de Araújo Fabrício	
Os Vargas — Uma Estirpe Faialense no Rio Grande do Sul (2ª parte)	105

SEGUNDA PARTE

Obituário dos membros do Instituto	
Homenagem póstuma ao Dr. Adroaldo Mesquita da Costa* — pelo orador oficial Dr. Carlos de Souza Moraes	163
— pelo Ministro Ruben Machado da Rosa perante o IHG Brasileiro	169
Diretorias e Conselho Fiscal do IHGRGS — Relação Nominal — pelo administrador e sócio benemérito Thomaz Carlos Duarte.....	171

TERCEIRA PARTE (Documentação)

<i>Arquivo Borges de Medeiros (Continuação)</i>	<i>179</i>
---	------------

SETE PERFIS DE SOLDADOS FARRAPOS

Cláudio Moreira Bento

Ao estudarmos as obras escritas sobre a Revolução Farroupilha, fomos notando a relevância da atuação de algumas de suas personalidades, sobre as quais poucos dados biográficos eram disponíveis.

Situavam-se neste caso: os coronéis José Mariano de Mattos, Ministro da Guerra por duas vezes, além de Presidente interino da República; José da Silva Brandão, Ministro da Guerra do período áureo da República; Domingos Crescêncio de Carvalho, comandante da Divisão da Esquerda do Exército; Joaquim Pedro Soares, Ajudante-General do Exército e organizador e 1º comandante do Corpo de Lanceiros Negros; o tenente coronel Manuel Antunes da Porciúncula, concunhado de Bento Gonçalves e Ministro da Guerra Farrapo; Bernardo Pires, “mártir de Seival” e simbolista farrapo e, finalmente, o tenente Manoel Alves da Silva Caldeira que considero o cronista ou o maior memorialista da Revolução, ao qual muito devem as atuais gerações, o conhecimento de importantes dados da Revolução e, fundamentalmente, o perfil militar de seus maiores campeões em combates.

É pois com satisfação que depois de demorada pesquisa, inclusive no Arquivo do Exército — a Casa da Memória Histórica do Exército Brasileiro, apresentamos os perfis até agora pouco conhecidos dos heróis farrapos citados.

É assim, contribuição que esperamos que enriqueça a Memória Histórica do Rio Grande do Sul, no transcurso do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, além de ser instrumento de justiça no Tribunal da História, as contribuições à epopéia farrapa dos heróis citados.

CORONEL JOSÉ MARIANO DE MATTOS (1803-1863)

Natural do Rio de Janeiro, lutou pela consolidação da Independência da Bahia em 1824, quando interrompeu curso que tirou completo, de 7 anos, na Academia Real Militar do Largo do São Francisco, de 1819-1826 e fundada por D. João, em 1810.

Como Ajudante-Geral do Exército, ao comando de Caxias, seu contemporâneo na citada Academia Real Militar, prestou assinalados serviços à integridade e à soberania do Brasil, na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52, inclusive, como uma espécie de catalizador da contribuição de antigos farrapos no esforço de guerra.

Na Revolução Farroupilha foi o mais preparado assessor militar de Bento Gonçalves, desde o início e até quase o final do movimento, na organização e emprego do Exército Rio-Grandense. Abaixo dele e, somente na fase inicial, participou destas tarefas, seu amigo, co-provinciano e contemporâneo na Academia Real Militar, o general da República João Manoel de Lima e Silva, formado em Infantaria pela mesma, em 1820-23.

Por suas qualidades e valor impôs-se, a partir de 1830 à consideração e ao respeito dos rio-grandenses. Foi deputado provincial no Rio Grande, em 1835 e constituinte à República Rio-Grandense em 1842. Homem da inteira confiança de Bento Gonçalves e de Gomes Jardim e em consequência da República, exerceu a presidência da mesma por mais de 2 anos, como vice-presidente no exercício, além de haver sido Ministro da Guerra e da Marinha, por duas vezes. Exerceu influência forte na revolução desde o seu início, até ser preso e transportado para o Rio, em 1844 ao final da mesma. Foi precursor abolicionista ao apresentar projeto em 1843, na Assembléia Constituinte da República, em Alegrete, com vistas a abolir a escravidão no Rio Grande, no que foi combatido com veemência por Antônio Vicente da Fontoura, líder da minoria, conforme o mesmo expôs em seu **Diário**. (1)

Participou da comissão encarregada de redigir as condições de Paz formulada: pela República ao Império. (2)

Foi o estruturador do Dem de Guerra, da Artilharia da República e o seu engenheiro fortificador, além de ligar-se à confecção, junto com Bernardo Pires, da bandeira da República Rio-Grandense, desde 1891, a bandeira do Rio Grande do Sul, conforme ensaiamos em **Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul**. (3)

Preso antes do término da revolução, foi readmitido no Exército Imperial em 1846, no qual ascendeu de major a brigadeiro, tendo em 1864, antes do início da Guerra do Paraguai, exercido as funções de Ministro da Guerra do Império.

Se ao mineiro Domingos José de Almeida, referi um dia como cérebro civil e estadista da República Rio-Grandense, (4) cabe ao fluminense José Mariano de Mattos o título de cérebro político-militar da citada República.

Ascendência, curso na Academia Real Militar e família

José Mariano era natural do Rio de Janeiro, em 1803, filho de José Mariano de Mattos. Ingressou com 16 anos, em 3 de março de 1819, na condição de paisano (civil) na Academia Real Militar que frequentou de 1819-1826, interrompendo em 1824 para lutar na guerra da Independência da Bahia, conforme se conclui da cópia de anotações de sua vida escolar à página 82 do **Livro de Matrículas 1811-1822** da Academia Real Militar. (5). Casou com a rio-grandense, Izabel Leonor Meireles de Mattos, sobre a qual os **Anais do Arquivo Histórico RGS** fazem referências, bem como Caxias em seus **Ofícios**. José Mariano se fez acompanhar de sua mãe, à qual os citados **Anais** referem com frequência.

A concluir-se de Antônio Vicente da Fontoura em seu **Diário**, em seus ataques continuados a José Mariano que reconhecia exercer grande influência e poder, este era “mulato”, adjetivo muito usado por Fontoura ao lado de pardo para a ele referir-se, bem como ao de “Bambaquerê” para referir-se a Bento Gonçalves. (6).

Destacado na Província do Rio Grande

José Mariano de Mattos chegou ao Rio Grande, como major, aos 27 anos de idade, solteiro, para integrar ao 1º Corpo de Artilharia Montada de Linha, sediado em Porto Alegre, o qual passou a comandar.

Adepto do credo liberal e da Maçonaria, passou a ter intensa participação política, particularmente depois de 7 de abril de 1831, abdicação de D. Pedro I.

Culto, inteligente, talentoso e de fino trato, logo impôs-se à consideração geral e especial no Partido Liberal liderado por Bento Gonçalves da Silva e pelo qual foi eleito deputado Provincial. Desde a Academia Real Militar, estabeleceu amizade com o major João Mançopl de Lima e Silva, sobrinho do mais tarde Duque de Caxias, também seu contemporâneo na mesma. Amizade solidificada na guerra da Independência da Bahia, da qual eram veteranos e onde também estreitou contato com o futuro Duque de Caxias — Ajudante do Batalhão do Imperador. José Mariano tomou parte ativa e proeminente nos acontecimentos políticos na Província do Rio Grande, lado a lado de Bento Gonçalves em acontecimentos que vieram a desaguar na revolução no dia 20 de setembro de 1835.

Sua importância no movimento é medida pela informação que o Comandante-das-Armas, marechal Sebastião Barreto sobre ele prestou em ofício de 17 de janeiro de 1835, ao Presidente da Província, pedindo seu afastamento do Rio Grande: “Este oficial sendo dotado de bastante talento, ao qual une a mais refinada e hipócrita dissimulação, não cessa, por seus discursos e intimações, de promover a desinteligência entre os cidadãos e inspirando os incautos e os ambiciosos sentimentos anárquicos que os induz a perpetuar atos em que ele jamais aparece, se bem que seja o principal motor”. (7)

E a apreciação do marechal, de ser José Mariano o principal motor da conspiração ao lado de Bento Gonçalves, era correta.

Ele ao lado do mineiro Domingos José de Almeida, foram os dois mais influentes cérebros na estruturação da República Rio-Grandense.

Sua importância pode ser medida pelo fato de instalada a República Rio-Grandense em 6 de novembro de 1836, caber-lhe a vice-presidência da República, junto com outros cargos o Ministério da Guerra e o comando de uma Divisão composta de Artilharia, Cavalaria e Infantaria ou a 1ª Linha.

Junto com João Manoel, dois únicos militares egressos da Academia Real

Militar, tiveram papel significativo na organização do Exército da República. O primeiro como Comandante-em-Chefe interino até dezembro de 1836 e ele como Ministro da Guerra, comandante da Artilharia e assessor militar de alto nível, até quase o final da revolução.

Traços do seu perfil e atuação militar

Caldeira assim o viu (8): “O major José Mariano de Mattos era um oficial científico e de mérito. Era muito tratável.

Chegou a Ministro da Guerra no tempo da República e era muito amigo de Bento Gonçalves”.

No início da revolução foi pronunciado “como cabeça de rebelião, sedição e insurreição” (9) Atuou como combatente na fase inicial da revolução, em Pelotas, depois da posse do Presidente Araújo Ribeiro, em Rio Grande.

Atuou como artilheiro e como fortificador da foz do rio Pelotas em estreita colaboração com João Manoel, então Comandante-das-Armas dos revolucionários e de Domingos José de Almeida, que então revelou-se um logístico nato.

Foi dessa convivência em Pelotas entre os dois fluminenses João Manoel e José Mariano e do mineiro Domingos José de Almeida, que surgiram as inspirações para a organização operacional e logística do primeiro Exército da República Rio-Grandense.

As indicações seguras de Mariano de Mattos sobre o fabrico de pólvora e de granadas no Arsenal de Guerra em que se transformou a charqueada de Domingos José de Almeida e mais aos fortes construídos e cilhados por José Mariano, se deve a vitória farrapa de 2 de junho de 1836, no São Gonçalo, que forçou a retirada do bloqueio do Passo dos Negros, pela Marinha Imperial e executado pela barca a vapor “Liberal”, iate “Oceano” e canhoneira “São Pedro Duarte”.

José Mariano acompanhou a transferência de João Manoel para Piratini e depois para fronteira, de outubro — 7 de dezembro de 1836, quando este deixou o comando e foi curar-se em Montevidéu, de ferimento nos maxilares.

João Manoel não era bem aceito. Havia uma barreira sociológica e reação à tática por ele preconizada para aquelas circunstâncias. José Mariano foi o mediador de seu afastamento, merecendo por isto, estas palavras de João Manoel:

“Para isso ouvi o parecer de meu antiqüíssimo e verdadeiro amigo Mattos... mais me convenci que devia tornar efetiva a minha retirada do Exército”. (10)

José Mariano teve atuação destacada como Ministro da Guerra, por duas vezes. Era de inteira confiança de Bento Gonçalves. Este, inclusive, transferiu-lhe a Presidência por período superior a 2 anos, de 13 de novembro de 1838 — 14 de março de 1841. Presidência iniciada em Caçapava e terminada em São Gabriel, ao transferi-la a Bento Gonçalves.

Eleito deputado à Assembléia Constituinte, Mariano de Mattos, integrou comissão de 5 membros, destinada a elaborar projeto de Constituição da República. Foi o líder da maioria de 30x6 deputados. Apresentou então, projeto da Abolição da Escravatura na República Rio-Grandense, que foi rejeitado por Fontoura.

Se aprovado o projeto teria dado um grande reforço ao Exército, viabilizando a sua Infantaria, cuja ausência ou fraco efetivo, concorreram para os insucessos militares do ano 1840.

Segundo Morivalde Calvet Fagundes, “Antonio Vicente da Fontoura opôs-se, irreductível e tenazmente ao projeto e classificou Mariano de “alma vil e fraca do mulato José Mariano e do mofino Bento Gonçalves — dois demônios”. (11)

O veterano farrapo, coronel Portinho ligado em vida a Fontoura e seu amigo e cunhado, escreveu mais tarde, lamentando a não aprovação da Abolição, “pois isto teria dado à República um exército de mais de 6.000 Libertos”. (12)

José Mariano comandou o levantamento do sítio de Porto Alegre, em 1838, forçado pelo general Elziário, retirando-se então para Lages.

Prisão de Mariano de Mattos

José Mariano foi preso numa incursão de Chico Pedro a Piratini, em 27 de junho de 1844. Ele esteve preso algum tempo em Canguçu, em cadeia que existiu até 1939 e mandada construir por Chico Pedro de Abreu, quando ali esteve baseado. Cadeia que serviu de Posto de Comando do capitão Antônio de Sampaio, ao término da Revolução. (13)

Caxias reclamou de Chico Pedro, em 11 de agosto de 1844: “Desde que recebi sua carta de que foi portador a mulher de José Mariano de Mattos, que não tenho recebido nenhuma participação sua e nem mesmo a parte oficial sobre a prisão do mesmo Mattos. Isto me tem posto em embaraços, por não poder enviar ao Governo Imperial a parte oficial de um acontecimento que há muito lá deve ter soado por vias particulares”.

Antonio Vicente da Fontoura em seu **Diário** (14) lamentou que a prisão de José Mariano não fosse feita desde 1835.

Mariano fora contemporâneo de Caxias na Academia Real Militar e pouco mais tarde retornara com o mesmo, como seu Ajudante-Geral na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52.

Mariano esteve preso na Fortaleza de Santa Cruz, de 17 de agosto — 18 de dezembro de 1844, quando da anistia geral.

Ajudante-Geral na guerra contra Oribe e Rosas

Em 13 de janeiro de 1846, Mariano reverteu ao Exército Imperial como major. Em 7 de setembro de 1847, foi graduado tenente coronel e em 26 de julho de 1851 efetivado no posto.

Em 6 de setembro de 1851 foi designado Ajudante-Geral do Exército do Sul, ao comando de Caxias.

Caxias na Revolução Farroupilha, utilizara nesta função o inimigo de ontem — Miguel Frias e agora procedia de forma idêntica com Mariano de Mattos.

Sua presença nesta função tornou possível a cooperação franca e descontraída de seus velhos amigos farrapos no esforço de guerra, contra Oribe e Rosas.

Com o velho amigo Domingos José de Almeida estabeleceu estreita colaboração, o que ficou evidenciado na correspondência entre ambos. (15)

Ao retornar da guerra dirigiu a Fábrica de Pólvora da Estrela, na raiz de Petrópolis (10 Ago 1854 — 3 Dez 1856) e até hoje funcionando.

Promovido por merecimento a coronel, foi da Comissão de Melhoramentos de Material do Exército e encarregado de instalar a Escola de Tiro de Campo Grande.

Em 6 de dezembro de 1861, atingiu o posto de brigadeiro. Sua última comissão foi no sentido de apresentar um plano de reforma dos arsenais de guerra.

Sobre o assunto adquirira experiência na revolução, ao supervisionar o Arsenal de Guerra revolucionário sucessivamente em Pelotas, Piratini e Caçapava.

O antigo Ministro da Guerra e Vice-Presidente da República Rio-Grandense no exercício da Presidência e cérebro político-militar da mesma, foi guindado, de 15-31 de agosto de 1864 às funções de Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra do Império do Brasil.

Faleceu em 5 de janeiro de 1866, nomeado vogal do Conselho Superior Militar.

Dados de José Mariano de Mattos na Academia Real Militar

JOSÉ MARIANO DE MATTOS, PAIZANO, Natural do Rio de Janeiro de idade de Desesseis annos, Filho de JOSÉ MARIANO DE MATTOS, foi admittido á matrícula do primeiro anno do curso de Matemático da Academia Real Militar por despacho da Junta da mesma Academia em Trez de Março de 1819.

Plenamente aos 19 de Dezembro de 1819, conferido-lhe a 3ª parte aos 29 de Dezembro de 1819.

— Foi admittido á matrícula do segundo anno por despacho da junta da mesma Academia, em dois de Março de 1820.

2º anno, plenamente aos 9 de Dezembro de 1820, conferido-lhe a 2ª parte aos 22 de Dezembro de 1820.

— Foi admittido á matrícula do terceiro anno, por despacho da mesma junta, em trez de Março de 1821.

3º anno plenamente aos 11 de Dezembro de 1821, conferido-lhe a 2ª parte aos 22 de Dezembro de 1821.

— Foi admittido á matrícula do quarto anno, por despacho da mesma junta em dois de Março de 1822.

4º anno plenamente 20 de Janeiro de 1823, conferido-lhe a parte aos 31 de Janeiro de 1823.

— Foi admittido á matrícula do quinto anno, por despacho da mesma junta em cinco de Março de 1823.

5º anno plenamente aos 5 de Dezembro de 1823, conferido-lhe a 2ª parte em 23 de dezembro de 1823.

— Foi admittido á matrícula do sexto anno, por despacho da mesma junta em 25 de Fevereiro de 1824.

6º anno em 1824, foi recolhido no respectivo corpo. Foi novamente á matrícula do sexto anno 28 de Fevereiro de 1825.

— Foi admittido á matrícula do sétimo anno aos 2 de Março de 1826 no 7º

ano foi aprovado plenamente aos 22 de Dezembro de 1826.

PS.: Maiores detalhes sobre a Academia Real Militar e natureza dos seus cursos procurar na obra a seguir:

PONDÉ, Francisco de Paula Azevedo, gen. A "Academia Real Militar" in: Anais do Congresso da Independência do Brasil. Rio, DIN, 1975, v.4, pp. 37-85 (promovido pelo IHGB) conclui-se ter sido ele o reorganizador do Exército da República em sua fase áurea, bem como de sua Marinha.

Regulou o trato e o estímulo a desertores imperiais. Estimulou as emboscadas, visando a interceptar comunicações adversárias e a troca de prisioneiros. Regulamentou o recrutamento e a remonta. Coibiu o desvio de escravos dos imperiais para serviços de republicanos. Estabeleceu doutrina sobre requisições para a guerra e o depósito de cavalos, em locais estratégicos, e doutrina sobre depósito e instrução de recrutas. Reorganizou a Guarda Nacional e estabeleceu doutrina logística traduzida no **Regulamento do Comissariado Geral de Víveres e Itansportes**, mais tarde transformado em Arsenal de Guerra. Regulou a doutrina do Serviço de Correios, fundamental às Cpmunicações do Exército. Apoiou o Estaleiro Farrapo no rio Camaquã que construiu os lanchões "Seival" e "Farroupilha", ao comando de Garibaldi. Foi seu primeiro escriturário, o jovem Serafim Gonçalves Moreira. (2)

Demissão do Ministério da Guerra

Em 19 de junho de 1839, o coronel Brandão foi demitido e substituído pelo coronel José Mariano de Mattos, em ofício assinado pelo seu co-provinciano de Minas Gerais, Domingos José de Almeida e do seguinte teor: (3)

"Ao Exmo José da Silva Brandão comunicando-lhe haver o Exmo Sr Presidente do Estado anunciado os motivos que o compeliram a pedir demissão, como fez por decreto de hoje, que lhe envia cópia autêntica; e o mesmo lhe agradece os importantes serviços que havia prestado à nação, quando empregado no árduo serviço do Ministério da Guerra, Marinha e Exterior".

Brandão respondeu a Domingos José de Almeida, Ministro do Interior, Fazenda e Justiça:

"Exmo Patrício, Compadre, Amigo e Sr:

Agradeço-lhe intimamente a remessa que fez do decreto da minha desejada demissão, sentindo porém que V. Excia o redigisse em frases que muito me vexaram, porque, meu amigo, não gosto de imposturas, e sabendo-se que sou demitido por ter servido mal e ser preciso dar satisfações aos homens que governam, era mais honroso, para mim, que se dessem essas causas. E se ainda fosse possível reformá-lo nesse sentido, muito apreciaria. Enfim diga-me V. Excia quem é o que foi nomeado, para lhe dirigir ofício avisando que tenho tudo pronto a entregar-lhe. E mande a quem é seu patrício, compadre e amigo e obrigado". (3)

Almeida e Brandão, dois mineiros, um de Diamantina e outro de Ouro Preto, dominaram no período áureo da República Rio-Grandense os 6 ministérios, Fazenda, Interior e Justiça e Guerra, Marinha e Exterior.

Abandono da causa

Doente e em dificuldades financeiras, Brandão anunciou retirar-se para São Gabriel e sem dinheiro por não ressarcido de atrasados. Enviou de São Gabriel um padre para ajudar nas exéquias do general João Manuel de Lima e Silva, depois de

exumado em São Borja, para ser sepultado em Caçapava. Continua a pedir o envio do jornal O POVO e a informar-se, para não ser surpreendido e impedido de imigrar.

Sente-se doente, pessimista e lamentando não poder ajudar, a não ser com a pena, por considerar-se ente inteiramente nulo, para auxiliar com a espada, apresentando como prova de nulidade o apelido com que é conhecido por alguns — “tenente-coronel Reformado de Cavalaria de 1^a Linha, o que devo ao governo brasileiro!”

E continua o desabafo:

“Releve V. Excia que eu me expresse dessa maneira, forçado pela razão e justos sentimentos que me oprimem, por causas mais remotas, que datam do tempo do massacre, espólio de bens, horrorosa prisão e infame processo que sofri de perversos galegais (legalidade dos portugueses). E perguntado qual o crime por que sofri tantas atrocidades, não se encontra outro mais do que o ser dominado de sentimentos liberais e ter-me conformado com esta decantada revolução de 20 de setembro de 1835.”

Pela correspondência revela possuir “família de vulto” (grande) e fazenda no distrito de Dores, (atual distrito de Vasconcellos) no município de Tapes-RS. (4)

Revela ainda, haver tomado um banho de corticeira e que lhe fez muito bem, desembaraçando-lhe as pernas e mais que suas inspirações, eram as **Coleções de Leis do Brasil**, nas quais nada encontrara para um regulamento da Marinha. (5)

A sua decisão de ir residir em São Gabriel, após demitido, foi para procurar cura com outro mineiro, o Dr. Marciano Ribeiro, formado na Escócia e que fora o Presidente da Província, de 21 Set 1835 — 16 Fev 1836, no início da Revolução, até ser preso em Porto Alegre e remetido preso para a Fortaleza Santa Cruz, no Rio, de onde acabava de voltar.

E conclui: “Quis porém minha desdita que Deus o levasse de repente, para melhor vida, chegando eu aqui em São Gabriel, no dia seguinte em que ele havia sido sepultado, o que causou um sentimento geral a todos esses habitantes e, a mim particularmente, perdendo assim a Pátria, um cidadão interessante, em toda a extensão da palavra, por suas reconhecidas belas qualidades e virtudes que um dia lhe poderia ser muito útil”. (5)

O Dr. Marciano Ribeiro, segundo Morivalde Calvet Fagundes, foi quem fixou a estratégia da Revolução: **“República e Federação”** (6)

Pouco depois, em 14 de julho de 1840, o coronel Brandão foi anistiado pelo Império. Desconheço seu destino.

Os **Anais do Arquivo Histórico do RGS** publicam sua correspondência.

NOTAS

1. **AAHRGS**. v. 5, 1981, pp. 15-219, cerca de 200 documentos.
2. Tio-bisavô do autor cujo bisavô foi o 1^o escrivão do Ministério do Interior e em 1857 o primeiro serventuário de Justiça do criado município de Canguçu.
3. Idem nota 1, v. 1, p. 336 (V-1317)

4. Idem. v. 5, p. 206
5. Idem nota 1, pp. 204-220
6. FAGUNDES. **A Maçonaria e as forças secretas da Revolução.**

Existe dossiê do Cel Brandão no Arquivo do Exército.

CORONEL DOMINGOS CRESCÊNCIO DE CARVALHO (1780-1840)

Significação histórica

Prestou assinalados serviços militares à Soberania e Integridade do Brasil no Sul, na guerra 1801, campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12; guerras contra Artigas 1816 e 1821, guerra da Independência da Cisplatina 1824 e guerra da Cisplatina 1825-28, nas quais se tomou guerreiro e ascendeu de soldado a capitão de 1ª Linha.

Na Revolução Farroupilha liderou em Jaguarão como integrante destacado do 3º Regimento de Cavalaria de Linha, que até pouco tempo fora comandado por Bento Gonçalves.

Foi uma das mais expressivas figuras do segundo escalão de lideranças militares. Comandou inicialmente a 4ª Brigada do Exército da República Rio-Grandense, que foi elevada em 1838 à condição de Divisão Esquerda do Exército, tendo como zona de ação a área entre os rios Jaguarão e Cama-quã, abrangendo a Serra dos Tapes, onde se situa Piratini — a primeira capital. No início da revolução em Retiro — Pelotas, intitulava-se comandante das Forças Liberais. Impôs-se entre seus pares por sua bravura, aliada aos conhecimentos da Doutrina Militar, renome como tático, prudência, calma, apesar da idade, mais de 55 anos ao ter início a Revolução. Não fora sua morte em campanha em Cima da Serra contra o general Labatut, da qual participou com a saúde abalada, teria sido general da República.

Origem, ascendência, descendência

Sabe-se que era filho do Rio Grande, que viveu largo tempo na Fronteira do Jaguarão, sendo inclusive, aparentado de Bento Gonçalves, além de amigo.

Segundo Calvet Fagundes, Crescêncio foi sepultado em São Gabriel, em 10 de abril de 1840. Possuía então 45 anos de serviços militares, iniciados por volta de 1796. Ao falecer deixou a família muito pobre (esposa, 7 filhas e 2 filhos). (1)

Na correspondência com seu tocaio Domingos José de Almeida, são encontradas cartas suas pedindo o pagamento de seus vencimentos, em dia, por não possuir outra renda.

É presumível que seus descendentes tenham ficado em Jaguarão.

Traços de seu perfil militar

Caldeira assim traçou seu perfil: “Foi um bravo entre os bravos. Era prudente e calmo frente ao inimigo. Antes da revolução era capitão e a sua tática militar lhe dava muita importância. Era um dos amigos de Bento Gonçalves, do qual havia merecido a confiança. Ele conhecia as leis da guerra” (Doutrina Militar). (2)

Noutro depoimento, Caldeira completa o perfil de Crescêncio. “Era muito militar, muito prudente e sereno em combate. Não era instruído, mas era educado militarmente e por isso muito prático e inteligente. Era ele um dos melhores

coronéis que tínhamos na revolução, da qual foi uma das fortes colunas”. (3)

Principais ações

Crescêncio participou de diversas ações. Ao Bento Gonçalves cair na armadilha da ilha do Fanfa ele o esperava ao Sul para acolhê-lo.

No combate do Rio Pardo, em 1838, assim Caldeira descreveu sua ação infundindo ânimo aos republicanos:

Ao dirigir-se ao Corpo de Lariceiros Negros, antes de ordenar-lhe um ataque.

“Depois de mandar tocar silêncio falou — Brioso Corpo de Lanceiros, eu vim do Rio Grande só para conhecer o valor desse Corpo. E apontando o inimigo à frente, ordenou ao corpo que atacasse, o que este fez com a maior garra pelo estímulo recebido”.

Noutra situação ao fazer uma tropa de Cavalaria ser ultrapassada por um Batalhão de Caçadores que perdera seu comandante em combate!

Ordenou: — “Avança batalhão da glória!”

Estas palavras acenderam o ânimo do Batalhão. (4)

As histórias da revolução estão cheias de referências a este campeão farrapo, cuja última campanha foi contra o general Labatut, veterano de Napoleão.

Ao final dessa campanha morreu de doença quando voltava vitorioso. Possuía, cerca de 60 anos.

Nada foi encontrado sobre sua vida nos milhares de dossiês de soldados brasileiros do passado, no Arquivo do Exército.

É possível que os **Anais do Arquivo Histórico do RGS**, a publicar, venham revelar outros aspectos.

NOTAS

1. **FAGUNDES. História da Revolução Farroupilha**, P. Alegre, Martins Livreiro et alli, 1984.
2. **CALDEIRA. Apontamentos, Rev. Far., RIHGRGS, n? 27, 1927.**
3. **AAHRGS. v. 5, 1981, p. 400.**
4. Idem nota 2 — combate do Rio Pardo.

CORONEL JOAQUIM PEDRO SOARES (1770-1850)

Prestou distintos serviços militares à Integridade e à Soberania de Portugal, na luta para expulsar os franceses da Península Ibérica.

Veio para o Brasil com a Divisão de Voluntários Reais de Portugal. Assim participou das guerras contra Artigas de 1816 e 1821 e da Cisplatina 1825-28, em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil, no Sul.

Reformado em 1831, como tenente ajudante do 4º Regimento de Cavalaria de Linha, no qual se destacou na batalha de Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827, aderiu à Revolução Farroupilha. Teve papel político-militar proeminente neste movimento. Foi ele que dispôs taticamente as tropas do coronel Antônio Netto, que conquistaram a memorável vitória de Seival, em 10 de setembro de

1836. Vitória que criou condições para a Proclamação da República Rio-Grandense, por Netto, no dia seguinte, no Campo do Menezes. Proclamação feita por sua insistência e a de Lucas de Oliveira, junto ao mesmo Netto.

Ao ser organizado o Exército da República, foi promovido a tenente-coronel. Coube-lhe organizar e ser o primeiro comandante do célebre 1^o Corpo de Lanceiros Negros, integrado por escravos libertos com a condição de lutarem pela República, assunto que estudamos (1). Foi também nomeado Ajudante General do Exército, aproveitando sua larga experiência burocrática em Ajudância.

Foi dos cérebros militares de maior expressão da revolução, ao final da qual, com 74 anos, foi preso e remetido para o Rio de Janeiro, junto com o coronel José Mariano de Mattos, Ministro da Guerra da República e mais tarde do Império — 1864.

Naturalidade, carreira

Segundo dados obtidos no Arquivo do Exército, Joaquim Pedro nasceu em Campo Maior — Portugal, em 1770. Era filho de militar. Sentou praça em 20 de maio de 1780, com 10 anos. Em 15 de outubro de 1795 foi promovido a cabo de esquadra do 20^o Regimento de Infantaria. Com a invasão de Portugal por Napoleão “ficou anexo ao governo Francês”, presume-se por 3 meses, de 1 abril — 7 julho 1808. Em 26 de setembro de 1808 reingressou no 20^o RI de Linha, na Praça de Campo Maior. Em 1^o de novembro de 1808 passou a 2^o sargento.

O tenente-coronel André José de Vasconcelos, seu comandante no 15^o RI de Linha, confirmou possuir Joaquim Pedro “comportamento brilhante”.

Em 1816 veio para o Brasil e depois para o Uruguai na Divisão de Voluntários Reais.

Lutou na guerra contra Artigas de 1816. Participou da Guerra Cisplatina 1825-1828, integrando o 4^o Regimento de Cavalaria de 1^a Linha. Destacou-se na batalha do Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827, integrando o 1^o Esquadrão ao comando do capitão Domingos Crescêncio de Carvalho, mais tarde destacado comandante da Divisão Esquerda do Exército da República. Esquadrão integrante do 4^o Regimento de Cavalaria de Linha de Jaguarão (Cerrito) (2). Foi reformado, sem vencimentos, em 4 de junho de 1831, com 40 anos e 5 meses de serviço, contando três campanhas (guerras contra Artigas 1816 e 1821 e Guerra Cisplatina 1825-28).

Traços de seu perfil militar

Segundo Caldeira, (3) “Joaquim Pedro havia sido oficial de 1^a Linha de um dos corpos do Exército Brasileiro, na guerra contra as repúblicas do Prata (Guerra da Cisplatina 1825-28). Era valente, enérgico e muito militar. Possuía muita instrução militar e prática de oficial de Secretaria. Foi ele quem organizou o casco do 1^o Corpo de Lanceiros (Negros) de 1^a Linha. No ataque do Sei vai (10 de setembro de 1836) foi Joaquim Pedro que dispôs a força do coronel Antônio de Souza Netto, conservando um esquadrão de proteção (reserva). Foi este esquadrão que tomou conta do campo e obteve o triunfo. Este esquadrão foi comandado pelo capitão Antonio Meireles Gonçalves”.

Joaquim Pedro era casado. Possuía em 1780, “cinco pés e duas polegadas de altura, cabelos louros e olhos azuis”. (4)

Assessor político-militar do Cel Antônio Netto

De Caldeira conclui-se que Joaquim Pedro foi assessor político-militar de Netto.

Político por haver insistido, junto com Lucas de Oliveira, para que Antonio Netto proclamasse a República no dia seguinte ao combate de Seival, no qual foi assessor militar importante de Netto, que até então pouca prática militar possuía de combate.

A tropa de Netto em Seival era composta basicamente da Legião de Guardas Nacionais da Comarca de Piratini, formada de dois esquadrões a duas companhias cada, criada em 14 de outubro de 1835, pelo Presidente da Província, Dr. Marciano Ribeiro, colocado pela Revolução de 20 de setembro, segundo se conclui de David Almeida.

As quatro companhias foram recrutadas nos atuais municípios de Piratini, Canguçu, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Bagé até o Piraí. (4)

Prisão e envio para o Rio

O coronel Joaquim Pedro foi preso em Piratini, junto com o coronel José Mariano de Mattos, pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, cuja base de operações era em Canguçu. Ambos estiveram presos na cadeia que Abreu, Chico Preto ou “Moringue” mandou construir em Canguçu. Cadeia demolida em 1939 e que serviu de Posto de Comando, depois da Paz de Ponche Verde, ao capitão Antônio de Sampaio, atual Patrono da Arma de Infantaria do Exército, para garantir a paz naquela região. (5)

Com a prisão de ambos, a República perdeu dois importantes assessores político-militares.

Maiores detalhes consultar os **Anais do Arquivo Histórico do RGS**, 8v.

Joaquim Pedro ao ser preso possuía cerca de 74 anos.

NOTAS

1. **BENTO, A grande festa dos lanceiros. Recife, UFPE, 1971; O Negro na Sociedade do RGS. P. Alegre, IEL, 1975 e Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS. Rio, IEL, 1975.**

2. Dados obtidos no Arquivo do Exército, pela estagiária Rosale de Mattos Souza, do Museu de **Armas Ferreira da Cunha**.

3. CALDEIRA, “Apontamentos Revolução Farroupilha”. **RIHGRGS**, 1927, nº 27.

4. Idem nota 2.

5. ALMEIDA, David de **História de Piratini**. Pelotas, 1964 (Do Registro de Documentos nº 1 da Câmara de Piratini).

6. BENTO, Canguçu reencontro com a História, 1984.

Tenente-Coronel MANUEL ANTUNES DA PORCIÚNCULA (1798-1850)

Significação histórica

Prestou serviços militares à Integridade e à Soberania do Brasil, no Sul, como tenente do 21º Regimento de Cavalaria de Milícias de Cerro Largo.

Lutou em Passo do Rosário, ao comando de seu concunhado e amigo, coronel Bento Gonçalves.

Na Revolução Farroupilha ligou-se estreitamente à tomada de Porto Alegre, na qual entrou junto com Bento Gonçalves no comando de forças, em reforço às tropas de Gomes Jardim e Onofre Pires.

Era elo entre Bento Gonçalves e Antônio Netto. Pois, além de concunhado e amigo de Bento Gonçalves, foi por largo tempo Ajudanté-de-Ordens de Netto, quando este foi Chefe do Estado-Maior da República, depois de haver sido Ministro da Guerra por curto período.

Por volta de 1860 radicou-se em São Gabriel. Ali auxiliou a Domingos José de Almeida, seu amigo íntimo, no sentido de obter subsídios para que o último escrevesse a História da Revolução. Manuel Antunes obteve o Arquivo do general João Antônio da Silveira para enviar a Almeida. Desconheço o paradeiro do mesmo. (1)

Ações que tomou parte

A principal foi a tomada de Porto Alegre. Pessoalmente foi batido em 14 de outubro de 1835, no Arroio Grande (2) entre Pelotas e São Lourenço, pelos majores Manoel Marques de Souza e Silva Tkvares. Segundo Domingos José de Almeida, Porciúncula foi batido, por não terem seus adversários cumprido um acordo de suspensão das hostilidades. (3)

Nas demais ações em que Netto atuou, ele esteve presente.

Era Ministro da Guerra, em 17 de abril de 1837. (4)

Depois foi por largo tempo Ajudante-de-Ordens de Netto. (5)

Dados biográficos

Segundo Carlos Rheingantz (6), Manuel nasceu em Rio Grande, em 9 de novembro de 1798. Casou com Eleutéria Garcia, cunhada de Bento Gonçalves, em Cerrito (Jaguarão), em 3 de setembro de 1819. Era filho do coronel de Dragões José Antunes da Porciúncula (1753-1827) e de Josefa Antonia dos Reis. Era neto do guarda-mór João Antunes da Porciúncula, do qual descende também Alice da Porciúncula, madrinha de Pedro Calmon, que foi esposa do Ministro Miguel Calmon Du Pin Almeida. (7)

7. Ivo Caggiani transcreve documento histórico que cita Manuel Antunes atuando na Guerra Cisplatina. (8)

NOTAS

1. AAHRGS. v. 3 (Ver Porciúncula), p. 737 (Referências).
2. Arroio Grande chamou-se antes Arroio das Pedras, cerca 1780-1800.
3. Idem, Nota 1 pp. 171-172.
4. Idem, v. 6, p. 342.
5. Idem, v. 8, p. 183.

6. **RHEINGANTZ. Anais do Simpósio da Restauração RGS. IHGB, 1976, v. 1, p. 26.**
7. CALMON. **Miguel Calmon Du Pin**, 1984.
8. **Santana do Livramento**, Santana, ASPES, 1983, p. 35, v. 1.

Major BERNARDO PIRES (1790-1891)
— O simbolista farrapo —

Significação histórica

Prestou distintos serviços militares à Integridade e à Soberania do Brasil, como combatente nas campanhas de 1811-12 do Exército Pacificador da Banda Oriental; nas guerras contra Artigas 1816 e 1821; Cisplatina 1825-28, contra Oribe e Rosas 1851-52; na guerra contra Aguirre 1864 e, no início da guerra do Paraguai, já aos 77 anos, na condição de Voluntário da Pátria. Em síntese, tomou parte em 7 campanhas externas.

Durante a Revolução Farroupilha participou como combatente, até ser ferido no combate de Seival, passando a ser conhecido como o Mártir de Seival. Amigo de Bento Gonçalves, desempenhou por largo tempo as funções de Chefe Geral de Polícia da República, a convite do mesmo.

Ligou-se à idealização dos Símbolos da República Rio-Grandense (bandeira, hino, escudo e lenços), conforme tratamos em ensaio sob o título — **Autoria dos Símbolos do Rio Grande do Sul — subsídios para revisão histórica, tradicionalista e legal** (1) em que o biografamos.

Bernardo Pires foi o idealizador da criação do município de Canguçu em 1857, onde hoje possui descendentes das famílias Pires Moreira e Pires Terres. Segundo Morivalde Calvet Fagundes, Canguçu fora cogitado pelo general João Manoel de Lima e Silva, em novembro de 1836, para ser capital da República Rio-Grandense, no que foi vencido por Domingos José de Almeida que opinou por Piratini. (2)

Foi dos poucos a viver para ver concretizado o ideal de República, em 15 de novembro de 1889, para cuja conquista foi ferido no combate de Seival, que criou condições para a proclamação da República Rio-Grandense. Viveu ainda para ver a bandeira da República Rio-Grandense, por ele desenhada, ser adotada, desde 1891, como a bandeira do Rio Grande do Sul.

Naturalidade, família, veterano de lutas no Sul

Bernardo Pires nasceu em 1790 no disputado território entre os rios Piratini e Jaguarão, somente incorporado a Portugal, pela força das armas, na guerra de 1801 que assistiu com 11 anos. Ele nasceu em terras hoje pertencentes ao município de Herval do Sul.

Seu pai formou entre os 800 bravos que tomaram parte da mencionada incorporação, em 1801.

Em 1811, com 21 anos, alistou-se voluntário em Cerrito (Jaguarão atual) e tomou parte da Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental 1811-12, ao

comando de D. Diogo de Souza. E participou também das guerras contra Artigas 1816 e 1821 e finalmente da Guerra Cisplatina 1825-28.

Em 21 de agosto de 1828 entrou com Exército do Sul, ao comando do General Lecor e Visconde de Laguna, em Piratini.

Com a desmobilização do Exército, em Piratini, eniã local bem desenvolvido pelos que o procuraram para proteção, na Guerra Cisplatina, Bernardo Pires, junto com outros combatentes, ali radicou-se.

É de sua lavra carta depondo sobre a chegada e desmobilização do Exército do Sul, em Piratini (3) enviada ao historiador Manoel Gomes de Freitas, filho de Canguçu. (4)

Em 1830, quando da instalação da Vila de Piratini vamos encontrá-lo como fiscal da Câmara de Vereadores.

Em 8 de outubro de 1835, integrando forças de Lucas de Oliveira, José Oliveira Nico e Domingos Souza Netto, ajudou a firmar a vitória da revolução em Piratini.

“Mártir de Seival”

Participou do combate de Seival em 10 de setembro de 1836, onde foi ferido a bala, duas vezes. Um ferimento o invalidou para o combate por longo tempo.

Quando depois de proclamada a República no Campo do Menezes (5) os republicanos entraram em Piratini, Bernardo Pires foi festejado como “O mártir de Seival”.

Chefe Geral de Polícia da República

Depois de proclamada a República, Bernardo Pires foi recebido em Piratini como herói. Durante a convalescença desenhou o pavilhão tricolor adotado pela República. Pavilhão que apareceu pela primeira vez, em 6 de novembro de 1836, no cortejo para um Te Deum na igreja transportado pelo major de lanceiros, Joaquim Teixeira Nunes (6) e adotado de direito, em 12 de novembro de 1836, por Decreto do mineiro de Diamantina, Domingos José de Almeida. (7) Bandeira conservando as cores verde e amarelo do Brasil, da Casa de Bragança.

Quando Bento Gonçalves retornou da Bahia, depois de sua fuga espetacular, ao chegar a Piratini convidou Bernardo Pires para a Chefia Geral de Polícia da República, cargo cujo desempenho pode ser apreciado no jornal **O POVO** e **Anais do Arquivo Histórico do RGS**.

Autor da bandeira adotada pelo Rio Grande do Sul

A bandeira atual do Rio Grande do Sul é a antiga bandeira da República Rio-Grandense, cuja história, segundo Bernardo Pires, em entrevista lúcida e precisa ao **Diário Popular** de Pelotas, de **24** de julho de 1891 e aos 101 anos; é a seguinte:

“Esta bandeira tem uma história que me orgulha. O plano pertence a Mariano José de Mattos, meu velho amigo, mas o desenho e todo o trabalho de arte é meu. Nunca estudei desenho, como não estudei coisa alguma, mas esta obra que aí vem é minha. Os amores-perfeitos que circulam as armas, foram desenhados por mim. Simbolizam estas palavras memoráveis — Firmeza e Doçura. Esta bandeira foi organizada no ano em que se imprimiu em Piratini a moeda papel da República... Sei que minha bandeira foi adotada pelo governo republicano, o que é

uma grande honra para mim”.

Bernardo Pires foi o idealizador dos célebres lenços de pescoço, confeccionados no exterior, contendo o escudo da República, vitórias republicanas, etc. Lenços que foram os catalizadores dos ideais republicanos dos rio-grandenses de 1845-89. Lenços que chegaram a ser usados pregados nas ban deiras dos clubes republicanos do Rio Grande do Sul, na campanha pela república, até a sua proclamação, no Brasil, em 15 de novembro de 1889, pelo marechal Deodoro da Fonseca.

Final do veterano de oito campanhas

Bernardo Pires, o veterano de oito campanhas, inclusive, a revolução, faleceu em Pelotas, em 9 de novembro de 1891, com 101 anos, pouco depois de prestar histórica e lúcida entrevista publicada no **Diário Popular**.

Morreu no dia coincidente com a queda do “Governicho” a que se opunha, razão de não lhe prestarem honras militares no seu sepultamento feito às expensas do município de Pelotas, onde deixou descendentes. (8)

Os amores-perfeitos que desenhou na bandeira, tinham o seguinte sentido filosófico para o gaúcho brasileiro histórico de que muitos dos líderes militares farrapos foram grandes expressões: Firmeza — No combate ou nas lutas da vida, lutar com firmeza, garra, determinação, tenacidade e lealdade, visando a vitória. Doçura — Depois da vitória, traduzida por respeito como religião, a vida, a família, a honra, a dignidade e a família do vencido.

Foi grande a influência dessa filosofia no comportamento dos gaúchos autênticos, desde então.

Constatar isto é obra de simples verificação, particularmente na Revolução de 1923, batizada por Arthur Ferreira Filho de “Revolução de Cavalheiros” (9) em contradição à de 93 em que houve excessos que contrariaram a tradição gaúcha de Firmeza e Doçura.

NOTAS

1. Recife. UFRPE, 1971.
2. FAGUNDES, **História da Revolução Farroupilha**. P. Alegre, Martins Livreiro, 1984, p. 188.
3. Publicado na **RIHGB**, nº 266, ano 1965, por Walter Spalding.
4. BENTO. **Canguçu reencontro com a História**. P. Alegre, IEL, 1984.
5. Campo do Menezes ficaria na altura da Estação Santa Rosa, da Ferrovia Pelotas-Bagé, segundo Morivalde Calvet Fagundes.
6. CALDEIRA. **Apontamentos para a Rev. Far.** RIHGRGS, nº 27, 1927.
7. BENTO. “O Mineiro que foi o cérebro e o estadista da Revolução Farroupilha”. Itajubá, EFEI, 1982. (Discurso de posse no IHGMG (Correspondente).
8. É seu bisneto o major Ângelo Pires Moreira, tradicionalista, escritor e historiador, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas.

FERREIRA FILHO, Arthur. Revolução de 1923, (Porto Alegre), 1975.

Tenente MANOEL ALVES DA SILVA CALDEIRA (1815-1900)
— O cronista farrapo —
Significação histórica

Participou intensamente e de maneira romanesca dos dez anos de Revolução Farroupilha, de soldado a tenente do célebre 1º Corpo de Lanceiros da 1ª Linha do Exército da República Rio-Grandense. (1) Privou ou conviveu com a maior parte das lideranças militares, entre elas Bento Gonçalves. Ferido em combate gravemente, sobreviveu.

Graças ao que viu, participou e sentiu, captou e memorizou sobre o Decênio Heróico, veio a tomar-se, segundo interpreto, o seu maior cronista e preservador da memória da Revolução e particularmente do perfil guerreiro que muito bem captou de seus maiores campeões.

Isto por prestar de 1888-1898 lúcidos, honestos e detalhados depoimentos escritos, em sua maior parte redigidos em Canguçu, e, em atendimento a solicitações dos historiadores, Alcides Lima, Alfredo Ferreira Rodrigues, Alfredo Varela e Piratinino de Almeida. O último, filho de Domingos José de Almeida, o mineiro de Diamantina que foi o cérebro civil e o maior estadista da República Rio-Grandense. (2)

Depoimentos que foram incorporados significativamente pelos historiadores pioneiros da revolução, os mestres Alfredo Ferreira Rodrigues em seu célebre **Almanaque Literário e Estatístico do RGS** (1889-1917) e Alfredo Varela em sua monumental **História da Grande Revolução**. Depoimentos fundamentais a todos os historiadores do assunto, desde então, sem esquecer Othelo Rosa em **Vultos da Epopéia Farroupilha**. Mas em que pese a sua grande projeção histórica como preservador da memória da maior e mais longa guerra civil sul-americana, Caldeira até hoje tem permanecido em posição obscura que não lhe faz justiça. (3)

Depois de um longo período de obscuridade, ele ressurgiu como fundador e Presidente do 1º Clube Republicano de Canguçu, organizado no 2º Distrito (região de Florida, em 1882), (4) no posto de tenente-coronel da Guarda Nacional. Em 1893-94 é o comandante da Guarda Nacional, encarregado da proteção do Município de Canguçu, ao qual, em 1896, aos 81 anos, foi lançado como um dos candidatos a Intendente. Logo a seguir irá prestar ainda de Canguçu, seu torrão natal, os famosos depoimentos sobre a Revolução Farroupilha. Depoimentos que a cada dia terão maior valor.

Naturalidade, descendência

O tenente farrapo Caldeira, nasceu na região de Cerro Pelado, que passou a integrar, a partir de 1857, o município de Canguçu. Ali ele e seu irmão José Joaquim Caldeira (Juca Caldeira) possuíam propriedade em 1841. (5) Segundo Frei Cristóvão de Vacaria e J. Simões Lopes Netto, (6) os Caldeiras e os Bentos, junto com outras famílias foram os fundadores do povoado Estação Cerrito, que pertenceu ao município de Canguçu, até formar com Olimpo, a cidade de Pedro Osório.

Em 1841, Manoel era tenente farrapo e seu irmão, coletor da República. (7)

Os últimos anos de Caldeira ligam-se ao 2º Distrito de Canguçu (Iguatemi,

Florida, Posto Branco), onde presumo, tinha residido e deixado descendência.

Contribuições à História da Revolução Farrroupilha

Caldeira enviou carta a Alcides Lima de Quaró-Chico, em 21 de novembro de 1888 e três cartas de Canguçu a Alfredo Ferreira Rodrigues, datadas de 25 Jan, 20Sete200ut 1898, sendo que as duas últimas do 2º Distrito (Florida, Iguatemi). Estas cartas foram publicadas na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, nº 27, em 1927, em cerca de 100 páginas.

Ao Dr. Alfredo Varela ele enviou cartas de Canguçu, em 13 de setembro de 1894 e em 5 de maio de 1895, durante a Revolução de 93, e em 1º de dezembro de 1898. Indiretamente chegou às mãos de Varela seus escritos em Pelotas, em 20 de agosto de 1896, e dirigidos ao Dr. Piratinino de Almeida. Todos estes depoimentos reproduzidos de memória, foram publicados no volume 5 dos **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**, 1981, em 70 páginas. Portanto, foram 170 páginas que o velho farrapo escreveu de depoimentos que merecem ser lidos pelos estudiosos, que neles sempre encontrarão novas inspirações.

Alfredo Ferreira Rodrigues teve conhecimento da existência em Canguçu, do velho farrapo, através de seu colega no Colégio Sul Americano em Pelotas — Genes Gentil Bento, filho de Canguçu e mais tarde seu intendente de 1905-1917. (8)

Para mim a grande contribuição de Caldeira, foi captar de maneira precisa e feliz e preservar para a posteridade os perfis militares dos principais líderes farrapos, nos quais baseamos nossos estudos sobre o assunto. Eles são fundamentais para compor o perfil do combatente brasileiro no Sul, (9) assunto de interesse das pesquisas históricas do Estado-Maior do Exército.

Candidato a Intendente de Canguçu

Através de reportagem no jornal **Opinião Pública** de Pelotas, de 28 de maio de 1986, conhecemos mais sobre o maior cronista da república. Dessa reportagem sintetizamos o seguinte: (10)

“O partido republicano, guarda avançada da República em Canguçu, reuniu-se ali em 3 de maio de 1896, elegendo sua comissão executiva. Em eleição prévia escolheu para candidato à Intendência de Canguçu, o venerando ancião e velho farrapo, tenente-coronel Manoel Alves da Silva Caldeira, valente soldado em 35... Trata-se de republicano convicto, companheiro inseparável de Bento Gonçalves e Garibaldi. Ele arrostou corajosamente o decênio da memorável cruzada de 35, cujo atestado traz patente na funda cicatriz que lhe atravessa a fronte.. Apesar de contar 81 anos, ainda é varonil. Dotado de esclarecida inteligência, honesto e probo, desafiando neste particular a quem quer que seja.

Na Revolução de 93, estando no comando dos patriotas que guarneciam a vila de Canguçu, estava sempre toda a noite e constantemente no quartel com seus camaradas, dormitando sobre dura tarimba, sem pensar nas comodidades da vida. (11)”

O artigo assinado por Juvenal concluiu com este estímulo a Caldeira:

“Avante! Grande patriota e velho farrapo!”

Mas o candidato escolhido em seu lugar pela Comissão Executiva foi Leão dos Santos Terres.

Integravam esta comissão, Carlos Norberto e Franklin Moreira, filhos do 1º Escrivão do Ministério do Interior e Justiça de República Rio-Grandense, em 1838, em Piratini — José Ignacio Gonçalves Moreira. José Ignacio seria em 1857 o primeiro serventuário de Justiça de Canguçu. Era irmão de Serafim e Antonio, que em 1838, foram escrivãos do Ministério da Guerra e da Marinha da República Rio-Grandense e ao que consta, sobrinhos de Domingos Moreira, Presidente da Câmara de Jaguarão, a primeira a aderir à República Rio-Grandense.

O Grupo republicano em Canguçu, em 1889 possuía raízes na República Rio-Grandense Foi denominado Grupo dos 27. (12)

Participação resumida

Caldeira em seus apontamentos conta sua participação na revolução, desde os 20 anos, quando foi preso no sítio de Porto Alegre e enviado ao Rio, onde foi obrigado a sentar praça na Artilharia da Marinha, na ilha das Cobras. Ali participou da fuga de Fortaleza de Santa Cruz, dos coronéis Onofre Pires e Corte Real, em companhia dos quais, retornou ao Rio Grande. De retorno ingressou como sargento-ajudante no célebre Corpo de Lanceiros Negros, ao comando de seu conterrâneo, o coronel Joaquim Teixeira Nunes. No memorável combate de Rio Pardo, ele foi o porta-estandarte do Corpo e cumpriu religiosamente esta ordem de Teixeira Nunes — “Onde eu for o estandarte me segue e onde for o estandarte todo o Corpo deve segui-lo”.

Em 3 de janeiro de 1839, Caldeira foi ferido gravemente numa escaramuça. Seu cavalo foi atingido a bala, no peito e ele no pé e no queixo que foi quase esfacelado a bala e a língua teve o freio cortado. Mas sobreviveu, apesar de lhe darem dois dias de vida. Foi tratado pelo Dr. José Carlos Pinto, em Viamão.

Noutra ocasião foi ferido a espada na frente.

A abordagem do velho farrapo canguçuense como o primeiro cronista militar da Revolução Farroupilha não se esgota aqui. Acreditamos que muito se falará da sua obra, a semelhança do tenente argentino Cândido Lopes que fixou em pintura primitivista toda a Guerra do Paraguai até a batalha de Curupaiti, onde foi ferido e teve de amputar a mão.

NOTAS

1. BENTO, **O Negro e descendentes na Sociedade do RGS**, P. Alegre, IEL, 1975.
2. BENTO, **O Mineiro de Diamantina que foi o cérebro e o maior estadista da República Rio-Grandense**. RIHGB, nº 338, 1983; **Diário Popular**, Pelotas, 20 Set 1981; **Diário Legislativo de Minas Gerais**, 17 Nov 1981 e **O Sul de Minas**, Itajubá, 19 Set 1981.
3. BENTO, **Canguçu reencontro com a História**, P. Alegre, IEL, 1984.
4. LOPES NETO, Simões, **Revista do Centenário de Pelotas** em 1912, nº 4 (Dedicada a Canguçu).

ÍNDICE

REVISTA DO IHG/RN	07
PRESERVAR O INSTITUTO HISTÓRICO	
Garibaldi Alves Filho	09
BIBLIOTECA <u>ENÉLIO LIMA PETROVICH</u>	
Olavo de Medeiros Filho	11
RAIMUNDO FERREIRA DE MACÊDO	
Otto Guerra	13
FASTÍGIO E OCASO DE FERREIRA CHAVES	
Gil Soares	15
A QUESTÃO RELIGIOSA E O RIO GRANDE DO NORTE	
Enélio Lima Petrovich.....	23
HOLDERLIN O POETA DOS DEUSES	
Dorian Gray Caldas.....	27
PEDRO VELHO, MEU AVÔ (1) -27-XI-1856/9-XII-1907 -	
Sophia A. Lyra.....	31
DESFAZENDO EQUÍVOCOS	
José Moretzsohn.....	45
A CRISE DA MODERNIDADE	
Lindomar Wessler Boneti	57
CINQUENTENÁRIO DA ENTRADA DO BRASIL NA	
SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	
Cláudio Moreira Bento	63
FORÇA NAVAL DO NORDESTE	
Israel de Oliveira	67
A COSTA DOS POTIGUARES E A PRESENÇA FRANCESA	
Olavo de Medeiros Filho	79
A 2ª GUERRA MUNDIAL E PARNAMIRIM	
Marcos Maranhão	83
REMINISCÊNCIAS	
Valério Mesquita	91
<u>WALDEMAR DE SÁ</u> - DA INTELIGÊNCIA E DO AFETO	
Umberto Peregrino.....	95
LOUVAÇÃO CULTURAL DE CÂMARA CASCUDO E HOMERO HOMEM	
Silvio Meira	97
SAUDAÇÃO AO MINISTRO JOSÉ FERNANDES DANTAS	
Mário Moacyr Porto.....	113
<u>TIRADENTES</u> - HERÓI DA PÁTRIA	
José Fernandes Dantas	117
ADAUTO DA CÂMARA (ENSAIO BIOGRÁFICO)	
Henrique Zarembo da Câmara.....	135
OS DESCONHECIDOS	
Yapery Tupiassu de Brito Guerra	147
A RESTAURAÇÃO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS, DO	
ENGENHO CUNHAÚ	
Jeanne Fonseca Leite Nesi.....	161

ULYSSES DE GOES, UM APÓSTOLO	
Nilo Pereira	167
OS SETENTA ANOS DA “PRAIEIRA DOS MEUS AMORES”	
Cláudio Augusto Pinto Galvão.....	171
REDINHA - O REFRIGÉRIO PRAIANO	
Enélio Lima Petrovich.....	185
FALECEU O PROFESSOR VICENTE DE ALMEIDA - Um nome de alta categoria na Escola de Mossoró	
Raimundo Nonato da Silva.....	189
PROFESSOR RODRIGUES ALVES - O seu dia estava marcado	
Raimundo Nonato da Silva.....	191
O CORAÇÃO É O DONO DO MUNDO	
Cristalino Regalado Costa	195

CINQUENTENÁRIO DA ENTRADA DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Cláudio Moreira Bento
(Sócio correspondente)

O Brasil participou do esforço de guerra aliado na 2ª Guerra Mundial a partir de 22 de agosto de 1942, quando entrou na guerra após reconhecer o estado de beligerância contra ele de parte do Eixo e até 8 de maio 1945 - Dia da Vitória.

Sua extensão geográfica, a 5ª do mundo, sua posição geopolítica debruçada sobre o Atlântico e mais a sua solidariedade continental americana não lhe permitiram ficar neutro. Assim, participou militarmente da guerra nos teatros de operações do Atlântico e do Mediterrâneo, em decorrência do Acordo Bilateral Brasil - Estados Unidos, de 23 de maio de 1942, que foi coordenado pela Comissão Mista de Defesa Brasil - EUA que seria desdobrada em Washington e no Rio de Janeiro. As Forças Armadas do Brasil assim participaram na guerra: O Exército defendeu o território brasileiro e as instalações militares nele existentes, com ênfase na Zona de Guerra então criada, e dentro desta o Saliente Nordeste (estados RN, PB, PE, AL) e, nele, o triângulo Arquipélago de Fernando de Noronha - Natal - Recife, além do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Teatro de Operações do Mediterrâneo e que integrou o V Exército dos EUA; a Marinha defesa dos nossos portos, patrulhamento oceânico e proteção de comboios isoladamente ou integrando a 4ª Esquadra Americana com Quartel General no Recife e, Aeronáutica, ações de patrulhamento oceânico e proteção aérea de comboios, isoladamente ou integrando a referida 4ª Esquadra Americana, além do envio do 1º Grupo de Caça (O senta a pua) para integrar a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e uma esquadrilha de ligação e observação (1ª ELO), sob o controle operacional da FEB e também na Itália.

A cooperação inicial do Brasil com os Aliados ficou restrita ao continente americano. Cessada a ameaça de uma invasão das Américas pelo Eixo pelo Saliente Nordeste, resolução da Comissão Mista de Defesa Brasil - EUA nº 16, de 21 de agosto de 1943, ampliou a participação militar do Brasil que foi traduzida na prática no envio de forças de terra e ar do Brasil para o Teatro do Mediterrâneo e a ação de nossa Marinha de Guerra além das águas continentais americanas.

Em contrapartida o Brasil recebeu dos EUA, para o cumprimento de suas

missões bélicas no Atlântico e no Mediterrâneo o material bélico correspondente pela Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend - Lease), além de instrução americana correspondente a guerra anti-submarino, proteção de comboios navais, caça aérea, defesa anti-aérea e de Costa e de Emprego de divisões de Infantaria.

O esforço militar inicial do Brasil foi para defender em ações conjuntas de suas Forças Armadas o Saliente Nordestino. Este junto com a costa do Senegal na África, formava o estreito Natal-Dakar, através do qual os nazistas, antes de serem derrotados no norte da África podiam tentar uma ação aeronaval ou mesmo ações tipo Comandos contra o Nordeste do Brasil, a partir da conquista do Arquipélago de Fernando de Noronha.

O Saliente Nordestino através da base aérea de Pafnamirim, em Natal, cedida aos americanos, junto com a base aérea de Belém do Pará, se constituiu em acidente capital estratégico integrante da ponte aérea militar americana Natal-Dakar que foi essencial ao esforço militar aliado para a conquista do norte da África, do Oriente Médio de novembro 1942- 13 maio 1943, invasão da Europa pela Itália e mesmo as operações militares dos EUA no Extremo Oriente.

A cooperação brasileira ao esforço de guerra aliado, a nível estratégico se esterizou: Pela defesa do Saliente Nordestino do Brasil contra uma possível invasão das Américas pelo Eixo, através do estreito Natal- Dakar; pela captura pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) de duas divisões inimigas numerando 20.753 homens; pelo fornecimento de matérias primas estratégicas, como cera de carnaúba, batata, cristal de rocha e borracha, esta colhida pelos então chamados soldados da borracha que se embrenharam na Amazônia e, finalmente pela cessão temporária das bases aéreas de Natal e Belém que apressaram a vitória dos aliados na África, Europa e Ásia (Oriente Médio).

A base aérea de Natal permitiu que milhares de aviões militares dos EUA dela saltassem, sem, escadas, para a África e daí para a Europa e Extremo Oriente. A Base Aérea de Natal se projetou inclusive na vitória inglesa de El Alamein. Sem ela teria sido difícil o apoio dos americanos aos ingleses. Daí decorreu a expressão dada ao Saliente Nordestino - O Trampolim da Vitória onde se localiza a histórica Base Aérea de Parnamirim em Natal - Rio Grande do Norte.

O Brasil perdeu nesta guerra por morte, 1.889 brasileiros. Foram afundados 34 de seus navios, dos quais 31 eram navios mercantes além de abatidos 22 de seus aviões de caça, além de haver gasto com a guerra 21 milhões de cruzeiros (época). Durante a guerra as Forças Armadas do Brasil se modernizaram e se atualizaram doutrinariamente. A renovação de material bélico das mesmas foi expressiva, com base no Lend Lease. Elas se equiparam com o que havia de mais moderno: Caças-submarinos; aviões de caça, de bombardeio e anti-submarino; contra-torpedeiros de escolta; carros de combate; canhões de campanha, anti-carro, antiaéreo e de costa; radares e sonares; detentores de minas; gasolina gelatinosa, etc.

O Brasil teve a sua instrução militar/atualizada com base em padrões das Forças Armadas dos Estados Unidos e na experiência operacional militar adquirida por frações de nossas Forças Armadas que integraram na Batalha do Atlântico a 4ª Esquadra Americana ou, a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e o V Exército dos EUA na Campanha da Itália. O povo brasileiro incluiu no rol de suas vitórias militares os combates de Monte Castelo, Castelnovo, Montese e Coléchio-Fornovo, vitórias mais expressivas de sua Força Expedicionária (FEB), com o concurso de sua Força Aérea Brasileira (FAB), através de seu 1º Grupo de Caça e

1ª ELO e de sua Marinha de Guerra que ajudou a escoltá-la para a Itália e a trazê-la de volta coberta de louros. O desenvolvimento da Aeronáutica do Brasil em função da guerra teve expressivos reflexos na acelerada modernização e expansão da Aviação Civil Brasileira.

O Brasil foi o único país da América Latina a participar fora das Américas do esforço de guerra dos Aliados, com o envio de tropas expedicionárias na cruzada vitoriosa contra o Eixo, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial. Após a guerra, como deferência aliada, o Brasil manteve de 1945-50, na Alemanha ocupada, uma Missão Militar Brasileira chefiada pelo coronel Aurélio de Lyra Tavares, futuro Ministro do Exército Brasileiro e o primeiro com este título e hoje historiador militar e membro da Academia Brasileira de Letras.

O Brasil já havia participado do esforço de guerra dos aliados na 1ª Guerra Mundial, através de sua Marinha de Guerra representada pela Divisão de Operações Navais (DNOG) ao comando do almirante Pedro Frontim e que operou no litoral da África, de Serra Leoa para o norte, como parte da esquadra dos Aliados ao comando do almirante inglês Heathcoat Grant. O Exército foi representado por sua Comissão de Estudos de Operações de Guerra e de Aquisição de Material na França, constituída de 24 oficiais que combateram no Exército da França, dos quais ele promoveu 8 por atos de bravura. Comissão chefiada pelo general brasileiro Felipe Aché, ao qual estava subordinada a Missão Médica Especial enviada pelo Brasil, composta de médicos de nosso Exército e Marinha, além de civis formados ou acadêmicos e a disposição do Comando Único dos Exércitos Aliados. Um reduzido número de pilotos brasileiros do Exército e da Marinha se adestraram respectivamente nas aviações militares da França e da Inglaterra e nelas atuaram e se constituíram após em sementes, nos anos 10, das aviações do Exército e da Marinha do Brasil. Aviações que fundidas em 1941 deram origem a Força Aérea Brasileira (FAB). Estes pioneiros com o concurso de uma Missão Naval Americana em nossa Marinha de Guerra e da Missão Militar Francesa (MMF) em nosso Exército adestraram o Exército e Marinha entre as duas guerras mundiais.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ

ÍNDICE

Ao Leitor..... 5
ENSAIOS	7
Os Naturalistas e o Ceará: V - Todolpho Marcos Theóphilo (1853-1932)	
<i>Melquíades Pintyo Paiva</i>	9
Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Montemor-o-Novo d'América	
<i>José Liberal de Castro</i>	35
A historiografia tradicional de Canudos	
<i>Eduardo DiatahyB. de Menezes</i>	83
ARTIGOS	115

Pacatuba: breve memória	
<i>Eduardo Campos</i>	117
O Ceará na Proclamação da República	
<i>Geraldo Nobre</i>	127
Carisma em o Conselheiro, em Descartes Gadelha, em “Cicatrices Submersas”	
<i>Zélia Sá Viana Camurça</i>	147
Dom Helder Câmara - O irmão dos pobres	
<i>Fernando Câmara</i>	151
Ecologia: preserve a natureza	
<i>Caio Lóssio Botelho</i>	161
João Brígido: uma revisão histórica	
<i>João Alfredo Montenegro</i>	173
O Ato Institucional número 5 e o fechamento do Congresso Nacional em 1968	
<i>Marcelo Linhares</i>	187
A dicção do Hino	
<i>Oswaldo Evandro Carneiro Martins</i>	203
Governo do Ceará: quadriênio 1950 a 1954	
<i>Aroldo Mota</i>	217
O cego de Landim e a falsificação de dinheiro brasileiro	
<i>Dário Moreira de Castro Alves</i>	233
Os ciganos assentados em Sobral: razões e passos metodológicos da investigação científica	
<i>José Rogério Fontenele Bessa</i>	237
CONFERÊNCIAS, PALESTRAS E EFEMÉRIDES.....	259
Câmara Cascudo - <i>sabedoria e bem-querer</i>	
<i>Enélio Lima Petrovich</i>	261
José Aurélio Saraiva Câmara - 25 anos depois	
<i>Fernando Câmara</i>	279
Revisitando Djacir Menezes	
<i>Antônio Paim</i>	289
Hugo Catunda Brasil Fontenele	
<i>Valdelice Carneiro Girão</i>	297
Caxias: moldurade nossa nacionalidade	
<i>Marcelo Linhares</i>	303
Agradecimentos do Comandante da 10ª. Região Militar	
<i>Gen. Div. Théo Espíndola Basto</i>	309
Projeções culturais da Revolução Farroupilha	
<i>Cláudio Moreira Bento</i>	315
O jornal na educação	
<i>J. C. Alencar Araripe</i>	335
Dia da cultura e da ciência	
<i>José Maria de Barros Pinho</i>	341
Jean Guilton, filósofo do mistério e do metarealismo	
<i>Eduardo Diatahy B. de Menezes</i>	345
O centenário de Vasco Furtado	

<i>Arruda Furtado</i>	353
DISCURSOS	355
Discurso de posse	
<i>Paulo Ayrton Araújo</i>	357
Saudando Francisco Edson Cavalcante Pinheiro	
<i>José Cláudio de Oliveira</i>	361
<i>Ingressando no Instituto do Ceará</i>	
<i>Francisco Edson Cavalcante Pinheiro</i>	363

Projeções Culturais da Revolução Farroupilha

Cláudio Moreira Bento

Para se avaliar as projeções culturais da Revolução Farroupilha no transcurso dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, impõem-se inicialmente recordar-se de maneira sintética as suas causas e o seu desenvolvimento estratégico a seguir.

De 1835-45 teve lugar na então Província do Rio Grande de São Pedro, a Revolução Farroupilha. Ela foi resultado da insensibilidade do governo central e intolerância do provincial, em defesa de interesses do que na época eram classificados de “galegalidade”, ou lei dos galegos ou portugueses, que ainda exerciam grande influência no Brasil, apesar da Independência, em 7 de setembro de 1822.

Segundo o historiador Arthur Ferreira Filho, esta revolução “foi a mais importante das guerras civis sul-americanas pela sua longa duração, beleza de seus ideais e valor de seus campeões” e a mais importante do Ciclo Federalista (1824-48) iniciado com a Confederação do Equador e encerrado com a Revolta Praieira de 1848, segundo Décio Freitas.

Ela teve início em 20 setembro de 1835, com a conquista farrapa de Porto Alegre.

Esta revolução consagrou, aos 41 anos, como pacificador da Família Brasileira, ameaçada de dividir-se pelas lutas fratricidas do período 1831-45, e como tático e estrategista, o maior de nossos generais - Luís Alves de Lima e Silva - o Duque de Caxias, além de inspirado e bem-sucedido administrador, como Presidente da Província, segundo pesquisas de Riopardense de Macedo, Ângelo Pires Moreira, Walter Spalding, Moacyr Flores, conforme abordamos em **Porto Alegre—memória dos sítios farrapos e da administração de Caxias** (Brasília: EGGF, 1989).

Para maior facilidade de entendimento abordaremos a Revolução em 5 fases:

1ª Fase - Vitória da Revolução (20 set 1835 - 15 jan 1836 - cerca de 4 meses)

Consistiu na tomada de posse pelos revolucionários de Porto Alegre, em 20 setembro de 1835, seguida, no mês de outubro, de diversas ações para superar reações apresentadas em Rio Pardo, São Gabriel, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande, Herval do Sul e Colônia São Leopoldo.

Ao final do mês, as principais lideranças militares contra a revolução haviam sido neutralizadas ou obrigadas a imigrar. O Presidente da Província, deposto, havia se dirigido ao Rio de Janeiro. Ficou todo o Rio Grande do Sul em poder dos revolucionários que colocaram na presidência da Província o Dr. Marciano Ribeiro (médico mineiro), deputado e, no local do Comandante - das - Armas - o Cel. de Estado - Maior do Exército Bento Manuel Ribeiro, há pouco destituído do comando

da Fronteira do Rio Pardo. Atuaram quase, em uníssono, na ação revolucionária, a Guarda Nacional e a guarnição do Exército da Província, a maior do Brasil.

A revolução resultou da união de interesses dos estancieiros revoltados com o pesado imposto sobre a légua de campo, dos estancieiros pelo protecionismo ao charque platino em detrimento do gaúcho e as lideranças do Exército contra a erradicação do mesmo, traduzida pela diminuição perigosa dos efetivos das unidades e destinação das mesmas para áreas afastadas sob o argumento que o Exército era destinado a defesa do litoral e das fronteiras. Isto motivou a revolta dos comandantes de 3 das 4 unidades de Cavalaria e da unidade de Infantaria (major João Manoel Lima e Silva) e da de Artilharia (major José Mariano de Mattos). Haviam deixado há pouco o comando da Cavalaria em Jaguarão o Cel. de Estado - Maior do Exército Bento Gonçalves da Silva e o da de Rio Pardo, o também Cel. de Estado-Maior do Exército Bento Manoel Ribeiro. E outras lideranças militares farrapas saíram dos quartéis do Exército como o demonstramos em O Exército farrapo e os seus chefes. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1992.2v. E inclusive o ten Manoel Luiz Osório, até antes de ela assumir sua feição de República em 11 de junho de 1936.

A revolução ocorreu de surpresa, aproveitando a situação dos comandantes das Armas da Província e o da Fronteira do Jaguarão, principais reações esperadas, estarem em suas estâncias, crentes de que o líder político militar do movimento, o estancieiro e coronel de Estado - Maior do Exército Bento Gonçalves da Silva, comandante Superior da Guarda Nacional da Província, encontrava-se em Corrientes, na Argentina, em licença. O governo central era exercido pelos liberais. A maior reação correu sob a liderança do Cel. José da Silva Tavares, a partir de Herval do Sul atual e pai do Gen. Hon Joca Tavares que liderou os federalistas em Bagé em 1893-95.

2ª Fase — República Rio-Grandense proclamada e instalada é obrigada a imigrar (15 jan 1835 — 28 mar 1837 - cerca de 14 meses)

Com a nomeação do novo presidente da Província, Dr. Araújo Ribeiro, pelo governo central, esta autoridade assumiu o governo na cidade do Rio Grande, em 15 de janeiro de 1836, ponto estratégico militar que retomou ao controle do governo central, através de hábil manobra política. Ponto estratégico que serviu para o governo, no Rio, introduzir, via marítima, importantes reforços militares terrestres e navais, para consolidar aquela posição e combater, a partir dela, a revolução. Aderiu à causa legal o coronel Bento Manuel Ribeiro, fator importante que evitou o ataque de reconquista da cidade do Rio Grande pelos revolucionários.

No confronto que se seguiu, segundo Canabarro Reichardt houve divergências de estratégias entre Bento Gonçalves, líder político-militar e o major do Exército João Manoel de Lima e Silva, Comandante-das-armas da Revolução.

O primeiro teria sido favorável à concentração para derrotar Bento Manuel para, a seguir, investir a cidade de Rio Grande.

O segundo teria sido favorável ao investimento a um só tempo, de Bento Manuel, na campanha, e da cidade do Rio Grande. Dessa hesitação teria decorrido serem os revolucionários batidos por partes, com a perda definitiva de Porto Alegre, em 15 de julho de 1836, reconquistada num ousado golpe de mão pelo então major Manuel Marques de Souza, seguido da prisão do governo revolucionário chefiado pelo mineiro Marciano Ribeiro, parente do Regente Feijó, e

que foi enviado para o Rio. Isto provocou a desistência de João Manuel de investir Rio Grande e pouco depois, a prisão de Bento Gonçalves, em 4 de outubro de 1836, na Ilha do Fanfa. Este fato ocorreu quando retirava-se Porto Alegre, numa frustrada tentativa de reconquistar aquela capital ou mantê-la sob sítio terrestre. O bloqueio farrapo, em Itapoã, da navegação imperial, foi neutralizado em 28 de agosto de 1836.

Neste quadro extremamente adverso, o coronel Antônio de Souza Netto, com sua brigada Liberal, bateu em Seival, em 10 de setembro de 1836, a força legal de Silva Tavares, proclamada no dia seguinte, em Campo do Menezes, a República Rio-Grandense, logo reconhecida pela Câmara de Jaguarão e a seguir pela de Piratini.

Pressionado por Bento Manuel, os chefes revolucionários, João Manoel e Antônio Netto reuniram suas forças em Piratini sob a proteção da Serra dos Tapes, escolhida capital da República Rio-Grandense para instalarem e estruturarem seu Exército.

Em 4 de dezembro de 1836, sob pressão imperial, a República Rio-Grandense e o seu Exército foram obrigados pelo coronel Bento Manoel Ribeiro a se internarem no Uruguai. Deixaram o Rio Grande sob controle militar dos imperiais. Bento Gonçalves foi escolhido o Presidente da República e Comandante-em-Chefe de seu Exército, quando se encontrava preso no Rio de Janeiro.

Assumiu a lidença militar farrapa o Coronel Antônio de Souza Netto, em substituição ao primeiro general da República João Manoel de Lima e Silva que internou-se no Uruguai para tratar de ferimento no rosto, recebido no combate de São Gonçalo, de 2 de junho de 1836, em Pelotas. Já se assinalava nesta altura, reação à sua liderança militar, por suas condições de saúde precárias.

3ª Fase — Retorno da República do Uruguai para viver sua fase áurea (28 mar 1837 - 18 jul 1839 — cerca de 27 meses)

Desinteligências entre o presidente da província brigadeiro Antero Ferreira Brito e o seu comandante-das-armas, o Coronel Bento Manoel Ribeiro, terminaram por modificar o curso da revolução.

O Presidente saiu de Porto Alegre para prender e destituir seu Comandante-das-armas. Mas este antecipou-se e prendeu o presidente, em 28 de março de 1837, no Passo de Itapevi, em Alegrete. Assim Bento Manoel, pela segunda e última vez, passou-se para o lado republicano, para onde levou a vitória, como fiel da balança e novo ponto de inflexão da guerra em favor da revolução. O brigadeiro Antero Ferreira Brito que havia sido Ministro da Guerra 1832- 35 ficou preso nove meses pela República, inclusive sob custódia de orientais, no Uruguai.

Os republicanos então retomaram ao Rio Grande. Restabeleceram a capital em Piratini, conquistaram Caçapava em 8 de abril de 1837 e colocaram sob sítio em 13 de maio de 1837, a capital de Porto Alegre. Sítio que se prolongaria por três anos. Conquistaram triunfo, em 15 de agosto, onde pereceu heroicamente o Cel. imperial Gabriel Gomes Lisboa. Três dias depois, em São Borja, teve lugar a morte brutal, depois de emboscado e torturado, do general republicano João Manoel Lima e Silva, aos 32 anos. Era tio do futuro Duque de Caxias e irmão do Cel. Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Suruí, casado com uma sobrinha e irmão de Caxias e que era então Ministro da Guerra de Feijó, o qual renunciou logo após em 19 de setembro de 1837.

Os republicanos ao colocarem Porto Alegre sob sítio terrestre objetivaram estrategicamente, segundo interpreto:

- 1 - fixar importantes efetivos na capital;
- 2 - impedir apoio mútuo terrestre, Rio Grande — Porto Alegre;
- 3 - impedir envio reforços terrestres de Rio Grande a Porto Alegre, pelo litoral, ou a partir de Santa Catarina;
- 4 - impedir expansão de pontos fortes terrestres, com apoio naval, ao longo do Jacuí e seus afluentes, assegurando, assim, a livre circulação e comunicações republicanas no interior do Rio Grande e, em particular, de Porto Alegre com a Campanha e Missões;
- 5 - melhor realizar a espionagem dentro dos muros da sitiada Porto Alegre, através de agentes republicanos infiltrados;
- 6 - assegurar, ali, a articulação da Campanha com a região serrana (Cima da Serra) e, em decorrência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.

Assim, enquanto os republicanos mantiveram Porto Alegre sob sítio, viveram o período áureo e de maior segurança no campo militar. Foi em razão do alto sentido estratégico do sítio republicano de Porto Alegre, que por cerca de três anos e esforço militar imperial concentrou-se em levantá-lo.

Desempenhou então destacado papel para defender e apoiar logisticamente Porto Alegre sitiada, o seu filho - o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, no comando do célebre esquadrão da Barra e depois 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

Ação que exerceu a partir de outubro de 1837, através do Forte da Picata ou de Chico Pedro, que estabeleceu como sua base de operações em Ilha, na foz do rio Jacuí com o Guaíba, ligado à margem oposta ao porto de Porto Alegre, por uma picada, exploramos este aspecto em *Porto Alegre memória dos sítios farrapos...*

A partir daí, em diversas ações com Cavalaria e Infantaria, ao longo da Lagoa dos Patos até o rio Camaquã e, ao longo do rio Jacuí até o Rio Pardo, com apoio naval, realizou memoráveis golpes-de-mão sobre os republicanos, inquietando-os, aprisionando-os e trazendo gado para alimentar as tropas, a população e os hospitais de Porto Alegre, aumentando, assim, a capacidade de resistência da capital. Atuou como uma espécie hoje de tropa de fuzileiros navais transportados inclusive pela barca *Liberal*, barco a vapor pioneiro no Brasil, em operações militares e construído em Pelotas, em 1832, a inspiração inclusive de Domingos José de Almeida - “o mineiro que foi célebre e maior estadista da República Rio-Grandense”, conforme estudamos (RIHGB, nº 338, 1983).

Toda essa movimentação revolucionária de dois anos, até 15 de setembro de 1839, foi realizada com o governo central nas mãos do Partido Liberal. Neste período foram enviados ao Sul 1.904 homens. Eles representaram cerca de 17% do efetivo total enviado até a pacificação. A Dr^a. Helga L.L Piccolo esclareceu de modo pioneiro os reflexos da Revolução Farroupilha no Parlamento Nacional e vice-versa.

Assumindo o governo o Partido Conservador, foi intensificado o combate à Revolução, com envio de reforços, até abril de 1839, no total de 5.772 homens, ou cerca de 30% o total enviado até a pacificação.

Em fevereiro de 1838, o Presidente general Elzeário de Miranda Brito visando derrotar os republicanos que sitiavam Porto Alegre, executou a seguinte manobra:

Embarcou suas tropas em Porto Alegre e as desembarcou na margem esquerda do Jacuí. Por uma manobra desbordante dos rios Caí, Sinos e Gravataí

tentou cair sobre os sitiados, pela retaguarda.

Estes, ao comando do coronel José Mariano de Mattos, levantaram o sítio e retraíram para cima da Serra de onde avançaram sobre Lajes, em Santa Catarina. Bento Gonçalves pressionou Porto Alegre, mas foi rechaçado pelo general Elzeário ao longo do Jacuí, até Rio Pardo. Esta foi retomada pelos imperiais em março de 1838. Os republicanos reagiram e recuperaram Rio Pardo, em 30 de maio de 1838, na maior e mais retumbante vitória das que obtiveram sobre o general Elzeário. Logo a seguir restabeleceram o sítio de Porto Alegre, cujo sistema de defesa, na base de trincheiras, Hélio Moro Mariante abordou em 1985.

Na segunda tentativa de general Elzeário de desbordar os sitiados foi anulada com a vitória obtida pelos republicanos, em Caí, em 1º de fevereiro de 1839, ao comando do Gen. Bento Manoel Ribeiro.

No campo naval os imperiais neutralizaram baterias republicanas dos fortes do Itapoã e morro da Fortaleza, e na fronteira da ilha do Junco, na estreita entrada à Lagoa dos Patos, no rio Guaíba. Neutralizaram também a interferência de barcos farrapos, na navegação imperial, segundo Moacyr Flores em recente estudo, ao longo da Lagoa dos Patos, por navegarem em comboios. Tentaram destruir o estaleiro republicano no rio Camaquã (Passo do Mendonça), tudo isso em 1838.

Logo a seguir, em 1839, teve lugar a expedição republicana terrestre e naval a Santa Catarina visando a conquista de um porto de mar, em Laguna, para a República Rio-Grandense. O capitão José Garibaldi, comandante da marinha da República, depois de construir os *lanchões Seival e Farroupilha* no estaleiro do rio Camaquã, atravessou a Lagoa dos Patos e transportou os barcos para o rio Tramandaí. Fez então longa a épica travessia, com os barcos transportados em enormes carretas. Do rio Tramandaí atingiu o oceano e depois Laguna, em Santa Catarina, somente com o lanchão *Seival*, sob o comando do norte-americano John Griggs, em razão de o *Farroupilha* haver sido engolido por uma tempestade em alto-mar. Proclamada a efêmera República Juliana ela teve seu epílogo com a derrota da esquadra republicana pela Imperial, no combate naval de Laguna, de 15 de novembro de 1839, segundo recente estudo de Andréa Frota, mestre do Colégio Naval.

A expedição a Laguna, em julho de 1839, acompanhada do abandono definitivo a causa republicana, para um período de neutralidade, pelo general; Bento Manoel Ribeiro, em 18 de julho de 1839, lugar com o Partido Liberal no poder no Rio, desde abril de 1839.

Assim, coma malograda expedição a Laguna e abandono de causa republicana pelo general Bento Manuel, encerrou-se a fase áurea da República Rio-Grandense, com capitais em Piratini e Caçapava, de onde editaram o jornal oficial *O Povo*. Expedição a Laguna revivida por Luiz Oscar Malezenbacher em excelente e substancial reportagem. *O amor de Garibaldi por Anita contado em dois manuscritos* (Zero Hora, Porto Alegre, 20 de setembro de 1985).

4ª Fase — Declínio da República Rio-Grandense (18 jul 1839 — dezembro de 1842 — cerca de três anos e meio)

O ano de 1839 terminou para os republicanos com a derrota naval em Laguna, em 15 de novembro de 1839 e com a vitória terrestre de Santa Vitória (Bom Jesus) em 14 de dezembro de 1839, em que forças retirantes de Santa Catarina, ao comando do canguçuense Cel. Teixeira Nunes, bateram e dispersaram a Divisão

Paulista, ou Divisão da Serra, que invadira o Rio Grande, a partir de Lajes, em Santa Catarina.

O ano de 1840 foi inicialmente de equilíbrio. Assumiu comando-das-armas da província o general Manoel Jorge Rodrigues. Ele decidiu logo por atacar os republicanos que sitiavam Porto Alegre.

Planejou desbordar o sítio como o tentara duas vezes, sem êxito, o general Elzeário. Só que agora com mais forças e depois de operar junção, na margem direita do rio Caí, com coluna ao mando do brigadeiro oriental Izaias Bonifácio Calderon, após partir do canal São Gonçalo, próximo a Pelotas, e atacar Caçapava, a capital da República, fato recém estudado por Cassol e Abrão. Com resultado dessa manobra teve lugar, em 3 de maio de 1840, a indecisa batalha de Taquari e, no campo estratégico - a consolidação do sítio republicano de Porto Alegre.

O grande endividamento interno e externo da República abalou seu crédito por esta época, com reflexos negativos no apoio logístico à guerra e na unidade do movimento. Tiveram então lugar as primeiras gestões visando à pacificação. Circunstância coincidente com a Maioridade de D. Pedro II.

Em 10 de julho de 1840, já com o Partido Liberal novamente no poder, no Rio, teve lugar o mais sangrento combate da Revolução, em São José do Norte, imortalizado recentemente em expressivo óleo de Guido Mondim. Combate sangrento assinalado por nobres gestos dos comandantes rivais - Bento Gonçalves e o coronel Antônio Soares de Paiva, defensor da cidade do Rio Grande.

A falta de infantaria tornou-se gritante para os republicanos.

Em 14 de maio de 1841, Bento Gonçalves reassumiu a presidência em São Gabriel.

Assumiu a presidência do Rio Grande o general Soares Andréa - o futuro Barão de Caçapava, que foi estudado por José Andréa. Concentrou seu esforço em obrigar os republicanos a levantar o sítio de Porto Alegre.

Andréa, com o concurso de forças navais e terrestres, em torno de Porto Alegre, tentou cercar os republicanos que a sitiavam.

Lançou contra eles, a partir de Santa Catarina, uma divisão ao comando do general Pedro Labatut, veterano de Napoleão e da Guerra da Independência na Bahia, reedição da malograda Divisão Paulista ou Divisão da Serra. Assim Porto Alegre serviria de bigorna e a Divisão Labatut de martelo. Em Taquari, interposto entre Porto Alegre e a Campanha, Andréa deixou forte efetivo destinado a cortar a retirada dos sitiados de Porto Alegre, pretendida reedição da armadilha da ilha de Fanfa. Para fugir à armadilha, Canabarro e Bento Gonçalves, sucessivamente, deixaram o sítio de Porto Alegre e marcharam para Cima da Serra, ao encontro de Labatut, visando também atingir a Campanha, por um amplo movimento desbordante, que foi o mais épico feito terrestre farrapo a espera de um Taunay, segundo Coelho de Souza em *Projeto pró-memória Farroupilha*.

Eles anularam a manobra de Labatut, conseguiram atingir a Campanha, por Santa Maria, desbordando Taquari. Mas enfraqueceram o sítio de Porto Alegre que foi levantado sem esforço.

Andréa, apesar do insucesso de Labatut, conseguiu uma grande vitória estratégica, alternativa da derrota pretendida dos sitiados. Ou seja, obrigá-los a levantar, em definitivo, o sítio de Porto Alegre. A partir dessa vitória, as forças da terra imperiais, com apoio naval, foram se espalhando e se fixando em pontos

fortes e ao longo das barrancas norte do Jacuí e afluentes confinando os republicanos na Campanha Rio-Grandense e nas Missões (São Borja e Cruz Alta), tendo como capitais São Gabriel e depois Alegrete. Nas missões, com pontos fortes em São Borja e Cruz Alta. A região de Cima da Serra passou ao controle imperial.

O general João Paulo dos Santos Barreto, agora o comandante imperial, concentrou seu Exército, um forte com 5.000 homens, na região de Cachoeira (Passo São Lourenço). Sua estratégia era penetrar na Campanha e procurar travar uma batalha campal com os republicanos. E assim, procedeu uma longa marcha pela Campanha, de 4 de março - 13 de junho de 1841, ao longo da qual sofreu uma guerra de desgaste ou de recursos, eufemismo de guerra de guerrilhas. Chegou ao final, na estância do Carmo, margem direita de Ibicuí, em 21 de julho de 1841, destituído do comando, com a Cavalaria quase a pé, a Infantaria extenuada e desfalcada pela peste, disenteria e deserções. Enquanto acreditava estarem os republicanos fugindo de um combate decisivo, estes estavam desenvolvendo uma guerra de guerrilhas típica da área chamada então, repito - guerra de recursos.

Aproveitando o insucesso desse *raid*, imaginaram os republicanos um ataque a Rio Grande que não foi efetivado, mas preocupou seriamente a Corte.

O governo central, desde março sob controle dos líderes do Partido Conservador, substituiu o general João Paulo, pelo marechal Tomas Joaquim Pereira Valente e Conde do Rio Pardo, ex-Ministro da Guerra.

Este, durante o longo período de 14 meses, não alterou o quadro estratégico. O esforço operacional do Império voltava-se então para Minas e São Paulo. Mas dedicou-se a preparar-se logisticamente, ou seja, refazer-se dos desgates sofridos pelo general João Paulo. Fardou o Exército, colocou em dia os vencimentos com atraso de 7 meses, recebeu esforços de 5-450 homens, ou metade do efetivo total dos 11.000 enviados ao Sul, desde 1835. Esta foi a sua grande contribuição, mas no campo da Logística de que a estratégia conforme impunha a situação, o que não foi inépcia.

As revoluções liberais de Minas Gerais e São Paulo haviam trazido um alento moral aos republicanos. Mas este espírito pouco perdurou, pois a discórdia entre os republicanos já começara a lavrar. Discórdia que se evidenciou, mais tarde, na instalação da Assembléia Constituinte, em Alegretem em 1º de dezembro de 1842, ocorrida cerca de 20 dias depois de Caxias haver assumido, em Porto Alegre a presidência da Província, cumulativamente com o Comando-das-Armas.

5ª Fase - A Pacificação do Rio Grande (9 nov 1842 — 1º mar 1845 - cerca de 28 meses)

Ao assumir a Presidência e o Comando-das-Armas, em 9 de novembro de 1842, Caxias precedido da justa aura de Pacificador do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, encontrou o seguinte quadro estratégico:

a tropa imperial, forte de 11.500 homens, mantinha grandes efetivos no corte de São Gonçalo, face a Pelotas e, em Porto Alegre e Rio Pardo.

O grosso do Exército acampava no estratégico Passo de São Lourenço, no rio Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul.

Era passo chave para o ingresso na Campanha Rio-Grandense e nas Missões.

Já fora usado para concentrar o Exército Demarcador de Gomes Freire, na guerra Guaranítica (1754-56), pelo marquês de Barbacena, para concentrar o Exército do Sul, depois de Passo do Rosário - 20 de fevereiro de 1827 e depois pelo general João Paulo em 1841, para investir a Campanha.

O grosso do Exército estava demonstrando, mas refeito logisticamente da desgastante expedição do general João Paulo.

A marinha exercia pleno domínio das águas navegáveis do Rio Grande: Lagoa dos Patos e Mirim e rio Jacuí, etc.

Os republicanos dominavam a Campanha e as Missões com cerca de 3500 homens. Estavam com o controle de quase todas as cavalhadas da Província e fechavam as fronteiras do Uruguai e da Argentina ao recebimento de cavalos pelo Exército Imperial.

Na Missões, com base em São Borja, atuava o coronel Joaquim Teixeira Nunes e, com base em Cruz Alta, o tenente-coronel Gomes Portinho que acabamos de estudar. Em Cima da Serra atuavam contingentes republicanos esparsos.

Caxias iniciou a Campanha transportando, por terra, 7.000 cavalos de Rincão dos Touros, em Rio Grande, após fixar Netto em Piratini e Canabarro face ao Passo São Lourenço. Atravessou o São Gonçalo no Passo da Barra. Depois de costear a Lagoa dos Patos e o rio Jacuí, por cerca de 80 léguas, atingiu o Passo São Lourenço. Caxias desenvolveu esforços nos seguintes pontos, o que conseguiu plenamente, em que pese desgastante e persistente ação do Exército da República, sob a liderança de Canabarro de desgastar e evitar o combate (Guerra de recursos):

- 1 - conquistar superioridade em cavalhadas, relativamente aos republicanos e com isto superá-los em mobilidade ou capacidade de manobrar;
- 2 - ocupar as povoações da Campanha e Missões com Infantaria e Polícia fortificá-los, se necessário, com trincheiras, caso de Canguçu, ou com fortes - caso de São Gabriel (Forte Caxias) e Santa Maria (Forte da Imperatriz);
- 3 - melhorar as fortificações de Rio Grande e Porto Alegre (bases terrestres e navais);
- 4 - abrir as fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí e, em Santana do Livramento, ao recebimento de cavalos adquiridos no Uruguai e Argentina;
- 5 - fechar estas fronteiras para o mesmo fim aos republicanos;
- 6 - fazer transportar sua Infantaria a cavalo e abrir mão da Artilharia de Campanha, para maior mobilidade, conservando-a em sua Divisão;
- 7 - com o concurso dos caudilhos Oribe e Rosas fechar as fronteiras em Santana e nos rios Quaraí e Uruguai, às imigrações dos republicanos;
- 8 - estimular, no Rio Grande, no Uruguai e na Argentina, a reação e a cooperação econômica e militar de imperiais, ou dissidentes dos republicanos, imigrados naqueles países, ou, os neutralizados pelos republicanos no Rio Grande;
- 9 - desenvolver em Passo do Rosário, Rincão Del Rey, em Rio Pardo e no Rincão dos Touros, em Rio Grande, junto ao canal São Gonçalo, invemadas de cavalos para manter a mobilidade de seu Exército superior à dos republicanos;
- 10 - não levar a guerra contra a população civil, estimulando-a a sobreviver economicamente e não requisitando dela recursos, como havia feito o general João Paulo (mandou inclusive Chico Pedro recuperar a igreja de Canguçu que estava quase em ruínas);

11 - proteger a internada de Rincão dos Touros (Toratama), inclusive com auxílio da Marinha, no corte de São Gonçalo e com expedições preventivas contra a Serra dos Tapes (Canguçu e Piratini) donde podiam partir ataques;

12 - oferecer o perdão e anistia aos que depusessem armas (Dec. 18 de dezembro de 1844);

13 - tratar da paz em condições honrosas, negociar com firmeza, mas em alto nível de consideração aos negociadores republicanos, não transigindo com propostas de separação do Rio Grande do Império;

14 - forçar o grosso dos republicanos para a Serra dos Tapes e baixada na faixa entre os rios Jaguarão e Camaquã e Lagoas Mirim e dos Patos, último reduto farrapo;

15 - conservar para si a direção estratégica da guerra e atuar taticamente com o concurso de oficiais rio-grandenses especializados naquele modo de luta típica das coxilhas que se estava travando. Assim recorreu ao brigadeiro Bento Manoel e ao tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu ou Chico Pedro, conhecedores da terra e gente rio-grandense;

16 - lançar no centro do "reduto mais farrapo", a Serra dos Tapes (Piratini e Canguçu) com base de operações em Canguçu, atual, nó orográfico desta serra, a Ala direita do seu Exército, ao comando do citado tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre Moringue, o mais competente guerrilheiro imperial e a partir de agosto de 1843, conforme estudamos em *Canguçu, reencontro com a História* (Porto Alegre, IEL, 1984);

17 - lançar no momento decisivo suas reservas em cavalos, de Rincão dos Touros, para fechar a fronteira do Jaguarão à Revolução, ao único apoio externo que recebiam através do general Rivera;

18 - conduzir a guerra no inverno, para provocar o desgaste das cavalhadas republicanas e de seus soldados, por negar-lhes apoio nas povoações, quebrando uma tradição na área, de interromper a guerra no inverno;

19 - desenvolver esforços para arruinar cavalhadas republicanas. Isto por obrigá-los a intensa movimentação, ao combater no inverno; por fechar-lhes as fronteiras a importações de cavalos; por localizar e tomar suas invemadas e proteger as internadas imperiais de Passo do Rosário, Rincão dei Rey e Rincão dos Touros de incursões como a que aconteceu, com êxito, em Passo do Rosário e uma malograda sobre Rincão dos Touros;

20 - procurar apressar a paz para prevenir interferência de Rosas e da Inglaterra, que esboçou desejos de proteger os farrapos, segundo Antônio da Fontoura, em seu Diário. Não se travaram encontros expressivos nesta fase. Os mais significativos foram os de Ponche Verde, a surpresa de Porongos, dois combates de Canguçu e o combate do Serro de Palma, em Candiota, última vitória republicana. Em 1º de março de 1845, em Ponche Verde foi selada a Paz da Revolução Farroupilha. Foi reencontro da Família Brasileira envolvida em lutas fratricidas desde a Abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Por desejo dos revolucionários, Caxias foi mantido na Presidência da Província do Rio Grande. De Ponche Verde a Bagé e depois até Porto Alegre, Caxias foi ovacionado.

Ligou-se desde então afetivamente aos rio-grandenses republicanos que se tornaram seus amigos e colaboradores nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70).

A Revolução Farroupilha, se foi mal para a unidade nacional, pelas cerca de 3.000 vidas que imolou, resultou num benefício para a preservação da Soberania e

Integridade nacional, por haver se constituído num laboratório de táticas e de formação de chefes de Cavalaria para as guerras externas de 1851-52 e 1864-70, onde imperiais e republicanos “marcharam irmanados lado a lado, ombro a ombro”, em defesa da Soberania e da Integridade do Brasil.

Mais da metade do Exército Imperial esteve ao final da Revolução Farroupilha ao comando de Caxias.

Na ação de Caxias observa-se a ênfase que emprestou os princípios de guerra da Manobra, da Ofensiva, da Segurança e da Unidade de Comando.

Com isto pôde enfrentar a estratégia do fraco contra o forte, ou a guerra de guerrilhas nas coxilhas do Rio Grande, baseada nos princípios de guerra da Manobra, da Segurança, da Economia de Meios e fundamentalmente da Surpresa.

Conclusões

Quando tiveram início as negociações de paz que culminaram com a Paz de Ponche Verde, segundo Henrique Oscar Widersphan, os farrapos reconheciam a precariedade de sua situação, confinados a uma área da Província quase sem recursos, sem disporem de nenhuma vila ou povoado como base de suas operações, ou para servir de sede ao que restava do governo e administração civil, vagando sem destino certo e procurando evitar um confronto com a coluna principal de Caxias. D. Pedro II decidiu ainda terminar a guerra nas condições propostas pelos farroupilhas, basicamente estruturadas por Bento Gonçalves, e disto encarregou Caxias que desde então declarou “ *estar disposto a carregar com qualquer responsabilidade, que possa sobrevir, uma vez que tenho consciência de que obro no bem da Província e do Brasil*”.

Por estar doente, Bento Gonçalves mandou o pelotense Ten. Cel. Ismael Soares da Silva representá-lo em reunião convocada por David Canabarro para deliberarem sobre a Paz. Independente da representação, mandou sua opinião a respeito, que sintetizo, em carta a Canabarro, de 22 de fevereiro de 1845, da Estância do Velho Netto:

“Tendo emitido minha opinião, resta repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir a Guerra se escasseiam, o espírito público [opinião pública] está contra qualquer idéia que tenda a prolongar seus sofrimentos, classificando de caprichosa a continuação da atual. *Uma conclusão é sempre preferível aos azares de uma derrota e a história antiga e moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar*” (o grifo é do autor).

E, em carta de 6 de março de 1845, a Dionísio Amaro da Silva, cinco dias depois da Paz de Ponche Verde, Bento Gonçalves faz justiça a Caxias ao escrever:

“Sabes melhor que ninguém que aceitei a negociação da Paz ao ponto de ir convosco ao Campo do Barão de Caxias, depois de muitas viagens que para aquele efeito ali havia ido. Sabes que o mesmo Barão de Caxias havia acordado o meio de uma paz verdadeiramente digna de ambas as partes ... *Por fim termos uma paz que ‘so conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer-nos publicamente a Paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, nos fez o Barão o que já não podíamos esperar, salvando, assim, em grande parte, nossa dignidade.*’ Finalizando a carta escreveu:

“*Sigo para a minha pequena fazenda, unicamente com a ingente glória de*

achar-me o homem, talvez, mais pobre do país.”

Bento Gonçalves em realidade foi que fez as primeiras sondagens de paz com Caxias e das quais resultou o esboço que se concretizou. Caxias então manlou responder a Bento Gonçalves que dissesse as condições de paz, solicitadas pelos Farrapos, que desde que não fosse a separação da Província, podiam pedir o que quisessem, pois tinha poderes para tratar do assunto e que o envio de emissários à Corte era só para preencher formalidades, segundo ainda o Ten. Cel. Oscar Wiedersphan citado em *O Convênio da Ponte Verde*. Porto Alegre: IEL/DAC, 1979- Assinada a paz, Caxias teve dificuldades, por pressão dos escravocratas, de cumprir a “cláusula IV - São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram à Republica Rio-Grandense.”

Os escravocratas a julgavam uma afronta ao direito de propriedade.

Chegaram a exigir o cumprimento do artigo 5º das Instruções Reservadas de 18 de dezembro de 1844, enviadas a Caxias :

“5º - Os escravos que fizerem parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta Corte à disposição do Governo Imperial que lhes dará o conveniente destino.”

Canabarro ia cedendo, no que foi desestimulado por Vicente da Fontoura. Canabarro entregou 120 soldados negros dos célebres Lanceiros negros farrapos do 1º Corpo de Lanceiros e outra de um Batalhão de Caçadores para serem levados para a Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro, inicialmente como escravos estatizados. Lanceiros negros farrapos sobre os quais escrevemos em *o Negro na Sociedade do RGS*(Porto Alegre, IEL, 1975).

Mas o barão resistiu à pressão. Concedeu-lhes a alforria prometida, antes de embarcarem para a fazenda de Santa Cruz no Rio, com a condição de não retomarem ao Rio Grande, como era imposto. Aplicou, então, o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838 que assegurou liberdade a todos os soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais, segundo Wiedersphan em seus estudos sobre a Pacificação.

Assim, entre cumprir a instrução reservada que implicava em manter escravos fora do Rio Grande, os negros que lutaram pela República e libertá-los totalmente, conforme a Convenção de Ponche Verde, conciliou a divergência, libertando os soldados negros da República para enviá-los, nesta condição, para a Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Penso, até prova em contrário, que eles ficaram no Rio Grande incorporados ao Exército. Mais adiante em local próprio voltaremos ao assunto.

Projeções culturais da Revolução—Pioneirismo abolicionista

Descrito o desenvolvimento da Revolução Farroupilha conclui-se que ela provocou as seguintes conseqüências culturais à medida que nos afastamos daquele tempo histórico chamado também Decênio heróico.

Desde 1891 foram adotados como símbolos do Rio Grande do Sul a bandeira, o brasão e o hino da República Riograndense, assunto que abordamos.

No campo cultural militar ela se constitui num laboratório de táticas, estratégias militares e mais do que isto uma escola de formação de líderes de combate. Líderes que depois de combaterem por cerca de 10 anos em campos opostos se irmanaram nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52), contra a Guerra do Uruguai em 1864 e contra Lopes do Paraguai de 1865-70.

No campo cultural e civil, no contexto da valorização exigida pelo Rio Grande do Império foi inaugurado em 1846 o Liceu D. Afonso, nos moldes do Colégio D. Pedro II, por iniciativa do Barão de Caxias e na presença do Imperador. Iniciativa cultural, alicerce de todo o edifício educacional do Rio Grande do Sul.

Pouco mais tarde como consequência cultural, o Rio Grande do Sul foi contemplado no 26^a aniversário da Revolução Farroupilha com a Escola Militar de Porto Alegre, pioneira do ensino superior no Rio Grande e com grandes repercussões culturais, através das escolas militares que ali se sucederam, seja através de seus alunos ilustres como o Marechal Câmara e 2^a Visconde de Pelotas. A partir daí foram formadas várias gerações de militares riograndenses que passaram a ter grande influência nos destinos do Exército e até do Brasil. Foi numa Escola Preparatória e Tática, sucessora que em 1898 surgiu o Grêmio Gaúcho com oficiais, alunos e civis sob a liderança do Cel. de Cavalaria João Cezimbra Jaques, hoje consagrado patrono do Movimento Tradicionalista gaúcho, republicano e destacado cultor das Tradições Farrapas. Movimento de culto às tradições farrapas que ressurgiu forte há mais de 50 anos com o Centro de Tradições 35, homenagem a epopéia farrapa iniciada em 20 setembro de 1835 em Porto Alegre.

E do CTG 35 o Tradicionalismo cresceu em escala geométrica, com forte influência cultural enraizada no Decênio Heróico, movimento transriograndense do Sul presente em quase todos os Estados e até no exterior.

A influência cultural da Revolução Farroupilha se faz sentir forte na poesia, na literatura, na música.

Não se pode ignorar a influência cultural da República Riograndense, a única experiência republicana efetiva no Brasil antes de 15 de novembro de 1889, na República Brasileira.

Foi do Rio Grande e sob a influência de lideranças que partiu o Gen. Deodoro da Fonseca para a sua caminhada que culminou com a proclamação da República.

E entre as figuras mais destacadas naquele momento estavam 4 gaúchos: o Ten. Cel. João Nepomuceno Medeiros Mallett, bageense que foi encarregado de embaixar D. Pedro II, Cel. Simeão de Oliveira, riograndense que parou com D. Pedro II, detalhes da sua renúncia, major Freder Solon Ribeiro, porto-alegrense ex-aluno da Escola Militar de Porto Alegre encarregado de entregar a carta a D. Pedro II, e o capitão Mena Barreto que chegou do Sul reunindo-se com os... trazendo o apoio deles.

A Revolução farroupilha contribuiu muito para o ideal republicano concretizado em 15 de novembro de 1889 através da obra pioneira de valorização da Revolução escrita pelo J. F. Assis Brasil. *História da Revolução Riograndense* São Paulo, 1887. Obra ponto de inflexão de desprezo e marginalização de rebeldes farrapos pelo heroísmo e pioneirismo republicano dos mesmos. Idéia que ganhou força em pouco tempo com esta primeira versão farrapa que se contrapôs a imperial até então dominante.

Outra influência cultural marcante foi o dar-se o nome de Palácio Piratini à sede do governo do Rio Grande do Sul, lembrando que foi a 1^a capital farroupilha e onde a República Riograndense viveu os seus dias de maior glória.

Hoje traduz bem as consequências da Revolução Farroupilha, as comemorações da Semana Farroupilha realizadas em todos os Rincas do RGS.

Isto é o que nos caberia escrever no curto espaço de um artigo no limiar do 3^a

milênio.

Em 10 de junho de 1936, centenário do combate do Seival que criou condições para a Proclamação da República Riograndense, fundamos o Instituto de História e Tradições do RS, destinado a comemorar as efemérides centenárias do Decênio Histórico. É com base esse orgulho de haver cumprido sua missão através de encontro realizado em diversos locais. E mais por estar deixando mais que a revolução.

(Palestra pronunziata no dia 6 de outubro de 1998).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

A FORTALEZA DE SANTA CRUZ (1836) Vista por um Almirante ingles

A excelente obra *Os Diários do Alte. Graham Eäen Hammond* (1773-1862) (trad. Paulo F. Geyer. Notas: Paulo Berger. Introd. Gilberto Ferrez. E. JB., 1984) traduz impressões do Rio de Janeiro pelo citado militar em 1825 e 1834/36, quando ali esteve. Primeiro no comando do “Wellesley” que trouxe ao Brasil o Lord Stuart negociador do nosso tratado de Independência com Portugal. Mais tarde como comandante da Estação Naval Inglesa no Rio, a bordo da fragata “Dublin”.

O trabalho é ilustrado com aquarelas de Emerich E. Vidal (1778-61) e é rico em dados sobre a vida no Rio. Percebe-se que não penetrou nos meandros de vida social, política, militar e econômica local. São freqüentes reclamações contra o mau estado das ruas e caminhos do Rio, bem contra a má educação e indisciplina dos cocheiros que era obrigado a usar em sua intensa atividade turística e social. A última no Rio. Em nossa sociedade pouco penetrou e pouca atenção esta lhe dava, o que registra diversas vezes. É um crítico severo dos costumes e figuras brasileiras que olhava com superioridade, exceto para o futuro D. Pedro II e suas irmãs.

Tímido com o sexo oposto, sempre registrou impressões sobre as mulheres das festas. Sentia muitas saudades de sua esposa Bessie, muito parecida com uma brasileira filha de um Sr. Peixoto. De suas valiosas observações registro aqui a sua visão da Fortaleza de Santa Cruz. Visão abalada de um herói da batalha de Copenhague (2 Abr 1801) após a qual foi honrado em segurar o Livro de Preces para o Alte. Nelson orar em ação de graças à vitória.

E mais, tratar-se de veterano de muitos combates navais, de abordagens de navios piratas e inimigos e de assaltos a fortalezas marítimas.

Ele observou em sua visita a Fortaleza em Santa Cruz, em 28 Out 1836: “Existem três níveis de baterias voltadas para a entrada da barra. No todo são 112 canhões, nenhum menor que 14 libras. Creio que para guarnecer o forte são necessários 1.200 homens. As baterias ficam sobre plataformas, exceto a inferior, provisoriamente em seteiras. As casamatas parecem amplas. Tudo é construído no granito sólido. Não há falta de balas, nem de suprimento nenhum... Cada bateria tem sua forja para tiros incandescentes. Esta fortaleza é dominada pelo Forte do Pico, inatingível com força naval. Os canhões dos navios que passam por Santa Cruz, ficam inúteis, por impossível obter inclinação ideal para alcançar a artilharia do forte... Não vi maneira possível de entrar na fortaleza. Um navio não pode chegar perto dela. Mal há lugar para um grupo de homens se aproximar e tentar colocar escadas de assalto.”

Seu aspecto monumental atual remonta a questão Cristie com a Inglaterra em que nossa soberania foi afrontada. Ela foi então financiada pelo povo do Rio, para prevenir futuras afrontas ao Brasil, como na citada questão.

A Fortaleza iniciada em 1555 registra mais de quatro séculos de inexpugnabilidade e é mais antiga do que a própria cidade do Rio de Janeiro que ela tem protegido como sua sentinela marítima. Durante todos estes anos ela ajudou a poupar o Rio de tentativas de agressões dos holandeses, espanhóis e descendentes e de inimigos do Brasil nas duas grandes guerras. Na época do ouro, em Minas Gerais, que era embarcado para Portugal no porto do Rio, a fortaleza era chave da defesa do nosso porto, considerado então um dos mais bem defendidos do mundo.

Em nossas lutas internas ela impôs respeito e desestimulou aventuras revolucionárias contra o Rio, ao ponto de ser o lugar mais seguro para presídio de revolucionários, como os 33 farroupilhas que lá estavam presos durante a visita do Alte. Hamond. Esta é, em linhas gerais, a imensa e pouco celebrada projeção histórica da Fortaleza de Santa Cruz, a mais majestosa e bela, a que mais lutou e que foi sempre a mais respeitada por seu grande poder de fogo e excepcional posição.

Por mais de quatro séculos ela foi a última e primeira visão aproximada do Brasil ou do Rio de Janeiro, para milhões de viajantes brasileiros. No primeiro caso, visão nostálgica para os que deixaram o Rio. No segundo, como esperado, feliz e concreto sinal de que estavam retornando ao lar. Isto é particularmente válido para as inúmeras gerações de marinheiros mercantes e de guerra do Brasil desde 1555.

Atualmente dá abrigo a 1.^a Brigada de Artilharia de Costa e Antiaérea (QG).

Abreviatura: Alte. — Almirante.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA

SUMÁRIO

VICTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR (1909 - 1994)	7
RECORDANDO UM GRANDE CATARINENSE, por Odilon Nogueira de Matos	12

ABERTURA DO ANO ACADÊMICO

COMEMORANDO ALVARO DE CARVALHO, por Edy Leopoldo Tremei...	17
PADRE ARCÂNGELO GANARINI - primeiro historiador de Brusque e Nova Trento -, por Valberto Dirksen	36
HOMENAGEM A AYRES GEVAERD, por Dorvalino Koch	47

NO CENTENÁRIO DE ILDEFONSO JUVENAL

O JORNALISTA ILDEFONSO JUVENAL, por Walter F. Piazza	53
--	----

NO BICENTENÁRIO DE SANTOS SILVA

JOSÉ GONÇALVES DOS SANTOS SILVA, por Norberto U. Ungaretti.	59
KOLONIE BLUMENAU DOS 3 DOUTORES, por Theobaldo Costa Jamundã	73

NO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE DOM JAIME DE BARROS CÂMARA

DOM JAIME DE BARROS CÂMARA (1894-1994), por José Artulino Besen.....	97
<u>FORUM SOBRE A DENOMINAÇÃO DESTERRO/FLORIANOPOLIS</u>	
O FLORIANISMO E FLORIANÓPOLIS, por Jali Meirinho	131
FLORIANÓPOLIS, UM NOME DESDE 1894, por Evaldo Pauli	141
<u>ENCERRAMENTO DO ANO ACADÊMICO</u>	
SAUDAÇÃO À SÓCIA EMÉRITA SYLVIA AMÉLIA CARNEIRO DA CUNHA , por Maria Regina Boppré	163
GUSTAVO RICHARD: O HOMEM E A OBRA, por Sylvia Amélia Carneiro da Cunha	173
DISCURSO DE SAUDAÇÃO AOS NOVOS SÓCIOS, por Carlos Alberto Silveira Lenzi	187
<u>IQLABORAÇÕES ESPECIAIS</u>	
O REGAÇO DA ILHA DE SANTA CATARINA - NOTAS PARA UMA HISTÓRIA, por Hoyêdo Nunes Lins	201
GENERAL SERRA MARTINS, UM HERÓI DA LAPA POUÇO CONHECIDO E REVERENCIADO, por Cláudio Moreira Bento	212
O PANORAMA DA ENTRADA DA ESQUADRA LEGAL, DO PINTOR VÍTOR MEIRELES, NA BAÍA DE GUANABARA, por Donato Mello Júnior	220
DOM JOSÉ DE CAMARGO BARROS, PRIMEIRO BISPO DO PARANÁ (1894-1904) , por Riolando Azzi	240
A GÊNESE DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAED - ,por Sérgio Schmitz	263
PADRES DEHONIANOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE BRUSQUE, por Dorvalino Koch	271
A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL EM SANTA CATARINA - OS CLUBES 4 - S por Roberto Waldyr Schmidt	278
POLÍTICA JURÍDICA, por Carlos Alberto Silveira Lenzi...	285
A ILHA E A CAPITANIA DE SANTA CATARINA NOS CONTEXTOS DOS TRATADOS DE 1492 A 1750, por Walter F.Piazza	289
IN MEMORIAM	
JOSÉ JOFFILY	309
TARCÍSIO ANTONIO DA COSTA TABORDA e NEUSA VAZ SILVEIRA.	310
TEÓFILO MATOS, por Lélia Pereira da Silva Nunes	312
JOÃO HIPÓLITO CAMPOS DE OLIVEIRA	315
Prof.Dr. JOÃO JOSÉ PLANELLA	315
ALFONSO FERNANDEZ CABRELLI	317
ESTATUTOS DO IHGSC	319
DIRETORIA DO IHGSC	327
SÓCIOS DO IHGSC	328

**GENERAL SERRA MARTINS, UM HERÓI DA LAPA POUÇO CONHECIDO
E REVERENCIADO**

por **CLÁUDIO MOREIRA BENTO**

Combateram na divisão Expedicionária ao comando de Gomes Carneiro na Lapa duas brigadas. A segunda com cerca de 400 homens da Guarda Nacional e Pátrias ao mando do Cel.GN.Joaquim Lacerda e a primeira, com cerca de 400 homens do Exército (Infantaria, Cavalaria e Artilharia da Guarnição de Curitiba) e mais o Corpo de Segurança do Paraná (atual PMPR) ao comando do Cel. do Exército Dulcídio Pereira. A 1ª Brigada, encarregada do setor Sul de defesa da Lapa e com seu esforço defensivo voltado para a direção Sudeste, foi comandada pelo bravo Cel.do Exército da Arma de Infantaria Julião Augusto Serra Martins, muito pouco conhecido por sua vida e obra antes e após a lendária resistência da Lapa, episódio épico que ajudou a escrever e a imortalizar como soldado valoroso, leal e bravo, como demonstraremos pela primeira vez, aos lapeanos e ao Paraná em geral, para que lhe façam justiça histórica, à altura dos relevantes serviços militares que prestou à comunidade paranaense, na resistência da Lapa e na libertação do Paraná, em maio de 1894, como comandante da fronteira Paraná-São Paulo, em Itararé. Este herói, esquecido e muito menos festejado, terminou sua heróica e aventureira carreira militar como general, no exercício de funções hoje correspondentes as de comandante dos comandos militares do Nordeste e da Amazônia. Herói brasileiro cuja brilhante e longa vida militar foi assim adjetivada por seus comandantes:"Inteligente, zeloso, dedicado, disciplinado e disciplinador, conhecedor profundo da Arma de Infantaria, corajoso, bravo, calmo , sangue frio, valoroso, ativo, desembaraçado, criterioso e, sobretudo leal, característica muito acentuada, ao lado de inteligente e dedicado".

Maranhense, herói da Guerra do Paraguai

Nasceu em São Luis-MA, em 9 de junho de 1841, filho de Lupércio Serra Martins. Foi batizado em 21 de setembro na Igreja Nossa Senhora dos Batismos, em São Luís.

Em 16 de fevereiro de 1857 sentou praça no 5º Batalhão de Fuzileiros (59 BFzo) em Belém-PA. No final do ano entrou como cadete na Escola Militar em 7 de dezembro. Reprovado no exame de suficiência, retornou ao 5º em Belem, tendo sido destacado em 1859 em Caxias-MA, cidade a que se deve o título do Patrono do Exército, por haver pacificado o Maranhão 20 anos atrás. Serviu em Florianópolis (1860-64) como sargento, onde foi aprovado plenamente no Curso Prático de Infantaria e exerceu a função de Instrutor Ajudante de Tiro de Armas Portáteis. Seguiu para a Guerra contra Aguirre, em 1864, tendo sido louva do por sua ação no combate de Paisandú. Foi promovido a alferes em comissão em 1º de julho de 1865, para ajudante-de-ordens da 2º Divisão, à disposição da 4º Brigada. Foi aprovado plenamente pela segunda vez no exame pratico de Infantaria. Tomou parte da invasão do Paraguai na 29 Divisão. Combateu em Tuiuti em 24 de maio de 1866 sendo elogiado em OD do Exército nº 156:

"Pelo valor calmo revelado nas funções de ajudante-de-ordens tendo ido ao depósito de Munição buscá-la para os corpos que não a tinham. ..."

Combateu com a 2º Divisão em 16 de julho de 1866 sendo louvado pelo Comando-em-Chefe (OD 86 de 13 de outubro de 1866):

"Pelo desenvolvimento (desembaraço), coragem e bravura na transmissão das ordens em combate."

Foi elogiado por sua ação no combate de 1º de dezembro de 1866: "Digno de menção pelo sangue frio e desembaraço revelados".

Deixou a função de ajudante-de-ordens da 4ª Brigada, a pedido, e em 16 de

agosto de 1868 passou a exercer estas funções na 3ª Brigada da 2ª Divisão. Com ela participou na manobra de envolvimento de Piquiri, pelo Chaco, e com bateu na Dezembrada (Itororó, Avaí e Lomas Valentinas). Foi promovido por ato de bravura em Avaí e mereceu elogio de seu comandante de Brigada. A seguir teve licença para visitar o Maranhão no início de 1869, em recompensa pelos seus excelentes e heróicos serviços.

De retorno de licença foi escolhido por seu valor para ser um dos ajudantes-de-ordem do legendário general Osório, atual patrono da Cavalaria. Ao seu lado combateu em Peribequí merecendo citação por seu desempenho. Foi ajudante-de-ordens do Conde D'Eu e nesta condição combateu em 16 de maio de 1869. A seguir retornou a ser ajudante-de-ordens de Osório por mais três meses, até ser transferido para a Repartição do Quartel Mestre General (atual Intendência) como capitão em comissão aos 27 anos, que seria confirmada mais tarde como sendo promoção por ato de bravura.

Atuação entre a Guerra e a Revolução Federalista

Retornou ao Maranhão com o 5º Batalhão de Fuzileiros. Em 1871 foi comandar a 6ª Cia/ 112 Batalhão de Fuzileiros, em Belém, cumulativamente como tesoureiro eleito. Ali casou com Lourença Bayma Almeida, em 11 de janeiro de 1871, tendo três filhos.

Em 1872 foi aprovado plenamente pela terceira vez no Exame Prático de Infantaria. Em 9 de setembro de 1873 no comando de 30 praças impediu desordem que ameaçava tumultuar eleição que se realizava na igreja da Sê, em Belém. Chegou ao ponto de comandar - "Pelotão, preparar fogo, carregar!"

Comandou a guarnição de Macapã por três meses de 7 de março a 7 de junho de 1887. E, em 1875, aos 32 anos e muito doente retornou ao 5º Batalhão de Fuzileiros em São Luis onde recebeu o seguinte diagnóstico: "Congestão crônica do fígado e beri beri. "Este mal seria responsável pelos restos de seus dias por diversas baixas como doente no quartel. Esteve em missão no Rio e no Rio Grande do Norte pelas quais foi louvado por sua disciplina.

De 1876 a 1878 serviu no Rio no 7º Batalhão de Caçadores (7º BC) aquartelado em dependências do Mosteiro de Santo Antônio, no Largo da Carioca. Serviu como tesoureiro econômico, merecendo louvor "pelo zelo, dedicação e interesse no desempenho das funções".

Em 1879, pela segunda vez em Santa Catarina, comandou a 8ª Cia de Infantaria (independente). Retornou ao 7º no Rio e mais uma vez tesoureiro. Aos 40 anos, em 1881, obteve licença de matrícula na Escola Militar.

Freqüentou a Escola Militar da Praia Vermelha por três anos de 1882-4. Concluiu o Curso de Infantaria e Cavalaria. Seus graus no ensino fundamental foram muito baixos e, em especial, em Ciências Matemáticas. Saiu-se muito bem no ensino fundamental e em Desenho. Era professor famoso ali o General Pego Junior, um símbolo dos "científicos" que contrastava com o "tarimbeiro" Serra Martins e cujas ações estiveram em confronto no Paraná, em 1894.

Em 1886 retornou ao 7º, no Mosteiro de Santo Antônio, como comandante de companhia e fiscal (sub comandante atual), seu mal físico o ataca com frequência. Foi encarregado do policiamento do Carnaval no Rio, em 1887, sendo elogiado pela eficiência com que se houve, assegurando um clima de ordem e de sadia diversão aos foliões. Em 1888 ele se destacou e foi louvado em parada de recepção.

ção a D. Pedro II.

Em 23 de janeiro de 1889 foi promovido a major por antiguidade e estudos. Foi transferido para o 22º Batalhão de Infantaria em organização. Não participou da Proclamação da República por estar seu batalhão em viagem para o Amazonas, para onde fora transferido para esvaziar o apoio ao marechal Deodoro, pois o 22º lhe era fiel. Ainda em 1889 foi comandar interinamente e fiscalizar o 2º Batalhão de Infantaria em Recife. Ali foi louvado por "inteligência, critério e lealdade" e foi condecorado com a Medalha Geral do Paraguai, passador nº 5 (5 anos de guerra).

Tenente Coronel por antiguidade, em 2 de julho de 1889, foi comandar o 15º Batalhão de Infantaria em Belém. Em 1890 foi comandar o 33º Batalhão de Infantaria em Aracaju onde elogio o define: "Ativo, inteligente, disciplinador e conhecedor perfeito da Infantaria". Em 1891 foi comandar em Manaus o 36º Batalhão de Infantaria e as forças da Fronteira. Em 1892 como coronel, desde 7 de março de 1892, foi comandar o 14º Batalhão de Infantaria em Recife. Possuía 35 anos de serviço. Foi elogiado por "zelo, inteligência, dedicação e lealdade". Esteve preso três dias em casa, acusado injustamente de intervir em negócios políticos do Estado. Ele era deputado por Pernambuco até 1897. Foi suspenso do comando. Requereu Conselho de Guerra para justificar-se. No final do ano o Ministro da Guerra que substituiu o almirante Custódio de Mello o nomeou para comandar no Paraná o 17º Batalhão de Infantaria que não chegou a assumir, a não ser fração dele no cerco da Lapa. O constante ir e vir de Serra Martins, era devido à sua capacidade profissional colocada a serviço do adestramento de unidades de Infantaria, o que ele fazia com rara competência e liderança.

Na Revolta da Esquadra e Revolução Federalista em Santa Catarina

Ao invés de ir servir no 17º Batalhão de Infantaria, o governo enviou o coronel Serra Martins para comandar o 25º Batalhão de Infantaria em Florianópolis atual, onde serviria pela terceira e derradeira vez e acumulando o comando Interino do então 5º Distrito Militar (atual 5ª RM em Curitiba).

Ele, desamparado do apoio do povo e das autoridades de Santa Catarina simpatizantes à Revolta da Armada e a Revolução Federalista honrou o seu posto, até ser obrigado a capitular em 29 de setembro de 1894, contando somente com a lealdade de 11 (onze) oficiais (1 coronel, 1 capitão, 5 tenentes e 3 alferes) dos quais o seu filho alferes Serra Martins e o tenente Muricy que destaca e registra amplamente a sua atuação exemplar na capitulação que ele fez questão de registrar em ata, que era Acordo, com apoio, inclusive, em Conselho de Guerra que respondeu e foi absolvido e cuja cópia entregou a Muricy. Eis a obra:

MURICY, José Cândido da Silva, gen. A revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (Memórias), rio, BIBLIEX, 1946.

Leitura valiosa que recomendamos aos profissionais das Armas. O coronel Serra Martins junto com seu filho, em que pese as deslealdades de João José

Cezar, secretário civil do Capitão de Mar-e-Guerra Lorena, foi despachado em primeiro de outubro a bordo do Pálias e desembarcados num bote, em Sepetiba, o qual naufragou antes de chegar a praia, com bagagens, inclusive a de mulheres e filhos de soldados capitulados em Santa Catarina.

Apesar de identificar-se, oficiais e praças do 5º de Artilharia no atual quartel do 1º BE CMb em Santa Cruz-RJ, antigo Palácio de Verão da Família Imperial, recusaram-se a reconhecê-lo o que só foi feito no quartel para onde foi transportado e onde respondeu Conselho de Guerra pela capitulação de Santa

Catarina e foi absolvido doando mais tarde cópia ao tenente Muricy citado a cima.

Serra Martins na resistência da Lapa

Ainda em outubro Serra Martins viajou por terra a Lapa onde se apresentou ao general Argolo, sendo designado comandante do que restara do 17º Batalhão de Infantaria de Curitiba. Participou da expedição ao comando de Argolo de 1º a 26 de novembro de 1893 de Curitiba-PR-São Bento-SC e retorno até a Lapa. Combateu os federalistas de Piragibe em Rio Negro e no rio da Várzea, sendo louva do por seu desempenho correto por Argolo ao qual acompanhou até Curitiba. Comandou a guarnição do Exército de Curitiba, de 16 a 30 de dezembro de 1893. De 1º de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, por 42 dias, após nomeado por Gomes Carneiro comandou a 14 Brigada na resistência épica ao cerco da Lapa, como encarregado do setor Sul do perímetro defensivo - o mais crítico. Sua atuação ai valorosa e intrépida e bastante conhecida na vasta bibliografia da epopéia la- peana da qual foi um dos maiores quinhoeiros das glórias que ali se agregaram ã saga militar do povo brasileiro.

Sobre a ação de Serra Martins assim registra David Carneiro em 17 de janeiro em violento combate que envolveu toda a defesa da Lapa:

"A frente sul dirigida pelo coronel Serra Martins fora também atacada pela Artilharia e por 150 homens de Cavalaria, sendo repelidos. O coronel Serra Martins foi ferido nesta ação em que teve morto o seu cavalo".

Mario Tourinho, futuro general que ali combateu como artilheiro, registrou assim a atuação do coronel Serra Martins ao atender um pedido de socorro do tenente Lebon Regis, comandante de uma posição de Artilharia, futuro comandante do 4º BE Cmb em Itajubá-MG, cuja filha casou com um filho do ex-presidente Wenceslau Braz:

"O venerando coronel Serra Martins (52 anos), provecto em anos, com aquela bravura tão sua, pistola em punho, correu a frente de um pequeno pelotão, como se fora um jovem alferes. E, a pajã so de carga, rechassou o inimigo, forçando-o a recolher-se ao interior de uma casa. Seis ou oito homens, de fisionomias ex- tranhas, cabelos compridos até os ombros ficaram estendidos na rua para não mais levantarem..."

Este foi o fatidico 7 de fevereiro. Pouco depois Gomes Carneiro tombou ferido de morte. Até hoje se desconhece as demarches a explicar o coronel Serra Martins não haver assumido o comando da resistência da Lapa, que lhe caberia como militar mais graduado do Exército.

O comportamento do coronel Serra Martins foi heróico na Lapa. Mais tarde respondeu Conselho de Investigação o qual foi suspenso no meio, por ter referido Conselho considerado que na Lapa o coronel Serra Martins "procurou cumprir com o seu dever".

Ele assinou as atas de Capitulação como maior autoridade militar presente na Lapa. Era a segunda que o destino lhe reservara e agora contendo a cláusula de "proibição de ele tomar armas contra a Revolução e lhe assegurando liberdade e meio de transporte dentro do Parana, afim de tomar o destino que lhe con viesse". A capitulação em Santa Catarina e para ele Acordo, não lhe impôs a condição de não maia pegar em armas contra a Revolução.

Serra Martins com sua vida e obra até agora desconhecidas, a não ser no Paranã e Santa Catarina, despertou por suas atitudes firmes, bravas e leais de verdadeiro soldado a admiração de Milton Vernalha em Maragatos e Pica-Paus(Curitiba, 1984),"por brilho e integridade", e que seu passado era garantia de

absolvição em Conselhos de Guerra.

Perseguição e fuga de Serra Martins do Paraná

A concluir-se de Muricy (op.cit), em que pese os termos das atas de capitução de Tijucas e Lapa os líderes de suas resistências foram perseguidos de pois. O coronel Joaquim Lacerda fugiu de Paranagua para Antonina e dali para São Paulo. O coronel Ismael Lago, ferido em Tijucas, foi preso ainda em tratamento. Serra Martins, perseguido, fugiu disfarçado como um caboclo, professor de roça, montado num burrinho ruano rengo. Com ele partiu do Barigui, casa do tenente Muricy e atravessou os sertões do Assungui, Serro Azul, Tamandare, Arraial Queimado, Ribeira até o Apiai. No final de jornada vendeu o burrinho, com o que obteve recursos para apresentar-se à fronteira de Itararé ao general Ewerton Quadros, comandante do Corpo de Exército encarregado de libertar o Paraná e novo comandante militar do Estado.

Foi nomeado comandante da Guarnição de Itararé e dali prestar apoio Logístico ao Corpo de Exército citado que invadiria o Paraná.

Desempenhou esta comissão com todo o zelo e foi por isto merecedor dos melhores elogios do general Ewerton Quadros. Apresentou-se ao Rio em 11 de setembro de 1894 para responder Conselho de Justificação relativamente a Lapa e foi julgado como tendo cumprido o seu dever militar. Após algum tempo como oficial de segunda classe, reverteu ao quadro efetivo. Ainda em 1895 assumiu o comando do 40º Batalhão de Infantaria em Belém, alternando-o até o ano seguinte com o exercício de seu mandato de deputado em Pernambuco. Na Guerra de Canudos foi-lhe confiado o comando da 5ª Brigada da 2ª Coluna, do general Savaget. BH gada composta dos 40º Batalhão de Infantaria (Belém), 54º Batalhão de Infantaria (Natal) e 35º Batalhão de Infantaria (Terezina). Destacou-se no socorro a primeira coluna, em 28 de junho de 1897, que estava em posição difícil e com munição esgotada, de boca e de guerra. Ele cumpriu muito bem a missão!

Atividades como general

Foi promovido a general de brigada em 12 de janeiro de 1900, tendo comando do 1ª Distrito Militar em Belem (area do atual CMA): Foi inspetor do Asilo de Inválidos da Pátria, de 1901 a 1902. Comandou o 2º Distrito Militar em Recife, atual 7ª Região Militar, mais o Ceara, onde foi louvado "pela correção, zelo e dedicação" (Exército 244, 1903). Seu ultimo comando foi o 1º Distrito Militar, correspondente hoje ao CMA, mais o Piauí.

Serra Martins foi reformado em 24 de janeiro de 1906, aos 48 anos de serviços e 65 anos de idade, com a qual faleceu em 14 de fevereiro de 1906, seguramente em Belém, onde deve estar sepultado, orientação a confirmar, para um possível traslado para o Panteóm dos Heróis da Lapa, local que conquistou para seu sonho eterno e onde e uma grande ausência.

Condecorações

Serra Martins ornou seu peito com condecorações por sua atuação em combates na Guerra do Paraguai, alem de ali ser promovido a capitão por bravura: Cavaleiro da Ordem da Rosa (pelos combates de 16 e 18 de abril e de 2 e 24 de maio de 1866); Oficial da Ordem da Rosa (por combates na campanha da Cordilheira); Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro (pelo combate de 17 de fevereiro de 1868) ; Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz (por mais de 20 anos de bons serviços); Oficial da Ordem de Sao Bento de Aviz (por mais de 30 anos de bons serviços, recebeu em 1891); Medalha do Mérito Militar (pelo combate de 21 de dezembro de

1868) e, Medalha Geral da Campanha do Paraguai, passador nº 5 (Certificado de que fez toda a Guerra).

Ao visitarmos a Lapa não deparamos nenhum destaque especial à memória des te bravo. Na casa do coronel Lacerda deparamos com foto dos defensores antes do cerco, onde ele aparece em identificação com o nº 8. No Panteon, sua placa não traz seu nome de guerra Serra Martins.

Temos convicção que não houve determinação de não reverenciá-lo a altura, fato que ocorreu seguramente por desconhecimento de sua vida e obra, que só agora revelamos ao Congresso “Cem Anos da Revolução Federalista”, promovido pelos três poderes do Paraná e com apoio em sua Fé-de-Ofício ,que resgatamos com muitas dificuldades.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA

ÍNDICE

A lição perdida, por ARMANDO LUIZ GONZAGA	7
ABERTURA DO ANO ACADÊMICO	
João Medeiros Júnior, por SUELY M.VANZUITA PETRY	11
Visconde de Taunay, por CARLOS HUMBERTO P.CORRÊA	15
Marechal Joaquim Xavier Curado, por WALTER F.PIAZZA ...	25
NO CENTENÁRIO DO JORNALISTA OSVALDO MELO Jornalista Osvaldo Melo, por OSVALDO FERREIRA DE MELO	43
Osvaldo Melo, por THEOBALDO COSTA JAMUNDA	47
REUNIÃO DA SBPH	51
II ENCONTRO CATARINENSE DE MICRO HISTÓRIA Considerações sobre a Micro-História, por ASTOR ANTONIO DIEHL	63
NO CENTENÁRIO DE BAYER FILHO	
Bayer Filho: o político e o Tribunal de Contas, por VANDERLEY ROUVER	83
NO ENCERRAMENTO DO ANO ACADÊMICO	
No centenário de Huberto Rohden, por JÜLIO WIGGERS.....	95
Saudações aos novos sócios, por CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI.....	103
Agradecimento pelos novos sócios admitidos, por NELMA BALDIN	110
A PROPÓSITO DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA	
A esquadra legal e o seu comandante, por CLÁUDIO MOREIRA BENTO	117
Moreira César e a delação, por ESPERIDIÃO A.HELOU FILHO...134	COLABORAÇÕES ESPECIAIS
Contribuição indígena na toponímia catarinense, por STELLA VIEIRA DA ROSA FERNANDES	139
Indaiá de Indaiá que importância tem?, por THEOBALDO COSTA JAMUNDA	152
Fontes para a História das idéias republicanas em Santa Catarina, por JALÍ MEIRINHO	156
Alguns aspectos do desaparecimento dos bancos comerei – ais privados catarinenses, por SÉRGIO SCHMITZ	168
Trabalho da mulher - discriminação, realização profisSional e realização pessoal , por	

LÉLIA PEREIRA DA SILVA NUNES	176	
A saga de uma estrada, por CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI		192
IN MEMORIAM	195	
DIRETORIA	205	
SÓCIOS POR CATEGORIA E ORDEM DE ADMISSÃO	206	

A ESQUADRA LEGAL E O SEU COMANDANTE

[QUE COMBATERAM A REVOLTA DE UM QUINTO DA ARMADA EM SANTA CATARINA E RIO DE JANEIRO], EM 1893-94

Cláudio Moreira Bento

A Revolta na Armada estourou na baía de Guanabara em 6 de setembro de 1893, na véspera do 71º aniversário de nossa Independência, e terminou praticamente em Santa Catarina, 16 de abril de 1894. Ela obrigou ao governo federal a mobilizar uma Esquadra legal que passou à História, injustificadamente, como a “Esquadra de Papelão”. Esta, no auge, chegou a dispor de 14 unidades navais. Seu comandante foi o almirante reformado Jerônimo Francisco Gonçalves, herói da guerra do Paraguai. Ali, jovem oficial, comandou um dos encouraçados que forçaram o rio Paraguai, em Curupaiti e Humaitá. A Esquadra Legal possuiu as seguintes unidades: cruzadores “**Niterói**” (ao comando do CT Alexandre Baptista Franco); “**Andrada**” (CT João Baptista das Neves” que mais tarde, em 1910, foi morto por marinheiros amotinados); o vapor armado “**Itaipu**” (CT Rodolfo Lopes da Cruz); a corveta “**Parnaíba**” (CT João Augusto Soares Dutra) e 7 torpedeiras comandadas por tenentes de Marinha que se deslocavam em mar alto rebocadas, eram elas: “**Gustavo Sampaio**” (comandada pelo 1º ten Altino Flávio de Miranda Correia e lembrando o nome do aluno da Escola Militar morto no combate à revolta em foco, na Praia Vermelha); “Pedro Ivo” (1º ten Júlio Alves Brito); “**Pedro Afonso**” (1º ten J.M.Paiva e, mais tarde, 1º ten Amynthas José Jorge e homenagem a um herói do Exército que tombou morto ao lado de Marcílio Dias e de Greenhalgh); “**Silvado**” (1º tenente Américo Brasília Silvado); “**Greenhalgh**” (comandada pelo citado ten Amynthas); “**Piratini**” (que era semi-submarina) e “**Silva Jardim**” (que foi a pique após abalroada entre o Recife e o Rio pela “Gustavo Sampaio”). Como navio hospital e tender funcionou o “**São Salvador**” (ao comando do 1º ten Tancredo de Castro Jauffret).

Foi formada em Montevideu a 3ª Divisão da “Esquadra de Papelão” formada pelo cruzador “**Tiradentes**”, que havia sido enviado para reparos, visando a enfraquecer parte da esquadra rebelde, de igual forma que o “**Riachuelo**” havia sido mandado para reparos na Europa, e mais os navios “**Santos**” e “**Bahia**”. Enfim, uma esquadra improvisada, tripulada por jovens oficiais da Marinha e por alunos das escolas militares do Exército do Ceará, de Porto Alegre e da Praia Vermelha e por marinheiros norte-americanos e de outras nacionalidades contratados em Nova York. Esta esquadra tinha a orientá-los o almirante Jerônimo Gonçalves, o CF Álvaro Nunes Belfort e o CMG Gaspar Silveira Rodrigues, respectivamente comandantes da esquadra e das 1ª e 2ª divisões navais da mesma. Não se tem notícias dos comandantes da 3ª divisão.

O Pensamento do Almirante Gonçalves

O almirante Gonçalves assumiu o comando da esquadra legal em Montevideu,

em 21 de Outubro de 1893, então constituída do núcleo inicial formado pelo cruzador “**Tiradentes**”, couraçado “**Bahia**” e vapor “Santos”. Ele chegara ao Uruguai a bordo do navio inglês “**Thames**”, acompanhado de 6 oficiais da Marinha, 2 oficiais do Exército, 14 sargentos e 25 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha. Ao assumir o comando, baixou Ordem do Dia na qual dizia de sua missão, de seu pesar por tratar-se de luta entre irmãos, que não ofereceria glórias e nem produziria heróis. Objetivava apenas a tranquilidade do País.

Assim, humildemente e sem tripudiar de seus companheiros rebelados, falou:

“A luta que se está travando não produz heróis, nem glórias, muito ao contrário, todo o sangue derramado, seja de quem for, nos enche de pesar, porque é sangue de irmãos, é sangue de brasileiros. É preciso que a lei seja respeitada e, colocando-nos ao lado do governo, em sua defesa, cumprimos o nosso dever de brasileiros e de militares, que acima das simpatias pessoais colocam o amor à Pátria e, deste modo, o bem-estar e a tranqüilidade do lar brasileiro que presentemente sofre os horrores do sítio e os seus sobressaltos.”

Em 26 de Novembro de 1893 chegaram a Recife os navios adquiridos no estran **geiro para reforçar a Esquadra** legal. Eram os cruzadores Niterói e Andrada e as torpedeiras Gustavo Sampaio, Silvado, Greenhalg, Pedro Ivo, Pedro Afonso, Piratiní, Bento Gonçalves e Silva Jardim (3). O Niterói era guarnecido por 600 homens metade brasileiros e metade americanos.

Em 7 de Dezembro de 1893 desembarcaram no Recife 125 alunos da Escola Militar do Ceará. Foram aquartelados no quartel do 22 Batalhão de Caçadores, em Afogados, onde se encontraram com alunos das escolas militares da Praia Vermelha e Porto Alegre ao comando do cap Marcos Curius Mariano de Campos. Neste quartel aguardaram distribuição pelos navios da Esquadra legal. Estavam na espera quando, em 14 e 15 de Janeiro de 1894, os navios revoltosos República, Uranus e Esperança atacaram e conquistaram o porto de Paranaguá, estendendo o domínio pelas redondezas, como Antonina por exemplo.

Operações da Esquadra legal de 22 Jan-23 Jun 1894 - 5 meses

Em 22 de Janeiro de 1894 o almirante Gonçalves chegou de Montevideú a bordo do vapor Itaipú armado em guerra. No mesmo dia, à tarde, a frente da Esquadra zarpuou com destino a Salvador onde permaneceu todo o mês de fevereiro se adestrando e homogeneizando, dentro do possível, sua tripulação jovem e improvisada para a emergência. Enquanto isto, em 29 de Fevereiro, o almirante Saldanha da Gama tentara, em disputadíssimo e sangrento combate, conquistar a Ponta da Armação e, o legendário general Gomes Carneiro falecia na Lapa, que só capitulou após cumprir sua missão retardadora.

Em 12 de Março de 1894 a Esquadra legal deixou Salvador rumo ao Rio de Janeiro onde chegou após dez dias de movimentada viagem, tendo fundeado fora da barra defronte a Escola da Praia Vermelha. Foi um grande feito para uma tão heterogênea, não especializada e jovem tripulação.

Mario Clementino, mais tarde professor de História Militar na Praia Vermelha (assunto sobre o qual produziu obra valiosa e ainda atual), como tripulante do cruzador Niterói registrou esta cena a noite no litoral de Pernambuco, quando brasileiros e americanos fraternizavam:

"De repente, para terminar uma noite musical, um flautista da guarnição

brasileira levantou-se e tocou o Hino Nacional Brasileiro. Todos indistintamente se puseram de pé e ouviram-no recolhidamente. No final, as palmas dos americanos estrugiram no ar. Mas quando elas cessaram, uma comoção inteiramente imprevista para nós tocou-nos profundamente. A guarnição americana, de pé e unânime, cantava o seu Hino Nacional."

Em 11 e 12 de Março a Esquadra legal fez demonstrações de um possível ataque ao temível e temido encouraçado Aquidaba, próximo a ilha dos Porcos.

Em 13 de Março a Esquadra legal levantou ferros das ilhas Maricá e passou ao meio dia frente a barra do Rio de Janeiro onde assistiu o canhoneio das fortes lezas de Lage e de Santa Cruz. Fundearam atrás da Cotunduba 'a espera de ordens. Alí a Esquadra legal conheceu a rendição, no dia anterior, dos revoltosos que, com seu comandante, almirante Saldanha da Gama, foram acolhidos como asilados a bordo de duas corvetas portuguesas.

Ainda a 13, às 16:30 horas, a Esquadra do almirante Gonçalves entrou na barra do Rio de Janeiro na seguinte formação: Niterói, Itaipú, Andrada, Gustavo Sampaio, São Salvador, e as torpedeiras Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Greenhalgh e Piratini. Ela foi objeto de salvas e aclamações de parte das fortalezas de Santa Cruz e da Lage, Gragoatá e Armação, as que sustentaram a maior reação à Revolta durante seis meses. Ela a seguir fundeou defronte a Niterói, cidade que fora a mais castigada pelo canhoneio dos revoltosos, pois o Rio fora declarada Cidade Aberta.

Em 14 ela ajudou a eliminar os últimos focos da Revolta tendo atuado inclusive em Paquetá, dia este que o almirante Gonçalves, em Ordem do Dia, declarou terminada a Revolta na baía de Guanabara.

O resto de Março e primeiros dias de Abril, a Esquadra legal dedicou a preparar-se para expedicionar a Santa Catarina e lá combater remanescentes da revolta, escudados em alguns navios ao comando do almirante Custódio de Mello, entre eles o encouraçado Aquidabã, o único do Brasil. Encouraçado este ao comando do gaúcho, filho do Rio Pardo - o comandante Alexandrino de Alencar que viria mais tarde ser Ministro da Marinha em três governos e que, em 15 de Novembro de 1889, havia comandado tropa que apoiou a proclamação da República no Quartel General do Exército.

Enquanto isto, de 6 a 12 de Abril de 1894, o almirante Custódio de Mello 'a frente de remanescentes da revolta, a chamada "Esquadra de Fora" formada pelos navios cruzador República e vapores Uranus, Íris, Meteoro e Esperança atacaram a cidade de Rio Grande com a Divisão Federalista do general Salgado. Meu pai morava na barra e possuía quase seis anos e recorda o episódio que o impressionou vivamente, inclusive os das vivandelas que acompanhavam a tropa que desembarcaram famintas e fizeram uma operação, hoje chamada arrastão, catando dos quintais e hortas dos moradores da barra, toda a sorte de alimentos encontrados, sem que sofressem nenhuma reação. Então os revoltosos puseram a pique a canhoneira legal Cananéia que mais tarde foi recuperada e prenderam a canhoneira Camocim.

Operações da Esquadra legal em Santa Catarina e Paraná

Em 8 de Abril de 1894 a Esquadra legal deixou o Rio rumo ao sul em busca dos remanescentes da Revolta em torno do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, estabelecido em Santa Catarina, que rompera com a União, e

como capi^ tal a cidade de Desterro (atual Florianópolis). Aliás, governo que lembra o governo farroupilha estabelecido em Laguna-SC, em 1839, onde foi proclamada a República Juliana, com a qual os revolucionários pudessem se comunicar com o exterior. Governos citados que foram marcados pelo insucesso e não cumpriram o que deles foi esperado por ambas revoluções.

A Esquadra legal foi dividida em 3 divisões assim constituídas:

1ª.- navios Niterói, São Salvador (tender) e Parnaíba

2ª.- navios Gustavo Sampaio, Pedro Ivo, Pedro Afonso e Silvado

3ª.- navios Santos, Itaipú e Tiradentes.

A Esquadra chegou em Santos onde ficou a corveta Parnaíba. Após navegar todo o dia 10, em 11 deu entrada no Porto Belo, onde conheceu que o Aquidabã se encontrava próximo da fortaleza de Santa Cruz, na baía Norte de Santa Catarina. Reconhecimento realizado pelo vapor Itaipú comprovou a presença do Aquidabã.

Nesta ocasião, no capão do Boi Preto, em Palmeira das Missões-RS, tropas lealistas ao comando do coronel Firmino de Paula massacraram, por degolamento, tropa federalista, vingando o massacre republicano de Rio Negro, em Bagé, em 28 de Novembro de 1893, em que 333 republicanos civis foram degolados por tropa ao comando do general Joca Tavares. Literalmente duas manchas negras na memória do Rio Grande do Sul difíceis ou impossíveis de apagar.

A fortaleza de Santa Cruz, em Santa Catarina, foi bombardeada em 13 e 14 de Abril, respectivamente, pelo Andrada e Itaipú, sem que a resposta lhes causasse danos. Em 16, às 00:00 horas, a Esquadra suspendeu da enseada dos Ganchos e as 2 horas passou a bombardear a fortaleza de Santa Cruz citada, com os navios Tiradentes, Santos e Itaipú e a fortaleza São José da Ponta Grossa com Andrada e Niterói. As torpedeiras Gustavo Sampaio, Pedro Afonso e Silvado atacaram as 3 horas e foram alvo de vivíssimo fogo de parte do Aquidabã e das fortalezas, cujo valor militar tivemos a oportunidade de focalizar em "Em torno da fortaleza São José da Ponta Grossa". (Revista Militar Brasileira jul/dez 1977, pp.23-47).

Às 3 e meia horas, noite escura, ainda, as canhoneiras se aproximaram do temido Aquidabã e dispararam contra ele 3 torpedos, sendo que o único disparado pela Gustavo Sampaio logrou atingir o alvo. Ao amanhecer a Esquadra legal retornou ao ancoradouro e neste mesmo dia foi ancorar na enseada Canasvieiras, local onde, 123 anos atrás, o vice-rei do Rio da Prata, D. Pedro Ceballos, fundou a praça para depois invadir a ilha de Santa Catarina e dominá-la por algum tempo, após rendida na fortaleza São José.

O cruzador alemão Ancona informou ao almirante Gonçalves que os revoltosos haviam abandonado o Aquidabã, que fora atingido por um torpedo na proa a bombordo. Às 10 horas a Esquadra legal formou em linha de combate defronte o temido e legendário Aquidabã. O Tiradentes o abordou e constatou não existir ninguém a bordo. A Gustavo Sampaio que o atingira no 12º torpedeamento realizado no Atlântico Sul, segundo estudiosos do assunto, embandeirou em arco e deu uma salva de 21 tiros.

Uma guarnição do Niterói ocupou a fortaleza de Santa Cruz. A vitória sobre o Aquidabã de parte da "Esquadra de Papelão" ou Esquadra legal, tributa-se a tática usada pelo almirante Gonçalves de atacar à noite. Caso contrário, frente ao Aquidabã, um ataque diurno de sua parte, ela, segundo especialistas, faria jus ao apodo irônico de "Esquadra de Papelão". Pois, com o concurso das fortalezas fixas e da móvel que era o Aquidabã, ela seria espatifada. Ainda em 17 de Abril de 1894, dia que assinala o término da Revolta da Armada e da Revolução Federalista em Santa Catarina, o almirante Gonçalves ocupou a ilha de Santa Catarina com 100 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha apoiados pelo cruzador Tiradentes e

torpedeira Gustavo Sampaio. Em 18 mandou encravar os dois canhões montados pela revolta na fortaleza de São José, conforme tratamos em artigo citado.

No dia 19 chegou ao almirante Gonçalves a notícia de que o almirante Custódio de Mello havia deposto as armas em 15 de Abril e feito entrega ao governo argentino dos navios revoltosos República, Uranus, Meteoro, Íris e Esperança. Neste dia foi dado comando legal ao Aquidabã, em reparos.

Em 21 de Abril de 1894, chegou a ilha o vapor Itaipú e com ele, para muitos revoltosos e revolucionários catarinenses e paranaenses e familiares, a dess graça - o coronel Moreira Cezar, natural de Pindamonhangaba em São Paulo, envia do como governador civil e militar de Santa Catarina. Militar polemico que havia conquistado, em duro combate a revolta a ilha do Governador e que encontra ria a morte em Canudos a frente de uma expedição que lhe coube comandar. Ele é acusado de massacres por fuzilamento e, sumariamente, de revolucionários e revoltosos na ilha de Santa Cruz e, em 25 de Maio de 1894, no KM 64 da ferrovia Curitiba-Paranaguá e, uniformizado, Lobo D'Eça, barão e marechal, herói da Guerra do Paraguai, junto com outros companheiros. Tudo em nome e contra violências inomináveis praticadas por federalistas no Paraná e Santa Catarina, como pelo sanguinário capitão federalista Cesário Saraiva, muitos degolamentos. Era a lei de Talião "Olho por olho, dente por dente", ao invés de orientação mais consentânea como expressara o general Simon Bolívar:

"Nas guerras civis é político ser generoso, pois do contrário a vingança aumenta progressivamente".

Esta é uma preciosa lição a ser tirada pela posteridade.

Os revoltosos do Rio de Janeiro levados para Montevidéu por corvetas de Portugal inquietam-se e muitos conseguem fugir, até que remanescentes, embarcados em navio especialmente fretado, o D. Pedro III, foram transportados para Portugal e internados nas fortificações de Peniche e Eivas.

Em 23 de Abril, a Esquadra legal foi operar em Paranaguá e São Francisco. Entre 24 e 30 atuou em Paranaguá-Porto das Águas onde restaurou a autoridade legal, inclusive em Antonina. Neste ínterim o almirante Saldanha conseguiu libertar-se em Montevidéu de navio português, onde se asilara.

A Esquadra reatabeleceu a legalidade em São Francisco e em 2 de Maio retornou à ilha de Santa Catarina e cruzou com o Aquidabã que sossobrara no razo e estava sendo reparado para ser levado para o Rio. Em 4 de Maio de 1894, após deixar o Aquidabã sob a proteção do Santos e das canhoneiras, a Esquadra legal partiu para Montevidéu para buscar os navios revoltosos que o almirante entregara a Argentina, os quais foram por esta devolvidos e haviam chegado a ilha Martim Vaz rebocados e em 16 de Maio. Eram eles o Íris, o 15 de Novembro (ex-República), o Meteoro, e o Esperança que necessitavam reparos antes de vo 1 tarem ao Rio. Por esta razão a Esquadra legal permaneceu em Montevidéu até 8 de Junho, de onde rumou para Santa Catarina, composta agora de 15 unidades. Após permanecer, desde 10, neste local, partiu para o Rio em 13, chegando na Ilha Grande em 17.

No dia 21 de Junho de 1894 ela entrou na baía da Guanabara vitoriosa e com sua missão bem cumprida e foi muito bem recebida, conforme seu tripulante o jovem Malan d'Angrogne, mais tarde chefe do Estado-Maior do Exército:

"Chegamos ontem de Montevidéu, rebocando os navios aprisionados. Não te podes dar conta da acolhida do Rio de Janeiro, flores , salvas,

aclamações, bandeiras etc. Senhores que nos cumprimentam, senhoras a nos festejar, mocas que nos sorriem..."

Com ela vinha rebocado o famoso enoouraçado Aquidabã, que 12 anos mais tarde na baía de Jacuecanga, explodiu acidentalmente morrendo com eles muitos irmãos brasileiros e indo ao fundo. Hoje seus restos ainda podem ser vistos no fundo do mar. Este acidente comoveu todo o Brasil. Seu nome lembrava o local onde teve fim em 1 de Março de 1870 a Guerra do Paraguai.

A campanha da Esquadra legal foi encerrada em 23 de Junho, após cinco meses de atuação efetiva. Então foi dissolvida e seu comandante em Ordem do Dia, assim viu e registrou para a posteridade a sua atuação:

"A vitória da causa legal e o restabelecimento da paz e da tranquilidade de nossa Pátria foram os frutos colhidos pelos varonis esforços que empregamos para debelar a revolta que, nascida sem causa legítima, apenas para satisfazer mesquinhas ambições, ameaçava tragar o Brasil em sua voragem. Cumprimos o nosso dever e por mais ingrata e rude que nos parecesse a tarefa, alenta va-nos sempre a esperança de que a vitória traria tão assinalados serviços ao país, que os nossos sacrifícios seriam largamente compensados. Aos jovens camaradas de terra e mar, que tao relevantes serviços acabam de prestar à República, compete agora dedicarem-se ao estudo e ao trabalho".

Para o almirante Gonçalves a causa da Revolta foi "apenas satisfazer mesquinhas ambições". Era uma velada crítica ao seu líder Custódio de Mello. Dois dias depois desta Ordem do Dia, em Portugal, os revoltosos que foram internados nas fortalezas de Peniche e Eivas, protestaram pelos maus tratos que lá recebiam, nada podendo fazer por eles o almirante Saldanha da Gama que se empenhou fundo em defendê-los, sem sucesso.

O almirante Gonçalves por ordem do Congresso retornou em 30 de Junho ao ser viço ativo da Marinha. Pouco se tem falado ou escrito sobre a epopéia que coman dou com tanta dignidade, profissionalismo p patriotismo.

Dele tomamos conhecimento através de palestra do historiador naval almirante Leoncio Martins, no Serviço de Documentação da Marinha, onde ele iniciou a fazer-lhe justiça. Penso que sua memória precisa ser resgatada e cultuada no Brasil e retirada a enorme pedra que foi colocada sobre seus serviços ao Brasil e sua memória. Ele sem dúvida, se constitui num grande exemplo e um grande expoente naval brasileiro, como o são os almirantes Tamandaré, Barroso, Custódio, Saldanha da Gama, Alexandrino de Alencar, etc. "História é verdade e justiça"! "Informação é liberdade de escolha". A posteridade brasileira precisa melhor conhecer o almirante Gonçalves para melhor julgá-lo e sobretudo, com em patia.

Os tripulantes do Aquidabã após deixá-lo, em 16 de Abril, procuraram jun ção com os federalistas de Gumercindo Saraiva que retornaram ao Rio Grande, em 25 de Abril de 1894, a partir de Curitiba, por impedidos de prosseguir após a épica e legendária resistência da Lapa comandada por Gomes Carneiro que bem cumpriu sua missão estratégica de ganhar tempo para o Governo colocar forças compatíveis para barrar o avanço federalista. Esta retirada de tripulantes e revoltosos do Aquidabã, sob a liderança do comandante Alexandrino de Alencar é relatada com detalhes interessantes por Ângelo Dourado em Voluntários do Martírio (P.Alegre, Martins Livreiro, 1975), também rica em informações sobre a Revolução Federalista em Santa Catarina e Paraná.

Em 23 de Setembro de 1894, foi formada Junta Revolucionária composta pelos almirantes Custódio de Mello, Saldanha da Gama e Silveira Martins, visando uma nova invasão ao Rio Grande do Sul. Ela teve lugar em 28 de Abril de 1895 com Saldanha da Gama a frente do Exército Libertador, constituído de 900 homens, sendo 150 marinheiros remanescentes da Revolta da Esquadra. No dia seguinte ele foi lanceado em Campo Osorio, por republicanos ao mando superior do general Hipólito Pinto Ribeiro. Foi o epílogo, de fato, da Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Floriano já havia deixado o Governo fazia 5 meses e meio, fora substituído por seu adversário político Prudente de Moraes. Decorridos 5 dias da morte de Saldanha da Gama morreu em Divisa (atual Florianópolis), em Barra Mansa, o marechal Floriano Peixoto que passou à história como o "marechal de Ferro". Quando Saldanha da Gama e Floriano desapareceram, fazia cerca de mês e meio que havia desaparecido em Carovi, o general federalista Gumercin do Saraiva, atingido por disparo fatal quando procedia um reconhecimento.

Em 21 de Outubro de 1895, foi assinada a Paz de Pelotas pelos general Galvão de Queiroz pelo Governo e pelo general Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares), que foi ratificada no dia seguinte pelo Presidente Prudente de Moraes que, em 21 de Outubro de 1895, decretou anistia aos revoltosos da Armada e revolucionários federalistas.

"História é verdade e justiça", repetimos. Deixo à inteligência da Posteridade as conclusões e as lições a serem tiradas do episódio tristíssimo que acabo de recordar e que deixou em sua esteira as manchas negras de degolamentos em massa de Rio Negro e Boi Preto e os fuzilamentos em Santa Catarina e Paraná na fortaleza de Santa Cruz e no km 64 da ferrovia Curitiba-Paraná. Fuzilamentos que eliminaram sumariamente o CMG Frederico Guilherme de Lorena, um soldado valeroso que presidira o Governo Provisório do Brasil em Santa Catarina, a frente do qual cumpriu os ditames da ética militar, em relação aos prisioneiros.

Uma, ou a mais preciosa tradição gaúcha é a de Firmeza e Doçura que se traduz em combate: Firmeza por lutar com toda a garra, valor e determinação. Doçura traduzida após a vitória como respeito, como religião, à vida, à família, à dignidade, ao patrimônio e à honra do vencido inerme. Isto foi o que os farrapos transmitiram e que os combatentes de 1893-95 excepcionalmente honraram. Esta é a lição maior a ser retirada do exposto!

Segundo o almirante Leoncio Martins, historiador naval, só 1/5 da Marinha participou da revolta, ou cerca de 20%, tomando conta das principais unidades navais no Brasil.

Comandou a torpedeira de porto Sabino Vieira, o então tenente Henrique Boiteux, futuro almirante e historiador naval. Em suas Reminiscências ele conta a saga da Sabino Vieira e dá seu testemunho sobre vários aspectos da Esquadra legal e sobre a personalidade de seu comandante.(4)

O almirante Jerônimo Francisco Gonçalves (1835-1903)

O organizador e comandante da Esquadra legal

Não foi tarefa fácil obter-se dados biográficos do almirante Gonçalves que comandou a Esquadra legal, chamada pejorativamente de "Esquadra de Papelão", que combateu em 1893/94 um quinto, ou 20% da Esquadra em Revolta, segundo ouvi do historiador naval almirante Leôncio Martins, em Bagé, em 28 de Abril de 1993. Ficamos curiosos com as seguintes referências ao ilustre, mas

esquecido persona - gem naval que falavam num grande herói brasileiro.

A primeira de Henrique Boiteux, historiador naval brasileiro que como te nente servira na Esquadra legal no comando da canhoneira Sabino Vieira. Isto ao escrever suas Reminiscências:

"Ao apresentar-me a bordo do navio de guerra Itaipú, já encontrei nele o alte. Jerônimo Gonçalves, cujos exemplos de bravura na Guerra do Paraguai encheram nossa História".(o grifo é nosso)

A segunda de Eloy Pessoa, fundador da Revista Marítima Brasileira, após Jerônimo ser reformado:

"Em qualquer eventualidade que o Brasil exija um pátrio ta dedicado até o sacrifício, Jerônimo Gonçalves se a- apresentará com o seu gênio militar e a sua valente espada para brilhantemente provar que apenas repousa de uma grande luta (Guerra do Paraguai) de que fora grande herói" (o grifo é nosso)

Procurando estas informações que o davam como um bravo e herói naval, encontramos a confirmação na obra do Capitão de Fragata Alberto Augusto Gonçalves, Traços biográficos do alte. Jerônimo F. Gonçalves. Rio, Imprensa Naval, 1943. (Separata de "Subsídios da História Marítima do Brasil"). Nela seu biógrafo e genro nas palavras iniciais informa seu propósito:

"Tratar-se de justa homenagem a marinheiro ilustre, cidadão insigne, homem bom e digno, cuja existência cons titui um rosário de notáveis serviços prestados ao Bra sil, na paz e na guera, e exemplo digno de ser transml tido às gerações vindouras... pelo seu grande amor ao Brasil por ele colocado acima de tudo na vida."

Lendo sua biografia concluí estar frente ou estar lidando com um dos mais bravos, constantes, intrépidos, valentes e determinados guerreiros navais do Brasil na Guerra do Paraguai que fez jus a 5 (cinco) citações por bravura em combate e que dividiu com o ten.cel.Vilagran Cabrita- atual patrono da Engenharia do Exército-, as glórias da conquista da Redenção, além de haver deixado em sua esteira e dos navios que comandou, um rastro de glórias que encheram as pá ginas de nossa História, conforme H.Boiteux.

Sua atuação na ilha da Redenção, por iniciativa própria e contrariando or dens, salvou a vida de centenas de soldados brasileiros e talvez tenha sido de cisiva para a conquista da ilha defronte ao forte de Itaipirú, em cuja conquista ele teve importante papel, bem como no bombardeio de Curupaiti? com sua canhoneira Henrique Martins. No comando do encouraçado Cabral forçou Curupaiti , sendo o 42 navio a atingir a meta. Duelou com a poderosa bateria "Londres" de Humaitã e foi o 12 a defender a possibilidade de forçamento do Humaitã pela Esquadra, o que lhe valeu algumas dificuldades e incompreensões. Vitoriosa sua idéia não conseguiu ficar na testa da coluna como pleiteara. Mas agora, no comando do encouraçado Silvado apoiou em local de muito perigo, ancorado na mar gem, a épica transposição de Humaitã.

Segundo o comandante da Esquadra, visconde de Inhaúma, Jerônimo e mais dois comandantes foram colocados no forçamento de Humaitã, nos locais de maior perigo e honra. Operação épica classificada por Caxias "de ação superior as das marinhas européias e norte-americanas em suas arriscadas lutas".

De temperamento forte, altivo, mas não presunçoso, defendia seus pontos de vista com firmeza, clareza e coragem moral. Assim terminou entrando em choque

com o comandante da Esquadra-Inhaúma. E desde então até este deixar o comando da Esquadra em Operações, Jerônimo teve seu purgatório que suportou com muita altivez. Ao final foi nomeado diretor de um Hospital que recusou dizendo que "não possuía predicados de enfermeiro". Nomeado comandante do Beberibe, não aceitou sob o argumento de estar vago o comando do encouraçado Colombo que assumiria logo após Inhaúma deixar o Teatro de Operações.

Enquanto ia acesa esta diferença, o Imperador e o próprio Ministro da Marinha - barão de Cotegipe, diplomaticamente intercediam por ele junto a Inhaúma. O imperador escreve ao Ministro da Marinha nestes termos:

"Espero que o Inhaúma já tenha dado a lição no Gonçalves que é um oficial de muito préstimo".

Do Ministro da Marinha a Inhaúma, intercedendo por Jerônimo, um jovem oficial de 33 anos apenas e daquele tipo audaz e intrépido que um comandante que um dia já foi assim, agora tem que segurá-lo como um dia foi segurado!

"Releve como eu relevei as crianças e aproveite o que há de bom no rapaz. Sei que não falta coragem a nossa oficialidade e louvo os ciúmes que tem por motivação o desejo de se distinguir".

Em 16 de Fevereiro de 1869 assumiu o comando do 42 navio nesta guerra, o encouraçado Colombo e iria comandar a última operação de guerra naval do conflito.

Foi-lhe confiada a difícilíssima, muito arriscada e talvez, a rigor, imprópria a operação naval de, no comando de uma flotilha fluvial remontar o estreito e raso rio Manduvirá, até Guaraguatai, na caça dos remanescentes da Esquadra do Paraguai. Foi a última expedição de guerra naval de nossa gloriosa Marinha de Guerra, sob fogo inimigo disparado das margens dos rios. Durante 15 dias de lutas, vigílias, martírios, dias trabalhosos ele esteve à frente deste épico feito naval, digno de um filme que deseje exaltar a fibra e a coragem de nossos bravos marinheiros. Por seu desempenho heróico foi elogiado pelo Imperador e Ministro da Marinha que conheciam seu grande valor. Inhaúma também admirou-lhe o gesto! Apenas como chefe experimentado, tentava segurar os arroubos do jovem e intrépido guerreiro naval. Isto é comum na História Militar! Segundo seu genitor, Jerônimo não era presunçoso e sim corajoso, confiante e com a noção exata do praticável e, muito modesto, ao ponto de seus filhos desconheciam seus feitos heróicos.

Outro feito de Jerônimo foi concorrer decisivamente para expulsar do rio e dos encouraçados Cabral e Lima Barros, as hordas de paraguaios que os abordaram. Jerônimo com o Silvado fez fogo contra estas canoas pondo-as a pique muitas delas e dispersando suas guarnições e, ao amanhecer abordou o Cabral e ajudou num corpo a corpo que liderou, a expulsar de bordo o inimigo. Jerônimo, desde a ilha da Redenção, até o término da Guerra para a Marinha, esteve sempre no ponto focal da luta e com destaque!

Ao final da Guerra casou com a baiana Hersilia Baggi de Araújo, em 18 de Fevereiro de 1871, aos 36 anos, cuja união feliz deu origem a 9 filhos, 24 netos e 17 bisnetos. Em 1872 coube-lhe o comando da legendária Amazonas e o Distrito

Naval BA. Viajou a Europa para estudar o fabrico, ataque e defesa de torpedos. Comandou o encouraçado Brasil com o qual encalhou no Albardão, tendo sido absolvido, por unanimidade, em Conselho de Guerra de praxe que o julgou. Comandou o Batalhão Naval que disciplinou de forma notável. Ao final recebeu lembrança de seus subordinados, entre eles Alexandrino de Alencar que enfrentaria em 1894 como comandante do Aquidabã. Em cartão expressivo era ressaltado que comandara combinando doçura com firmeza, sempre que uma ou outra se fizessem necessárias. Comandou a Divisão Naval-PA. Atingiu o generalato como Chefe de Divisão, em 24 de Novembro de 1881. Republicano não cedeu a tentação de oferta de um título nobiliárquico. Reformou-se em 1883, com 35 anos de serviços. Residiu 5 anos na Europa e retornou em 1889. Estas eram suas qualificações que o recomendaram ao comando da Esquadra legal aqui evocada como ato de justiça histórica.

Jerônimo nasceu em Salvador, em 23 de Abril de 1835. Era filho do industrial João Francisco Gonçalves e de Ignez Gonçalves de Araújo. Ingressou na

Escola Naval em 1852, quando ela funcionava na atual praça Mauá. Guerreiro naval nato, embarcou nos navios Constituição, Euterpe, Golfinho, Canope, Catariense, Olinda, Tonelero, Japurá, Ypiranga, 2 de Julho, Magé, Baiana, Constituição, D.Januária, Princesa de Joinville, Itajai, Itamaracã, Henrique Martins, Cabral, Silvado e Colombo, sendo os 4 últimos como comandante e na Guerra do Paraguai. Na paz comandou o Amazonas e o Brasil.

Comandante enérgico e disciplinador, ao encontrar a bordo dos navios tripulados por americanos que até então possuíam supremacia a bordo, reagiu violentamente, quando estes o recebera, no convés em desalinho e displicentes. Segundo Henrique Boiteux que testemunhou "o almirante que dominava o inglês, disse-lhes com veemência que um almirante brasileiro não admitia aquela desconsideração. E para honra nossa fez-lhes baixar a crista e deles se desfez na primeira oportunidade, visto não concordar na ingerência de estranhos em assuntos que somente a nós competia decidir. Estomagados ficaram os americanos mas não tiveram outro recurso senão o submeterem-se ao alte.Gonçalves".

Em 13 de Março de 1895, 12 aniversário da entrada da Esquadra legal no Rio, oficiais do Exército e Marinha, representando o conagraçamento destas forças, ofereceram-lhe um quadro alusivo que trazia a seguinte inscrição:

"Ao heróico almirante republicano, oferecem os verdadeiros republicanos, em lembrança de seu Comando em Chefe da Esquadra Republicana,comemorando o dia mais glorioso de sua vida - 13 de Março de 1894".

Jerônimo fora um paladino da união Marinha-Exército. Na guerra sempre recebeu em seus navios o Exército e sempre fora o primeiro a socorrê-lo, como foi o caso da ilha da Redenção, mesmo contrariando ordens superiores, merecendo após de Tamandarã esta referência ao Ministro da Marinha: "A canhoneira Henrique Martins (de Jeronimo) foi a gloriosa do dia 10 de Abril". Ele sempre defendeu a necessidade de aproximação Exército-Marinha.

Ele faleceu em 12 de Maio de 1903, aos 68 anos. Em que pese seus notáveis e heróicos serviços ao Brasil é vulto naval pouco lembrado e muito menos festejado. O conheci através do alte. Leôncio Martins, no Serviço de Documentação Geral da Marinha, que dentro da idéia de que História é Verdade e Justiça, o está colocando no seu merecido lugar, entre os grandes heróis navais do povo brasileiro. Sem

dúvida, sua atuação brilhante a frente da Esquadra legal que pôs fim a 1/5 da Armada em Revolta, é um dos grandes feitos da História Naval do Brasil que precisa ser ressaltado e dele tirados os ensinamentos que sugere passadas as paixões daquele momento, para serem incorporados ao patrimônio cultural naval do Povo Brasileiro.

NOTAS

1. O Tiradentes foi comandado pelo CF José Pedro Alves de Barros. O Santos foi comandado pelo CF Gaspar Silveira Rodrigues também comandante da 3ª Divisão Naval que os dois integravam, mais o Baia.

2. Os dois oficiais do Exército eram o ten. Cavalaria João Cordeiro de Farias e João Cândido da Silva Murici. Foram contratados também 28 marinheiros constituindo assim o núcleo inicial da Esquadra legal de 76 homens.

3. As torpedeiras Bento Gonçalves e a Silva Jardim foram trazidas desde a Europa por comandantes chilenos partidários de Balmaceda. A foi inutilizada numa manobra infeliz, em Maceió, realizada pelo comandante chileno, segundo Henrique Boiteux.

4. Fornecem boas informações sobre a Esquadra legal: Epaminondas Vilalba, pai do maestro Villa-Lobos, em A Revolta da Armada.(Rio, Laemmert, 1897. 3ª ed.pp.171-185). Sobre o combate de Desterro de 16 de Abril de 1894 em que foi torpedeado o Aquidabã veja-se de VILALBA, citado A Revolução Federalista do Rio Grande do Sul(Rio, Laemmert, 1897) documentos 112-113 e de Alexandrino Faria Alencar O combate de Santa Catarina de 16 de Abril de

1894 (Montevideu, s/ed, 1895). Foram postos fora de ação as canhoneiras Bento Gonçalves inutilizada na entrada de Maceió, ao comando de um oficial chileno, e a Silva Jardim que foi a pique entre Cabo Frio e Rio de Janeiro, depois de abalroada pela caça torpedos Gustavo Sampaio que ora é chamada de torpedeira e atuou como capitanea das canhoneiras. Negociou nos EUA a compra do Niterói (ex-El Cid), do Andrada (ex-Britania) e da torpedeira submarina Piratini o embaixador Salvador Mendonça. A Piratini foi ex-Destroyer. O alte. Joaquim Francisco de Abreu (1836-1895), herói da Guerra do Paraguai e da batalha do Riachuelo, no comando da Belmonte, natural da cidade de Rio Grande, foi que adquiriu na Europa do sr.Shichau de Elberg as torpedeiras Pedro Ivo, Pedro Afonso, Silvado, Silva Jardim e Bento Gonçalves. Ou seja adquiridas na Prússia. Foram trazidas ao Brasil sem nenhum incidente por uma guarnição de 16 alemães e chilenos cada, conforme registrou o Times, Londres, 29 de Janeiro de 1894, em "Notícias militares e navais". A caça torpedos Gustavo Sampaio (ex-Aurora) foi adquirida na Casa Armstrong na Inglaterra. A Greenhalgh também foi adquirida nos EUA para viajar no convés do Andrada. Fora construída por A.B.Wood e Cia. Existiam mais as torpedeiras de porto Sabino Vieira e Tamborim que eram transportadas pelos navios maiores. A Sabino Vieira, ex-Moxoto, foi comandada pelo catarinense tenente Henrique Boiteux.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

O combate de Desterro de 16 de Abril de 1894 que resultou no torpedeamen to do Aquidabã pela torpedeira Gustavo Sampaio ao comando do tenente Altino Correia poderá ser bem entendido do confronto das seguintes fontes:

- ALENCAR, Alexandrino de. CF. Carta relatando o combate do Desterro de 16 de Abril de 1893 in: VILALBA. Revolução Federalista... Rio, Laemmert, 1897 e publicação do mesmo título publicado em Montevidéu em 1895.

- CORRÊA, Altino. Carta rebatendo colocações de Alexandrino de Alencar sobre o combate do Desterro de 16 de Abril de 1894 e publicada in: PORTO, J. A. dos Santos. CT O combate de 16 de Abril de 1894 - reflexões. Rio, Casa da Moeda, 1895 e in: GONÇALVES, Alberto Augusto, CF. Traços biográficos do alte. Jerônimo Gonçalves. Rio, Imprensa Naval, 1943.

- As Reminiscências do alte. Henrique Boiteux que integrou a Esquadra legal são muito esclarecedoras sobre esta força conforme a conhecemos em Bagé através do confrade Walter Fernando Piazza, que lá as apresentou e após nos cedeu cópia da qual retiramos informações históricas relevantes integradas neste trabalho.

Segundo o almirante Leôncio Martins, em palestra promovida pelo Clube Naval e Casa de Rui Barbosa, em 19 de Maio de 1893, no Colégio Santo Inácio, no Rio, os almirantes Alexandrino e Guilobel que foram revoltosos em 1893/94 o culpavam após o Ministério da Marinha por cerca de 20 anos, razão pela qual, como via de consequência a vida e obra do alte. Jerônimo foi esquecida, o que aquele historiador citado, num trabalho isento, qual juiz de um Tribunal da História, vem resgatando, inclusive na palestra citada de iniciativa do Clube Naval, a procura da verdade. Segundo ainda o historiador citado, Jerônimo pediu reforma por ver-se constrangido, como republicano, a participar com frequência de cerimônias no Palácio Imperial. Daí inclusive sua decisão de morar 5 anos na Europa, só retornando com o Brasil republicano. Den tro deste contexto de justiça e verdade histórica, o episódio naval da Esquadra legal ou Esquadra de Papelão, começa a ser estudado e considerado como em realidade foi e aqui procuramos demonstrar, um grande feito naval brasileiro. Já se observa reações de historiadores da Marinha de não concordarem com a expressão "Revolta da Armada" e sim "Revolta na Armada" ou "Segunda revolta do alte. Custódio de Mello", ou "Revolta de 6 de Setembro de 1893 na Baía de Guanabara". Chegou ao ponto de um debate por dizer que chamar-se a revolta de 1/5 da Armada de Revolta da Armada, equivaleria a chamar-se a "Revolta de Aragarças" de "Revolta da Aeronáutica".

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

SUMARIO

Editorial - <i>Afonso Heliodoro dos Santos</i>	005
De Bolívar a Kubitschek: O Despertar da América Latina - <i>Afonso Heliodoro dos Santos</i>	009
Os Vaqueiros que mudaram a Geografia do Brasil - <i>Afonso Ligório Pires de Carvalho</i>	019
O Primeiro General Médico Goiano - <i>Alberto Martins da Silva</i>	025
Os "Erros" de Castro Alves - <i>Anderson Braga Horta</i>	029
Marcha Terrestre no Itinerário Salvador-Brasília por Destacamento da 6ª Região Militar para participar da Inauguração da Nova Capital em 21 de abril 1960 - Cel. Cláudio Moreira Bento	037
Saudades de Lucio Costa - <i>Ernesto Silva</i>	049
O Poder da Periferia - <i>Eugênio Pedro Giovenardi</i>	051
Antonio Cândido: 90 Anos de Dignidade - <i>Fábio de Sousa Coutinho</i>	053

<i>O Conceito Tático em Villegagnon -A Olaria e Henriville - Fernando Lourenço Fernandes</i>	057
Brasília-ACapital do Olhar - <i>Francisco Seixas da Costa</i>	075
Ernesto Silva - Um Paradigma de Honestidade e Coerência - <i>Jarbas Silva Marques</i>	082
Altino Caixeta de Castro e a Coroa de Sonetos - <i>João Carlos Taveira</i>	087
Ilha de Trindade - As pretensões inglesas e outras curiosidades	
..... <i>Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira</i>	101 -
Roberto Burle Marx - <i>Luiz Van Beethoven Benício de Abreu</i>	107
A Problemática indígena no Brasil Manoel Soriano Neto	113

Marcha Terrestre no Itinerário Salvador-Brasília por Destacamento da 6ª Região Militar para participar da inauguração da Nova Capital em 21 de abril 1960

*Cel. Cláudio Moreira Bento **

Ao pesquisarmos do ponto vista militar para o nosso artigo, O Combate de Jenipapo, descrição e análise militar e a sua projeção estratégica na independência no Ceará, Piauí e Maranhão. Combate em 13 de março de 1823 no Piauí, entre patriotas maranhenses, piauienses e cearenses contra o Governador e Comandante das Armas do Piauí o Major João José da Cunha Fidié, na campanha para a consolidação da Independência do Brasil nos citados estados, causou nossa admiração à rapidez com que Fidié cobriu a distância de cerca de 660 km de marcha em 23 dias numa média diária de 24km/dia por uma região assolada pela seca, alimentando-se de gado requisitado e difícil obtenção de água para beber, e para outros usos, os soldados preparando a sua própria alimentação e deslocando a sua Artilharia com 11 peças, seguramente de baixo calibre e em trajeto sujeito a ataques dos patriotas e com pesada bagagem ou impedimenta.

E procuramos em nossa História Militar uma marcha para comparar o feito militar do experimentado soldado, veterano da Guerra contra Napoleão na Península e que ao retomar a Portugal dirigiria por mais de 10 anos o Colégio Militar em Lisboa que até o final de seu comando formava oficiais de Portugal.

E lembramos que nosso amigo e confrade na Academia Itatiaense de História Cel Lauro Amorim nos falava dum marcha de Salvador a Bahia em 1960 que ele comandou como Capitão do Destacamento que realizara aquele feito histórico. E o mesmo o nosso companheiro de Infantaria da Turma Aspirante Megade 15 de fevereiro de 1955, Aspirante Filadelfo Reis Damasceno que foi subcomandante do Destacamento de Marcha desta marcha.

E pedimos ao confrade Cel Lauro o seu relatório de marcha e fotos então tiradas nesta marcha que serviu para avaliarmos o grande feito de Fidié em sua marcha considerada por oficiais de Infantaria como extremamente forçada. E a seguir publicamos o Relatório do Capitão Lauro Amorim da sua Marcha Terrestre de itinerário de cerca de 685 km a pé feita em 29 dias, numa média diária de cerca de 24 km /dia.

***Relatório do Capitão de Infantaria Lauro Amorim da Marcha
Bahia-Brasília realizada por Destacamento ao seu comando***

Durante uma reunião do Estado-Maior da 6ª Região Militar, em Salvador, foi levantada a ideia de se realizar uma operação realizando um deslocamento de Salvador a Brasília, por ocasião da inauguração da Nova Capital. A ideia foi imediatamente aceita pelo comandante da Região, General de Brigada João de Almeida Freitas, que solicitou autorização das autoridades superiores e determinou ao seu Estado-Maior que fizesse os estudos necessários para uma operação desta envergadura.

“Esta marcha simbolizaria a união do passado com o presente ligando o Marco da Fundação da cidade de Salvador, a primeira capital do Brasil, a Brasília, a capital do futuro.”

A operação foi designada “Marcha Bahia-Brasília” e foi concebida para ser realizada com:

Transporte ferroviário de Salvador a Brumado (BA)

Transporte rodoviário de Brumado a Bom Jesus da Lapa (BA)

Transporte fluvial de Bom Jesus da Lapa a Carinhanha (BA) Marcha a pé de Carinhanha a Brasília (DF)

Transporte Aéreo de Brasília a Salvador

Entretanto não foram realizados o transporte ferroviário, por haver caído uma ponte em virtudes de fortes chuvas ocorridas na Região, e o transporte aéreo, por falta de verba.

A operação foi executada com transporte ferroviário de Salvador a Bom Jesus da Lapa (1019 km), transporte fluvial de Bom Jesus da Lapa a Carinhanha (115 km), marcha a pé de Carinhanha a Brasília (685 km), transporte rodoviário de Brasília a Salvador (2322km) perfazendo um total de 4141 km percorridos em 45 dias, dos quais 685 km a pé, em 29 dias.

O Estado-maior da Região fez um reconhecimento do percurso, do que resultou um relatório para o Comandante do Destacamento, com as informações necessárias para a operação: estado das estradas e pontes, condições de abastecimento de água, carne verde, verduras, etc.

O destacamento foi construído somente de voluntários de todas as unidades e estabelecimentos da Região e mais um pequeno grupamento da Polícia Militar da Bahia. Todos fomos submetidos à rigorosa inspeção de saúde e a um árduo plano de treinamento, do que resultou a constituição definitiva do destacamento com 82 integrantes, sendo:

7 Oficiais (inclusive 1 tenente da Polícia Militar da Bahia, 1 tenente medico e 1 aspirante-a-oficial R2 intendente

1 aluno do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)

20 Sargentos

12 Cabos

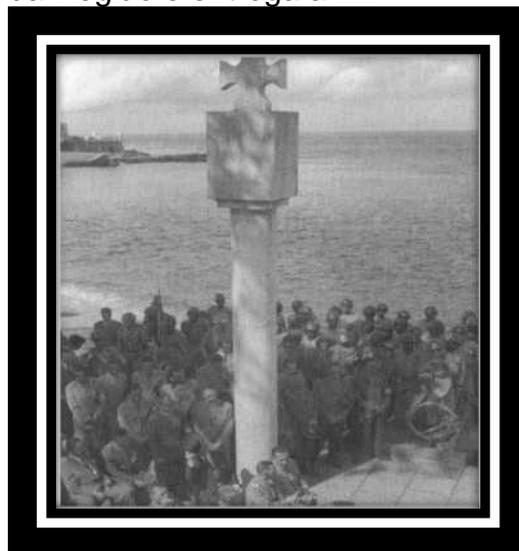
42 Soldados

Como comandante do Destacamento planejei e fiz executar um plano de treinamento físico do dia 22 de fevereiro ao dia 9 de março intercalando, diariamente, uma sessão de Educação Física com a realização de marcha. As sessões de Educação Física foram corridas de 2000, 3000, 4000 e 5000 metros e jogos de bola militar. As marchas começaram com um percurso de 16km e terminaram com 73 km, sendo os últimos quatro dias seguidos de marcha de 30,32,37 e 37 km encerradas com um acampamento. O treinamento de marcha totalizou 278km realizado sob as mais variadas condições: terreno: no asfalto, terra e areia; horário: madrugada, manhã, tarde e noite; tempo: com sol, chuva e nublado; temperatura: variadas.

Após o treinamento fomos submetidos à nova Inspeção de Saúde e considerados aptos para a operação. Todos tomaram vacinas antiamarílica, variólica e Tet-Tab.

A Força Aérea prestou-nos inestimável apoio tanto com os aviões T6 da Base Aérea de Salvador como com os aviões L19 da 1ª Esquadilha de Ligação e Observação (ELO), desempenhando missões de suprimento, não só transportando peças e acessórios para viaturas como alimentos perecíveis e abastecimento geral nos dias em que o Destacamento se viu privado do transporte terrestre em virtude da intransitabilidade das pontes sobre os rios que transbordaram de seus leitos. Durante os altos (paradas) o Destacamento preparou pistas de pouso para os aviões L 19.

Às 8:00 horas do dia 15 de março de 1960, junto ao Marco da Fundação da Cidade de Salvador, foram realizadas as solenidades programadas e constando de missa celebrada por S. Eminência D. Augusto Cardeal da Silva, Primaz do Brasil, palavras do Comandante da Região e entrega a min



Reunião do Destacamento junto o marco de fundação de Salvador

Comandante do Destacamento de uma Mensagem assinada pelo Governador da Bahia, Juracy Montenegro Magalhães, pelo Prefeito de Salvador, Heitor Dias e pelo Comandante da 6ª RM e endereçada ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

As 14:55 horas do mesmo dia teve início o deslocamento rodoviário a partir do pátio do QG da 6ª RM. Acompanhava-nos, também, uma equipe de Imprensa chefiada por um capitão RI, com dois sargentos (cinegrafista e fotógrafo) e dois

jornalistas (**Jornal da Bahia e A Tarde**).



O nosso primeiro dia de Marcha do Destacamento

Neste deslocamento a tropa passou e foi recebida com homenagens pelas autoridades das cidades de Feira de Santana, Jequié, Vitória da Conquista, Brumado, Caetité, Riacho de Santana e chegando a Bom Jesus da Lapa às 3:00 horas do dia 20 de março, embarcando, imediatamente no vapor “**Barão de Cotegipe**”. Neste percurso de 101 km somente os primeiros 115km (até Feira de Santana) eram asfaltados. Os restantes eram estradas de terra em péssimo estado devido as chuvas. Tivemos inclusive, neste trajeto, um acidente com a viatura cisterna que virou e, em consequência, o resto da marcha foi feito sem a mesma.

Durante este transporte rodoviário a tropa foi alimentada com ração de combate R-2, tipo EMFA, confeccionada e fornecida pelo Estabelecimento Regional de Subsistência da Região.



Destacamento formado junto ao marco da Fundação de Salvador tendo a frente o Capitão Lauro Amorim e na fila anterior no meio, o tenente Filadelfo Damasceno , nosso companheiro da Arma de Infantaria Turma Aspirante Mega fev 1955 como sub comandante do Destacamento e já historiador autor de um livro publicado depois da marcha História do Batalhão Pirajá o atual 19º Batalhão de Caçadores. Desta marcha ele muito nos falou. Faleceu cedo. Era baiano.

Às 18:27 horas do dia 20 teve início o deslocamento fluvial chegando às 20:30 horas do dia 21 em Carinhanha, tendo a tropa permanecida embarcada. Como a chata para o transporte das viaturas não havia chegado a tempo foram embarcados apenas o jeep e um caminhão.

A marcha a pé teve início às 07:00 horas do dia 22 com apoio, apenas das duas viaturas citadas. Em consequência, só foi transportado o estritamente essencial, como seja, material de estacionamento, cozinha e gêneros para oito

dias. As outras viaturas de apoio seguiram após a chegada da chata e as mais pesadas (dois caminhões e a viatura tanque de combustível) deram a volta por Minas Gerais e foram se encontrar com a tropa em Formosa, já em Goiás.

A tropa realizou a marcha com seu uniforme e equipamento de campanha normal, inclusive armamento, exceto o capacete de aço.

A marcha tinha início, diariamente, em torno das 04:00 horas (assim que terminasse a refeição da manhã) para que, por volta das 11:00 horas estivesse terminada.

O Grupamento de Apoio Logístico ao Destacamento deslocava-se e montava o próximo acampamento e a cozinha de modo que a tropa ao terminar a marcha encontrava o acampamento pronto e a cozinha em funcionamento.



O Destacamento chegando num acampamento onde era esperado com a refeição pronta e algumas barracas montadas.

A etapa média diária de marcha era de 30km, com o mínimo de 26km e o máximo de 47km. O limite era determinado em função da existência de água nas proximidades, já que estávamos sem a viatura cisterna.

Às 10:00 horas do dia 25 atingimos a cidade de Cocos (BA), sendo recebidos pelas autoridades locais. Nos dias 29,30,31 de março e 1º de abril tivemos que ficar estacionados, pois, duas viaturas apresentaram panes e ficamos aguardando a chegada das peças trazidas pelo avião L 19 que nos apoiava. Para que não fosse quebrado o ritmo do trabalho físico a tropa foi submetida a sessões de Educação Física e Ordem Unida.



Chegada do Destacamento ao Marco da Trijunção Minas Gerais, Bahia e Goiás em que pousou para a foto o comandante do Destacamento Capitão Lauro Amorim e ao seu lado o médico do Destacamento.

Às 06:00 horas do dia 7 de abril atingimos o Marco da Trijunção (Minas Gerais, Bahia e Goiás). No dia 10 subimos a serra de São Domingos, com aclive bastante acentuado. Às 10:45 do dia 14 atingimos a cidade de Formosa e fomos recebidos, também com homenagens. No dia 18 de abril desloquei-me de Jeep à procura de um local para a preparação de um campo de pouso para o L19.

Neste deslocamento, ainda a 30km de Brasília avistei os altos edifícios e o lago da cidade o Paranoá. No meu Diário de marcha registrei o seguinte:

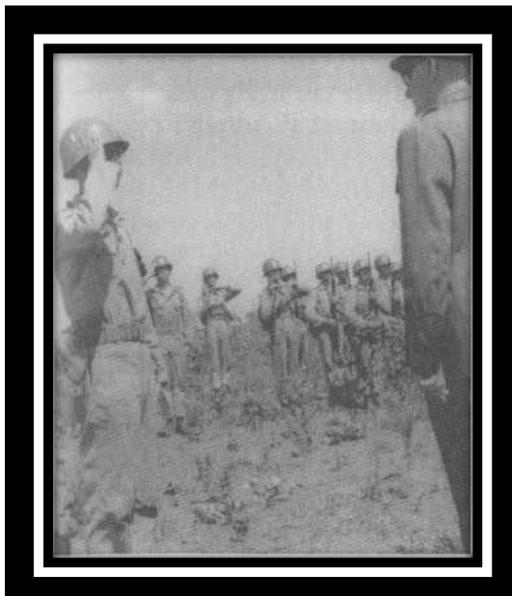
“Foi a primeira impressão que tive: algo de majestoso, perdido no meio daquela imensidão que é o Planalto Central. Senti nesta oportunidade, o monumental trabalho do homem, erguendo do nada naqueles campos imensos uma cidade grandiosa. Queiram ou não, não resta a menor dúvida, ao se divisar aquele panorama concluir-se que, forçosamente, Brasília será um fator de progresso para a região e para o Brasil”.



A chegada do Destacamento a Nova Capital depois de uma marcha forçada.

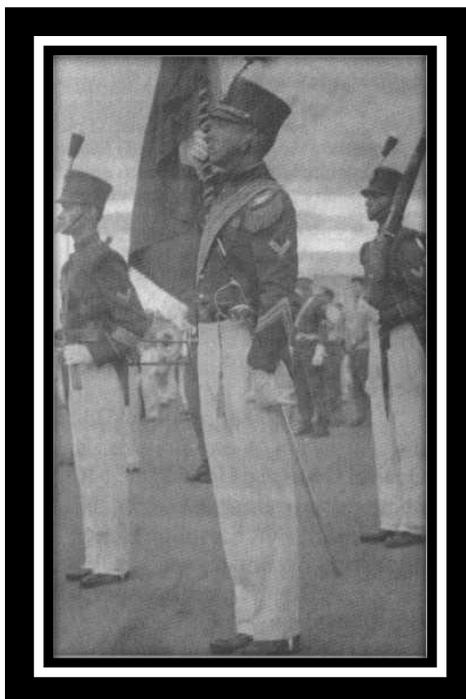
Às 11:00 horas do dia 19 atingimos o quartel da 6ª Cia de Guardas, em Brasília, e acampamos entre esta e o Palácio do Planalto, sendo preparado um campo de pouso para o avião L 19. Cumpre ressaltar que não houve nenhuma baixa. Todos os que iniciaram o deslocamento em Salvador chegaram a Brasília.

Do relatório médico ressaltamos: alguns mais importantes problemas de saúde: resinados ou gripes - 60 casos, diarreia -102, desinteira -10, pneumonia - 1, gastrite -1 e, alguns curiosos: picada de insetos -12, rachadura de lábio (frio) - 10, luxação de mandíbula (queda da mandíbula) - 2, aliás a mesmapessoa.



No dia 21 de abril de 1960 o Destacamento tomou parte no Desfile Militar, uma das solenidades comemorativas da Inauguração da Nova Capital, encerrando o mesmo. O Destacamento tomou parte com o uniforme de marcha (uniforme de instrução, equipado e armado) com exceção da Guarda Bandeira e Estandarte do 19° BC que estavam com o uniforme tradicional do Batalhão dos Periquitos, da Guerra do Paraguai, e os outros Estandartes e Escoltas (CPOR de Salvador, Colégio Militar de Salvador e Polícia Militar da Bahia) com seus uniformes de parada.

Em frente ao Palanque Presidencial a tropa fez alto e fez a entrega solene ao Comandante da 6ª RM, Gen Freitas, da mensagem trazida da Bahia.

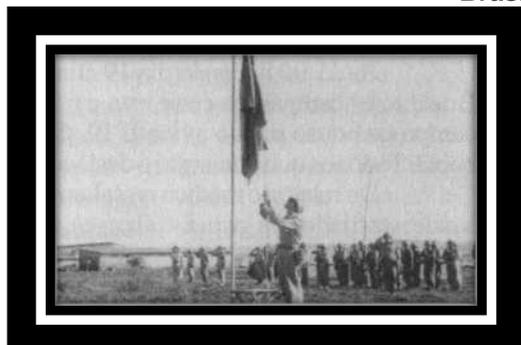


Guarda de Honra em uniforme histórico o 19°BC Batalhão Pirajá de Salvador e levando o Estandarte da Unidade.

O Gen Freitas fez a leitura da Mensagem e, em seguida entregou-a ao Exmo Sr Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.



O Capitão Lauro Amorim no acampamento do Destacamento vendo-se ao fundo o Palácio do Planalto e na foto ao lado hasteando a Bandeira Nacional no acampamento em Brasília



Visita ao Acampamento do Destacamento do Ministro da Guerra Marechal Odílio Denys em 22 de abril e que cumprimenta os seus integrantes por aquele feito histórico. A sua direita o comandante da 6ª Região Militar General João de Almeida Freitas e a sua esquerda o comandante do Destacamento Capitão Lauro Amorim.

Em Brasília o nosso acampamento foi visitado pelo Comandante da Região, Gen Freitas, pelo Ministro da Guerra, Marechal RI Odílio Denys e pelos Governadores dos Estados de Bahia e Sergipe, respectivamente, Gen Juracy Montenegro Magalhães e Dr Luiz Garcia. O último governador do meu Estado Natal.

As 15:00 horas do dia 23 teve início o deslocamento em transporte rodoviário no trajeto Brasília, Belo Horizonte, Salvador e chegando ao Quartel General da Região até o Marco da Fundação da Cidade de Salvador, ponto inicial e final da marcha. Nesta ocasião o Destacamento foi saudado pelo Prefeito de Salvador Heitor Dias, e, em seguida, foi celebrado um ofício religioso em regozijo pelo fiel e feliz cumprimento da missão.

A Mensagem transportada pelo Destacamento de Salvador a Brasília tinha o seguinte teor:

**DA BAHIA DE THOMÉ DE SOUZA À BRASÍLIA
DE JUSCELINO KUBITSCHKEK**

Senhor Presidente:

Daqui desta cidade que foi a primeira capital do Brasil, mandamos a Vossa Excelência, nesta hora em que se instala a Nova Capital, esta palavra de fé nos destinos da Nação.

Aqui nascemos, para orgulho de todos nós. A descoberta fora um pouco mais abaixo, e aí se plantou em solo baiano - em solo brasileiro, vale dito - a primeira Cruz de Cristo.

Pouco tempo depois, porém, era a cidade subindo a escarpa, cá dentro na Baía

de Todos os Santos.

E se construíram as primeiras casas e se levantou a primeira igreja com pedra de cantaria vinda de Portugal.

E se abriu a primeira escola e se elevou o primeiro forte e se constituiu o primeiro governo.

Dali para cá, são quatrocentos e poucos anos de trabalho, de desbravamento, de bandeirismo, de busca, de construção, de lutas e de esperança.

A civilização implantada no litoral foi ganhando o interior. Bandeiras e mais bandeiras saíram de São Paulo e da Bahia, desbravando-a terra inóspita e ponteando de vilas e currais o sertão maravilhoso.

E mandava daqui, “desta baya” dizer, em agosto de 1549, o padre Nóbrega ao seu provincial padre Simão Rodrigues:

“Eu trabalhei por escolher um lugar para o nosso Colégio dentro da cerca e somente achei um que lá vai por mostra a Sua Alteza, o qual tem muitos inconvenientes porque fica muito junto da Sé, e duas igrejas juntas, não é bom, e é pequeno, porque onde se há de fazer a casa não tem mais X braças posto que tenha ao cumprido da costa 40. E não tem onde se possa fazer horta, nem outra coisa por ser tudo costa mui íngreme e com muita sujeição da cidade.

E portanto a todos nos parece muito melhor um teso que está logo além da cerca, para a parte donde se há de estender a cidade de maneira que ante de muitos anos podemos ficar no meio....

O mesmo dizemos a Vossa Excelência, Senhor Presidente, diz- lhe a Bahia, à hora da instalação da Nova Capital do Brasil, sonho que vem do nascer da República. A “cerca” da civilização, do progresso, não chegou ao planalto central; mas, dentro em pouco, Brasília estará ao “meio”.

Esta é a esperança da Bahia de Thomé de Souza na Brasília de Vossa Excelência.

Cidade de Salvador, 21 de abril de 1960.

Juracy Montenegro Magalhães
Governador do Estado da Bahia
Heitor Dias

Prefeito da Cidade de Salvador
Gen. João de Almeida Freitas
Comandante da 6ª Região Militar.”



A esquerda o trecho Cariranha - Brasília percorrido pelo Destacamento, balizado por Cocos, Sapateiro, Marco da Trijumção, Formoso, Goiás Minas, Formosa, trajeto percorrido em alguns pontos por volta de 1925 pela Grande Marcha da Coluna Miguel Costa Prestes. Percurso percorrido pelo Destacamento 685 km em 29 dias com uma média diária de cerca de 24 km.

**Integrantes do Destacamento que realizou
A Marcha a Pé de Caririnha-Brasília**

Os mais moços beiram a idade de hoje de 65 anos e seus nomes e unidades a que pertenciam são a seguir relacionados como homenagem da Academia ao seu histórico feito realizado voluntariamente com votos que vivam para ver em 2010 o cinquentenário da Nova Capital Brasília que eles visitaram na sua inauguração.

**MARCHA BAHIA - BRASÍLIA
A CONSTITUIÇÃO DO DESTACAMENTO**

Comandante - Cap Inf LAURO MAGALHÃES CASTRO AMORIM

Oficiais:

1º ten FILADELFO REIS DAMASCENO - 1ª Cia Ind Fz-º. 2º Ten WILMAR MENEZES BASTOS - 19º B C. 2º Ten ARISTENES BORGES CASTELO BRANCO - POLÍCIA MILITAR e ASP R-2 CONV LUIZ EDMUNDO SANTOS OLIVEIRA- 19-BC.

Praças - 19º Batalhão de Caçadores Batalhão Pirajá:

3º Sgt WALTER FERREIRA NUNES. 3º Sgt ROQUE DA SILVA TIANO. Cabos MANOEL VALENTIM DOS SANTOS e MANOEL DOS REIS CARDOSO. Soldados MILTON NERI DOS SANTOS. CAETANO SANTANA. FRANCISCO MARQUES DE JESUS. GERSON BARBOSA. WALTER BATISTA DE SOUZA GILSON OLIVEIRA. ANTONIO DA LUZ FERREIRA RAMOS e HÉLIO BEZERRA DA SILVA.

1ª Cia Independente de Fuzileiros:

Cabos OSVALDO VALERIANO VIANA e GIL REGIS LOPES e Soldado AUGUSTO MARIANO DA SILVA.

4ª Companhia de Guardas:

Soldados ANTONIO LAURÊNCIO CHAGAS e ANTONIO OLIVEIRA DEALMEIDA.

CMS:

3º Sgt ANTONIO SILVA e Soldados MANOEL FIRMINO DOS SANTOS, MILTON LOPES DE OLIVEIRA e DIÓGENES DE CARVALHO NUNES.

Companhia de Polícia da 6ª Região Militar:

Soldados IZAURO ALVES PENA e FLORISVALDO NASCIMENTO RIBEIRO.

Companhia do Quartel General da 6ª Região Militar:

2º Sgt NELSON ALVES SANTANA e Soldados JUDIRVAL PEREIRA DA SILVA. FAUSTO MAGALHÃES MELO e RAIMUNDO SANTOS E SOUZA.

1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa Móvel:

3º Sgt JOSÉ RODRIGUES SOARES. Cabo NICANOR DE ASSIS MELO. Soldados d CARLOS MAGNO DA SILVA, .WALTER EVANGELISTA DE OLIVEIRA e ALMIR SANTOS.

Estabelecimento Regional de Finanças da 6ª Região Militar:

Cb ADELSON CALDAS DASILVAMELO.

Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Salvador:

Aluno JOÃO DE MELO CRUZ e soldados PEDRO PAULO DE SOUZA e FLÁVIO SANTANA.

18ª Circunscrição de Recrutamento:

Soldado WL ADMIR RODRIGUES DO NASCIMENTO

28º Batalhão de Caçadores:

3º Sgt ANTONIO DANÚBIO FERREIRA DA SILVA, 3º Sgt RENALDO SILVA ANDRADE e 3º Sgt ERILO ARAGÃO PRADO. Cabos ROBSON FERREIRA DE ANDRADE, AMINTHAS BARRETO. Soldados HERONIDES CONCEIÇÃO, JOSÉ CATARINO DOS SANTOS, ANTONIO OLIVEIRA, JOSÉ ALVES DE ARAÚJO, JOSÉ ALVES DOS SANTOS, HUMBERTO FELISMINO SOBRINHO, JOSÉ ANTONIO ALCÂNTARA, WALMIR SILVA ANDRADE,d JOSÉ EWERTON SOARES DE MENEZES, MAURO CARLOS DA SILVA,d JOSÉ DOMNGOS DAMASCENO, GILBERTO DOS SANTOS e BENEDITO ÂNGELO GONÇALVES.

19ª Circunscrição de Recrutamento:

2º Sgt MOACIR PASSOS LIMA e 3º Sgt JOSÉ LEONARDO MACHADO BARRETO MENEZES.

Polícia Militar da Bahia:

Soldados RANULFO EDSON GONÇALVES e AURÉLIO MOTA DE ARAÚJO.

**Cel. Lauro Magalhães Castro Amorim
Comandante do Destacamento de Marcha de 1960
Coronel Lauro Amorim natural de Cachoeiro do
Itapemerim e residente em Resende desde 1991,
onde foi declarado Aspirante a Oficial de
Infantaria da Turma fie 1949 Marechal José
Pessoa da Academia Militar das Agulhas Negras E
casado com a resendense D. Olga dos Santos
Amorim também acadêmica da Academia
Itatiaense de História. Ao comandar a Marcha
Salvador Brasília em 1960, ele era Capitão
Ajudante de Ordens do comandante da 6ª
Região Militar. Foi instrutor do Curso de
Infantaria da AMAN em 1961/62 . Foi
instrutor da Escola de Comando e Estado-
Maior do Exército em 1967/1968 e dali seguiu
para cursar o Curso de Estado-Maior do
Exército Alemão. Ao retornar continuou*

*instrutor da ECEME de 1971-72. Ao final do seu tempo de instrutor por falar alemão foi contratado pela Volksvagem do Brasil onde trabalhou por longo período. Ao deixar aquela empresa veio residir em Resende quando exerceu diversas funções: A assessoria, consultoria e secretário*de administração e de Turismo da Prefeitura de Itatiaia.*

O Cel Lauro Amorim e sua esposa Olga integram a Comissão de Relações Públicas da Academia de História Militar Terrestre do Brasil junto com a Presidente da Academia Itatiaense de História D. Alda Bernardes Faria e Silva.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

SUMÁRIO

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO

Por Benedito Pedro Dorileo 7

DOUTOR ESTEVÃO ALVES CORRÊA

Por Antônio de Arruda 12

ROLIM DE MOURA

A Capitania, o homem e a história

Por Luis-Philippe Pereira Leite - do I.H.G.MT 14

VELHO CASARÃO

Por Lya Hauschild 21

SAUDADE

Por Lya Hauschild 22

JOÃO PAULO II EM PUEBLA

Por Lya Hauschild 23

VALIOSA OFERTA

Por José Feliciano de Figueiredo 25

PRIMEIRO CENTENÁRIO DA TRANSLADAÇÃO DO MARCO

DO JAURU PARA A CIDADE DE CÂCERES 02.02.1883 a 02.02.1983

Por Natalino Ferreira Mendes 26

MARCO DO JAURU COMEMORATIVO DO TRATADO DE

MADRI - 1750 28

ONozimbo (De uma série de Contos Regionais) Por Dunga Rodrigues 29

A VELHICE DE UM RIO

Por Arnaldo Estevão de Figueiredo . 32

FAUCETT, UM INGLÊS EM BUSCA DO CONTINENTE PERDIDO

Por Ramis Bucair 36

TEANTATIVAS EXPANSIONISTAS BELGAS NO BRASIL: O

CASO «DESCALVADOS»

Por Hilgard O'Reilly Sturnberg	45
OUTRO ROUBADO	
Por Rubens de Mendonça	57
O ESTADO DE DIREITO Por Benedito Pereira do Nascimento	61
A HISTÓRIA, É ASSIM, SE LHE INTERESSA	
Por Octayde Jorge da Silva	67
MARECHAL DUTRA	
Por Ernesto Borges	70
TERRA MATER	
Por Augusto Mário Vieira	73
GERMANO JOSÉ DA SILVA	
Por Heloisa Molinari	74
O ESTADO DE MATO GROSSO NO PERÍODO DE DUTRA Por Virgílio Álvés Corrêa Neto	77
MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES - SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA	
Por Cláudio Moreira Bento	92
O EXÉRCITO EM MATO GROSSO — DAS «ENTRADAS DO SERTÃO» À 13ª BDA INF MTZ	
Por General Carlos Arcoverde de Freitas Almeida	95
ARNALDO SERRA	
<i>Por Archimedes P. Lima</i>	98

MARECHAL MASCARENHAS DE MORAES — SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

Cláudio Moreira Bento (+)

O dia 13 de novembro lembra o centenário de nascimento do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, de família modesta e sem tradição militar, na castrense São Gabriel que ele ajudou a consagrar como a terra dos marechais e dos historiadores. Coube-lhe a suprema honra na 2ª Guerra Mundial, em função de Acordo Militar Brasil—Estados Unidos, comandar as principais ações militares do Brasil levadas a feito contra o nazi-facismo. Primeiro, ao bem organizar a defensiva no Nordeste — «O trampolim da Vitória», e a proteção dos seus portos e das bases aéreas americanas em Natal e Recife e da ilha de Fernando de Noronha, contra um ataque alemão partindo da África, até a conquista desta pelos Aliados. Segundo, ao comandar, em ofensiva, na Itália, a vitoriosa ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Histórica e gloriosa missão que ele classificou antes de partir de «a maior aventura da História Militar do Brasil» e o povo brasileiro, por seus representantes no Congresso, «de o mais brilhante empreendimento militar do Brasil na República». Atuação que o consagrou como um dos maiores capitães da História do Brasil, a maior espada até o presente da República, além de símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno. Se o Duque de Caxias é o maior soldado do Brasil e a maior espada do Império, Mascarenhas de Moraes é o maior soldado da República e, os dois, os líderes militares providencias com que contou a Pátria Brasileira em três de seus mais graves momentos, para bem conduzir o Brasil à vitória no campo de batalha, a que foi arrastado, contrariando a sua tradição pacifista e de repúdio a guerra de conquista.

Caxias, na condução das guerras contra Oribe e Rosas 1851-52 e da Tríplice Aliança contra o Paraguai 1865-70, em defesa da Integridade e da Soberania do

Brasil. Mascarenhas de Moraes, na primeira guerra extra continental que o Brasil independente participou, ao lutar na Itália e fazer muito boa figura, ombro a ombro ou contra representações dos mais modernos e melhores exércitos do mundo, presentes na Europa Ocidental, no maior conflito total da História da Humanidade e, em defesa da Democracia e da Liberdade mundial

À medida que passam os anos, se agiganta a projeção da vida e obra do nosso Marechal «que somente viveu o Exército, para o Exército ao serviço do Brasil, na paz e na guerra, até o sacrifício sem reserva e vacilações». Em função disso recebeu justas e consagradoras homenagens nas quais se destacam: — Do povo norte-americano três citações presidenciais consagradoras de sua obra como cabo de guerra de projeção internacional; dos seus co-estudanos, através de oferta de espada de ouro — hoje no Museu da República concedida antes a Osório — o maior líder de combate de nossa História e, do povo brasileiro, através da Assembléia Constituinte em 1946, a concessão das honras de Marechal de Exército e do Congresso e Executivo, por lei 1.448 de 10 dez. 1951, sua reversão ao serviço ativo, em caráter vitalício, no posto de Marechal de Exército. Honraria igual a concedida depois da 1ª Guerra Mundial, pela França aos seus marechais que a conduziram à vitória e pelos Estados Unidos ao general John Pershing, que comandou os americanos naquela guerra na Europa.

O nosso Marechal faleceu em 17 set. 1965 aos 85 anos, após 65 anos de excepcionais serviços militares na Ativa, cercado de todo respeito do Exército e na Nação e da veneração de seus comandados da FEB que ele liderou e por eles se interessou até falecer. Isto com a consciência tranquila de haver trasladado da Itália os mortos brasileiros, em ação para o monumento condigno aos Mortos do Brasil na II Guerra Mundial, que idealizou e construiu sob o argumento: — «Eu os levei para o sacrifício cabe-me trazê-los de volta». E cumpriu sua palavra.

Como comandante da Escola Militar do Realengo a época da Intentona Comunista, estudou e erradicou as causas que levavam alunos das escolas militares até então, e desde o início da campanha republicana, a tomarem parte de forma que classificou de pedante, por manipulação externa e desassistência interna, em motins, movimentos políticos e armados contra o Governo, a Ordem e a Lei.

Orgulfiava-se de no seu comando, pela primeira vez, ter a Escola Militar saído em defesa do Governo, da Ordem e da Lei ao atuar contra a Intentona, na Escola de Aviação. Na ocasião os líderes comunistas nesse setor foram presos por seus cadetes e conduzidos e entregues a autoridades competentes. A ele se deve a localização, em Campinas, da Escola Preparatória de Cadetes.

O Major de Engenheiros Alfredo de Taunay ao falar em nome do Exército no sepultamento do Duque de Caxias a beira do túmulo, assinalou como maior característica do Pacificador «a sua simplicidade na grandeza».

Do Marechal Mascarenhas de Moraes, interpretando os sentimentos gerais podemos afirmar que suas maiores características foram a grandeza de sua dignidade e de sua consciência profissional, no revés e na glória.

Como comandante da Escola Militar e amigo dos livros, oficializou, estimulou e dinamizou as bibliotecas centrais, dos cursos e da Sociedade Acadêmica e criou outras especializadas. Tudo visando a despertar nos futuros oficiais o gosto pela leitura e o recurso ao autodidatismo no aprimoramento da cultura geral, profissional

e especializada Antecipou-se de um ano a reorganização da Biblioteca do Exército, instituição que sempre estimou e prestigiou.

Na fase defensiva do NE, contra um ataque alemão partindo da África, foi buscar inspiração para si e para seus comandados nos Montes Guararapes, através de cerimônia cívico militar memorável, de trasladação para a igreja mandada construir pelo general vencedor daquelas memoráveis batalhas — dos restos mortais do heróico Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.

Ao retornar da Itália, vitorioso, foi depositar os louros conquistados pela FEB nos Montes Guararapes, proferindo palavras memoráveis e antológicas que desde a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em 1971, encontram-se inscritos em bronze, em local de destaque, ao mesmo nível da Igreja N. S. dos Prazeres.

Como demarcador das novas fronteiras do Brasil com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, decorrentes do Tratado de Petrópolis de 1903, prestou assinalados e relevantes serviços à Geografia do Brasil...

Prestou meritório serviço à Memória Nacional ao produzir as obras A FEB por seu comandante e Marechal Mascarenhas de Moraes Memórias, 2v fontes preciosas de nossa História Contemporânea.

Elas, ao lado de trabalhos históricos que produziu focalizando o Duque de Caxias — «como a Maior Espada do Império e o general Gamelim, primeiro chefe da Missão Militar Francesa, no nosso Exército, o. consagram como historiador militar. Revelam uma consciência histórica cristalina, serena e equilibrada dos tempos que viveu e testemunhou, junto de segura, madura, honesta e muito franca interpretação. As suas Memórias em partículas, constituem uma das mais serenas e claras fontes da História do Exército, como instituição e força operacional, no contexto de Reforma Militar, além de indispensável item na bagagem e cabeceira dos oficiais, à guisa de Guia do Oficial do Exército Brasileiro. Elas traduzem a vivência militar de quem é sem sombra de dúvidas, hoje padrão, símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno», além de exemplo de ilustre e exemplar cidadão, «cabo de guerra estudioso, dedicado, simples e corajoso, e para Menotti dei Pichia — «o marechal historiador», depois de analisar sua obra literária.

O Marechal repousa desde 13 Nov. 1982, no Mausoléu dos Veteranos da FEB, no Cemitério São João Baptista ao lado de sua modelar esposa, D. Adda Brandão seu grande amor ao lado do Exército. Os veneráveis despojos do ilustre casal foram trasladados para lá entre alas da 1ª Divisão de Exército — Divisão Mascarenhas de Moraes à frente da qual como 1ª D I E da FEB ele conquistou imarcescíveis louros para as armas brasileiras, na Itália, na 2ª Guerra Mundial. Traduz a projeção e a estrutura histórica de Mascarenhas de Moraes o fato de sua foto com dados de sua gloriosa carreira figurarem desde 1968 no Almanaque dos Oficiais do Exército Brasileiro, logo a seguir aos dados semelhantes relacionados com o Duque de Caxias — Patrono do Exército Brasileiro e a maior espada do Brasil.

(+) Natural de Canguçu-RS. Membro do IHGB, IGHMB, IHGRGS, IGHEPA, IHGSP, IHGMG, IHGMT, IHGCERJ, IH São Leopoldo, IHG Pelotas, ABH e ASR Letras. Integrou a Comissão de História do Exército (1972-74). O artigo acima é a condensação de palestra proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 28 Set. 83, comemorativa do centenário do Marechal.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MATO GROSSO

SUMÁRIO

ISÁC POVOAS: SUA FORMAÇÃO RELIGIOSA E CULTURAL	
Antonio Arruda	07
O BISAVÔ DE MARCELO Pedro Rocha Jucá	
A IGREJA E A UNIVERSIDADE Eduardo De Lamónica Freire	15
O 75° ANIVERSÁRIO DA CRIAÇÃO DA PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE MATO GROSSO	
Pe Pedro Cometti	17
VELHO MESTRE	
Ubaldo Monteiro	28
FALECE AOS 102 ANOS O HISTORIADOR DO FORTE COIMBRA	
Cel. Cláudio Moreira Bento	
	30
HISTÓRIA DA MEDICINA EM UBERABA — I Renato Baez	
	30
SÚMULA BIOGRÁFICA DE SEVERIANO FONSECA Otávio Gonçalves Gomes	
	32
UM ARCEBISPO MARANHENSE	
João Freire Medeiros	35
A PROPÓSITO DE UM ARTIGO Lécio Gomes de Souza	
	37
FALECEU PADRE NUNES	
Transcrito do jornal «A Notícia de S. José do Rio Preto 40 TENTATIVA DE DIÁLOGO, NUMA PRIMEIRA ENTREVISTA	
Octayde Jorge da Silva	42
DOUTOR ESTEVÃO ALVES CORRÊA Antônio Arruda	
	47
ORAÇÃO PROFERIDA PELO PROF. DR. JOSÉ SIMÕES E SILVA JÚNIOR	
José Simões e Silva Júnior	49
ESBOÇO DE UM RETRATO Aloysio Novis	
	63
«TRÊS SOROCABANOS NO ARRAIAL»	
Archimedes Pereira Lima	71
CIENTISTA - LITERATO	
Luis-Philippe Pereira Leite	75
SAUDAÇÃO A LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE NO	
I.H.G.B. (23 DE ABRIL DE 1985) Cel. Cláudio Moreira Bento	
	76
PRESENÇA DE MATO GROSSO NO I.H.G.B. Luis-Philippe Pereira Leite	
	83
UMA GLÓRIA PARA MATO GROSSO Lenine C. Póvoas	
	88
NO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR Cel. Cláudio Moreira Bento	
90	
HISTORIADOR LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE Ernesto Borges	
	94
UMA FESTA NOS ANAIS DO I.H.G.B. Lenine C. Póvoas	
	96
MENSAGEM	
Alberto João Ferreira	98
MEMÓRIA DA ENGENHARIA NACIONAL Hugo Regis dos Reis	
	99
O MESTRE E O JOVEM BACHAREL Luis-Philippe Pereira Leite	
	106

FALECE AOS 102 ANOS O HISTORIADOR DO FORTE COIMBRA

Cel. Cláudio Moreira Bento
Presidente da Comissão de Pesquisa Histórica Básica de A Defesa Nacional e
membro do I.H.G.MT.

Faleceu no Rio, em 25 de julho de 1984, o Gen. Ex Reformado Raul Silveira de Mello. Gaúcho de Cruz Alta-RS, fez carreira na Engenharia. Foi da última turma da Escola Tática do Rio Pardo e da 1ª egressa da Escola de Guerra de Porto Alegre. Integrou o EME por sete anos, instrutor de Tática de Engenharia da ECEME, comandante do 3º B Rv (Vacaria - RS), Chefe de Gabinete da Sec Ge do CSN e membro da Comissão de Faixa de Fronteira (26 anos). Ocupa lugar de o maior historiador militar da Fronteira Oeste, cuja saga de fixação e manutenção, bem como a dos grandes fronteireros militares que nela se assinalaram como heróis, ele conta nas obras — (1953-74): **Cel. Ricardo Franco, Forte Coimbra; A Protetora de Coimbra; Corumbá, Albuquerque, Ladário; Para Além dos Bandeirantes; A Epopéia de Antonio João e Heroicidade e Fé.** Sua obra forneceu valiosos subsídios a orientar a geopolítica do Brasil em sua Fronteira Oeste. Sua última atividade cultural pública foi proferir conferência, em 1983, no IGHMB (do qual era titular da cadeira 53 — Cel. Ricardo Franco), sob o título FAZ 60 ANOS. Nela focalizou que o núcleo católico que organizou em 1923, em Itajubá, com integrantes do atual 4º B E Cmb que, por evolução, deu origem à União Católica dos Militares, responsável pela recristianização católica do Exército que fora alvo de um processo descristianizador, com a República, por circunstâncias adversas.

O General Raul encarnou em vida o patriota e soldado cristão.

SAUDAÇÃO A LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE NO I.H.G.B. (23 DE ABRIL DE 1985) Cláudio Moreira Bento

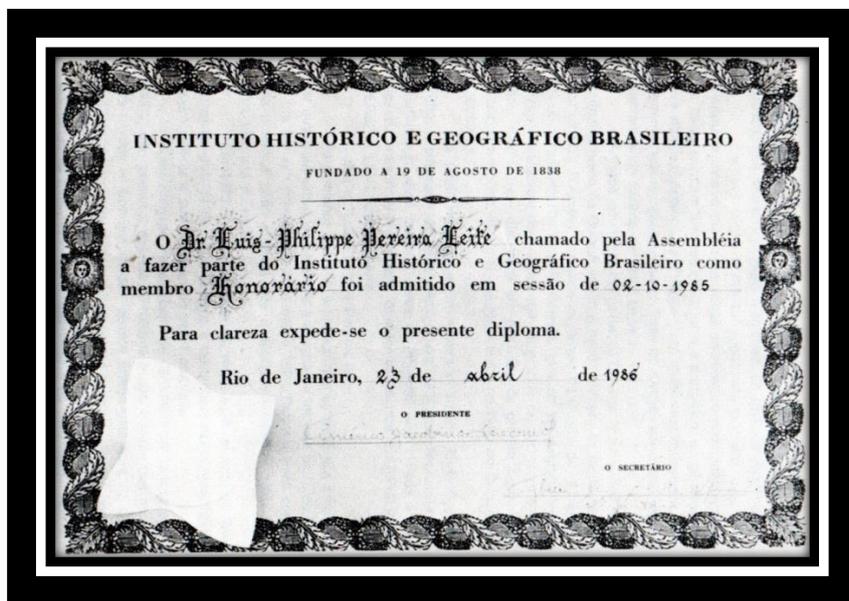
É com grande prazer cívico e para que não dizer com muita emoção que passo a desempenhar a honrosa delegação de saudar a posse, nesta Casa de Memória Nacional, como sócio correspondente em Mato Grosso, do ilustre historiador Dr. Luiz-Philippe Pereira Leite. Intelectual que encarna, de modo muito expressivo, o espírito heróico do passdo da terra e da gente matogrossense e que, segundo o mestre Pedro Calmon, «se constituiu num dos mais claros e mais altos espíritos de Mato Grosso, que deu-nos páginas magistrais da tradição Regional».

Ele teve o seu nome sufragado, em primeiro lugar, em disputada eleição para duas vagas de sócio correspondente, para as quais existiam 5 fortes candidatos e a primeira no gênero que tive notícias. Assim Luiz-Philippe vem, muito merecidamente, dar continuidade a trabalhos nesta Casa de antigos confrades representantes do Estado de Mato Grosso.

Antigos confrades do porte do D. José Antônio dos Reis, primeiro bispo de Cuiabá, então a maior Diocese do Brasil; de D. Carlos Luis D Amour, maranhense, bispo de Cuiabá por 43 anos; de D. Francisco de Aquino Correia, que ao ser sagrado era o bispo mais jovem do mundo, que foi grande orador sacro e proferiu

memoráveis discursos em ocasiões de grande significado cívico e histórico nacional, além de autor do Hino do Duque de Caxias.

E finalmente, do ilustre confrade Virgílio Alves Correia Filho, sucessor de Max Fleuss, em 1936, na Secretaria do Instituto, ao qual dedicou cerca de 37 anos. Sem dúvida é um pesado mas honroso legado que temos certeza LUIZ-PHILIPPE PEREIRA LEITE está à altura.



Quem é Luis-Philippe Pereira Leite?

Para melhor defini-lo é preciso que se esclareça a singular circunstância que o envolve e que não o impede de trabalhar. É um homem privado da visão desde 1953. Refiro a visão corpórea e não a visão anímica que é aguda e superalimentada por uma fé cristã robusta.

Em 1972, o Dr. João Antônio Neto, ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e desembargador aposentado, assim referiu a sua privação de visão corpórea:

«Luis-Philippe Pereira Leite da penumbra em que se agasalha, não possui a expressão vencida e abandonada dos pássaros feridos — por que de sua pessoa irradia uma aura de calor vivificante da compostura e de silenciosa bravura — nesse heroísmo consciente e vertical da compostura desafiadora, integrada em todas as dimensões do acabamento e da realização».

Segundo ainda o citado desembargador, há 14 anos passados, «Luis-Philippe, já havia quase que se transformado num desses seres quase topográficos da comunidade mato-grossense, pelo que muito dela e nela se embebeu, vinculando-se a seu espaço e a seu tempo, como o fruto à sua flor e à sua árvore» e além disso completou a certa altura — «patrimônio indisponível da cultura e da inteligência mato-grossense».

Faz um decênio fui colocado em contato com Luis-Philippe através de outro ilustre mato-grossense então meu comandante no II Exército em São Paulo — o

general Dilermando Gomes Monteiro, que me delegou a honra naquela época de representar o Exército Brasileiro na cerimônia de deposição definitiva dos restos mortais de D. Pedro I, no Monumento do Ipiranga, como estímulo a nossa atividade em prol da Memória Nacional. Revelou-me então o General Dilermando possuir um grande apreço por Luis-Philippe, seu amigo desde a infância. Aconselhou-me a estreitar contato com o mesmo, o que culturalmente seria benéfico e gratificante para ambos e uma alegria para ele. E desde então tem sido assim como previra aquele ilustre chefe.

Olhando o mapa do Brasil, em cada estado eu vejo nomes que por seus escritos, atuação, doação cívica e projeção cultural expressivas, em prol da Memória Nacional, os defino como acidentes culturais culminantes, num paralelo figurado como a topografia.

Assim defino Luis-Philippe como acidente cultural culminante em Mato Grosso, de igual forma e de modo relativo, como denomino Arthur Cezar Ferreira Reis em relação a Amazônia, José Honório Rodrigues em relação ao Ceará; Câmara Cascudo em relação ao Rio Grande do Norte; General Lyra Tavares em relação a Paraíba; Gilberto Freire e Barbosa Lima Sobrinho em relação a Pernambuco; Pedro Calmon até falecer em relação a Bahia e Viana Moog, Arthur Ferreira Filho e Dante de Laytano em relação ao meu Rio Grande.

Luis Carlos Pereira Tourinho em relação ao Paraná e Walter Piazza em relação a Santa Catarina...

No tocante aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais estas culminâncias culturais se adensam. Assim, dentre muitas no Rio de Janeiro citaria Américo Jacobina Locombe, e o acidente cultural geminado Marcelo e Cybelle de Ipanema. Em São Paulo, Nelson Omega, o paulista filho de Niterói e Venício Steim Campos, o semeador de museus municipais. Em Minas Gerais Afonso Arinos de Melo Franco e Marcos Carneiro de Mendonça e assim por diante...

De igual modo poderia comparar Luis-Philippe as culminâncias culturais representadas no Exército pelos generais Aurélio de Lyra Tavares, Jonas Correia, Francisco de Paula Azevedo Pondé, Humberto Peregrino e na nossa Marinha pelo Almirante Prado Maia. Aliás duas de nossas forças armadas onde Luis-Philippe desfruta de um largo círculo de amigos e admiradores de sua obra, também reconhecida pelas medalhas do Pacificador e de Tamandaré e títulos de Colaborador Emérito do Exército e de

Amigo da Marinha com que foi distinguido.

Luis-Philippe nasceu em Cuiabá (12 dez 1916) de onde somente se afastou para cursar a Faculdade de Direito de Niterói.

Retornando em 1941. Segundo D. Aquino Correia, ao recebê-lo na Academia Matogrossense de Letras, há 40 anos atrás, Luis-Philippe por ocasião da Páscoa dos Militares e dos estudantes de Cuiabá lançou em alto em bom som sua profissão de fé:

«Aqui reunidos, estudantes e militares, o que há de mais puro em nossa juventude, celebramos a Páscoa anual e damos uma demonstração de patriotismo».

Em 1944, aspirante a oficial da Reserva do NPOR de Cuiabá, segundo ainda D. Aquino, assim o militar de Reserva Luis-Philippe demonstrava o seu amor a Pátria às vésperas do envio pelo Brasil, da Força Expedicionária Brasileira:

«Só sabe morrer pela Pátria quem sabe viver por ela. Se amanhã merecermos a honra de figurar entre os soldados que o Brasil enviar aos campos de luta, se tivermos a felicidade de estar nas frentes para onde vão nossos expedicionários,

em pról da causa aliada que o Brasil fez sua; se for dada a glória de derramar o nosso sangue em defesa dos princípios pelas quais nos batemos, estejamos todos prontos para a luta, para a vida e para a morte, ao livre aceno daquela divisa, que é toda a nossa história.

O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever»!

O seu amor a Mato Grosso, a sua província, ele o definiu em discurso na Liga dos Estados em 1937, ao 21 anos:

«Mato Grosso tem produzido filhos notáveis, capazes de engrandecer a honrar qualquer país do mundo.

Mato Grosso não é terra somente de feras e selvagens. É berço de brasileiros, bem brasileiros que anseiam tanto como vós outros pela felicidade do Brasil, pela grandeza de nossa terra comum, pela unidade desse colosso gigante que se estende do Amazonas ao Prata, do Rio Grande ao Pará».

Luis-Philippe integra a Academia Mato-Grossense de Letras da qual é tesoureiro há mais de 36 anos. Ali ocupa a cadeira que tem como patrono o cuiabano, herói do Exército na Guerra do Paraguai, além de engenheiro e professor — Cel Corsino do Amarante. Preside faz quase 10 anos o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, cuja sede junto com a da Academia de Letras, situa-se na casa que pertenceu ao heróico almirante Lo verger e Barão de Melgaço. É sócio correspondente dos instituto-, históricos do Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte. Sergipe, Alagoas, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Gunru|à Bertioga.

Sua obra literária publicada gira em torno das histórias de Mato Grosso em geral, cidades de Cuiabá (seu berço natal) e de Cáceres onde estão as raízes de sua família e de cuja fundação participou seu tetra-avô Leonardo Soares de Souza, e mais a dos grandes filhos de Mato Grosso que se projetaram nacionalmente — o bispo D. Aquino, os marechais Cândido Mariano Rondon e Eurico Gaspar Dutra, o almirante Batista das Neves e ten. Antônio João etc. Assim, em torno de Cáceres produziu a trilogia: Engenho da Estrada Real (vestuto solar de seus ancestrais); Vila Maria dos Meus Maiores e o Médico de Jacobina. Sobre a história de Mato grosso escreveu: Forquilha — O Fundador e a Padroeira (sobre Cuiabá). A Capitania de Mato Grosso e a Independência; Capitães Gerais de Mato Grosso; Vilas e Fronteiras coloniais; Três Sorocabanos no Arraial.

Como obras biográficas escreveu: Elogio de Corsino Amarante; Marinheiro da Selva; Bispo do Império (prefácio de Pedro Calmon); Vida e Glória de um Cientista Cuiabano (biografia de seu irmão cientista) e Coração Peregrino (biografia do padre Vanir Delfino Cézar).

Escreveu ainda Palestra Acadêmicas; Instantes Vivos; Exaltação da Humildade; Louvor a Bondade e a Obra Dombosqui- na e o Oeste Brasileiro, além de inúmeros artigos na imprensa Mato-Grossense.

Segundo Gervásio Leite — Presidente da Academia Mato- Grossense de Letras, «Luis-Philippe é escritor de vivo e interessante estilo, pesquisador sagaz e historiador que compreende a pesquisa séria e bem conduzida, como a maneira única de levantar do fundo do tempo a verdade do passado, bem como os seus erros e desacertos, para que, a história se transforme verdadeiramente, na Mestra da Vida da concepção ciceroniana».

Como cidadão matogrossense emprestou o concurso de sua inteligência no desempenho de várias funções nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Mato Grosso. Possui inúmeras condecorações e distinções que seria fastidioso enumerar.

Mas cito dentre muitas: Pela Santa Fé — A ordem de São Gregório Magno e a

Medalha Pró Igreja et Pontífice de que é o único matogrossense vivo a possuí-la. Por Cuiabá; Medalha Paschoal Moreira Cabral, Personalidade da Cidade e Ordem do Mérito Legislativo. Pela Assembléia Legislativa — Medalha do Mérito Filinto Müller. Possui o Botão de Ouro por serviços à Legião Brasileira de Assistência. Como jornalista pertence a Associação Matogrossense de Imprensa e como jurista foi um dos autores da Constituição de Mato Grosso de 1947. Teve o concurso de sua bolsa generosa a construção de monumental cripta da Catedral do Bom Jesus de Cuiabá. É Notário em Cuiabá.

E foi no seu escritório de Notário que o confrade Antônio Carlos Vilaça esteve com Luis-Philippe, em agosto de 1985, e assim o retratou:

«Cel. Bento, vi Luis-Philippe na sua cidade e no seu cartório, sentado tranquilamente numa cadeira de balanço e cercado pelo carinho de seus auxiliares. Conversamos durante uma hora. E pude sentir vivamente que Luis-Philippe é sobretudo um historiador. Ele me falou de sua terra e de sua gente. O livro dele sobre o seu irmão cientista é obra definitiva. Pereira Leite é um sábio».

Eis aí Sr. Presidente, confrades, meus senhores e minhas senhoras, traços do perfil cultural do Dr Luis-Philippe que hoje completa meio século de serviço público. Perfil cultural que assim sintetizo:

Alicerce, cabeça e motor, de longa data, em Mato Grosso, de atividades culturais literárias em geral e históricas em particular. Defensor da História e Tradição de Mato Grosso que mantém acesas e vivas na memória local. Por tudo pode ser considerado um fronteiro moderno do Oeste do Brasil, por onde, segundo o mestre Pedro Calmon, «corre a verde fronteira da Pátria, máis rica, autêntica e heróica». Fronteira cuja história foi muito pesquisada e divulgada por um ilustre co-estaduano nosso e irmão na Arma de Engenharia no Exército — o General Raul Silveira de Mello que, se vivo fosse, estaria aqui exultando e partilhando de sua glória Dr Luis-Philippe.

Sede bem vindo representante do heróico Estado de Mato Grosso nesta quase sesquicentenária Casa da Memória Nacional.

Tomai assento. Ficai a vontade. A Casa é vossa!

NO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

Cel. Cláudio Moreira Bento

O Dr. Luis-Philippe Pereira Leite é natural de Cuiabá. Preside há 10 anos o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, cuja sede é a casa do Almirante Leverger.

É formado em Direito em Niterói e é oficial da Reserva do Exército por haver cursado o NPOR. Exerce a função de Tabelião em Cuiabá.

Sua ação em prol da pesquisa e defesa da memória militar do Brasil em Mato Grosso é notória. Não existe militar que tenha servido em Cuiabá que não a conheça e a reconheça.

Suas ligações com o Exército e Marinha são muitos conhecidas e atestadas pelas Medalhas do Pacificador e Tamandaré e títulos de Colaborador Emérito do Exército e de Amigos da Marinha.

Possui cerca de 18 títulos publicados, versando sobre a História de Mato Grosso em geral, Cuiabá sua cidade natal, e a heróica Cáceres, cidade fundada com concurso de um seus ancestrais.

Os seguintes militares mato-grossenses de projeção nacional, como os marechais Cândido Mariano Rondon e Eurico Gaspar Dutra, Almirante Batista das

SUMÁRIO

1- O nome "Cuiabá", por Padre Raimundo Conceição Pombo Moreira da Cruz	9
2 - Minha avó Codó, por Maria de Lourdes da Silva Ramos ...	31
3 - Arsenal de Guerra de Cuiabá, por Miguel Biancardini Neto .	36
4 - Um cuiabano a se destacar no EMFA, por Ernesto Borges .	42
5 - Meu aniversário, por Lya Hauschild.....	45
6 - Universidade Federal de Mato Grosso, por Augusto Frederico Müller Jr	46
7 - Museu de Pedras, por Ramis Bucair	61
8 - Quatro vezes em Ladário, por Gil CordeiroDias Ferreira . .	63
9 - Uma estranha no areão, por Octayde Jorge da Silva	77
10 - Os Bodstein, por Wilson Oacyr Bodstein.....	81
11 -O Parlamentarismo no Brasil, por Antônio de Arruda	84
12 - In memorian Fernando Corrêa da Costa, por Demonsthenes Martins	100
13 - Bodas de diamante de Dom José Newton, por Corsíndio Monteiro da Silva	103
14 - Ulisses Serra, por Heliophar Almeida Serra	106
15 - Três grandes nomes cuiabanos, por Luis-Philippe Pereira Leite	111
16 - A personalidade multifária de Antonio Maria Coelho, por Lécio Gomes de Souza	112
17 - Professores do Liceu e da Escola Normal, por Ernesto Borges	121
18- O Exército e a Abolição, por Cláudio Moreira Bento	125

O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO

por Cláudio Moreira Bento
Presidente do Instituto de História e Tradições
do Rio Grande do Sul

Sobre o tema desenvolvemos alentado estudo, partindo do relacionamento do Exército com o negro, do descobrimento à atualidade. Entre muitas conclusões destacamos: que a contribuição militar do negro foi maciça e efetiva no campo militar. Que a situação invejável de integração racial observada por Arnold Toynbee, grande historiador ocidental, em relação ao Brasil, é mais expressiva ainda no âmbito do Exército. Que a redenção gradual do negro, dos grilhões da escravidão para liberdade entre nós foi conquistada progressivamente como soldado em nossas lutas internas e externas, particularmente como excelente e valoroso soldado de Infantaria. Que o Duque de Caxias foi destacado pioneiro abolicionista ao assegurar a liberdade, por sua conta e risco, contrariando orientação superior, a 120 lanceiros negros farroupilhas que foram incorporados como livres no Exército Imperial. Que no Exército como nos demais segmentos da sociedade o negro em posições de mando e destaque ainda continua exceção.

Sobre o Exército no abolicionismo destacamos: A fundação em Porto Alegre, em 25 de agosto de 1869, da Sociedade Libertadora de Escravos no Partenon Literário integrado por 70 intelectuais gaúchos sob a presidência do heroico general Conde de Porto Alegre. Reunião da Loja Maçônica Fé, em Assunção, no Paraguai, em homenagem ao Visconde do Rio Branco na qual oficiais do Exército e da Marinha apelaram para que ele libertasse os escravos do Brasil "que são tão brasileiros como nós". A influência da Guerra do Paraguai no abolicionismo brasileiro por haver dado aos oficiais oportunidades de testemunhar o patriotismo

dos negros e as injustiças de que eram vítimas no Brasil. A influência decisiva no Clube Militar, integrada por oficiais do Exército e da Marinha, através de petição que enviaram à Princesa Isabel, em 26 de outubro de 1887, há 6 meses da Lei Aurea, pedindo para libertar o Exército do encargo de prender negros fugidos. Petição que redundou, de fato, na abolição por ter o Exército desde então cruzado os braços ao problema e assim estimulado a que escravos e mais escravos sacudissem o jugo do cativo.

Sobre estes fatos escreveu Ruy Barbosa no dia seguinte à Abolição, fazendo justiça ao Exército. "Esta desobediência bendita (do Exército), essa indisciplina salvadora selou a emancipação do povo negro ... pela ponta indócil a vilanias da espada do Exército brasileiro". E prosseguiu:

"Espada redentora, tu crescestes no horizonte da pátria, grande, luminosa, serenadora entre as ameaças de tempestade, como a curva do arco-íris; o sinal de aliança entre a nação, o escravo e o soldado. Desde então incorreste na desconfiança e nas perseguições; mas nos corações das classes populares, que te viram cintilar ao lado do direito, teceste laços de fraternidade, que te hão de associar para sempre às conquistas civis do nosso progresso ..." Ruy, em 1922, em discurso no Clube Militar falou a certa altura: "Desta casa saiu a Abolição e a República".

Logo após a abolição foi comum a Imprensa referir-se ao Exército como Libertador e à Princesa Isabel como redentora dos escravos.

Joaquim Nabuco referiu certa feita: "Os oficiais brasileiros são antes de tudo solidários com os seus soldados. Pois sabem a triste afinidade entre eles e a escravidão". Com isto queria dizer que muitos soldados do Exército egressos da escravidão possuíam entes queridos escravos e que desejavam vê-los livres com a solidariedade de seus oficiais. Na Bahia o general Hermes da Fonseca, irmão de Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, que assinou a petição à Princesa Isabel e pai do abolicionista e mais tarde marechal Hermes da Fonseca, recebeu com grande alegria, de presente de aniversário de seus comandados, a carta de alforria do pai de dois de seus soldados. Atitudes assim foram comuns entre as lideranças militares brasileiras da Guerra do Paraguai após o término dessa. Esta amostragem assinala as posições do Exército e do Duque de Caxias face a Abolição, as quais tem sido até deturpadas no Centenário da Abolição, por motivações ideológicas que desservem à História, mas que, por saturação de desinformação veiculada, tem prosperado na opinião pública desavisada.

O DUQUE DE CAXIAS - PIONEIRO ABOLICIONISTA

Em 1º de março de 1845, no Rio Grande, Caxias tornou-se pioneiro abolicionista, 43 anos antes da Lei Áurea. Isto ao incluir por sua conta e risco, na Paz de Ponche Verde que pôs fim à Revolução Farroupilha (1835-45), a seguinte cláusula:

"4º - São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram na República".

Com isto contrariou as Instruções Reservadas de 18 de dezembro de 1844,

que recebeu do Gabinete Liberal, através do Ministro da Guerra que dispunham sobre os soldados farrapos, ex-escravos:

"5º - Os escravos que fizerem parte das forças rebeldes, apresentados, serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo que lhes dará o conveniente destino".

O conveniente destino, segundo Wiedersphan, seria o internamento dos soldados negros farrapos, ex-escravos, na Imperial Fazenda de Santa Cruz, no Rio, inicialmente como escravos estatizados.

Para evitar esta armadilha, Caxias invocou o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838 "que assegurava liberdade aos republicanos farrapos, ex-escravos, que desertassem das fileiras do Exército da República e se apresentassem às autoridades imperiais". Com este artifício Caxias os libertou. Mas para impedir que fossem enviados para o Rio e ali corressem o risco de terem congeladas suas alforrias, por fortes pressões escravocratas, usou mais este artifício:

Após receber, em Ponche Verde, 120 soldados ex-escravos, predominantemente lanceiros negros, os incorporou ao Exército Imperial nos três regimentos de cavalaria ligeira estacionados na fronteira da Província do Rio Grande, segundo se concluiu de seus ofícios da época. Esta é a razão de sua citação como abolicionista, em discurso presidencial do dia 13 de maio de 1888, alusivo ao Centenário da Abolição. Pois, por ocasião do início da Campanha Abolicionista, Caxias, já muito doente, havia se retirado da vida pública para a Fazenda Santa Mônica, em Juparanã, Valença - RJ, onde veio a falecer em 7 de maio de 1880.

O Corpo de Lanceiros Negros fora criado em Pelotas, em 5 de agosto de 1836, pelo tio de Caxias, mais moço do que ele e seu colega no Batalhão do Imperador, na Guerra da Independência da Bahia e mais tarde o primeiro general da República Rio-grandense, o então Major João Manoel de Lima e Silva. Este foi assassinado e à traição, próximo a São Borja, em 18 de agosto de 1837, por um grupo de Guerrilheiros a serviço do Império, causando grande revolta entre os republicanos farrapos.

O Corpo de Lanceiros negros se constituiu em tropa de choque farrapa. Era integrado por ex-escravos, habilíssimos nas lides pecuárias relacionadas com as estâncias e charqueadas gaúchas (domadores, campeiros).

Tiveram papel de relevo como consumados lanceiros ao comando da maior lança farrapa, o canguçuense Tenente-Coronel Joaquim Teixeira Nunes, na maior vitória farrapa, em Rio Pardo, em 30 de abril de 1839 e na expedição, por terra, a Laguna - SC, em 1839, quando lá foi proclamada a efêmera República Juliana. Na surpresa de Porongos, em 1844, sofrida pelo General farrapo Davi Canabarro, os lanceiros negros salvaram a República Rio-Grandense e o seu Exército de um colapso total, através de resistência titânica que custou-lhes muitas vidas que contribuíram para a manutenção de condições honrosas de paz com o Império o que aconteceu em Ponche Verde, graças a Caxias, também, segundo reconheceu o líder farrapo Bento Gonçalves.

Este assunto foi por nós tratado com mais detalhes em *O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul* (P. Alegre, IEL, 1975) e *Estrangeiros e descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul* (P. Alegre, IEL, 1975).

Oscar Wiedersphan abordou o assunto nos *Anais do Congresso de História do II*

Reinado, em 1984, 2º volume, publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sumário

ARTIGOS

- Ibitiraty: A Serra da Neblina - Paulo Pitaluga Costa e Silva9
 O Ensino em Mato Grosso no século XVIII e início do XIX Carlos Francisco Moura 19
 Literatura e História, um diálogo possível - Lourenbergue Alves 41
 A Paisagem Cultural na Poética de Silva Freire - Sônia Regina Romancini 77
 Entre Cheias e Vazantes: características históricas da ocupação e sustentabilidade do Pantanal mato-grossense
 O-élia Carmem Rossetto e Andtônio C. P. Brasil Jr. 91
- Pantanal mato-grossense: o papel da pecuária na produção do espaço regional -Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa e Nilton Tocicazu Higa113
- POT -ma ecologia idiomática, em defesa do idioma nacional Caias Gomes de Carvalho 127

COMUNICAÇÕES

- MISCELLANIA Cuyabanense: Primeiro jornal de Mato Grosso Cybelle de Ipanema145
 Cumprindo um dever - João Alberto Novis Gomes Monteiro. 163

Marechal Cândido Mariano Rondon: o Guerreiro da Paz Cláudio Moreira Bento 177

RESENHA

- "Um País em construção": histórias em Quadrinhos, educação e regionalidade - Gabriel Francisco de Mattos201
 O Ensino de Geografia de Mato Grosso: práticas e reflexões Ivane Inêz Piaia 207

COMPLEMENTAÇÃO DO Nº 58

- A arquitetura da Casa Barão de Melgaço - Moacyr Freitas .. 215
 O arquivo e a biblioteca da Casa Barão de Melgaço Elizabeth Madureira Siqueira 223
 índice simplificado dos artigos contidos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919/1999) Paulo Pitaluga Costa e Silva241

Marechal Cândido Mariano Rondon: o Guerreiro da Paz

Cláudio Moreira Bento

O presente artigo procura interpretar e sintetizar a vida e obra do grande brasileiro, filho de Mato Grosso, Marechal Cândido Mariano Rondon, basicamente com apoio em sua vida, que contou a Esther de Viveiros, destacando sua naturalidade, ascendência e descendência, sua formação militar e positivista, sua carreira e conceito como militar e desempenho em revoluções, as principais funções exercidas, a grande projeção nacional e internacional, sua obra e a sua consagração de justiça na voz da história, ao ponto de ser indicado para prêmio

Nobel da Paz e ser, hoje, patrono das Comunicações do Exército e do ferasil e nome do Estado de Rondônia.

Significação histórica

O Marechal Cândido Mariano Rondon, maior desbravador, civilizador, -lanista, bandeirante e inspetor militar de fronteiras mundiais, em ter- se selvas tropicais, foi consagrado pelo Decreto 51.560, de 26 de abril de 1962, patrono da Arma de Comunicações, por haver chefiado a implantação, no Brasil, de 8.000 Km de linhas telegráficas. É também o Patrono das Comunicações do Brasil.

Por quase 40 anos, este foi um fator de integração, unidade e desenvolvimento, além de ser essencial ao exercício da soberania brasileira sobre a imensa faixa de fronteiras e sobre os grandes vazios demográficos na Amazônia e no Centro-Oeste.

A obra de Rondon foi também fundamental para apoiar a Marcha para o Oeste e para o Norte, uma preocupação que vinha desde o Império, para que os vazios demográficos do Centro-Oeste e do Norte fossem a cada dia mais povoados, explorados economicamente e, por via de consequência, conquistassem maior expressão política. Em virtude desse pensamento, surgiu o Projeto Rondon, que, sob a inspiração de sua vida e obra, provocou, Linhas telegráficas que, com seus picadões de 40 metros de largura, prestariam serviços à circulação humana e de riquezas com maior capacidade que as primitivas e estreitas trilhas indígenas. Foram elas também fator de paz social, por levarem em sua vanguarda Rondon - "O Pai Branco", o "Apóstolo das Selvas" de nossa população indígena, por ele redimida, valorizada, protegida de massacres e explorações, compreendida e amada, fiel a seu lema - "Matar, nunca. Morrer se preciso for".

Rondon como soldado, no Paraná e em Santa Catarina, teve brilhante desempenho pacificador ao evitar mal maior. Perguntado ao General Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa (MMF), na hipótese de uniu guerra, qual general seu ex-aluno que indicaria para comandar o Exército Brasileiro? Respondeu - o General Cândido Mariano Rondon!

Ele soube bem conciliar a sua filosofia positivista, a Religião da Humanidade, com a profissão de Soldado do Brasil, do que deu cabal demonstração de conhecimentos como aluno da Missão Militar Francesa (MMF), nas Manobras de Saicã, em 1922, em Pirassununga, em 1926 e na pacificação da Revolução de 1924, no Paraná e em Santa Catarina e como positivista, adepto da Religião da Humanidade, ao impor-se ao inuíxtil por sua obra ciclópica, sem igual, de explorador de selvas tropicais e em favor do índio.

Foi o delegado do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras para, como Diretor de Engenharia do Exército, semear modernos e confortáveis quartéis pelo Brasil, os quais, cuidados com desvelo por seus ocupantes, há mais de 76 anos prestam valiosos serviços ao Exército.

Este grande brasileiro, pelo conjunto de sua obra monumental, foi consagrado, de justiça, pelo povo brasileiro, como Marechal Honorário do Exército, por decisão do Congresso Brasileiro, traduzido na Lei nº 2.409, de 27 de janeiro de 1955, além de ser dado o seu nome ao Território e atual Estado de Rondônia que ele desbravara. Em seus quase 93 anos de vida, o Marechal foi fidelíssimo ao seu

pensamento: “Mais importante que a vida é o espírito com o qual a vivemos”.

Seu nome foi imortalizado e consagrado internacionalmente na Sociedade Geográfica de Nova York, quando foi inscrito em letras de ouro sólido, ao lado de outras três grandes sumidades internacionais :

Amundsen - O descobridor do Pólo Sul.

Peary - O descobridor do Pólo Norte.

Byrd - O explorador que mais fundo penetrou em terras árticas.

Rondon - O explorador que penetrou mais extensamente em terras tropicais. (PILLAR, 1966, p.171)

Já o ex-presidente dos EUA Coronel Teodoro Roosevelt, depois de viajar por Mato Grosso e pelo Amazonas guiado por Rondon, assim interpretou a sua obra, em entrevista em jornal de New York : “A América pode apresentar ao mundo duas realizações ciclópicas: ao Norte o Canal do Panamá, ao Sul o trabalho do Coronel Rondon — científico, prático e humanitário.”

A grande e nobre aventura de sua utilíssima vida, devotada à humanidade e ao Brasil, ele a contou a sua amiga e vizinha, a escritora Esther de Viveiros, durante quase 8 meses de convívio diário e com apoio em consulta a seus diários. O resultado foi a citada escritora traduzir seu trabalho na obra “Rondon conta a sua vida” (Rio de Janeiro: Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969, 617 páginas). Trabalho prefaciado pela acadêmica de Letras Raquel de Queiroz, que escreveu: “De Rondon o biografado, Esther de Viveiros conta. E verão como ela conta maravilhosamente bem!”

Rondon, por sua obra em prol da paz, ideal que esteve sempre presente e perseguido em suas atuações, foi proposto em 1957 por 15 nações para o Prêmio Nobel da Paz.

Naturalidade, filiação, descendentes e primeiros tempos

Cândido Mariano Rondon nasceu em Mimoso, antiga sesmaria de Morro Redondo, próximo de Cuiabá, em 5 de maio de 1865, depois de esta ter sido ameaçada de ser conquistada pelos paraguaios, o que não conseguiram, por ter sido barrado o seu avanço pelo Almirante reformado Leverger, em Melgaço, posição que ocupara em 20 de janeiro de 1865.

Assim, Rondon nasceu com parte de Mato Grosso invadido e sua população isolada e em pânico. Seu pai foi Cândido Mariano da Silva, falecido antes de ele nascer (no final de dezembro de 1864), quando teve lugar a invasão de Mato Grosso, ao tempo do ataque paraguaio ao Forte de Coimbra, em 29 de novembro de 1864.

Sua mãe, Claudina de Freitas Evangelista da Silva, faleceu quando Rondon tinha 2 anos. Órfão de pai antes de nascer e de mãe quando ainda não tinha percepção da perda, foi criado pelo avô paterno, que o ensinou a ler. Aos 7 anos, foi viver em Cuiabá com o tio, Manoel Rodrigues, que ficou viúvo quando Rondon tinha 9 anos. Frequentou a escola do mestre Cruz e alternava estudos com as funções de ajudante na venda do tio.

A seguir, em 1874, com 9 anos, foi cursar a Escola Pública. Concluiu o primário aos 13 anos. Daí foi para a Escola Normal que concluiu com distinção aos 16 anos, em 1881.

Foi nomeado professor, quando então decidiu ingressar no Exército, o que fez em 26 de novembro de 1881, no 2º Regimento de Artilharia a Cavalos e na qualidade de soldado, com destino à Escola Militar da Praia Vermelha. Foi incluído na 4ª Bateria, então comandada pelo Capitão Hermes da Fonseca, futuro Ministro do Exército e Presidente da República e atual denominação histórica da 1ª Região Militar, cujo processo tivemos a honra de sugerir e instruir historicamente.

Rondon casou em 1º de fevereiro de 1892 com Francisca Xavier (Chiquita), aos 27 anos. Serviram-lhe de padrinhos o Cel. Ernesto Gomes Carneiro, futuro herói-mártir do Cerco da Lapa, no Paraná, em 1893, e atual denominação histórica do 7º BIMtz de Santa Maria - RS, e a viúva do General Benjamin Constant, seu antigo mestre e amigo na Escola Superior de Guerra, em São Cristóvão.

Deste feliz consórcio nasceram: Heloisa Aracy, em 13 de novembro de 1892, nome homenagem à última filha de Benjamin Constant; Bernardo Vito Benjamin, em 28 de abril de 1894, também homenagem a Benjamin Constant, “O fundador da República”; Clotilde Teresa, homenagem a Clotilde Devaux, ligada ao Positivismo; Marina Sylvania; Beatriz Emília; Maria de Molina e Branca Luiza. Em 1969, descendiam de Rondon 30 netos e 20 bisnetos.

Ao retornar Letícia, em 1934, de sua missão pacificadora, mandou erguer com seus recursos próprios, em Mimoso, a Escola Santa Claudina, em homenagem à mãe, e a Escola Rural Cândido Mariano da Silva, em homenagem ao pai de que herdou o nome próprio. Da mãe herdara o sobrenome Rondon. A sua esposa Francisca assim a lembrou no Congresso, em cerimônia que o consagrou Marechal Honorário do Exército: “Vida de amor foi a de Francisca, por isso eterna, pois etemo é o viver para outrem”.

Formação militar e a filosófica positivista

Cursou na Escola Militar da Praia Vermelha (1883-85) o Curso Preparatório em 1883, o de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Por motivo de perturbações digestivas, repetiu o 2º ano em 1886 e fez o 3º ano em 1887. Em 1888, fez o Curso de Estado-Maior de 1ª Classe. Em 1889, cursou Matemática e Ciências Físicas e Naturais da Escola Superior de Guerra, de onde saiu, em 8 de janeiro de 1890, com o título de Engenheiro Militar e com o diploma de Bacharel em Matemática e em Ciências Físicas e Naturais. Foi o 1º lugar do curso em sua turma.

Rondon foi um fiel seguidor do Mestre Benjamin Constant, na Filosofia Positivista - a Religião da Humanidade, pregada por Augusto Comte e, em decorrência, a favor da Abolição e da República, em cuja conspiração tomou parte com Augusto Tasso Fragoso. Isto ao servirem de ligação, a cavalo, do foco revolucionário concentrado em São Cristóvão e, na madrugada de 15 de novembro de 1889, com o Alte Wandenkolk no Clube Naval. Ao falecer, foram as últimas palavras de Rondon: “Viva a República!”

Aliás, Rondon e Tasso Fragoso foram coerentes com as suas carreiras destinadas à Defesa Militar do Brasil e com a Religião da Humanidade, valores que conciliaram. Ambos foram profissionais militares de escol, ao contrário de muitos companheiros que usaram a profissão militar como escada de ascensão social, e não foram fiéis a sua destinação de defender o Brasil em nome da Religião da Humanidade, atitudes que, em grande parte, foram responsáveis pelo grande equívoco do ensino do Exército de 1874 a 1905, sob a égide do bacharelismo militar que atuava preconceituosamente contra os profissionais militares chamados depreciativamente de “tarimbeiros” e os cursos militares profissionais, de “cursos alfafa”.

E sobre eles pesam as responsabilidades pelas tragédias da Guerra Civil (1893-95) na Região Sul, da Revolta na Armada (1893-94) e da Guerra de Canudos, em 1897, situação que Tasso Fragoso, positivista, conforme abordamos em artigo “General Augusto Tasso Fragoso “ (Revista A Defesa Nacional nº 750 nov/dez 1990, p. 105/117), começaria a ajudar a reverter com sua estada na Europa para corrigir seqüelas de ferimento recebido no combate da Armação em 1893, para debelar a Revolta na Armada. Isto ao constatar o enorme fosso doutrinário entre os exércitos da Europa e o do Brasil, ocasião em que, em artigo na Revista do Brasil, sugeriu a criação do Estado-Maior do Exército, o que seria concretizado pelo Ministro da Guerra General João Nepomuceno Medeiros Mallet. Iniciativa marco de uma virada de 180 graus no rumo do Ensino do Exército, concretizado com o Regulamento de Ensino de 1905, ponto de inflexão do bacharelismo para profissionalismo militar que até hoje se sustenta e imposto em decorrência da Revolta da Vacina Obrigatória da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904, seguida de seu fechamento e, logo a seguir, de extinção, para ressurgir em 1906, em Porto Alegre, de 1906-11, como Escola de Guerra, cujos alunos dela egressos iriam liderar a profissionalização do Exército. Constatar é obra de simples raciocínio e verificação de nosso artigo “A Esquecida Escola de Guerra de Porto Alegre no ensino acadêmico militar do Exército de 1792-Atualidade” (Revista do IHGB, 155(383): 423/7, jan/mar.1994) e de nosso álbum Escola de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil (Rio de Janeiro: FHE/ POUPEX, 1989).

Tasso Fragoso analisou os desvios de falsos positivistas e suas consequências para o Exército, na apresentação do clássico: A batalha do Passo do Rosário (Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922), obra que o elevou à condição, para alguns, de “Pai da História Militar Crítica do Brasil”. Vale a pena ser lida a sua apresentação!

Sobre Rondon, positivista, debatemos com o Cel. João Marinônio Aveiro Carneiro e muito o auxiliamos em sua obra Filosofia e educação na obra de Rondon (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1988). Colaboração na interpretação e subsídios ao título - O Positivismo e as Forças Armadas e, em seus subtítulos: O positivismo e o Ensino Militar; A Reforma Militar; A Biblioteca do Exército e, a Formação positivista de alguns personagens brasileiros (p.38-54), subtítulos estes, que merecem leitura atenta de parte de profissionais militares brasileiros. É obra em cujo Posfácio a professor de Filosofia da UFRJ-UERJ Creusa Capalbo assim se expressou:

Com efeito Rondon procurou combinar o seu compromisso de militar com a Defesa da Pátria, com as idéias da Religião e da Humanidade...

E que Rondon realizou a prática humanista pregada pelos positivistas: buscar a integração dos indígenas com o Brasil em seu processo de desenvolvimento civilizatório. (CARNEIRO, 1988, p.127)

A obra do Cel Carneiro, como prefácio, reproduziu o Credo de Rondon de inspiração positivista:

Eu Creio:

Que o homem e o mundo são governados por leis naturais.

Que a Ciência integrou o homem ao Universo, alargando a unidade constituída pela mulher, criando, assim, modesta e sublime simpatia para com todos os seres de quem, como poverello, se sente irmão.

Que a Ciência, estabelecendo a inateidade (sentimento nato) do amor, como a do egoísmo, deu ao homem a posse de si mesmo e os meios de se transformar e de se aperfeiçoar.

Que a Ciência, a Arte e a Indústria hão de transformar a Terra em Paraíso, para todos os homens, sem distinção de raças, crenças, nações — banido os espectros da guerra, da miséria, da moléstia.

Que ao lado das forças egoístas — a serem reduzidas a meios de conservar o indivíduo e a espécie - existem no coração do homem tesouros de amor que a vida em sociedade sublimará cada vez mais.

Nas leis da Sociologia, fundada por Augusto Conte, e por que a missão dos intelectuais é, sobretudo, o preparo das massas humanas desfavorecidas, para que se elevem, para que se possam incorporar à Sociedade.

Que, sendo, incompatíveis às vezes os interesses da Ordem com os do Progresso, cumpre tudo ser resolvido à luz do Amor.

Que a ordem material deve ser mantida, sobretudo, por causa das mulheres, a melhor parte de todas as pátrias e das crianças, as pátrias do futuro.

Que no estado de ansiedade atual, a solução é deixando o pensamento livre como a respiração, promover a Liga Religiosa, convergindo todos para o Amor, o Bem Comum, postas de lado as divergências que ficarão em cada um como questões de foro íntimo, sem perturbar a esplêndida unidade - que é a verdadeira felicidade. (CARNEIRO, 1988, p. 9)

Rondon ingressou na Igreja Positivista ao final de 1898, como major e como ardoroso membro na leoria e na prática positivista.

A carreira militar de Rondon

Praça em 26 de novembro de 1881. Alteres - Aluno em 4 de julho de 1888. 2^o Tenente em 4 de janeiro de 1890. 1^a Ten., três dias depois, por serviços relevantes à Proclamação da República, no mesmo ato em que o Marechal Deodoro foi promovido a Generalíssimo e Benjamim Constant a general, em 7 de janeiro de 1890. Capitão graduado em 24 de setembro de 1892. Major, por merecimento, em 8 de julho de 1903. Tenente -Coronel, por merecimento, em 5 de agosto de 1908. Coronel, por merecimento, em 3 de abril de 1912. General de Brigada, em 1^a de julho de 1919- General de Divisão graduado, em 17 de dezembro de 1923- General de Divisão efetivo, em 17 de dezembro de 1924, e reformado no mesmo posto, em 6 de novembro de 1930, com quase 50 anos de efetivo serviço. Marechal Flonorário (Lei nº 2.409, de 27/01/1955) em 5 de maio de 1955- Falecido em 19 de janeiro de 1958, com 92 anos, 8 meses e 14 dias.

O soldado Rondon e as revoluções

Tendo feito curso brilhante de atualização com a Missão Militar Francesa e, tendo como instrutor o próprio General Gamelin e além bem sucedido no comando de uma das peças de manobras nas Manobras de Saicã de 1922, Rondon foi convidado para arbitrar a veracidade ou não “com a sua consciência de homem de bem”, o incidente das Cartas Falsas atribuídas a Arthur Bernardes, mas ele declinou em carta ao Senador Raul Soares.

Em 1922, foi convidado inclusive pelo positivista Dr. Borges de Medeiros para comandar a Revolução de 1922, o que recusou sob o argumento:

Somos positivistas e não podemos tomar parte em movimento subversivo, pois o Positivismo nos ensina que é preferível um governo retrógrado do que a mais progressista revolução. Aderir à Revolução é ir de encontro aos princípios que abraçamos que só visam ao bem da Pátria e da Humanidade. O Exército como o concebem os franceses deve ser o grande mudo, pronto a se sacrificar pelo bem da Nação, sem intervir em mesquinhas questões de politicagem. (VIVEIROS, 1966)

De 1ª de outubro de 1824 a 12 de junho de 1925, por 8 meses e 12 dias, Rondon exerceu o comando das Forças em Operações contra os revolucionários do Gen. Isidoro Dias Lopes e com o seu QG em Ponta Grossa. Foi para ele a missão mais difícil e um drama de consciência ter de combater irmãos. Drama para o qual encontrou solução junto com a esposa depois de ser avisado pelo Major Euclides Figueiredo que o Ministro da Guerra iria convidá-lo no outro dia para a missão, decidiu com a esposa: “Que a missão era pacificadora em prol do Bem Comum e a serviço da Humanidade e assim da Pátria e da Família e que em consequência tinha obrigação de defender o Governo constituído”.

Foram seus oficiais de Estado-Maior Eurico Gaspar Dutra, Aurélio Goes Monteiro, que teriam grande projeção no cenário nacional e no Exército nas décadas de 30 a 50 e mais o pai do Gen. Ex. Jorge Correia, membro honorário do IHGB.

Atuou procurando reduzir ao mínimo as conseqüências da luta fratricida, usar regimentos policiais da Bahia e Rio Grande do Sul e, assim, evitar lançar integrantes do Exército, uns contra os outros.

A batalha maior foi em Catanduvás. Ali, os revolucionários, ao comando do Capitão Nelson de Melo, foram cercados e aprisionados. Rondon forçou a Revolução a internar-se no Paraguai, de onde passou para Mato Grosso ao comando do General Miguel Costa, dando origem à Coluna Miguel Costa/Prestes que passou à História, por manipulação política, como Coluna Prestes, trabalho de reparação histórica a que se tem devotado o Cel. Gay Cardoso Galvão em sua obra *Coluna Prestes Por quê?* lançada em 1999, com prefácio e depoimentos do Gen. Hélio Ibiapina Lima e do Cel. Jarbas Passarinho, membro honorário do IHGB e nosso comentário nas orelhas desta esclarecedora obra.

O Gen. Rondon cuidou de enviar Nelson de Melo, o futuro comandante do 6º RI, que presidiu a rendição alemã à FEB em Forno, e juntou seus companheiros, por caminhos discretos para não serem desacatados e humilhados. Elogiou o Capitão Juarez Távora que recusou o reforço de tropas paraguaias para lutar contra o governo brasileiro.

Rondon, nesta missão, quase teve o mesmo destino, ali no Paraná, do seu primeiro chefe, o Cel. Ernesto Gomes Carneiro, ferido mortalmente no Sítio da Lapa, em 1893, depois de haver cumprido a sua missão de retardar ali os federalistas, pelo tempo necessário ao governo para reforçar a frente defensiva em Itararé.

Os revolucionários no Paraná elaboraram um plano sinistro para matar Rondon em sua barraca, plano a ser executado pelo célebre Ten. Cabanas, da Polícia Militar de São Paulo. Ocorreu que, quando Cabanas atingiu a barraca de Rondon, por obra da Providência Divina, ali não o encontrou. Foi assim que Rondon escapou ao trágico, mas heróico, destino de seu amigo e padrinho de casamento e primeiro comandante na tropa, Gomes Carneiro.

Antes, Rondon, por pouco, não fora morto por setas venenosas dos Nhambiquaras, depois da descoberta do rio Juruena, em 7 de setembro de 1913, conforme contou mais tarde:

Eu caminhava pela selva e de repente senti um vento junto ao meu rosto.

Percebi que era uma seta. Uma segunda flecha roçou minha nuca.

Divisei, bem próximo, dois nhambiquaras com arcos retesados prestes a desferir novas flechadas.

Disparei duas vezes sem fazer pontaria e recebi uma terceira flechada. A bandoleira de couro de minha espingarda impediu que a flecha me atingisse o peito. Tratava-se de uma flecha envenenada que figura, hoje, no Museu Nacional. Os estampidos espantaram os índios.

Meus companheiros queriam ir ao encalço dos nhambiquaras, mas, fiel ao meu programa de só penetrar no sertão com a paz e jamais com a guerra, não consenti na menor represália.

Resolvi, pondo de lado qualquer orgulho militar, bater em retirada.

Tive muita dificuldade em convencer o pessoal de que nossa missão devia ser fraternal e pacífica, nunca de guerra!

O regresso foi difícil. Gastara, na expedição, dois meses e vinte e sete dias. Percorrera 967 Km. (VIVEIROS, 1969, p.234)

Fala do seu competente desempenho copio soldado, no combate à Revolução de 1924, o seguinte aviso do Ministro da Guerra, o Gen. Setembrino de Carvalho, no Boletim de 17 de agosto de 1924, do Departamento da Guerra:

O General Cândido Mariano Rondon, como Comandante em Chefe das Tropas de Operações contra os rebeldes no Paraná e em Santa Catarina, impôs — se a nossa franca admiração, pela capacidade de que deu provas do cabais desempenho das funções a que foi chamado a exercer, tendo realizado com inquebrantável energia cívica uma grande obra em benefício da civilização. Temos por isso de louvar, em nome do Presidente da República, esse general que acaba de enriquecer a sua fé de ofício com uma página brilhante de inteligência, cultu ra, iniciativa, ponderação, magnanimidade e tenacidade que o tornam incomparável Chefe Militar. (VIVEIROS, 1966, p.482)

O Gen. Setembrino de Carvalho o considera o Pacificador do Século XX, por haver pacificado a Revolta do Padre Cícero, no Ceará, em 1910; o Contestado, no Paraná e em Santa Catarina, em 1916; e a Revolução de 1923 no Rio Grande do

Sul. Chefe que escolheu a dedo Rondon para pacificar a Revolução de 1924, também no Paraná e em Santa Catarina que ele havia pacificado há 8 anos atrás.

A Revolução de 30 foi encontrá-lo no olho do furacão - o Rio Grande do Sul. Foi preso em Marcelino Ramos pelo General Miguel Costa que comandara a Coluna Miguel Costa/Prestes. Foi escoltado de Marcelino Ramos a Porto Alegre por juristas enviados por Getúlio Vargas. Pediu para ser preso em navio como o comandante de posto da 3ª RM, mas foi-lhe recusado, sendo acomodado no Grande Hotel, tendo Porto Alegre por menagem. Ali se hospedavam Osvaldo Aranha e esposa que o procuraram e tudo fizeram para que aderisse à Revolução, o que ele recusou com a mesma argumentação positivista usada em 1922.

Teve então um grande choque ao ouvir que Juarez Távora havia dito a jornalistas que considerava Rondon: “Um dilapidador dos cofres públicos, a distribuir pelo sertão bruto linhas telegráficas aos índios, para lhes servir de brinquedo e que em qualquer país civilizado e policiado, um general como Rondon estaria na cadeia”.

Mais tarde, em 29 de maio de 1956, passadas as paixões políticas, Juarez Távora se retratou em carta a Esther de Viveiros: “Esclareço que o fato de haver oposto restrição quanto à oportunidade do empreendimento (linhas telegráficas) do Marechal Rondon, não significava despreço pelo conjunto de sua obra sertanista - e aí incluo o nobre esforço de catequese leiga de nossos índios - Rondon foi sem dúvida um pioneiro!”. (VIVEIROS, 1969, p.556)

Rondon viveu para conhecer esta retificação de Juarez Távora.

Mas isto contribuiu para o pedido irrevogável de Rondon a Getúlio Vargas de reforma do Exército, respondido este, com elogios aos seus serviços. Mas aceitou dado ser pedido irrevogável.

Getúlio lhe falou: “Que Rondon estava em dia com o Serviço Militar no Exército, mas não com o serviço da nação que muito precisa e muito espera deles!”

Magoado, pediu que o submetessem a um Conselho de Guerra ou de Justiça para apurar quaisquer irregularidades. E aí terminou sua vida militar na Ativa.

No Rio cobrou do Ministro da Guerra, General Leite de Castro, o não atendimento de seu pedido de Conselho de Justiça e recebeu como resposta: “Não se constituirá nenhum tribunal, pois o mais alto tribunal da Nação que é a Opinião Pública, já o julgou general!”

Rondon era então um monumento ambulante da Humanidade e do Brasil e, como tal, foi cercado de todas as considerações pela Revolução de 30.

E Rondon se tornaria um grande colaborador de Getúlio Vargas. Em 1942 em entrevista que solicitou ao Presidente pronunciou memorável discurso em apoio a Getúlio Vargas:

“Por Getúlio conduzir a Bandeira política e administrativa da Marcha para o Oeste, visando ao alargamento do povoamento do sertão e de seu aproveitamento agro-pecuário com fundamentos econômicos mais sólidos e eficientes. Homenagem pela sua expressão de simpatia à raça indígena e disposição de ocupar o vazio do território que permanecia despovoado”. (VIVEIROS, 1969, p.583)

Fez um retrospecto histórico dos modos, tempos e intensidade da Marcha para

o Oeste. Comparou as ações de Afonso Pena, na liderança da Marcha para o Nordeste e Norte, com as de Getúlio para o Centro- Oeste.

E como sempre exaltou José Bonifácio, o Patriarca da Independência, como pioneiro da redenção do índio brasileiro, secularmente explorado e massacrado.

E, em certa altura, Rondon revelou o motivo principal da homenagem:

Por o Governo atual haver praticado os seguintes atos que bem evidenciam a firme resolução de prosseguir na senda interrompida no começo de 1931:

1ª — Forneceu recursos para o início da reorganização do Serviço de Proteção aos Índios no corrente ano.

2º - Criou o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, convergente à solução do dito problema e a esse Conselho assegurou o Presidente todo o seu concurso moral e material."(VIVEIROS, 1969, p-583)

Principais funções exercidas por Rondon

- Membro da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia (1890-91), sob a Chefia do Cel. Ernesto Gomes Carneiro. Foi quando este colocou sob a proteção do Exército, os índios Bororós, marco inicial da saga rondoniana de proteção aos índios.

- Catedrático substituto de Astronomia e Mecânica Racional da Escola Militar da Praia Vermelha, indicado pelo Gen. Benjamin Constant (jun. 1891 -jun. 1892).

- Chefe do 16º Distrito Telegráfico e Inspetor Permanente dos Destacamentos Militares ao longo da Linha Telegráfica Cuiabá - Araguaia (jun. 1892-1893)- Foi quando adotou o lema: "Morrer se necessário for! Matar nunca!"

- Construção da Estrada Estratégica trecho Cuiabá-Araguaia, dentro do contexto de litígio entre Brasil e Argentina, sobre o território das Missões (1893 - 1898).

- Auxiliar Técnico da Intendência Geral da Guerra (jan.-jun. 1899), sob a chefia do Gen. Francisco de Paula Argolo, o qual, como Ministro da Guerra, iria baixar o Regulamento de Ensino do Exército de 1905, de cunho profissional.

— Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1890- 1906). E quando foram estendidos cerca de 1747 km de linhas telegráficas, entre 17 estações.

- Chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Mato Gros- so- Amazonas (1907-1909), comissão esta que teve por núcleo principal o 5^B Batalhão de Engenharia, com missões de Construção, Transporte e Vigilância. Foi escolhida como base de partida a vila Diamantino e a seguir, Tapirapoam, no rio Sepotuba, afluente do Paraguai. Foi depois de 237 dias que no dia de Natal de 1908 atingiram o rio Madeira, ocasião em que Rondon, exultante, mandou seu corneteiro dar o toque: - Viva o 5^o Batalhão de Engenharia.

- Diretor do Serviço de Proteção dos índios e Trabalhadores Nacionais (1910-1913), Serviço criado em 20 de junho de 1910.

- Comissão de Acompanhamento do Cel. Teodoro Roosevelt, ex-presidente dos EUA, ao Centro-Oeste e Amazonas (out. 1913-30 abr) 1914. Viagem imortalizada nas obras do Cap. Amílcar de Magalhães Pelos sertões do Brasil e

Impressões da Comissão Rondon e da do Coronel Teodoro Roosevelt nos EUA - Nas selvas do Brasil.

- Construção da Linha Telegráfica Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, em Rondônia atual (maio de 1914-1^o jan. 1915), com 1490 Km e 20 estações, a qual ele executaria a conservação até 1930.

- Campanha sertanista (1915-19), acumulando a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas e o Serviço de Proteção aos Índios.

A partir desta Campanha, Rondon acumulou, por muitos anos, a Construção de Linhas Telegráficas com o Serviço de Proteção dos Índios.

Diretor de Engenharia do Exército e Chefe das Linhas Telegráficas (20 set. 1919-1924). Neste espaço de tempo foi chamado ao Rio, atendendo a pedido do Rei Alberto da Bélgica e da rainha, interessados em conhecer sua obra. Rondon fez ao rei da Bélgica e esposa minucioso relato de sua atuação, sendo condecorado com a comenda da Ordem do Rei Leopoldo, a maior da Bélgica. Serviu na Missão Militar Francesa a partir de 30 de setembro de 1921 como estagiário, devotado e admirado, sendo apontado pelo General Gamelin chefe da Missão, como um general a comandar o Exército em caso de um conflito.

Inspetor das Obras Contra as Secas no Nordeste (25 out.-30 nov. 1922), quando produziu relatório em que assinalava, como uma das causas das secas, a desertificação promovida pelo homem através do desmatamento, tese que era defendida nos anos 1970 pelo Dr. Vasconcelos Sobrinho, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em obra específica. Ele dizia que o rio São Francisco, que atravessava uma região desertificada pelo desmatamento e pecuária, não podia servir a três senhores a um só tempo: a irrigação, a geração de energia e a navegação, se não fosse reflorestada a região por ele atravessada. Ação esta, pelo simples descanso temporário de suas terras de atividades pecuárias e, em especial, de muares e caprinos. A vegetação para ele abrigaria, no conjunto de suas raízes, verdadeiras represas a alimentar a perenidade dos afluentes do rio São Francisco, ao contrário das represas a céu aberto, no curso do rio, que possuíam elevado nível de evaporação.

Comandante das Forças em Operações no Paraná e Santa Catarina, com QG em Ponta Grossa, para combater os revolucionários de São Paulo no comando do Cel. Isidoro Dias Lopes (out. 1924 -17 dez. 1925).

Inspetor de Linhas Telegráficas (1926), voltado para levantar a Carta de Mato Grosso, ocasião em que tomou parte ativa nas Manobras de Quadros do Estado-Maior do Exército em Pirassununga - SP.

Inspetor de Fronteiras de 15-000 Km delas por 4 anos (1927- 6 nov. 1930), tarefa que lhe consumiu, na 1^a partida, 257 dias, sendo 10.702 Km por água; 1801 em lombo de cavalo; 2.917 em automóvel e 1816 em ferrovia, num total de 17.316 km. Foi esta a sua última missão no Serviço Ativo, pois a Revolução vitoriosa de 1930, como figura expressiva que ele fora da República Velha, causou-lhe sérios aborrecimentos, levando-o a pedir transferência para a Reserva. Foi reformado como general de Divisão, posto máximo no Exército de então, em 6 de novembro de 1930.

- Inspetor de Fronteiras (mesmo já reformado), tendo elaborado muitos preciosos relatórios, e Chefe da Comissão Telegráfica (1931- jun. 1934), por

insistência de Getúlio Vargas.

- Presidente de Comissão Mista: Peru, Colômbia e Brasil (jun. 1934 - 4 ago. 1938, 1935) com vistas ao cumprimento do Tratado de Paz entre o Peru e a Bolívia. Desta missão retornou com a perda de uma vista pelo glaucoma e a outra, com reduzida visão.

- Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos índios (1939- 55), por cerca de 15 anos até falecer, cego e viúvo.

A projeção da obra ciclópica de Rondon

Rondon foi um profissional militar com relevante atuação no episódio de 15 de novembro de 1889. Foi aluno destacado da Missão Militar Francesa em 1921; o Comandante das Forças em Operações no Paraná e em Santa Catarina contra a Revolução de 1924; o sementeiro de linhas e estações telegráficas no Centro-Oeste e na Amazônia, que integraram estas regiões entre si e ao restante do Brasil. Linhas de projeção estratégica na defesa da fronteira em Mato Grosso, ao ligar as localidades fronteiriças de Forte de Coimbra, Porto Murtinho, Bela Vista, Corumbá e Cáceres com o Rio de Janeiro.

Foi o implantador de modernas casernas e obras militares pelo Brasil afora, as quais somaram mais 86 concluídas em sua administração e 36 em vias de conclusão ao final de sua administração, além da aquisição de 25 imóveis. Entre as obras espalhadas pelo Brasil, sob a direção técnica de Rondon, registrem-se os prédios do atual 1º BPE, construído para ali funcionar a ECEME, o quartel da EsAO, o da ESA, o da antiga Escola de Veterinária e um sem número de quartéis tipo Calógeras, como os de Pouso Alegre e o do 4ª BE Cmb em Itajubá, que tivemos a honra de comandar de 1981 a 1982 e cujos registros assinalam a visita de Rondon em 14 de outubro e em 15 de dezembro de 1922, um domingo, e ambas para inspeção das obras executadas pela Companhia Construtora de Santos presidida por Roberto Simonsen.

A última visita, para agradecer a colaboração do Batalhão que enviara elementos de Comunicações para o apoiar, no Paraná, no combate à Revolução de 1924, nas cabeceiras do rio Liso. Batalhão cujo comandante Major Volmir Augusto da Silveira registrou em Ordem do Dia de 7 set 1922 - Centenário da Independência: “A situação do Exército do ponto de vista da eficiência é florescente. Aí estão: A sua organização, à moderna, para a paz e para a guerra...o seu aquartelamento em casernas higiênicas, confortáveis e ricas de conforto...”

Esta situação de novos quartéis, iniciados pelo Ministro Marechal Hermes, teve grande impulso com o Ministro Pandiá Calógeras, ao entregar a direção técnica a Rondon.

Rondon, quando aluno da Missão Militar Francesa, teve como seu instrutor o próprio chefe da Missão, o Gen. Gamelin, herói da Primeira Guerra Mundial. Foi quando surgiu uma amizade e admiração recíprocas, ao ponto de Rondon visitar Gamelin em sua casa e ver o seu retrato de consagrado sertanista na sala do mestre. Rondon foi um dos comandantes de uma das peças de manobra das célebres Manobras de Saicã de 1922 e nas de Pirassununga em 1926. Quando perguntado ao Gen. Gamelin, em caso de uma guerra, quem ele indicaria para comandar o Exército Brasileiro, ele respondeu que indicaria o General Rondon. E

acreditamos que tenha seu dedo a indicação de Rondon ao Ministro da Guerra, para pacificar o Paraná e Santa Catarina, em 1924.

Rondon foi defensor e protetor dos índios, atuando como paladino da preservação de suas culturas, desde que o Coronel Gomes Carneiro, seu chefe, decidiu colocar os índios sob a proteção do Exército, durante os trabalhos de construção da linha telegráfica, ocasião em que ameaçou com castigos quem praticasse atos hostis contra os índios. E isto, por insistência de Rondon, que ficou muito triste, na medida que se internava no sertão, constatar o estado de abandono em que viviam os índios, isolados do resto do Brasil e vistos como inimigos, ou vivendo como escravos a serviço do branco dominador e cruel. Foi aí que decidi, por volta de 1890, reverter esta situação e nela se empenhou a fundo por 68 anos, fazendo dela o norte de sua luta pela Humanidade e pelo Brasil.

Ao ser encarregado pelo Presidente Afonso Pena para ligar pelo telégrafo Mato Grosso ao Amazonas, impôs como condição para aceitar o desafio: autorização presidencial para que as populações indígenas encontradas ao longo da construção da ligação telegráfica fossem colocadas sob a sua proteção, o que foi aceito.

Rondon considerava os índios como pessoas humanas, com direitos de liberdade e prosperidade, índios que, por suas inteligências, poderiam evoluir gradualmente para estágios mais adiantados, pela adaptação de seus costumes primitivos às vantagens da civilização de habitação, alimentação e uso de novas técnicas e ferramentas.

Sua teoria foi incorporada em 1910 com o então criado Serviço de Proteção dos Índios e dos Trabalhadores Nacionais, o SPI de que foi o 1º primeiro presidente e que fez a aproximação, a pacificação e a integração dos índios à sociedade brasileira. Serviço no qual, com o nome de SPI e CNPI esteve à frente, de 1939 a 1955, até findar os seus dias. Serviço, hoje, com o nome de Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Como explorador e descobridor de milhares de inéditos exemplares botânicos, em mais de 40 anos percorrendo nosso sertões, a Rondon deve-se a descoberta inédita de 8.000 exemplares de vegetação, 6.000 exemplares zoológicos, bem como centenas de exemplares mineralógicos, reunidos em precioso e bem cuidado acervo, espalhados em locais e enumerados em conferência do Dr. Alípio de Miranda Ribeiro no Jornal do Comércio, (Rio de Janeiro, 23 de março de 1916), sob o título de "Trabalhos de Campo publicados sobre Mineralogia, Geologia, Botânica, Antropologia e Zoologia", conferência que proferiu no Museu Nacional, em 26 de março de 1916.

Rondon e seus comandados fizeram, numa área de 50.000 Km quadrados, completos levantamentos topográficos, geográficos, etnográficos, linguísticos e zoológicos.

Como Inspetor e demarcador de nossas fronteiras, com a missão de nelas proceder minuciosa inspeção, para avaliar as suas condições de povoamento, de segurança e de soberania, plantaram, do Oiapoque ao Chuí, em 3 campanhas, marcos de afirmação da soberania do Brasil, complementando a obra dos desbravadores, fronteiros, militares e diplomatas brasileiros, durante mais de 3 séculos de História do Brasil.

Para se ter uma idéia, na 1ª Campanha, ela consumiu 257 dias contínuos. Os

inspetores e demarcadores percorreram 10.702 Km por água, 1.801 Km a cavalo, 2.917 de automóvel e 1.896 por ferrovia, num total de 17.316 Km percorridos. Somente para reconhecimentos no Pará e Amazônia foram percorridos 12.140 Km. Rondon cumpriu fielmente a missão e dela deixou preciosos relatórios muito bem documentados, inclusive fotograficamente, os quais, em grande parte, os encontrei como adjunto da Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército, (CHEB/EME) em Brasília, em 1971/74. Esta missão inspetora se transformou igualmente em instrumento de boa vizinhança com os países fronteiros do Brasil.

Como geógrafo, Rondon levantou a carta de Mato Grosso e a do extremo norte em território limítrofe com a Guiana Francesa e Alto Rio Branco, na escala 1/500.000. Em relação a Mato Grosso, pouco teve de realizar o Serviço Geográfico na Carta Geográfica do Brasil iniciada em 1903. Em todas as comissões construtoras de linhas telegráficas, Rondon, paralela paralelamente, fazia levantamentos topográficos e geográficos com vistas a corrigir nas cartas locais locados com imprecisões.

Como acompanhante do presidente dos EUA Cel. Teodoro Roosevelt em viagem de estudos, através de Mato Grosso e Amalonas, de 12 de dezembro de 1913 a 30 de abril de 1914, Rondon foi secretariado pelo Cap. Amílcar Botelho de Magalhães, que escreveria três livros sobre o feito, como os já citados e, mais, *A Obra Ciclópica do General Rondon* (Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1956).

O grande objetivo fora o reconhecimento do rio de Dúvida, que Rondon batizou de rio Roosevelt e um afluente dele de Alfredo de Taunay.

Nesta penosa jornada gastaram 59 dias para percorrerem 686 Km.

Roosevelt emitiu o seguinte conceito sobre Rondon em seu livro citado:

O Coronel Rondon tem, como homem, todas as virtudes de um sacerdote. É um puritano de uma perfeição inimaginável na época moderna.

Como profissional e cientista de escol, tão grande é o conjunto de seus conhecimentos que se pode considerar o Coronel Rondon um sábio...

Nunca vi, nem conheço obra igual. Os homens que junto com Rondon a estão realizando, são, pela sua abnegação e patriotismo, os maiores que existem...! (PILLAR, 1969, P. 161)

Olintho Pillar, em seu clássico *Os Patronos das Forças Armadas* (Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1982), assim se referiu à obra de Rondon: “ Trinta anos em plena selva consolidaram a personalidade de Rondon, esse esclarecido soldado, geógrafo dinâmico, redentor do índio, bandeirante do século XX, apóstolo da paz, um dos filhos prediletos do Brasil, cujos sertões e florestas por ele desbravados servem hoje de pedestal a sua glória imperecível”. (PILLAR, 1982, p.162)

Usando a linguagem indígena corrente no Rio Grande Sul, o classificamos como o maior Tapejara de todos os tempos no Brasil. Tapejara, no sentido de conhecedor de caminhos.

O conjunto de sua obra ciclópica Rondon a mandou publicar, como Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos índios (CNPI). Levantamento do resultado de pesquisa feita por seu secretário no CNPI Cel. Amílcar Armando Botelho de Magalhães e do Cel. Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Chefe do Serviço de

conclusão da Carta de Mato Grosso. Levantamento este, cujo original integra o acervo do Museu Histórico do Exército no Forte de Copacabana.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/CNPI. *Catálogo geral das Publicações da Comissão Rondon e do Conselho Nacional de Proteção dos Índios.*

Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

O Coronel João Marinônio Aveiro de Carneiro, em *Filosofia e Educação na obra de Rondon* citado, relaciona e descreve, ao final, o conteúdo de 49 publicações relacionadas com a obra de Rondon.

Com estas indicações, pode o leitor e o pesquisador interessados resgatar os mais variados aspectos da obra de Rondon.

A consagração de Rondon

O Marechal Rondon foi agraciado pelo Exército com a Medalha Militar de Ouro passador de platina, por mais de 40 anos de Bons Serviços e com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Militar.

Foi distinguido nacionalmente com a Medalha de Ouro Mérito da Sociedade Geográfica Brasileira e Medalha da Colônia de Mato Grosso no Rio de Janeiro.

Foi distinguido, fora do Brasil, com a Grã Cruz da Legião de Honra da França, da Ordem do Mérito da República da Itália e da Ordem Isabel a Redentora de Portugal. Grande Oficial da Ordem do Sol do Peru, da Ordem Boyacá da Colômbia. Comendador da Ordem La Couronne da Bélgica e medalhas Crevaux da Sociedade Geográfica de Paris e, de bronze do Clube de Exploradores dos EUA.

Hoje, o nome de Rondon é reverenciado das mais diversas formas. Se constituiriam em livros numerosos as apreciações da vida e obra de Rondon. Delas selecionamos a do acadêmico Alcides Maya, filho de São Gabriel e a quem se deve, em grande parte, a denominação de São Gabriel a Atenas Brasileira, como também de A Terra dos Marechais e autor do clássico Tapera de contos regionais gaúchos (Rio de Janeiro: Garnier, 1913).

Ainda do ex-presidente dos EUA Cel Teodoro Roosevelt:

Rondon não é apenas um oficial e gentleman brasileiro, como os que mais o são, nos mais bem organizados exércitos do mundo. E também excepcional, audaz e competente explorador, ótimo naturalista, cientista, estudioso e filósofo. Com ele a conversa vai da caçada de onças e dos perigos da exploração do sertão à antropologia indígena. Dos perigos da civilização industrial, puramente materialista, à moralidade positivista. O Positivismo do Coronel Rondon é realmente a Religião da Humanidade. Doutrina que o impele a ser justo, bondoso e útil, a viver corajosamente a sua vida e, com igual bravura afrontar a morte... (VIVEIROS, 1969, p.608)

O poeta Coelho Neto, sobre a obra de Rondon e de seus colaboradores, escreveu:

Tudo lhes era adverso. Mas a voz enérgica do chefe, cada qual dava conta do

que fizera. E desse herói Rondon que regressa do deserto, desse civilizador e pacificador, semeador de povos que serão cidades, plantador de roças que serão lavouras, dirão mais tarde as gerações brasileiras agradecidas repetindo o poeta:

Tu cantarás na voz dos sinos, nas charruas, No esto da multidão, no tumultuar das ruas, No clamor do trabalho e nos hinos da paz ! E subjugando olvido, através das idades, Violador de sertões, plantador de cidades, Dentro do coração do Brasil viverás... (VIVEIROS, 1969, p. 609).

Projeto Rondon: a consagração universitária de Rondon

Em 28 de junho de 1968, por Decreto Presidencial nº 62.927, foi criado em caráter permanente o Grupo de Trabalho Projeto Rondon, subordinado ao Ministério do Interior, com a finalidade de promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional.

E por mais de 20 anos, atuou, até a sua extinção, por Medida Provisória nº 28 de 1989, promulgada pelo Senado como Lei nº 7.732, em 14 de fevereiro de 1989, já como Fundação Projeto Rondon.

E neste espaço de tempo, os universitários se interiorizaram no Brasil, conhecendo as suas realidades e ajudando as populações de diversas formas. Tivemos a oportunidade de idealizar o 1º Projeto Rondon na área cultural e coordenar pelo Exército o então Projeto Rondon dos Guararapes, em 1970, em que solicitamos estudantes de História, Biblioteconomia etc., recrutados em todo o Brasil, os quais, ao lado de 3 cadetes da AMAN, foram encarregados de fazer um levantamento histórico dirigido da Insurreição Pernambucana, com vista à construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, cujo planejamento, construção e inauguração coordenamos. Parque que foi inaugurado em 19 de abril de 1971 pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici. E tanto se aplicaram na pesquisa que conseguimos com a SUDENE que publicassem uma obra coletiva que foi chamada *O Projeto Rondon nos Guararapes*, patrocinada pelo Ministério do Interior e prefaciada pelo Gen. Ex. João Bina Machado, Comandante do VI Exército. Na inauguração do Parque, os estudantes retornaram cada um trazendo a bandeira de seu Estado que foi hasteada ao lado das bandeiras do Brasil e de Portugal. A última hasteada por um cadete de Engenharia do Exército de Portugal mandado para este fim.

Coordenamos pelo Exército, como adjunto da Presidência da Comissão de História do Exército do EME, o Projeto Rondon Arquivos 1. Consistiu na formação de monitores preparados pelo Coronel Francisco Ruas Santos e vindos de todo Brasil. Ao retornarem, lideraram estagiários do Projeto Rondon para avaliarem os arquivos oficiais em todo o Brasil, alertando da importância dos mesmos para a formação da consciência da identidade e da perspectiva histórica do Brasil, por integrarem o grande conjunto das fontes primárias da Memória Nacional.

Como homenagem a Rondon e seus bravos colaboradores, falta ser contada em filmes, pela TV, toda trajetória vivida por este ilustre brasileiro, Trajetória esta que a Humanidade deve ter conhecimento, uma vez que ela servirá como lição preciosa às futuras gerações.

SUMÁRIO

- Revelação de uma vocação, por Samuel A. A. Corrêa	11
- Um exemplo de grande historiador, por Pedro Rocha Jucá-	16
- Batista das Neves, por Virgílio Alves Corrêa Filho	21
- Virgílio Corrêa Filho, por Antônio de Arruda... 29	
- Relação dos trabalhos de Virgílio Corrêa Filho, até 1966	38
- O acendedor de Lampiões, por Lécio Gomes de Souza ...	62
- Pastor Vigilante, por Pe. Pedro Cometti	69
- O Patrono do Serviço de Saúde do Exército e Mato Grosso, por Cláudio Moreira Bento	70
- A cidadã de São Leopoldo visita a sua terra, por Lya Haus- child	73
- Pioneiro do Rádio-amadorismo, por Luis-Philippe Pereira Leite	75
- Quem viver verá, por Octayde Jorge da Silva	78
- Esplêndida homenagem, por Jary Gomes	82
- Berço de homem, por Ramis Bucair	84
- Reminiscências cuiabanas, Centenário de meu pai, por Amidicis Tocantins	86
- A Imprensa Oficial em Mato Grosso - Um livro de PedroRocha Jucá, por Otávio Gonçalves Gomes	92
- Impressões de viagem, por Dunga Rodrigues	95
- Homenagem do IGHMB ao Gal. Frederico Augusto Rondon, por Cláudio Moreira Bento	100
- Dois Prelados resignatários, por Ernesto Borges	103
- Manuel Bodstein - Pioneiro do Cinema -, por Almir Jorge Bodstein	106

O PATRONO DO SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO E MATO GROSSO

Cláudio Moreira Bento
Membro do IHGB, IGFIMB e IHGMT

Dia 27 de maio lembra o sesquicentenário de nascimento do general-de-brigada Dr. João Severiano da Fonseca - O Patrono do Serviço de Saúde do Exército, por eleição entre os oficiais daquele Serviço em 1940.

Foi o 8º filho de uma família de 10.

Ele e mais 6 irmãos combateram na guerra do Paraguai. Só ^{ele} e mais 3 sobreviveram ao conflito. Entre eles Manuel Deodoro, futuro Proclamador da República, seriamente ferido em Itororó, e Hermes Ernesto, capitão do Regimento de Mallet e pai do futuro Mal. Hermes da Fonseca. Três tombaram em combate em Curupaiti e Itororó. A contribuição ao esforço de guerra da família Fonseca consagrou como heroína brasileira a mãe dos 7 bravos irmãos - D. Rosa da Fonseca. Nosso herói de Saúde ingressou no Exército em 1862, aos 26 anos, como 2º tenente médico. Fez brilhante carreira na paz e na guerra. Nesta adquiriu invejável experiência como médico em operações de guerra, tendo inclusive pegado em armas em Tuiuti.

Em função a sua brilhante atuação cultural e profissional militar, foi o primeiro oficial médico a ser admitido na Academia Imperial de Ciências do Brasil (como

capitão) e a atingir o generalato.

Além de profissional exponencial do Serviço de Saúde, de que foi o 8º diretor, consagrou-se como geógrafo de expressão nacional e internacional. Atividade esta, que lhe valeu a admissão nas sociedades de Geografia do Brasil, de Lisboa e de Madrid e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A esta última entidade a qual João Severiano prestou assinalados serviços durante 17 anos, inclusive como 1º secretário substituto também pertenceu na mesma época outro patrono no Exército - O Duque de Caxias, consagrado após como Patrono do Exército Brasileiro.

A presença de ambos, por um símbolo, no tocante à Caxias e por um gesto histórico e nobre de João Severiano, ainda estão muito presentes e vivas naquela sesquicentenária Casa da Memória Nacional.

A presença de Caxias através de sua invicta e honrada espada de campanha, da qual os espadins dos cadetes da AMAN, são cópias fiéis em escala e simbolizam a honra militar.

A presença de Severiano, através da cadeira vazia de D. Pedro II em destaque no grande Auditório do Instituto e na qual o Imperador costumava sentar por ocasião das reuniões que costumava frequentar e participar. Cadeira esta que por um gesto histórico, misto de coragem cívica, nobreza de caráter e de independência, João Severiano, então tenente coronel comandante do Hospital Militar da Corte (atual HCE) no momento que o Imperador viajava para o exílio e seu irmão desfrutava a honra e a glória e recebia homenagens de Proclamador da República, pediu que a mesma fosse envolvida em crepe e ficasse vazia até a morte do Imperador. Justificou assim a sua história e acatada proposição:

"Peço que no meio dos arroubos pela mãe Pátria, não esqueça esta Casa, da gratidão que deve aquele que foi para ela protetor e um pai justo na hora (29 nov.) em que ele viaja para o exílio".

Da alentada bibliografia como médico, historiador, antropólogo e fundamentalmente geógrafo que focalizou acentuadamente Mato Grosso, terra natal de sua 1ª esposa e filhos com a mesma, destaco **Viagem ao redor do Brasil**. Obra traduzida inclusive para o francês e que é classificada entre os melhores e mais ricos trabalhos do gênero produzidos sobre o Brasil.

João Severiano serviu no Hospital do Andaraí (atual BPE) que junto com o Hospital Militar da Corte que dirigiu (no arrazado no morro do Castelo) deram origem ao Hospital Central do Exército.

João Severiano foi senador pelo Rio de Janeiro à Constituinte de 1891. Foi reformado e preso por assinar Manifesto dos 13 Oficiais Gerais (de terra e mar) que exigia novas eleições, em decorrência da renúncia de seu irmão Manuel Deodoro à Presidência.

Julgada ilegal e inconstitucional a sua reforma retornou à ativa, meio ano da mesma.

Ao reassumir suas funções equivalentes hoje às de Diretor de Saúde, deu a medida da qualidade superior de sua Chefia e Liderança com esta sentença:

"Venho reocupar o meu cargo. Já sabeis o meu modo de servir o Brasil. Na balança do meu julgamento, não possuem equilíbrio igual o brio e o desleixo.

E tão pronto sou em reconhecer e a afagar o merecimento e os bons serviços como o sou em condenar e punir a tibieza, a desídia e o desmazelo."

Deste modo ele havia marcado sua presença como Chefe da Enfermaria da Escola Militar da Praia Vermelha, o equivalente ao Hospital da AMAN.

O general João Severiano faleceu em 1896 aos 60 anos.

Legou aos pósteros e particularmente a seus afilhados do benemérito Serviço de Saúde do Exército, um exemplo de obra digna de ser imitada e que não poderia

deixar de ser evocada no transcurso do ses- quicentenário de seu nascimento, na antiga cidade de Alagoas e atual Marechal Deodoro, no Estado de Alagoas.

Aliás, Unidade da Federação profundamente enraizada na concretização da República entre nós, através de 3 ilustres filhos.

Isto através da atuação marcante, em Cerro Largo, no Uruguai, do padre Antônio José Caldas para a Proclamação da República Rio- Grandense, que decorreu da sesquicentenária vitória farrapa do Seival, em 10 de setembro de 1836, quando João Severiano possuía 3 meses e meio de idade.

E finalmente, através das ações dos Marechais Deodoro da Fonseca para a Proclamação e do Mal. Floriano Peixoto para a Consolidação da República quase centenária em que vivemos. República cujo berço seguramente foi no Seival, vitória Militar que criou condições para nove anos de República Rio-Grandense.

Esta experiência precursora, concreta de República do Brasil, foi onde os republicanos históricos buscaram inspiração, particularmente os congregados no Clube 20 de Setembro, fundado em 1881 na Escola de Direito de São Paulo.

GENERAL FREDERICO ALGUSTO RONDON

Cel. Cláudio Moreira Bento
Sócio correspondente do IHGMT

Faleceu neste ano do Cinquentenário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, o general Frederico Augusto Rondon. Era junto com os generais Jonas Correia e Severino Sombra um dos 3 sobreviventes dentre os 37 fundadores de nosso Instituto. Nascido, em Cáceres, em 18 de julho de 1898. Desde cedo empolgou-se com a vida e obra de seu ilustre tio e amigo, o marechal Cândido Mariano Rondon que viu pela primeira vez em Cuiabá aos 13 anos, no dia 13 de agosto de 1911, fardado e aclamado já como herói desbravador e pacificador dos sertões do Norte. E o menino Frederico desde então jamais se apartou do ideal de colaborar com o tio e seguir-lhe seus passos como sertanista e em especial do Oeste.

O General Frederico falecido aos 88 anos era aspirante do Realengo da Turma de 1919 - Arma de Artilharia. Fez todos os cursos regulares no Exército e cursou a Escola Superior de Guerra. Atingiu o posto de Coronel em 25 de dezembro de 1948. Na Revolução de 1924 sob as ordens do tio construiu uma linha telegráfica de Clevelândia - Dionfzio Cer- queira. Na Revolução de 30 serve na Fronteira do Rio Grande, junto ao Uruguai. Sua primeira missão de paz sob o comando de Rondon foi a Inspeção de Fronteiras do Oiapoc, em 1927. Em 1931 trabalhou na demarcação da nossa Fronteira com a Colômbia. E registrou nas impressões de filho do Sertão do Mato Grosso, em conferência **Diretrizes Rondonianas** de cunho autobiográfico e publicada em nosso RIGHMB, ao contemplar o Rio Amazonas:

"Vi num deslumbramento, o rio Amazonas, suas metrópoles e florestas, às quais me conduzia o dever, numa das mais empolgantes missões que me foram dadas em três anos de trabalho como demarcador de fronteiras".

Sertanista do Oeste e Geógrafo Militar era como poderíamos definir o general Frederico Rondon, além de um fiel seguidor da obra de seu ilustre tio.

Em 1934, aos 36 anos, a Coleção Brasileira inclui entre suas primeiras edições a obra do Cap. Frederico. **Pelo Brasil Central** (São Paulo, 1934), um apelo no

sentido de uma utilização séria e vivificadora do grande Oeste do Brasil, com a participação do Exército.

Seu livro é prefaciado pelo professor e Doutor na Sorbonne, em Paris Pierre Deffontaines que recorda que a participação do Exército na colonização do Oeste do Brasil, encontra amparo na tradição do Exército da França, que por sua vez encontrava apoio nas legiões romanas de travar a guerra no campo de batalha e, em outra batalha - a contra os elementos da natureza selvagem, difíceis de dominar por grupos isolados de homens".

Em 1936, logo depois da fundação de nosso Instituto o então major Frederico percorre em missão da 9ª RM a Fronteira Brasil-Bolívia. O resultado foi o seu segundo livro **Na Rondônia Ocidental** (São Paulo, Ed. Nacional, 1938).

No Prefácio o major Frederico declara haver seguido em suas observações as lições dos mestres e precursores da Geografia Militar no Brasil. Por certo referia-se ao Capitão Paula Cidade que editara, em 1934 **Noções de Geografia Militar Sul-Americana** e comandara em 1935, em Corumbá o BC local por ocasião da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai.

Apela para que as inúmeras cartas levantadas nas fronteiras fossem colocadas à disposição dos estudiosos e não mantidas secretas.

Isto ajudaria a dissipar falsas noções geográficas do Brasil que corriam o mundo.

Defendeu em 1938 a criação no Instituto Geográfico Militar de um curso de geógrafos-exploradores.

Seu livro foi editado com o estímulo do Alto Comando do Exército, como reconhecimento ao seu sadio sertanismo. Mencionou que editar um livro é vitória das mais difíceis. "Uma vitória de quem primeiro vence a si mesmo numa luta entre o comodismo, sob a aparência de modéstia e o desânimo sob o disfarce de desejo de perfeição."

Seu pensamento e idéias estão traduzidos em importante conferência "Diretrizes Rondoniana". Frederico Rondon como militar foi fiel ao ideal sertanista e aos padrões rondonianos de carreira militar. Procurou ser um soldado do Exército Brasileiro na batalha de Integração Nacional. Escreveu a certa altura:

"São as Forças Armadas em sua perene missão de ordem e progresso levando as nossas longínquas fronteiras, a par da operacionalidade militar, o conforto da solidariedade brasileira, fazendo renascer naqueles sertões, sob a égide de Rondon, as esperanças de melhores dias e o sentido brasileiro de sua evolução, pela confiança nos destinos da Pátria".

Recordo do General Frederico Rondon em 1975, quando fizemos palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para os sócios deste IGHMB, a convite do ilustre Presidente Jonas Correia, por ocasião do Bicentenário do Forte de Coimbra.

Ao terminar minha exposição ilustrada por slides, lancei por último o retrato e as obras do ilustre historiador militar do Oeste Brasileiro - o general Raul Silveira de Mello. Alguém bateu palmas entusiásticas pela homenagem. Fiquei gratificado com a reação. Soube então que se tratava do Gen. Frederico Rondon que não poupou elogios a um assunto do Oeste dos seus amores.

O General Frederico tinha um grande amor pelo Mato Grosso e em especial por Cáceres.

Enquadrou-se em vida e na eternidade neste pensamento expresso por Abrahan Lincoln:

"Eu gosto muito de ver um homem orgulhar-se do seu torrão natal. Mas gosto ainda mais de ver um homem viver de modo a que seu torrão natal dele se

orgulhe".

ARTIGO NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA

APENDICE A

RESTAURADORES DE PERNAMBUCO

Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso

(O estrategista e tático da Insurreição de Pernambuco, 1645-1654, no Tricentenário da sua morte no Recife)

Major Cláudio Moreira Bento

Me ocuparei em ajudar a resgatar um grande patriota do passado, intimamente ligado à origem das idéias de Exército e de Pátria brasileira, surgidas em Pernambuco, por ocasião da Insurreição Pernambucana, 1648-1654.

Refiro-me ao militar profissional, Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso que, após destacada participação militar contra o invasor holandês, faleceu no Recife em 1670.

Este bravo, até o presente (1970), não ocupara o lugar que de direito lhe cabia na História do Brasil e do Exército. Isto por ter sido o arquiteto e o condutor do Exército Patriota, nas memoráveis vitórias nas batalhas de Monte das Tabocas e Casa Forte.

Estas batalhas por ele vencidas, abriram a campanha da Restauração de Pernambuco e mostraram a Pernambuco, Bahia e Portugal a viabilidade militar da expulsão dos holandeses, sem interferência direta do último.

Na batalha do Monte das Tabocas, em que um sonho de sentimento de Pátria se tornou pouco a pouco um sentimento real, fortalecido através dessa vitória militar, dela estiveram ausentes os grandes restauradores Barreto de Menezes, Henrique Dias, Vidal de Negreiros e Filipe Camarão.

Esteve presente somente o líder civil do movimento, Fernandes Vieira, que, por não possuir habilitação militar, ficou encarregado de comandar a Reserva, constituída de bravos pernambucanos armados de bordões e de paus tostados utilizados à guisa de chuços (vara de madeira de até 6 metros).

No Monte das Tabocas, Dias Cardoso, com 900 civis pernambucanos, transformados num pequeno exército, e bem conduzidos militarmente dentro dos Princípios de Guerra, venceu apreciável parcela de um grande exército profissional europeu de 1.500 homens.

Aos holandeses armados com 1.200 modernas armas de fogo e comandados pelo Ten Cel Hendrick Haus, Comandante-em-Do Ten Gen (Ten Cel Claes Chefe dos holandeses no Brasil, Dias Cardoso se opôs com 250 armas de fogo das mais diferentes espécies e impôs sua vontade ao inimigo.

Dias Cardoso, segundo depoimento de André Vidal de Negreiros, foi por ele indicado ao Governador Geral do Brasil na Bahia, Antônio Teles da Silva, para ser enviado secretamente a Pernambuco, com a missão de organizar militarmente os pernambucanos num pequeno exército, isto em íntima ligação com Fernandes Vieira, o catalisador político da reação insurrecional.

A razão da escolha, segundo Vidal de Negreiros, prendia-se **"a sua competência militar, coragem invulgar, descrição, e profundo conhecimento**

de Pernambuco".

Munido de documento em que simulava ser desertor, Dias Cardoso, acompanhado de 4 companheiros, viajou 160 léguas da Bahia a Pernambuco. Enfrentou toda a sorte de privações e perigos de vida constantes, ao atravessar regiões dominadas por índios e pretos revoltados e ao atravessar a nado rios caudalosos, para evitar ser pressentido pelo inimigo.

Chegando a Pernambuco, apresentou-se a Fernandes Vieira, dando-lhe conta da missão e do dispositivo holandês ao longo do itinerário Salvador-Recife.

A seguir, escondido pelas matas e engenhos, pelo espaço de seis meses, entregou-se à tarefa de recrutar e treinar militarmente patriotas pernambucanos nas matas de Pau Brasil. Enfim, a dar corpo ao pequeno Exército Patriota ou Libertador que derrotaria o inimigo do Monte das Tabocas e Casa Forte.

Chegando Dias Cardoso a Pernambuco, foi elevado à condição de Governador das Armas. Pressentido pelos holandeses, estes moveram-lhe intensa caça, obrigando-o, segundo Fernandes Vieira, **"a viver escondido nas matas durante sete meses adestrando sua tropa"**, até que fosse decidido o levante restaurador, já na certeza do respaldo militar do Exército Libertador organizado por Dias Cardoso.

No levante decidido em 23 de maio de 1645, através de Compromisso de Honra firmado por Fernandes Vieira e mais 18 companheiros, constou pela vez primeira a ideia do Sentimento de Pátria através deste trecho:

"Nós abaixo assinado, nos conjuramos e prometemos em serviço da liberdade, não faltar em nenhum tempo, com toda a ajuda de fazendas (Engenhos) contra qualquer inimigo (incluía até Portugal) na restauração de nossa Pátria..."

Este momento surgiu o Sentimento de Pátria expresso aqui no Brasil, respaldado na força militar que havia sido organizada e treinada nos seis meses anteriores a este Compromisso de Honra, por Dias Cardoso, sob intensa perseguição holandesa nas matas de Pau Brasil e engenhos do interior de Pernambuco.

E aqui cabe perguntar aos leitores à semelhança da célebre questão "Quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha?". Quem nasceu primeiro, o sentimento de Exército Brasileiro ou o de Pátria Brasileira?.

O Sargento-Mor (major) Antônio Dias Cardoso, antes e após a batalha do Monte das Tabocas, na qualidade de militar profissional, "prestou assinalados e heroicos serviços militares."

Nascido no Porto, no início do século XVII, transferiu-se ainda jovem para o Brasil, terra que adotou como Pátria e que ajudou a alicerçar com seu valor militar como se verá.

Em 7 de fevereiro de 1624, assentou praça como soldado na Bahia. Participou ativamente da expulsão dos holandeses naquela parte da colônia, "Servindo à causa com muita competência e honradez".

Quando da invasão de Pernambuco, participou de diversos combates contra os holandeses nos arredores de Olinda e Recife.

Em 1630, na Campina do Taborda, tomou parte numa emboscada, sendo, então, um fator decisivo para a vitória, "ao enfrentar o inimigo em campo aberto e a espada, ferindo e aprisionando muitos".

Lutou com grande valor em Salinas, Olinda, Afogados e na Praia do Recife, e

nesta, durante sete horas em campo raso, em pugna da qual resultaram muitos mortos e feridos de ambos os lados.

Após 11 anos, como destacado e valente soldado, foi galardoado com o posto de Alferes, no ano de 1635.

Nesta ocasião se encontrava em Serinhaém, juntamente com o governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque.

Com a perda do Arraial Velho do Bom Jesus e de Nazareth, 4000 habitantes da campanha foram obrigados a marchar para Alagoas, sob proteção militar. Dias Cardoso foi elemento fundamental nesta proteção. Nesta marcha participou com destaque, no ataque, cerco e rendição dos holandeses fortificados em Porto Calvo, ocasião em que foi preso e justificado o traidor Calabar.

Extinta sua companhia em 1636, ingressou na companhia do Capitão Sebastião Souto, o mais audacioso, temível e intrépido comandante de Pernambuco, considerado o mais extraordinário mestre em "Guerra de Emboscadas" e ataques de surpresa.

Em 18 de maio de 1638, vamos encontrar estes dois bravos defendendo a trincheira de Santo Antônio, em Salvador, ocasião em que foi morto o intrépido Sebastião Souto. Sucedeu-lhe no comando da companhia e à altura, o bravo Dias Cardoso.

Extinta esta destacada unidade, ingressou na do terço do Capitão André Vidal de Negreiros, de quem pouco após seria ajudante.

Acerca de sua valiosa participação na luta contra os holandeses, no período de 1630-39, assim o elogiou um alta patente militar da época:

"Com assiduidade, cumpriu com valor seus deveres militares, quer por ocasião de combates com inimigo por terra e por mar, quer em outros serviços particulares que lhe atribuíram."

Neste período, marchou com frequência muitas léguas à procura de combate com inimigo, à custa de muitos trabalhos, sofrimentos e riscos de vida, atento mais ao serviço do Rei que à sua própria sorte.

Trabalhou nas muitas fortificações que por aqui se fizeram, carregando terra e faxina para a construção das mesmas.

Antônio Dias Cardoso foi um dos que prestaram os mais relevantes serviços a Portugal naquela guerra".

Em 1640, o Governador Geral do Brasil, sabedor do valor de Dias Cardoso, o enviou a Pernambuco. No comando de um barco, foi com a missão de espionar o dispositivo e intenção dos holandeses no Recife, correspondendo no resultado da missão, segundo o próprio Governador Geral, "de acordo com confiança que nele depositei".

Pouco após seria reformado como capitão, situação em que se encontrava quando foi indicado ao Governador Geral Teles, por Vidal de Negreiros, como homem certo para organizar o Exército da Restauração Pernambucana, "Célula Mater" do Exército Brasileiro.

Após a batalha da Casa Forte, da qual foi o arquiteto incontestado, participou ao lado de Vieira, Henrique Dias e Camarão, da parte mais árdua e perigosa, no violento ataque à Vila da Conceição, na Ilha de Itamaracá.

Dias Cardoso foi o único comandante a penetrar no recinto fortificado e foi

obrigado a recuar sob forte reação do defensor. Deixou em sua esteira os corpos de 67 compatriotas, incluindo-se 30 holandeses do terço flamengo, ao comando do Mestre de Campo Dirk Van Hoogs- traten, que, após se renderem no Pontal, aderiram à causa luso-brasileira.

Segundo o próprio João Fernandes Vieira, Dias Cardoso participou de inúmeros ataques e contra-ataques nos Afogados, "ordenando e dispondo as forças de combate na maior ordem".

Em junho de 1646, ao lado de Vieira e de Vidal de Negreiros, tomou parte da ação que culminou com o aprisionamento de três embarcações flamengas fundeadas entre Itamaracá e o continente, o que ocasionou o abandono holandês da "Cidadezinha de Schkoppe", na referida ilha.

Depois foi encarregado de atacar e arrasar as fortificações da ilha de Itamaracá, no que procedeu com a eficiência e coragem costumeiras.

Da ilha, após ingentes sacrifícios, utilizando barcos, batéis e jangadas, fez transportar para o Arraial Novo do Bom Jesus e outros sítios 18 peças de artilharia conquistadas ao inimigo.

Com algumas destas peças, ele organizou redutos fronteiros à ilha de Itamaracá.

Na primeira batalha dos Guararapes, coube-lhe papel de destaque e decisivo, na qualidade de Sargento-Mor (sub-comandante) do Terço de Fernandes Vieira.

A este terço coube a parte principal nesta batalha, pôr ter conduzido o fulminante ataque principal, com uma manobra frontal, sobre os holandeses, através do Boqueirão, entre o monte do Oitizeiro e os Alagados.

Deste ataque resultou o rompimento do grosso do dispositivo holandês, seguido de envolvimento de sua ala esquerda sobre os Alagados, onde centenas de holandeses vieram encontrar a morte.

Fernandes Vieira era um líder civil e, embora não exista nada reconhecendo que o plano e direção do ataque no Boqueirão tenha estado a cargo do Sargento-Mor Dias Cardoso, é fácil de se deduzir, pelos brilhantes antecedentes militares deste bravo, que a destruição do Exército Holandês no Boqueirão dos Montes Guararapes teve o selo de seu valor militar, provado de sobejo no Monte das Tabocas e na Casa Forte, bem como de outras ações que relacionamos antes e nos referiremos a seguir.

Neste mesmo ano, ele foi mandado por Barreto de Menezes até Igarçu, com 200 homens do seu terço, para retirar de plantações abandonadas mandioca necessária ao Arraial Novo do Bom Jesus.

Nesta expedição ele armou diversas emboscadas. Prendeu 33 holandeses, e queimou três lanchas que lhe disputavam os mandiocais.

Um mês antes da 2ª Batalha dos Guararapes, este gigante da Restauração foi enviado por Barreto de Menezes à Paraíba, com a missão de distrair o inimigo e destruir-lhe as plantações e tropas de gado.

Dias Cardoso retornou vitorioso de sua missão, após marchar 25 léguas pelo sertão, abrindo caminhos novos pelas matas, e com um saldo de 11 inimigos mortos, além de copiosa presa de guerra em armamento e suprimentos.

Na 2ª Batalha dos Guararapes, coube-lhe importante missão: combinar com o ataque de flanco desfechado por Vidal de Negreiros, sobre um regimento inimigo em posição nas alturas da atual Igreja Nossa Senhora dos Prazeres, um violento

ataque de desorganização, levado a efeito por troços (frações de terços) a seu comando, sobre a retaguarda do dito regimento inimigo e duas peças de artilharia em posição no monte da Igreja.

No contexto de uma batalha convencional, Dias Cardoso empregou uma ação de emboscada, tipo de manobra em que era reconhecido mestre.

Após a batalha, foi concertado um armistício para a troca de mortos e feridos. Dias Cardoso foi encarregado de representar os luso-brasileiros neste intercâmbio.

Na ocasião, ao fazer a um capitão holandês de clavineiros referências depreciativas ao modo de combater dos holandeses, estabeleceu-se entre os dois o seguinte diálogo:

Capitão holandês -raivoso e chorando: "Da próxima vez iremos combater dispersos como vocês o fazem."

Dias Cardoso: "Melhor para nós, pois, para cada soldado vosso combatendo disperso, necessitareis de um capitão, enquanto que cada soldado nosso, combatendo de igual forma, representa um capitão."

Era a sua guerra brasílica!

Em janeiro de 1651, foi enviado à Bahia para expulsar os holandeses de Penedo, no São Francisco. Percebendo o inimigo a sua aproximação, recolheu-se à sua base de operações no Recife.

Ao retornar, limpou a campanha, fez seus moradores retornarem aos lares e retomarem as atividades econômicas normais.

Retornou mais duas vezes ao rio São Francisco, de ordem de Barreto de Menezes, para adquirir mantimentos para os restauradores no Arraial Novo do Bom Jesus.

Em 20 de maio de 1652, por ordem ainda de Barreto de Menezes, marchou ao comando de 500 homens do Terço de Barreto e mais 100 índios e negros, em missão de guerra na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

Dias Cardoso devia destruir as lavouras e feitorias de pau-brasil que os holandeses possuíam nesses atuais estados e se apossar da fonte de abastecimento d'água da fortaleza inimiga Forte dos Reis Magos, atual, no Rio Grande do Norte e, assim, de posse da fonte de água, negociar a rendição do Forte.

A missão de destruição da fortaleza não foi colimada, em razão de os holandeses no Rio Grande do Norte terem recebido aviso de sua expedição.

A despeito disto, retornou carregado de víveres para o Exército Restaurador no Arraial Novo do Bom Jesus, além de 7 holandeses prisioneiros e outras presas de guerra.

Na fase final da guerra, Dias Cardoso se ocupou do comando de operações que culminaram com a queda, no Recife, do Forte do Rego e do Reduto Amélia.

Em 4 de fevereiro de 1655, foi-lhe concedido o título de Cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e, a 12, encarregado de comandar o Terço de João Fernandes Vieira enquanto este governasse a Paraíba.

Em 12 de maio de 1656 foi nomeado Mestre de Campo, após 32 anos de excepcional carreira militar iniciada como soldado, na luta para expulsar o invasor da Bahia.

Durante alguns meses do ano de 1657, Dias Cardoso, nomeado por Vidal de Negreiros, assumiu o governo interino da Paraíba.

Sua última expedição militar, ao que parece, foi contra os quilombos negros dos Palmares.

Dias Cardoso faleceu no Recife, provavelmente em setembro de 1670, com a idade aproximada de 70 anos, no comando do Terço de Pernambuco, que fora de Fernandes Vieira, e de tão gloriosas tradições nas duas batalhas dos Guararapes.

Esta interpretação pioneira se baseou nos seguintes trabalhos, constantes da bibliografia ao final: **Os Restauradores de Pernambuco**, de José Antônio Gonsalves de Mello; **Do Rêconcavo aos Guararapes**, do Gen Antônio Souza Jr; **A 1ª Batalha dos Guararapes**, de Jordão Emerenciano e, em especial, na **História da Guerra de Pernambuco**, de Diogo Lopes Santiago, cronista testemunha dos feitos de Dias Cardoso com testemunhos em parênteses.

A José Antônio Gonsalves de Mello coube resgatar, em 1964, Dias Cardoso, através de profunda pesquisa documental intitulada **Os Restauradores de Pernambuco**.

A lembrança da data do tricentenário da morte de Dias Cardoso em 1970 foi oportuna, para que levássemos ao povo pernambucano o conhecimento sobre um personagem histórico digno de figurar, com realce, sem favor nenhum, ao lado de Barreto de Menezes, Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, durante a épica campanha da Insurreição de Pernambuco. E a obra **Restauradores de Pernambuco** citada assim o incluiu.

O currículo militar do Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso, por sua bravura, intrepidez e liderança em combate, por sua origem popular, galgando os postos à custa de dezenas de ações vitoriosas, e pelo número de anos em campanha, muito se assemelha à carreira do Marechal Manoel Luís Osório.

A Dias Cardoso, não analisada a projeção de sua obra na formação da nacionalidade e na manutenção da integridade do Brasil, cabe entre outros os seguintes títulos: Precursor do Exército Brasileiro, Arquiteto Militar da Restauração Pernambucana, O Vencedor da batalha do Monte das Tabocas, O Mestre da Emboscada, O Abastecedor do Exército Restaurador, A Espada da Restauração de Pernambuco, e, por fim, O Organizador e primeiro Comandante do Exército Brasileiro, que nasceu em Pernambuco e venceu, sob seu comando, em Tabocas.

Contribuir para avivar, na memória do povo brasileiro e do Exército e de suas Forças Especiais, a lembrança de um grande herói, ligado intimamente a passado nacional, constitui-se para nós um agradável dever cívico, principalmente por se tratar de um dos grandes arquitetos militares da Unidade e Nacionalidade Brasileiras.

Dias Cardoso tinha vivido até por volta de 1970 num cone de sombra pela seguinte razão:

Durante o período da Insurreição Pernambucana, fora seu nome proposto para ser elevado à condição de Mestre de Campo.

No entanto, Portugal, por razões diplomáticas, não atendeu o pedido, pois assim procedendo estaria admitindo que tinha desrespeitado o armistício concertado com a Holanda, ao reconhecer que tinha enviado um agente secreto especial para organizar militarmente os patriotas pernambucanos.

Contudo, estas razões não prevalecem mais hoje, e Dias Cardoso, decorridos

300 anos, ainda continua perseguido por elas: História é Verdade e Justiça!

Ao finalizar, apelamos ao Brasil para que faça justiça histórica a Dias Cardoso, restabeleça sua memória, o indique ao culto da Pátria Brasileira e se lhe preste as homenagens a que faz jus, como um grande arquiteto da Unidade e Nacionalidade do Brasil.

Comentários de Luís da Câmara Cascudo sobre o artigo acima transcrito.

"Major Cláudio Moreira Bento: - Tardio nos calorosos agradecimentos pelo seu estudo-homenagem ao esquecido Mestre de Campo Antônio Dias Cardoso. Parabéns pela útil exaltação de Dias Cardoso, soldado do Rei em serviço do Brasil, numa legitimidade heróica, na tarefa inesquecível. Louvou-o muito bem, quando os profissionais de História o esqueceram. Seu estudo, incisivo e claro, denuncia o temperamento do historiador, vivendo a figura evocada, na solidariedade patriótica. Repito, Meus parabéns. Fui um velho professor de História. Seu admirador, Câmara Cascudo" (Professor Emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Texto acima atualizado em 1971 e 2004 foi publicado no **Jornal do Comércio de Recife**, 13 Set 1970 e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano nº 18, 1971 e acaba de ser incluído em Artigos no site da AHIMTB no final de 2003 no site da AHIMTB www.resenet.com.br/users/ahimtbem "Caserna" no site www.resenet.com.br em razão de ser ele a denominação da turma da AMAN de 2003, o que nos encheu de satisfação por vê-lo reconhecido e cultuado;

Comentário Complementar

Ao escrever sobre o bravo Dias Cardoso, não pretendemos elevá-lo à posição histórica superior a dos bravos Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão e Francisco Figueiroa, mas sim situá-lo ao mesmo nível desses bravos.

Dias Cardoso era a segunda pessoa do Terço de Pernambuco ao comando de Fernandes Vieira, terço que possuía cerca de 1200 homens, número superior a todos os demais terços, os quais, oscilavam cada um em torno de 300 homens.

Se considerado que Fernandes Vieira não era militar profissional e sim de emergência, cresce ainda mais o destaque militar de Dias Cardoso, sem no entanto desmerecer a Fernandes Vieira, líder e catalisador geral incontestado da Insurreição Pernambucana.

O leitor militar interessado, quando da descrição da 1ª Batalha, deve perceber a relevância militar do papel desempenhado por Dias Cardoso desde Arraial Novo. Participou do Conselho de Guerra, foi enviado para verificar qual a direção de atuação escolhida pelo inimigo. No Conselho de Guerra do Biurá foi chamado como "Soldado mais prático e experiente de tudo" para opinar sobre um grande impasse surgido entre Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, aos quais Barreto de Menezes confiara a condução da batalha, por não ser prático da campanha do Brasil e das táticas aqui usadas. Seu conselho foi certo e o adotado.

Mas não fica aí sua atuação, pois chegado aos Guararapes, foi-lhe confiada a atração dos holandeses e emboscada no Boqueirão, uma reedição de seu memorável feito na batalha do Monte das Tabocas por ele vencida, e que tornou possível chegar-se aos Guararapes.

A atração com pleno êxito, dos holandeses à grande emboscada no Boqueirão

dos Montes Guararapes, reside o segredo da maiúscula vitória luso-brasileira na 1ª Batalha, Batalha dos Guararapes.

Na 2ª batalha, vamos encontrá-lo atuando independente, no comando de 550 homens, sobre a ala direita holandesa, apoiada no atual monte onde situa-se a Igreja N. S. dos Prazeres, e outra vez num quadro de emboscada.

As tropas que comandou numeravam quase o dobro das comandadas por Vidal de Negreiros, Francisco Figueiroa, Diogo Camarão e Henrique Dias.

Estas conclusões o autor as foi buscar principalmente na **História da Guerra de Pernambuco**, de Diogo Lopes Santiago, primeiro cronista das batalhas, e quase certo testemunha ocular das mesmas.

Acreditamos que a 1ª edição de nosso livro sobre as Batalhas dos Guararapes contribuíram para a criação do Bairro Guararapes da AMAN, onde Dias Cardoso foi consagrado numa de suas ruas. Quando instrutor de História Militar na AMAN 1978-80 introduzimos no curso síntese das Batalhas dos Guararapes que fizemos constar com esboços das batalhas e texto na publicação **História Militar do Brasil** da cadeira de História.

PERIÓDICOS ELETRÔNICOS DO IHGGS E DA AHIMTB/SP 1º SEMESTRE 2014

A PARTICIPAÇÃO MILITAR DE SÃO PAULO NA GUERRA DE RECONQUISTA AOESPANHÓIS, DO RIO GRANDE DO SUL (1774 - 1778) Cel Claudio Moreira Bento - Historiador Militar e Jornalista - Presidente da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil



Nas fotos aspectos da Mesa Diretora e do Auditório. em 28 de maio de 2013 do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba da instalação da Academia de História Militar Terrestre do Brasil- São Paulo General Bertoldo Klinger, presidida, pelo Acadêmico Adilson Cesar e federada à Federação das Academias de História Militar Terrestre do Brasil(FAHIMTB), instalada na Academia Militar das Agulhas Negras em Resende e, com o o objetivo de pesquisar,preservar e divulgar a bela e rica História Militar Terrestre de São Paulo. Na Mesa Diretora, da esquerda para a direita: Ten Cel Fernando Bartolomeu, Comandante do Grupo de Artilharia de Campanha Marechal Deodoro da Fonseca de Itu e 3º Presidente de Honra da AHIMTB/SP, Cel PMSP Nelson Lever Camini representando o Cel PMSP Benedito Roberto Meira, 2º Presidente de Honra da AHIMTB/SP e chamado a Brasília, Gen Ex Adhemar da Costa Machado Filho, 1º Presidente de Honra da AHIMTB/SP, paulista e Comandante Militardo Sudeste CMSE e Presidente de Honra da sessão, Cel Claudio Moreira Bento, historiador militar e jornalista presidente da sessão e da FAHIMTB, Dr Antônio Costa Panunzio, Prefeito de Sorocaba e ex- deputado federal integrante da Comissão de Defesa da Câmara Federal, Gen Div José Camilo Pires de Campos, paulista e Comandante da 2ª Região Militar, acadêmico Professor Adilson Cesar Presidente do IHGG Sorocaba e da AHIMT/SP então instalada e o organizador da bela e concorrida sessão e, o acadêmico Cel PMSP Telhada vereador paulistano e autor de livro sobre policiais da PMSP que integraram na Itália a Polícia Militar da Força Expedicionária Brasileira FEB. Atrás da Mesa soldados Dragões da PMSP e no Auditório presença de integrantes do Exército, dos Fuzileiros Navais, da Infantaria da Aeronáutica e Polícia e Bombeiros Militares de São Paulo, cujas histórias a FAHIMTB e AHIMTB federadas desenvolvem.

“Aquele que morre em defesa de sua Pátria faz mais por ela naquele momento, que os demais em toda as suas vidas.”

(Péricles estrategista e dirigente grego considerado o pai da Democracia).

Ao visitarmos o Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre seu diretor, padre Rubem Neis, chamou-nos a atenção para o número anormal de óbitos militares paulistas, ocorridos em Porto Alegre, de 2 de março a 9 de dezembro de 1776. Período imediatamente anterior e posterior à conquista da Fortaleza de Santa Tecla, no final de março, e reconquista da Vila de Rio Grande, em 1º de Abril de 1776, depois de 13 anos em poder da Espanha.

Pelos dados até então disponíveis, Porto Alegre nesta época era guarnecida por uma Companhia do Regimento da Ilha de Santa Catarina. De posse dos registros de óbitos gentilmente paleografados pelo falecido amigo Prof. VINITIO STEIN CAMPOS, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e que foi consagrado como o sementeiro de museus e o implantador da rede de museus históricos de São Paulo, passamos a esclarecer fatos relacionados com os 95 óbitos de militares paulistas ocorridos no período considerado.

Após pesquisas, concluímos tratar-se de 89 óbitos ocorridos no Regimento de Infantaria de São Paulo e de 6 outros, particularmente na Legião de Voluntários Reais São Paulo.

Estas unidades haviam sido recrutadas por ordem de Lisboa e pelo Governador de São Paulo, e que assumira o Governo em junho de 1775 - o Brigadeiro Martim Lobo de Saldanha, que governou São Paulo de 1775 a 1782, onde contraiu matrimônio com a dama paulista D. Maria Ana Bueno.

Em janeiro de 1776, deixaram São Paulo com destino a Porto Alegre, por terra e mar, os Regimentos de Infantaria de São Paulo e a Legião de Voluntários Reais de São Paulo. Eram integradas por muitos filhos dos atuais Paraná e Santa Catarina.

Ao início de março, o Regimento já se encontrava em Porto Alegre, bem como parte da Legião. E ambos em condições de reforçar as fronteiras do Rio Pardo e do Rio Grande, cujas tropas, integrantes do Exército do Sul, menos de um mês depois conquistaram, respectivamente, a Fortaleza de Santa Tecla, na campanha, e a Vila

de Grande no litoral. As duas unidades paulistas, com um efetivo em torno de 2.000 homens, representaram cerca de um terço das tropas do Exército do Sul, este o responsável pela reconquista do Rio Grande do Sul em 1776 e a definição de seu destino brasileiro, consolidado diplomaticamente pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1º de outubro de 1777.

Evocaremos os óbitos de militares paulistas em Porto Alegre e fatos relacionados com os mesmos, como uma homenagem a todos os militares paulistas que participaram, de 1722 a 1821, do processo de exploração, reconhecimento, conquista e integração do Rio Grande do Sul à comunidade brasileira, fatos relevantes de nossa História Militar, pouco pesquisados e divulgados. E, finalmente, por ser episódio de nossa História Militar Terrestre, relativo à tradição militar de São Paulo da qual, hoje, o Comando Militar do Sudeste, CMSE, orgulhosamente é herdeiro e repositório na parte de São Paulo e, na parte do Paraná e Santa Catarina o Comando Militar do Sul CML.

O Paraná e Santa Catarina, na época, fazendo parte da Capitania de São Paulo e possuindo expressivas guarnições em Paranaguá e Curitiba e, muitos de seus filhos, integraram o Regimento de Infantaria e a Legião de Voluntários Reais de São Paulo.

REGIMENTO DE INFANTARIA DE SANTOS

Integrantes desta unidade haviam integrado o Exército Demarcador do Tratado de Madrid de 1750, ao comando do General GOMES FREIRE DE ANDRADE, Governador e Capitão General de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (1733-1762), e que percorreu o atual Rio Grande do Sul de 1751 a 1755, em atividades demarcatórias e no combate aos índios missioneiros, liderados por jesuitas na Guerra Guaranítica (1754-56). Estudei a ação deste Exército Demarcador na **História da 3ª Região Militar 1808-1889 e Antecedentes**.

Além de paulistas do Regimento de Santos, o referido Exército foi integrado por duas Companhias de Aventureiros paulistas que então prestaram assinalados serviços como Vanguarda do mesmo,

No período de 1765-1775, em São Paulo, sob a administração do governador e Capitão General D. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA BOTELHO MOURÃO, MORGADO de MATEUS, o

Regimento de Infantaria de Santos deveria ter estado no Rio Grande do Sul antes da invasão (1773-74). pelo Governador de Buenos Aires o mexicano D. VERTIZ Y SALCEDO.

Mas o MORGADO DE MATEUS o reteve em São Paulo, em apoio à Empresa do Iguatemi de sua concepção, traduzida estrategicamente por uma Diversão pelo Oeste. E na prática, pela fundação de Fortaleza de N. S. dos Prazeres do Iguatemi (1767-77) ao Sul de Mato Grosso. Em síntese, procurar distrair parte do esforço defensivo dos espanhóis do Rioda Prata para o Oeste, no Paraguai.

ORGANIZAÇÃO DO REGIMENTO DE SÃO PAULO

O Regimento de Infantaria de S. PAULO, resultado da mudança de nome do Regimento de Infantaria de Santos, apesar do número anormal de óbitos registrados em Porto Alegre, era o que possuía o maior efetivo em 17 de Abril de 1776. Contava com 813 homens, dos quais 29 oficiais.

Comandante: - Coronel MANOEL MEGIAS LEITE. Era Sargento-mor da Guarnição do Rio de Janeiro. Assumiu o comando em Santos em Jan 1776 e levou o regimento para a Ilha de Santa Catarina e depois para Porto Alegre. Comandava uma companhia denominada pelos costumes da época, a Companhia do Coronel.

Subcomandante: - Tenente Coronel JOÃO ALVES FERREIRA (Comandava a Companhia do Tenente-Coronel).

Demais oficiais: - Sargento-mor (Major) PEDRO DA SILVA (Comandava a Companhia do Major);

Ajudante: - JOAQUIM NUNES DO CARMO;

Quartel Mestre: - FRANCISCO SOARES;

Capelão-mor: - Padre IGNACIO TEIXEIRA DE ARAUJO;

Cirurgião-mor: - VICENTE JOSE FERREIRA;

Capitães: - CÂNDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SOUZA (Comandava a Companhia de Granadeiros), ANTONIO LUIZ DO VALLE (Comandava companhia), JOSÉ PEDRO GALVÃO DE MOURA LACERDA (Comandava companhia) e Ignacio Xavier de Moraes Sarmento.

Tenentes: - DOMINGOS MANOEL FERREIRA, MANOEL SERRÃO BRITTO, JOSÉ VICTORINO ROCHA, MANOEL MARTINS DO COUTO FELIPPE FREIRE DOS SANTOS e JOSÉ MARIANO DA SILVA CÉSAR;

Alferes: FERNANDO GOMES PEREIRA DA SILVA; JOAQUIM ROBERTO DE AZEVEDO MARQUES; JOÃO MANOEL DE ATOUSIA; ANTONIO FERNANDES DA SILVA; MANOEL CORRÊA DE OLIVEIRA; JOSÉ JOAQUIM DE MORONHA e ANTONIO MARQUES. O

Regimento de São Paulo antes da reorganização de 1775, era denominado Regimento de Infantaria da Praça de Santos.

ÓBITOS DO REGIMENTO DE S. PAULO EM PORTO ALEGRE

De 02 Mar a 09 Dez, o Livro de Registro de Óbitos nº 1, nas folhas 8 verso a 25 da Paróquia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, assinala 89 óbitos de soldados do Regimento de Infantaria de S. Paulo, registrados pelo vigário JOSÉ GOMES FARIA. Todos os sepultamentos tiveram lugar no Adro da Igreja.

O primeiro óbito verificou-se em 02 de março de 1776, exatamente um mês antes do Assalto e Reconquista da Vila de Rio Grande pelo Exército do Sul, ao comando do Tenente-General HENRIQUE BÖHN. O óbito foi assim registrado:

"SALVADOR - As 02 de março de mil setecentos e setenta e seis, nesta Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus, Vila de Porto Alegre, faleceu com os Sacramentos da Penitência, SALVADOR DIAS, natural de SÃO PAULO, e ignora-se se casado ou solteiro, e seus pais. Soldado do Regimento de São Paulo e da Companhia do Coronel, idade mais de vinte anos, e

não fez testamento. Encomendado por mim, e sepultado no adro desta Matriz do que fiz este assento. O Vigário Pe. JOSÉ GOMES FARIA".

Do dia da chegada do regimento em Porto Alegre, até o da Reconquista da Vila Rio Grande, ocorreram 46 óbitos, número sensivelmente superior às baixas portuguesas e espanholas nas operações de guerra para a reconquista do Rio Grande do Sul em São Martinho, Santa Tecla e Vila de Rio Grande.

Pesquisa do autor sobre os soldados do Regimento de S. PAULO, falecidos em Porto Alegre, cujos óbitos no quadro a seguir, foram registrados na Matriz N.S. Madre de Deus de Porto Alegre em 1796

Nº de referência cronológica, nome do Soldado e data do óbito

Dados sobre os soldados paulistas referidos no quadro a seguir:

Naturalidade: - A grande maioria figurava como natural de São Paulo ou do Bispado São Paulo, cujo titular era D. MANOEL JOAQUIM GONÇALVES DE ANDRADE. Eram naturais de **Vila da Parnaíba** os nºs 2, 6 e 19. De **Paranaguá** os nºs 38 e 66. De **Nazareth** o nº 51. De **Santo Amaro** nº 59. De **Sorocaba** nº 69 e 70.

De **Santos** o nº 60. De **São Sebastião** o nº 85 De **Iguapé** o nº 88. De **Curitiba** o nº 77 e da **Ilha de Santa Catarina** o nº 57.

Idade: O nº 60 BERNARDO JOSE NUNES - possuía 12 anos.

— Os de nºs 3,16, 27, 38, 39, 58 e 77 — possuíam 16 anos.

— Os de nºs 13, 21, 32, 35, 37, 40, 65, 67, 71, 80, 81, 82, 84 e 85 possuíam em torno de 18anos.

— Cerca de 40 soldados, situavam-se entre as idades de 20 a 22 anos. Cerca 12 soldados, situavam-se entre 23 e 25 anos. Nas companhias a seguir:

Na do Coronel: nºs 1, 13,14,15,18,19, 21, 26, 29, 30, 33,49, 71, 73, 84 e 86 (17 soldados);

Na do Major: nºs 6, 17, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 49, 55, 56, 57, 60, 61, 67, 68 (17 soldados);

Na do Tenente Coronel: nºs 3, 47, 50, 54, 63, 66, 75 e 85 (8 soldados);

Na do Capitão Sarmento: nºs 4, 5, 10, 12, 25, 31, 47, 58, 69, 79 e 80(11 soldados);

Na do Capitão Valle: nºs 20, 23, 24, 39, 47, 58, 69, 78, 83, 84, 87(11 soldados);

Na do Capitão Galvão: nºs 41, 52, 59, 62, 71 e 76 (06 soldados);

Na de Granadeiros do Capitão Souza: nºs 2, 7, 8, 9,11, 16, 22, 28, 29, 35, 51, 64, 72, 79, 80,88 e 89 (18 soldados).

Aprofundamentos nas possíveis causas de óbitos, conduziram-nos à conclusão de serem em consequência de um surto de varíola na cidade de São Paulo, irrompido em abril de 1775 e que será abordado em local próprio neste ensaio.

Anormalidades dos óbitos: Para ressaltar a anormalidade dos óbitos entre infantes do Regimento de S. PAULO, em Porto Alegre, uma vila incipiente, registre-se que dos 102 óbitos registrados no período, somente 13 não foram no Regimento de São Paulo. Deles, 10 eram paulistas, dos quais 6 militares e 4 civis. Somente 3 óbitos foram de Riograndenses (duas mulheres e um homem). Esta observação dá ideia da tragédia que envolveu os paulistas que partiram naquela emergência em defesa do Rio Grande do Sul.

OUTROS ÓBITOS DE PAULISTAS EM PORTO ALEGRE- MILITARES

1- ANTONIO GONÇALVES - Paranaguá - 20 anos - voluntário da Companhia Recrutadas - 09 Mar 1776.

2 - ANTONIO DA COSTA - Paranaguá - 20 anos - voluntário da Companhia Anastácio - 10 Mar 1776.

3 - NATALINO PEREIRA - São Paulo - 18 anos - voluntário da Companhia Atiradores - 14 Mar 1776.

4 - FRANCISCO (?) — Paranaguá — 25 anos — Furriel — voluntário da Companhia Anastácio — 15 Mar 1776.

5 - MANUEL ARRUDA PEREIRA - Vila São Sebastião - voluntário da Companhia do Anastácio - 15 Mar 1776.

6- MANOEL GARCEZ - Curitiba - Bispado de São Paulo - Soldado de Cavalaria Ligeira - 21 Abr 1776.

CIVIS

1- FRANCISCO LUIZ ANTUNES - Curitiba - Bispado de São Paulo - 20 anos, 04 abr 1776.

2- VALENTIM ALVES - Curitiba - Bispado de São Paulo - 35 anos solteiro, pobre - 22 abr 1776.3-JOANNA DE OLIVEIRA SARDINHA - São Paulo, 42 anos - esposa de THOMAZ DA SILVA - 25 Abr 1776.

4 - FRANCISCO XAVIER MATTOS - São Paulo - 30 anos - casado com EFIGÊNIA MARIA - 29Abr 1776.

CIVIS LOCAIS

1- JOAQUINA LEONOR PEDROSA - 20 anos - solteira - filha de MARIA PEDROSA - 18 Mar1776.

2- VICENTE PINTO RAMOS - 20 anos - natural do Continente do VIAMÃO (RS) casado com LUCINDA DA XAMORA - 20 Mar 1776.

MARIA DIAS - Laguna - 25 anos - casada com MANOEL DE FARIAS 31 Mar1776.

Os três últimos óbitos ocorridos em quase um ano em Porto Alegre, entre os seus habitantes, reforça mais a anormalidade dos 99 óbitos ocorridos no mesmo período entre paulistas naquela vila.

Segundo WALTER SPALDING, 24 anos antes, Porto Alegre era constituída de 800 habitantes e foram 58 paulistas que constituíram a sua primeira guarnição militar.

Pertenciam às Companhias de Aventureiros que integraram o Exército Demarcador de GOMES FREIRE e constituídas por descendentes de bandeirantes.

**ÓBITOS ANORMAIS OCORRIDOS EM PORTO ALEGRE/RS,
DE 02 MAR A 29 DEZ 1776, NO REGIMENTO DE INFANTARIA
DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (LIVRO DE ÓBITOS Nº 1 –
FLS 8v a 25, DA MATRIZ N. SA. MADRE DE DEUS –
PORTO ALEGRE/RS – 1776.**

Nº de referência cronológica, nome do Soldado e data do óbito					
1	Salvador Dias	02/3/76	46	Francisco Ribeiro	04/4/76
2	Bento Gouveia Pinto	03/3/76	47	Manoel José	04/4/76
3	José Francisco	03/3/76	48	Salvador	05/4/76
4	Antônio Domingues	08/3/76	49	Domingos Francisco	09/4/76
5	Antônio Pereira	09/3/76	50	João de Oliveira	09/4/76
6	Feliz da Silva	09/3/76	51	Antônio Cabral de Moraes	10/4/76
7	Ignácio da Silva Lopes	10/3/76	52	Salvador Barbosa	19/4/76
8	Geraldo Gomes	10/3/76	53	Marcelino Luiz	19/4/76
9	Calixto José	10/3/76	54	Ignácio Xavier	21/4/76
10	José da Silva	11/3/76	55	Bento José dos Santos	21/4/76
11	Jerônimo	11/3/76	56	Zacharias Luiz	21/4/76
12	João Batista Pinto	11/3/76	57	Manoel de Souza Nascimento	22/4/76
13	Pedro Pereira Lopes	11/3/76	58	Ignácio Veloso de Aguiar	22/4/76
14	Bento da Silva	12/3/76	59	Bernardo Dias Barbosa	23/4/76
15	Joaquim Francisco	12/3/76	60	Bernardo José Nunes	26/4/76
16	Francisco da Silva	12/3/76	61	Simão Leite	27/4/76
17	Francisco Nunes	12/3/76	62	Joaquim Pedroso	27/4/76
18	José de Moraes	13/3/76	63	Manoel Correa Lopes	27/4/76
19	João Martins	13/3/76	64	Francisco Xavier da Silva	27/4/76
20	Pedro José	13/3/76	65	João Pereira	30/4/76
21	Manoel Cardoso	14/3/76	66	Manoel Dias Coutinho	01/5/76
22	Jerônimo Alvares	15/3/76	67	Ignácio Correia Marques	01/5/76
23	Alexandre Soares	15/3/76	68	João Leite	04/5/76
24	Floriano Pereira	15/3/76	69	Joaquim Pereira de Moraes	05/5/76
25	José Correa Penteado	06/3/76	70	José de Assunção	05/5/76
26	Theodoro Pereira	06/3/76	71	João Pereira	10/5/76
27	Pedro Dias Martim	06/3/76	72	Joaquim Gonçalves	17/5/76
28	José Cordeiro Pontes	17/3/76	73	João Leme	25/5/76
29	Custódio da Paz	18/3/76	74	Agostinho Macedo	27/5/76
30	Antônio de Góis	18/3/76	75	José Soares de Siqueira	27/5/76
31	Pedro Ribeiro Lima	19/3/76	76	Miguel Dias Barbosa	29/5/76
32	Manoel Cabral	20/3/76	77	Ignácio Cardoso Calado	29/5/76
33	Elesbau	21/3/76	78	José Paz Gonçalves	01/6/76
34	Domingos Fernandes	24/3/76	79	Simão Cordeiro	06/6/76
35	Francisco Martins de Brito	25/3/76	80	Miguel Francisco	11/6/76
36	Germano Francisco	27/3/76	81	Ignácio Ribeiro Leme	18/7/76
37	Pedro Camargo	28/3/76	82	Francisco Leme da Costa	19/7/76
38	Alexandre Gonçalves	28/3/76	83	Ruperto Perez da Silveira	02/8/76
39	Julião	30/3/76	84	Francisco dos Santos	22/8/76
40	João Batista dos Santos	30/3/76	85	Francisco de Souza	29/8/76
41	Miguel Franco Camargo	30/3/76	86	Antônio Ribeiro	16/10/76
42	Luisano de Siqueira Chaves – Reconquista da Vila de RIO GRANDE 1º e 2 Abr 76	31/3/76	87	Manoel Bicudo	03/11/76
43	Joaquim da Silva	01/4/76	88	Bento de Souza	06/11/76
44	Valentim Correa	02/4/76	89	Ignácio Pereira	09/11/76
45	José Antunes Maciel	02/4/76		– Capitulação da ILHA DE SANTA CATARINA 05/MAR/77	

Pesquisa de CLAUDIO MOREIRA BENTO

LEGIÃO DE VOLUNTÁRIOS REAIS DE SÃO PAULO

Os óbitos relacionados como os outros militares paulistas de nºs 2, 4, 5, como da Companhia do Anastácio, eram de soldados da *Legião de Voluntários de São Paulo*. O Capitão ANASTÁCIO, tinha por nome completo - ANASTÁCIO DE FREITAS TRANCOSO. Integraram esta Legião, recrutada às pressas e sem recursos suficientes,

os seguintes oficiais de Infantaria e Cavalaria:

Comandante: Tenente Coronel HENRIQUE JOSÉ DE FIGUEIREDO.

I N F A N T A R I A : 06 Companhias - 600 homens. **Sargento-mor** (major) MANOEL JOSÉ DANÓBREGA BOTELHO. **Ajudante:** Tenente ANTÔNIO XAVIER DE CASTILHO. **Capitães:** JOSÉ DE PINNA, ANASTÁCIO DE FREITAS TRANCOSO, ANTONIO RODRIGUES FORTES. **Tenentes:** JOÃO JOSÉ DA

COSTA, ANTÔNIO BARBOSA DE SÁ FREIRE, JOSÉ FRANCISCO DE MELLO, THOMAS DA SILVA CAMPOS, JOSÉ RIBEIRO MACHADO, FRANCISCO PIRES BORJA, FRANCISCO ANTÔNIO OLINTHO DE CARVALHO, ALEXANDRE LUIZ SAMPAIO, PRUDENTE BORGES DA COSTA, MANOEL JOSÉ DA GRAÇA, DIOGO PINTO DE AZEVEDO, JOSÉ JOAQUIM MARIANO FORTES. **Alferes:** MANOEL PEREIRA SAMPAIO, JOÃO JOSÉ DE AZEVEDO COUTINHO, JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA, BENTO PIMENTA DE ABREU, JOSÉ IGNACIO DE ARAÚJO, ANTÔNIO GALVÃO DE FRANÇA, FRANCISCO XAVIER DE ALMEIDA, JOSÉ DE ALMEIDA MOURA, ALVARO CASEMIRO DE MATTOS, DOMINGOS ALVES BRANCO, MANOEL JOSÉ DE SÃ PINTO, JOÃO DAMASCENO CORREA.

CAVALARIA: 04 Companhias - 400 homens. **Sargento-mór:** - JOSÉ FRANCISCO PEDRO LEME. **Ajudante:** - Tenente JOSÉ JOAQUIM DA COSTA. **Capitães:** JOAQUIM JOSÉ DE MACEDO LEITE, JOAQUIM JOSÉ PINTO DE MORAES LEME, GARCIA RODRIGUES PAES LEME, JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA MONTES. **Tenentes:** JOSÉ JOAQUIM XAVIER DE TOLEDO, ALEXANDRE LUIZ DE QUEIROZ e VASCONCELLOS, IGNACIO JOSÉ CORRÊA DA SILVA, ANTÔNIO FRANCISCO DE ANDRADE, JOÃO DE CASTRO DO COUTO E MELLO, FRANCISCO JOSÉ MACHADO, MANOEL PACHECO GATTO, MANOEL JOSÉ VELHO. **Alferes:** JOSÉ MANOEL DE MACEDO LEITE, SALVADOR LOPES, SALVADOR DE ABREU RANGEL, JOSÉ FRANCISCO VAZ. **Quartel Mestre:** Tenente VICENTE JOSÉ DE MELLO, **Capelão:** Padre MANOEL ALVES DE OLIVEIRA, **Cirurgião:** JOÃO BAPTISTA.

SITUAÇÃO MILITAR DA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1775 - 1778)

A Capitania de São Paulo, após 17 anos de extinta, foi restaurada em 1765. A finalidade principal de sua restauração foi a de melhor atender, em ação conjunta com a do Rio de Janeiro, as necessidades de defesa do Rio Grande do Sul, há 3 anos invadida pelos espanhóis.

No período 1765-77, governou São Paulo D. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA BOTELHO MOURÃO, o MORGADO DE MATEUS. Este concentrou todos os esforços da Capitania na construção da Fortaleza N. S. dos Prazeres do Iguatemi, ao sul do Estado de Mato Grosso, em região insalubre e, cemitério de 1767-77, de bravos militares paulistas para lá destacados.

A tentativa frustrada de invasão do Rio Grande, pela Campanha, em 1773/74, pelo Governador de Buenos Ayres D. VERTIZ Y SALCEDO, provocou forte reação em Portugal. Dentro deste contexto o MORGADO DE MATEUS caiu em desgraça por haver durante 10 anos se desviado do seu objetivo estratégico principal, o socorro ao Rio Grande, em benefício da concentração do esforço militar no Oeste.

MISSÃO DO NOVO GOVERNADOR E CAPITÃO GERAL DE SÃO PAULO

Em junho de 1775, assumiu a direção da Capitania, o Brigadeiro MARTIM LOBO DESALDANHA. Sua missão era a de que a Capitania cumprisse a finalidade estratégica para a qual fora restaurada. Atender, em ação conjunta com a do Rio de Janeiro, à defesa do Rio Grande do Sul invadido.

Munido de instruções particulares do Marquês de Pombal, após conferenciar com o Vice-Rei, no Rio, assumiu a Capitania.

Sua missão principal era de organizar e enviar para o Rio Grande do Sul, o mais rápido possível, para integrarem o Exército do Sul, duas unidades paulistas.

Neste sentido, de junho a dezembro 1775, mobilizou o Regimento de Infantaria de São Paulo e a Legião de Voluntários Reais de São Paulo, com elementos locais

e com os de Portugal e Rio de Janeiro que trouxe em sua comitiva. Tudo com base em instruções pessoais precisas que trouxe do Marques de Pombal.

Ao final de fevereiro estas tropas paulistas já se encontravam em Porto Alegre, em pleno Teatro de Guerra. Permaneceram no Sul, onde prestaram valioso concurso militar para a reconquista do Rio Grande e sua consolidação, até 16 de fevereiro de 1778, ao custo de pesado tributo pago em vidas de seus homens atingidos por violenta epidemia de varíola (bexiga).

Durante esta longa permanência no Rio Grande, o Exército do Sul reconquistou a campanha rio-grandense, com a expulsão dos espanhóis do Forte São Martinho em 1775, do Forte de Santa Tecla, em Mar 1776 e reconquista da Vila de Rio Grande em 1º Abr 1777.

Os espanhóis conquistaram a Ilha de Santa Catarina, em 5 Mar 1777, e definitivamente a Colônia do Sacramento e a Fortaleza N. S. dos Prazeres do Iguatemi, em 27 de outubro de 1777, abandonada dois anos antes por ser estrategicamente inútil.

Ao retornar do Rio Grande, o Regimento de Infantaria de São Paulo, participou, em 30 de julho de 1778, como a força principal, do ato de devolução a Portugal da Ilha de Santa Catarina, por força Tratado de Santo Ildefonso de 1º Out 1777, tendo por um breve período guarnecido o Forte de Torres, que protegia a Retaguarda do Exército do Sul de uma ação inimiga partida de Santa Catarina.

A GUARNIÇÃO MILITAR DA CAPITANIA DE SÃO PAULO

Durante o período 1775-78, a Guarnição de São Paulo, era a seguinte:

A) Tropas de linha ou paga

REGIMENTO DE INFANTARIA DE SÃO PAULO (Anexo B). Destacado no Rio Grande do Sul. (Cerca de 1.000 h).

LEGIÃO DE VOLUNTÁRIOS REAIS DE SÃO PAULO (Anexo C). Destacada no Rio Grande do Sul (Cerca de 1.000 h)

B) Tropas Auxiliares (Anexo D).

Distribuídas pelas localidades da Capitania.

1º TERÇO DE INFANTARIA AUXILIAR DE SÃO PAULO

2º TERÇO DE INFANTARIA AUXILIAR DE SÃO PAULO
REGIMENTO DE DRAGÕES AUXILIARES DE SÃO PAULO

REGIMENTO DE CAVALARIA LIGEIRA AUXILIAR DE SÃO PAULO. (Das Vilas do Norte) TERÇO DE AUXILIARES DA MARINHA DE SANTOS

TERÇO DE AUXILIARES DA MARINHA DE PARANAGUÁ
COMPANHIA DE ARTILHARIA DE PARANAGUÁ
COMPANHIA AVULSA DE GRANADEIROS DE JAGUARI

C) Fortalezas

FORTALEZA DE PARANAGUÁ
FORTALEZA DE SÃO SEBASTIÃO
FORTALEZA DA BARRA GRANDE DE SANTOS
FORTALEZA DA BARRA DA BERTIOGA
FORTALEZA N. S. DOS PRAZERES DO IGUATEMI

As quatro primeiras, no litoral, foram levantadas com grande sacrifícios da população, mas não apresentavam grande valor defensivo.

Eram guarnecidas com um efetivo estimado de cerca de 200 homens. Grande parte de seus oficiais e soldados eram reformados com meio soldo, por doença ou velhice e lá obrigados a servir.

O efetivo mobilizado em São Paulo, foi de cerca 5.500 militares, numa população de cerca 120.000, equivalente hoje a de meu município natal CANGUÇU/RS. O índice de mobilização foi de 4,9, portanto muito elevado. Isto significaria para o Brasil de hoje uma mobilização de cerca de 4.900.000 homens.

Os uniformes do Regimento e da Legião eram de cor azul (calças e túnica) e encarnada (o punho da manga da túnica e o colete ou vestia), Distinguiam-se somente pelas divisas (fitas e bordas do chapéu e dragonas).

As do Regimento eram brancas e as da Legião eram amarelas. Os uniformes das tropas auxiliares eram de cor azul (a túnica e o colete) e de cor branca (as calças ou calções). As divisas eram de cor branca. Cada soldado paulista foi para o Rio Grande do Sul, vencendo o soldo de 60 réis por dia, além de pão ou farinha, carne e ração para o cavalo, se da Cavalaria, e sem direito a ajudas de custo. Estas pagas em alguns casos, conforme costume da época, e descontadas pelo governador de São Paulo, sobre o argumento de serem alimentados por conta do Estado.

Por não existirem disponíveis, o Regimento e a Legião marcharam para o Sul sem barracas. A Cavalaria da Legião sem capotes e sem bornais para os cavalos e toda a Legião com deficiente armamento. Este vendido pelo Governador aos legionários, por inservível para as tropas de linha, ao preço de 4.000 réis cada, após cortado o cano e transformado em clavina (carabina). A Legião foi armada às expensas de seus capitães com catanas (pequenas espadas), sendo que a de duas companhias foram vendidas pelo Governador.

EFEITOS DA VARÍOLA NAS UNIDADES PAULISTAS

Além do pesado tributo econômico pago pelos paulistas na construção da Fortaleza N.

S. do Iguatemi, mais alto foi o de vidas de paulistas civis e militares imolados na pestilenta e insalubre região do Iguatemi e dos militares paulistas do Regimento de Infantaria de São Paulo e da Legião de Voluntários Reais de São Paulo que foram enviados por terra e por mar, ao Rio Grande do Sul para reconquistá-lo aos espanhóis.

A Fortaleza do Iguatemi (1767-77), no dizer do Governador de São Paulo LOBO DE SALDANHA, pelo elevado número de óbitos e outras doenças:

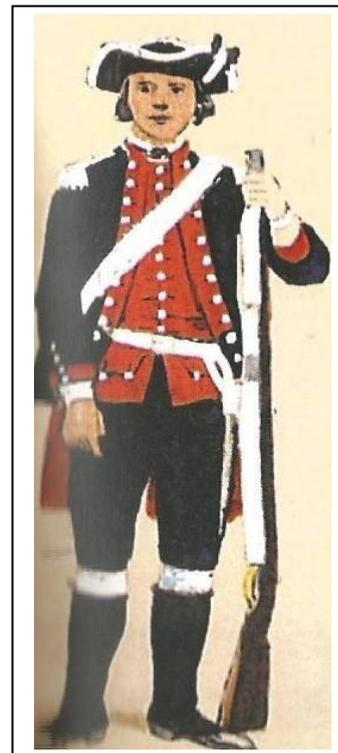
"Tem sido um horroroso Cemitério de Paulistas".

A epidemia de varíola que começou a grassar na cidade de São Paulo desde abril de 1775, além de atingir sua população, fez grande número de mortos entre os soldados do Regimento de Infantaria e da Legião, de São Paulo ali reunidos, antes de partir para o Rio Grande do Sul.

No período de abril 1775 a 1776, tem-se notícia em São Paulo, Santa Catarina e Porto Alegre, do anormal número de óbitos, por varíola, no Regimento de Infanteria de São Paulo. Em 07 Dez 1775, o governador de São Paulo referiu:

"Houve muitas mortes de soldados paulistas antes de partirem aquelas unidades para o Sul, pelos estragos feitos pelas Bexigas (varíola). Na passagem por Santa Catarina, as duas companhias do Regimento de São Paulo que seguiram, lá deixaram 35 soldados mortos por varíola."

Em Porto Alegre, conforme abordamos no início, morreram do mesmo mal em 1776, 89 soldados do Regimento de São Paulo. Não estão aqui computados os que morreram nos deslocamentos de São Paulo a Santos e deste porto para Santa Catarina a bordo da Fragata "**Pernambuco**". E desta ilha, pelo longo e difícil caminho por terra de terra até Porto Alegre.



A Esquerda Uniformes da Legião de Voluntários Reais de São Paulo e a direita Uniforme do Regimento de Infantaria de São Paulo (Fonte: Uniformes do Exército Brasileiro, p.3)

E, mais, os das Companhias da Legião de Voluntários de São Paulo, ocorridos ao longo do difícil caminho até Porto Alegre:

“Cortados por mais de 40 rios dos quais 13 caudalosos, ou nos 47 pousos para a Cavalaria e 36 pousos para a Infantaria, realizados pela Legião, entre São Paulo e Porto Alegre.”

É um sacrifício que nos merece o maior respeito e evocação patriótica aos restos mortais desses bravos tombados no cumprimento do dever e que ajudaram, há mais de quasedois séculos e meio, a alicerçar o passado da Pátria Brasileira e a definir as suas dimensões continentais. Eles devem inspirar e merecer o respeito de todos os brasileiros, em especial dos paulistas herdeiros daquele legado e que trabalham, no presente, conscientemente para a maior grandeza do Brasil.

As **"Bexigas"**, segundo o governador de São Paulo em 19 Dez 1775:

“São o que os paulistas temem nesta vida. E para vencer a epidemia que era tão forte que foi impossível atalhar este terrível, com os gados que tenho feito girar pela cidade, com os perfumes que mando fazer, nas cozinhas que servem de hospitais e com as muitas preces públicas que a Deus e muitos santos se tem feito. Tem sido excessivo o estrago e mortandade em todos e nas tropas que mobilizei.”

No ano seguinte, posterior ao da epidemia, registraram-se em São Paulo 3.25 óbitos, o que dá uma taxa de mortalidade em torno de 2,5%.

FONTES

O contexto político e militar tático e estratégico da atuação dos paulistas no Rio Grande do Sul e, particularmente na Guerra 1763-1777, podem ser melhor entendidos e aprofundados com a leitura das fontes a seguir.

Para o pesquisador interessado em desenvolver o assunto sob a forma de tese de doutorado é possível que os arquivos dos governadores de São Paulo — LUIZ ANTONIO DE SOUZA BOTELHO, MORGADO DE MATEUS e do Brigadeiro MARTINS LOPES LOBO

SALDANHA, tragam alguma luz. É fundamental, por outro lado, pesquisar na correspondência do Tenente-General HENRIQUE BÖHN, comandante do Exército do Sul que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio Janeiro.

1 - ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS – Cadeira de História Militar. Reconquista da Vila de Rio Grande aos espanhóis em 1º de Abril de 1776. **in: História Militar do Brasil**. Resende: Cadeira de História Militar, 1979. p.38/45 (Cordenada pelo autor do presente artigo) 2 - ALMEIDA, Aluizio de. Depoimento ao autor em 1977, em visita que lhe fizemos em sua casa, em companhia do historiador Venicio Stein Campos, sobre os pousos feitos pela Cavalaria e Infantaria da Legião de Voluntários Reais de São Paulo, entre São Paulo e Porto Alegre. O encontrei com dificuldades de caminhar, apoiando-se numa cadeira que usava como andador e com a visão bastante deficiente, mas foi muito atencioso e me enviou a resposta a minha pergunta por escrito, a qual que mais tarde enviei para Adilson Cesar. Em sua homenagem criamos em Sorocaba a Delegacia Aluizio de Almeida, junto ao IHGG de Sorocaba que ele tanto engrandeceu. E na sede do citado IHGG de Sorocaba a Academia de História Militar Terrestre de São Paulo General Bertoldo Klinger instalada em 28 de maio de 2013 em memorável cerimônia sob a presidência do acadêmico Adilson Cesar que tem por patrono o paulista Cel Diogo de Moraes Arouche Lara, o primeiro historiador militar do Brasil quando Reino Unido do Brasil Portugal e Algarve. Ele foi morto em combate na frente de seu Regimento de Cavalaria em São Nicolau, vítima de uma emboscada de Andresito Artigas, conforme descrevemos na **História da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada**. Barra Mansa: AHIMTB/IHTRGS, 2010. p. 33/34.

Tomamos posse no IHGSP em 1976, tendo nossa oração de posse como tema o Cel Diogo. Cadeira que foi inaugurada na AHIMTB pelo falecido acadêmico emérito Hernani Donato. A instalação da AHIMTB São Paulo foi registrada no Informativo o **Fornovo nº 1** da citada AHIMTB/São Paulo. Fornovo por lembrar a atuação do 6º Regimento de Infantaria - o Regimento Ipiranga de Caçapava-SP que recebeu em Fornovo-Italia a rendição alemã (Não poderia deixar de fazer este registro).

3 - ANDRADE, D. Manoel Joaquim Gonçalves de. Bispo de São Paulo. Correspondência (1776-1779) com o Tenente-General Henrique Böhn, comandante do Exército do Sul. Manuscritos 1-28, 25, 4; 1-28, 23, 7, ps. 1-1-28,10. 10+7+3pp escritas. BNRJ.

4 - ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - Registros Óbitos - Livro I -

fls 8v a 25 da Paróquia de N. S. Madre de Deus de Porto Alegre 1776 (Cedidos em xerox pelo Padre RUBEM NEIS e paleografados pe Prof. VINITIO STEIN CAMPOS, do Instituto Histórico-Geográfico de Paulo.

5 - BARCELLOS, João. **O Morgado de Mateus - O Grande Governador de São Paulo**. São Paulo: Edit Pannartz Ltda, 1992.

6 - BARROSO, Gustavo (textos) et RODRIGUES, J. Washt (Aquarelas e documentação). **Uniformes do Exército Brasileiro**. Publicação oficial do Ministério da Guerra, comemorativa do Centenário da Independência. Paris: A Ferroud-F Ferroud. Succ Boulevard Sain German,

12. (Era Ministro da Guerra o Dr. Pandiá Calogeras). Obra rara disponível para consulta na sede da FAHIMTB, na AMAN.

7 - BELLOTO, Heloísa Liberalli. **O presídio do Iguatemi — Singularidade no Processo da luta contra a dominação Espanhola no Rio Grande (1767-1777)** Comunicação ao Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração Rio Grande nos IHGMB e IHGB – Rio: Ago 1766.

8. _____. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial – O Governo do 3º Morgado de Mateus em São Paulo.** São Paulo: IMESP, 1997.

9 - BENTO, Cláudio Moreira, Ten. Cel. Parecer a Comunicação de BELLOTO, Heloísa Liberalli, o Presídio do Iguatemi ao Simpósio Comemorativo Bicentenário da Restauração do Rio Grande nos IHGMB e IHGB. Rio, 1776.

10. _____. Bicentenário da Restauração e Definição do destino Brasileiro do Grande do Sul. **Defesa Nacional.** Mar/Abr 1776. p. 9-39 e **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.** 1º semestre 1977 nº 74. p. 189-216. (Aborda o quadro estratégico e tático onde atuou o RI de São Paulo e a participação militar paulista desde 1763).

11. _____. Síntese histórica das FT brasileiras na área da 3ª RM. **Revista Militar Brasileira** - jul/dez 1973. (Aborda a participação militar no RGS (1640 - 1759).

12. _____. Bicentenário da conquista do Forte São Martinho. **Revista Militar Brasileira.** Jan/jul 1976. (Aborda a participação militar de paulistas no evento).

13. _____. Bicentenário da conquista do Forte de Santa Tecla. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil** – nºs 72 e 73 - 1976, p, 215-244 (Focaliza a participação militar paulista no evento).

14. _____. Bicentenário da reconquista da Vila de Rio Grande — 1º Abr 1776, **Diário Popular** - Pelotas, 04 abr 1776 e **Rio Grande**, Rio Grande 1 e 2 abr 1776 (Aborda as operações quando o RI de São encontrava-se em Porto Alegre).

15. _____. **Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS.** Porto Alegre, IEL, 1976. (Aborda o Ten Gen Henrique Böhn. as p.28/38).

16. _____. A presença militar paulista na conquista do RGS. **Diário Popular.** Pelotas, 28 mar e 5 abr 1974 e **Diário de São Paulo.** São Paulo, 24 abr 1976, (Aborda aspectos da presença militar paulista no Rio Grande 1737-1821 — particularmente a Legião de São Paulo. 1810-1821).

17. _____. **A Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul 1774-1776.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996. Publica em português e o explora o Relatório em francês do Ten Gen Henrique Böhn sobre a reconquista do Rio Grande do Sul e a sua correspondência com o Vice Rei) . **Trabalho importante, por pioneiro, disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br em que o Comandante do Exército do Sul, Ten Gen Henrique Bohn, em suas Memórias e cartas ao Vice Rei, registra a participação das unidades paulistas nas operações que resultaram na reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis. Vale consultar Os Artigos de Guerra do Conde de Lippe também disponível no citado site, aos quais as tropas do Exército do Sul estavam sujeitas disciplinarmente. Vale a pena visitar!**

19 _____. A guerra de reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis 1775-76. in: **História da 3ª Região Militar 1807 – 1889 e Antecedentes.** Porto Alegre: 3ª RM/SENAI, 1994.p 116-131. 19 Rafael Pinto Bandeira – o 1º general brasileiro nascido na área do Comando Militar do Sul. in: **Comando Militar do Sul - quatro décadas de História 1953 -1995 e Antecedentes.** Porto Alegre: CMS, 1995.p. 37/52.

20. _____. et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Ten Gen Patrício Correia da Câmara. in **3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada**. Porto Alegre: Ed.Palotti , 2002, p.68/93.

21. _____. **Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro**. Brasília: EME/EGCF. 1978 1 ed e 1999, 2ed. Disponível em Livros no site www.ahimtb.org.br

22. BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Documentos. v, 28 e Correspondência do Tenente-General HENRIQUE BÖHN.

23. DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: IBRASA,1996, 2ed.ampliada.

24. FORTES, João, Gen. **O Rio Grande de São Pedro**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1941. (Aborda aspectos de interesse sobre a participação militar paulista).

25. MONTEIRO, Jonathas do Rego. Cel. Dominação Espanhola do RGS. **Revista Militar Brasileira**. nºs 1 a 4, 1935. Informações sobre o RI de Santos p. 225, 227, 266 e 281 (notas 176 e 177).

26. SALDANHA, Martim Lopes Lobo. Brig. (Governador de São Paulo). Correspondência com o Tenente-General HENRIQUE BOHN. Comandante do Exército do Sul de 1775-1779 - Manuscritos 13, 4, 5 - 178 p. da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Contém referências ao RI de São Paulo e a Legião de Voluntários Reais de São Paulo).

27 Correspondência 1775-78 in: **Documentos Interessantes do Arquivo do Estado de**

SP. São Paulo: Tipografia Andrade Mello, 1898. (Básico para o estudo do tema).

28. TEIXEIRA, Alvaro T. **O Marques de Pombal**. Brasília: Edit Universidade de Brasília,1983.



O autor em visita aos Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de que é sócio emérito em 25 out2013. Local :Sala de Leitura tendo ao fundo parte da Galeria presidentes da República que foram Presidentes de Honra do IHGB. O autor é sócio dos institutos históricos e geográficos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo aos quais interessa em especial a presente pesquisa, e mais ao Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba, bem como a Academia de História Militar Terrestre do Brasil de São Paulo General Bertoldo Klinger nele sediada sob a presidência do acadêmico Professor Adilson Cesar e a Delegacia da citada Academia que tem por patrono o grande historiador sorocabano Aluisio de Almeida

A Varíola ou Bexiga responsável pela morte de soldados paulistas

A VARÍOLA doença infecto-contagiosa.¹ É causada por um [Orthopoxvirus](#), um dos maiores [vírus](#) que infectam os [seres humanos](#), com cerca de 300 [nanômetros](#) de [diâmetro](#), o que é suficientemente grande para ser visto como um ponto ao [microscópio óptico](#) (O vírus tem envelope (membrana lipídica própria). O seu genoma é de [DNA](#) e é dos mais complexos existentes. O vírus fabrica as suas proteínas e replica-se numa área localizada do [citoplasma](#) da célula hospede, sendo um dos poucos vírus com essa capacidade de se localizar em corpos de inclusão de Guarnieri, ou fábricas. O seu [genoma](#) é de quase 100 000 pares de bases, um dos maiores genomas virais. O DNA é bicatenar (hélice dupla) linear e com as extremidades fundidas. Ao contrário dos outros vírus, ele contém dentro de si suficiente quantidade das [enzimas](#) necessárias à produção de ácidos nucleicos, e ao seu ciclo de vida, e utiliza apenas a maquinaria de síntese proteica da célula. Daí que é dos poucos vírus de DNA citoplasmáticos. É considerada extinta desde 11 de setembro de **1978**, ano em que ocorreu o último caso que vitimou uma médica num laboratório inglês por erro ([Janet Parker](#)); o último caso [registrado](#) fora dos laboratórios foi registrado em **1977**, na **Somália**, tendo Ali Maow Maalin (um jovem de 23 anos, residente na cidade de **Merca**) o último homem a contrair varíola fora dos laboratórios, mas se recuperou. Foi a primeira doença erradicada pelo homem, graças à intensa campanha de vacinação em todo o mundo, a sua erradicação foi anunciada em **1980** pela **Organização Mundial da Saúde**.²O vírus entra na célula por ligação a receptor membranar específico e fusão do seu envelope com a [membrana celular](#). Cada célula infectada é destruída com produção de 10000 novos [vírions](#). (vírus)

(x) Natural de Canguçu-RS, nasceu em 19 de outubro de 1931. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio benemérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e emérito no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi o fundador em 1996 da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil, que foi extinta em 2019 e em seu lugar fundou as Academia de História Militar Terrestre do Brasil de Resende, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Sua obra no site www.ahimtb.org.br é traduzida em seu artigo Meu legado historiográfico civil e militar – Não vivi em vão! E socio das instituições que publicaram seus artigos em suas revistas